

João Carlos E. Filho

Mariana Muaze

Ricardo Salles

Volume 1 :

História do Brasil II :





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História do Brasil II

Volume 1

João Carlos E. Filho

Mariana Muaze

Ricardo Salles



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

João Carlos E. Filho

Mariana Muaze

Ricardo Salles

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Miguel Siano da Cunha

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Henrique Oliveira

José Meyohas

Jorge Amaral

Paulo Cesar Alves

AValiação do Material Didático

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godói

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Janaina Santana

Renata Lauria

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Carlos Cordeiro

ILUSTRAÇÃO

Jefferson Caçador

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2010, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

E74

Escosteguy Filho, João Carlos.

História do Brasil II. v. 1 / João Carlos Escosteguy Filho, Mariana Muaze, Ricardo Salles. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

310 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-701-2

1. Corte portuguesa no Brasil. 2. Independência do Brasil. 3. Primeiro Reinado no Brasil. 4. Brasil Império. I. Muaze, Mariana. II. Salles, Ricardo

CDD 981

2011.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Malvina Tania Tuttman

Aula 1	– O Brasil e a segunda escravidão	7
João Carlos E. Filho / Ricardo Salles		
Aula 2	– 1808: A vinda da corte portuguesa para o Brasil	29
Mariana Muaze		
Aula 3	– Independência do Brasil – história e historiografia	59
Mariana Muaze		
Aula 4	– O Primeiro Reinado (1822-1831) – parte 1	89
João Carlos E. Filho / Ricardo Salles		
Aula 5	– O Primeiro Reinado (1822-1831) – parte 2	113
João Carlos E. Filho / Ricardo Salles		
Aula 6	– Disputas políticas e movimentos sociais nos anos 1830	135
João Carlos E. Filho / Ricardo Salles		
Aula 7	– O café e a classe senhorial	169
João Carlos E. Filho / Ricardo Salles		
Aula 8	– A construção da ordem (1838-1850)	201
João Carlos E. Filho / Ricardo Salles		
Aula 9	– Família e poder no Império	233
Mariana Muaze		
Aula 10	– A direção saquarema e a consolidação do Império	271
João Carlos E. Filho / Ricardo Salles		
Referências		301

Aula 1

O Brasil e a segunda escravidão

João Carlos E. Filho

Ricardo Salles

Meta da aula

Apresentar o conjunto de mudanças pelas quais passou a escravidão no Brasil e em outras regiões americanas na virada do século XVIII para o XIX.

Objetivos

Esperamos que, após o conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as diferenças existentes entre a escravidão colonial e a segunda escravidão;
2. reconhecer a forma pela qual o Brasil se inseria em um quadro de mudanças mais amplas pelas quais passava o Ocidente ao longo do século XIX.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você releia as aulas sobre escravidão e tráfico de escravos nas disciplinas História do Brasil I e História da América I.

INTRODUÇÃO

Em 1808, o bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821), nascido no Brasil, lançava um escrito a respeito da escravidão africana e do comércio negreiro. Tal escrito, que indica suas pretensões desde o longo título (Concordância das leis de Portugal e Bulas pontifícias, das quais umas permitem a escravidão dos Pretos d'África e outras proíbem a escravidão dos Índios do Brasil), é elaborado tendo em vista um objetivo claro: “tranqüilizar as consciências dos meus Diocesanos e trabalhar para o bem de todos os meus Concidadãos”, ao levantar

a voz contra uma Seita Hipócritas [sic] que, debaixo do pretexto de defender os direitos quiméricos da Liberdade e da Humanidade, se tem mostrado inimigos [sic] dos Tronos e da Religião, armando os seus mesmos Concidadãos uns contra os outros e rasgando o seio da mesma Pátria que lhes deu o ser (COUTINHO, 1808, p. 3).

Ao longo desta aula, buscaremos tornar claras as palavras de Azeredo Coutinho. Por que, naquele momento, haveria necessidade de “tranquilizar as consciências” de seus superiores e de seus concidadãos? Quem são os membros dessa “Seita de Hipócritas” que provoca ilusões de defesa de “quiméricos” direitos de liberdade e humanidade? Quem são os inimigos “dos Tronos e da Religião”? E, acima de tudo, o que tem isso tudo a ver com a escravidão e com o Brasil?

Trataremos, nesta aula, da passagem de um mundo escravista a outro. Da passagem de uma escravidão a outra. O Brasil ocupou a triste linha de frente desse tempo de mudanças, liderando, no seio de um seleto grupo de países e colônias, a passagem da escravidão colonial à segunda escravidão, passagem que poderemos perceber nas páginas seguintes.

Escravidão colonial

O ato de escravizar o seu semelhante é uma das mais antigas práticas da humanidade. O Código de Hamurábi, legislação de mais de quatro mil anos, já tratava da escravidão. Da mesma forma, diversos povos da Antiguidade e povos modernos conviveram cotidianamente com a escravidão, cuja possibilidade sempre foi uma constante que atravessou a maioria das sociedades humanas. Contudo, embora a escravização tenha reiteradamente se mostrado presente na história humana, ela não se processou sempre da mesma forma, conheceu mudanças significativas de região para região, de tempo para tempo. E, apesar de presente no cotidiano de muitas sociedades, foram relativamente poucas aquelas que poderiam ser consideradas genuinamente escravistas. O historiador Moses I. Finley, por exemplo, no livro *Escravidão antiga e ideologia moderna*, reúne “apenas” cinco sociedades no grupo das verdadeiramente escravistas: Grécia Antiga, Roma Antiga, Estados Unidos, Cuba e Brasil. E, mesmo assim, no interior desses lugares nem sempre o escravismo foi a regra, havendo, diferentemente, “apenas” sociedades com escravos.



Sociedades escravistas e sociedades com escravos

Existe uma importante distinção, feita pelos historiadores, entre “sociedades escravistas” e “sociedades com escravos”. As primeiras são aquelas nas quais o trabalho dos escravos é o responsável pela reprodução dos grupos dominantes daquela sociedade. Em uma sociedade escravista, portanto, as rendas produzidas pelos escravos são o motor dominante da reprodução das estruturas sociais. Nas sociedades com escravos, por outro lado, a escravidão está presente, é legitimada pela legislação, pela moral, pelos costumes etc., mas a produção dela oriunda é marginal em relação ao conjunto central de reprodução social. Essa importante diferenciação nos leva a uma conclusão: toda sociedade escravista tem escravos, mas nem toda sociedade possuidora de escravos é escravista.

Em que pesem as críticas que possam ser feitas ao esquema de Finley, ele nos é muito esclarecedor. Das cinco sociedades reunidas pelo historiador, três foram de criação recentíssima na história da humanidade: Cuba, EUA e Brasil, sendo centrais para as transformações nas relações escravistas de que tratamos nesta aula. As três possuem histórias que se tocam em muitos pontos. As três regiões formaram-se a partir das mudanças provocadas pelo surgimento do antigo sistema colonial e, particularmente, com o renascimento da escravidão no mundo moderno, conforme você viu nas suas aulas de História do Brasil I e História da América I.

Quando a escravidão surgiu nas colônias do Novo Mundo, tal instituição já se encontrava em relativo declínio na Europa. A própria servidão camponesa, que a havia substituído, em fins da Antiguidade, já estava, por sua vez, experimentando grandes modificações que, eventualmente, a fizeram desaparecer em determinadas regiões. A era das grandes navegações, porém, alterou significativamente esse quadro. Primeiramente nas ilhas da costa africana, verdadeiro “laboratório” da produção colonial de açúcar e escravos, e depois nas possessões americanas, a escravidão renasceu profundamente ligada a três fatores: utilização da mão de obra africana, após o fracasso da tentativa de escravização sistemática dos indígenas (em especial devido à mortandade e aos transtornos causados pela catequese), utilização de vastos plantéis de trabalho ritmado e, no centro desses fatores, a dependência direta do comércio negreiro para a reprodução da força de trabalho. É nesses três fatores que encontraremos as características essenciais da escravidão colonial.

A mão de obra africana justificava-se pela precoce presença portuguesa na costa da África, já bem avançada a partir de meados do século XV. Os portugueses foram os primeiros responsáveis não só pelo transporte negreiro para sua colônia americana – Brasil –, a partir da metade do século seguinte, mas também no direito de asento, isto é, abastecimento de mão de obra africana cativa para as possessões espanholas nas Américas. Desde cedo, os portugueses

valeram-se da mão de obra africana não apenas em transporte para Lisboa, mas também, como mencionado, para as ilhas da costa africana, onde iniciaram a produção em larga escala de açúcar, voltada para o mercado europeu. Quando iniciaram a colonização efetiva do território americano, a partir da segunda metade do século XVI, os portugueses já dispunham de uma larga experiência na costa africana. Acordos realizados com lideranças locais, em especial no antigo reino do Congo – na região da África centro-ocidental, conhecida como área do Congo-Angola, que corresponde, atualmente, à área que inclui a República de Angola, os dois Congos e a República do Gabão –, garantiram o fluxo contínuo de cativos, que eram capturados constantemente em expedições de guerra e rapina pelo interior do continente, financiadas pelas próprias lideranças africanas. Esses escravos, trocados principalmente por armas e cavalos, e posteriormente por panos oriundos das Índias e pela cachaça (conhecida localmente como “geribita”) brasileira, eram não raro prisioneiros de guerra capturados de sociedades inimigas daquelas que se aliavam aos portugueses. Contudo, em épocas de escassez, os próprios aliados portugueses poderiam vir a tornar-se escravos.

A produção de açúcar nas ilhas da costa africana, e posteriormente no Brasil, foi o grande estimulante para a contínua captura e escravização de africanos. Reunidos em sistema de grandes plantéis, sobre os quais era imposto um ritmo extenuante de trabalho e organização do tempo, os escravos dedicavam parte considerável do dia à produção para seus senhores. Essa produção era articulada a um mercado mundial que incluía a Europa e a Ásia e obedecia a fluxos próprios sobre os quais os escravos não exerciam nenhum controle mais amplo. Ou seja, mesmo que os escravos pudessem interferir na forma de produção ou no fluxo dos bens produzidos por eles (interferência esta que envolvia diversas formas de rebeldia – desde a crua violência até o famoso “corpo mole” na hora do trabalho), essa interferência não era suficiente para que os produtores diretos (ou seja, os próprios escravos) pudessem tomar as rédeas dos destinos dos bens que

produziam. A carga de trabalho aliada à rara preocupação com condições mínimas de saúde ou alimentação e somada à abundância de escravos despejados anualmente nos mercados aumentava as taxas de mortalidade e reduzia a quase zero as taxas de natalidade. Foi essa situação que favoreceu o tráfico de escravos, assim como foi por ele favorecida.

O comércio negreiro era, aliás, o grande eixo por meio do qual o sistema do escravismo colonial adquiria força e perenidade. Despejando levadas e mais levadas de africanos anualmente nos mercados americanos, o tráfico possibilitava uma oferta necessária a uma demanda cada vez maior. Pouco a pouco, o tráfico possibilitou uma ampla rede de relações entre comerciantes negreiros, produtores etc., que se estendia das colônias americanas até a Ásia. Os grandes traficantes, que dominavam o perigoso e caro comércio negreiro pelo Atlântico, mantinham sócios e agenciadores em vários continentes, articulando os produtos a serem trocados e os lucros a serem geridos. Era um comércio dotado de lógica própria, que dominava os circuitos de acumulação e liquidez do sistema colonial. Com o desenvolvimento desse comércio, este passou a ser dominado por traficantes sediados na própria América portuguesa. Duas grandes praças dominavam a lógica do comércio: de um lado, a de Salvador, responsável pela redistribuição pelos circuitos do Norte colonial e para as minas que se descobriam nas Gerais (este último foi, posteriormente, dominado pelo Rio de Janeiro); de outro lado, a do Rio de Janeiro, que redistribuía os cativos para o Sul, chegando até a redistribuí-los para as possessões espanholas na região do Prata. Os traficantes dessas regiões, assim, controlavam boa parte dos sistemas de crédito, acesso aos principais fatores de produção e da liquidez disponível.

Tais eram os fatores que sustentavam a escravidão colonial. Justificando esse sistema, foi produzida uma série de textos elaborados com argumentos para otimizar a exploração do braço escravo e para conferir-lhe uma moral cristã. A postura de Azeredo Coutinho é exemplar nesse tipo de pensamento que, por vários séculos, predominou em relação à escravidão nas possessões coloniais,

não apenas de Portugal, mas dos principais países europeus que tinham colônias no Novo Mundo. A defesa da escravidão, a partir da afirmação do antigo sistema colonial, sempre se encontrou ligada à ideia da salvação religiosa dos africanos e da organização natural da sociedade, planejada por Deus, na qual cada um deveria ocupar naturalmente o lugar a que estava destinado. Essa forma de pensar a questão, fundamentalmente ligada à concepção cristã de mundo, afastava rupturas com o sistema escravista, não atacando diretamente a escravidão em si. O máximo a que se chegava era à crítica ao tratamento dispensado aos escravos, presente em diversos escritos dos jesuítas que conheceram a escravidão nas Américas e que pregavam um tratamento cristão e benevolente, por parte dos senhores, aos seus cativos. Sendo a escravidão justificada em termos religiosos e morais, argumentava-se, não faria sentido um tratamento desumano, e os senhores deveriam exercer certas obrigações para com seus escravos: como vesti-los, cristianizá-los, alimentá-los etc. Tais insistências jesuíticas não raro entravam em conflitos com os senhores, comumente menos preocupados com tais obrigações cristãs do que com outras, de ordem disciplinar.

A segunda escravidão

A justificação religiosa da escravidão passou, a partir do século XVIII, a dar lugar a outro tipo de pensamento. Com o advento do liberalismo e dos quadros do pensamento iluminista na Europa, abriram-se diversas frentes de crítica ao sistema escravista. Da mesma forma, a defesa da escravidão teve de desdobrar-se sob outras perspectivas, para além do pensamento religioso. A fala de Azeredo Coutinho, citada no início da aula, insere-se nessa virada, num momento de justificativa e defesa da escravidão não mais apenas, ou fundamentalmente, sob perspectiva religiosa, mas também sob uma perspectiva ilustrada.



Liberalismo e Iluminismo europeus

Convencionou-se chamar *liberalismo* ao conjunto de ideias e projetos que romperam, desde o século XVII ao menos, mas com raízes anteriores, com a visão teológica do mundo, ao trazer a primazia da ação humana para o centro da análise. Dessa forma, se a sociedade antes era concebida como proveniente de Deus, agora é a ação humana que passa a dar sentido a ela e às instituições sociais. No meio dessa nova visão está a remodelação da ideia de *contrato social*, isto é, a sociedade e o governo surgem agora como fruto da livre associação dos indivíduos, sendo, dessa forma, por eles organizados e não podendo despoticamente dispor das liberdades individuais. A melhor forma de assegurar essa não interferência do governo nas liberdades individuais, segundo o liberalismo, era o dogma da garantia da propriedade privada, entendida como resultado e atributo dessas liberdades. O *Iluminismo* (também chamado de *Ilustração*), da mesma forma, com sua ênfase na racionalidade humana e com sua pedagogia de “difusão das luzes”, do conhecimento, como instrumento de progresso da humanidade, contribuiu para a crítica da escravidão como um obstáculo a ser removido.

A despeito das críticas de Azeredo Coutinho, que acusava, conforme vimos, os liberais e iluministas em ascensão na Europa de “Seita de Hipócritas que, debaixo do pretexto de defender os direitos quiméricos da Liberdade e da Humanidade, se tem mostrado inimigos dos Tronos e da Religião”, não devemos incorrer no erro de considerar o liberalismo como incompatível, *em essência*, com a escravidão. Não podemos abordar a questão do liberalismo como se fosse um mero conjunto de abstrações e tentar, a partir delas, verificar sua compatibilidade ou não com a escravidão. O historiador deve atentar para o caráter *concreto* dos acontecimentos, para a forma como, historicamente, as doutrinas e os pensamentos atuaram na prática como instrumentos de mudança das relações humanas. A doutrina liberal não deve ser usada puramente para a análise das

sociedades: devemos, em vez disso, verificar como o liberalismo se desenvolveu, na prática, nos diversos Estados europeus até o século XIX, bem como nas demais regiões do mundo.

O que verificamos então é que, de fato, até meados do século XIX, não houve, na maioria das sociedades ocidentais, incompatibilidade entre liberalismo e escravidão, nem mesmo entre escravidão e expansão dos direitos individuais. Em alguns casos, como em muitos estados dos recém-criados Estados Unidos da América e no Império do Brasil, houve inclusive uma coincidência histórica entre a afirmação do liberalismo e não apenas a manutenção, mas a expansão da escravidão. Isso significa dizer que, com algumas exceções, o liberalismo não foi instrumento, nos países onde triunfou, de generalização imediata dos direitos civis, políticos ou sociais, ao contrário, desde cedo foram concretamente definidos aqueles a quem cabiam os direitos individuais e aqueles que deveriam ser excluídos deles, por não preencherem os requisitos necessários ao exercício da liberdade. Na Europa, falamos basicamente das camadas desfavorecidas da população. Em relação aos direitos políticos, por exemplo (votar e ser votado, basicamente), à exceção da Suíça, nenhum país europeu adotou o voto universal, mas sim o *censitário* (baseado na renda). O liberalismo francês das fases moderadas da Revolução Francesa, da mesma forma, criou as categorias de cidadãos passivos e ativos: os primeiros gozavam dos direitos civis, mas não dos políticos. Só os últimos eram cidadãos plenos.

Esses exemplos mostram que o clima liberal que se instalou na Europa, e que depois se espalhou para outras regiões, foi interpretado e exercido de formas diferentes segundo os lugares onde encontrava terreno para sua expansão. Concomitantemente a essa mudança nas mentalidades, o capitalismo industrial, a partir da Revolução Industrial, galgava seus passos rumo ao processo de unificação do mundo sob sua égide, como analisou o historiador inglês Eric Hobsbawm em obra chamada, convenientemente, de *A era do capital*. Esses dois processos, de ascensão do liberalismo

e do capitalismo, que constituem, na verdade, um processo duplo, e não processos separados entre si, influenciaram decisivamente os rumos da escravidão no Novo Mundo.

O maior impacto desse duplo processo se deu em relação à transformação da escravidão colonial na segunda escravidão. Em que consistiu essa passagem? Vamos buscar percebê-la.

Segundo o historiador Dale Tomich, os princípios liberais e a Revolução Industrial inglesa, ao longo da primeira metade do século XIX, causaram a implosão de diversos sistemas escravistas do Novo Mundo. As colônias inglesas (Jamaica, por exemplo) e a própria Inglaterra, bem como as colônias francesas (Haiti e Martinica), em um longo processo histórico que combinou pressões socioeconômicas, revoluções políticas, movimentos peticionários pelo fim do tráfico e da própria escravidão, insurreições escravas e mesmo uma revolução bem-sucedida de cativos – a única na História, no Haiti – aboliram a escravidão e tornaram-se críticas de sua manutenção em outras partes do mundo. Outras regiões, contudo, não apenas expandiram seus plantéis escravistas ao longo da primeira metade do século XIX e reforçaram os grilhões em seus territórios como também o fizeram a partir das novas condições mundiais inauguradas pelo capitalismo em ascensão. Em Cuba, no sul dos EUA e no Brasil (respectivamente, produtores de açúcar, algodão e café), a escravidão atrelou-se a um incremento do processo produtivo e à introdução de máquinas-símbolos da Revolução Industrial, como o descaroçador de algodão, nos EUA, e a ferrovia, em Cuba e no Brasil. Nessas regiões, a tecnologia e a expansão do mercado mundial, longe de atacarem a escravidão, serviram para dar-lhe novo fôlego e para se recompor segundo novas justificativas, intenções e formas de dominação. Nessas áreas, a produção expandiu-se a tal ponto que elas se tornaram líderes em seus segmentos de mercado, respondendo por um virtual monopólio em suas áreas de atuação. Os maiores compradores de suas produções eram exatamente os mercados capitalistas em expansão, notadamente Inglaterra e norte dos EUA.

A segunda escravidão, assim, é a recomposição do escravismo em novas áreas (ainda que dentro de antigas colônias), atrelado a um novo sistema-mundo capitalista, impulsionado por inovações técnicas e justificado sob princípios liberais, e não mais sob razões teológicas. A escravidão tornava-se uma questão *nacional*, dos Estados territoriais em criação (mesmo em Cuba, que ainda era colônia da Espanha, a questão ganhou dimensões mais amplas, imperiais). Além disso, e lembrando os três fatores que sustentavam a escravidão colonial, o tráfico negreiro foi perdendo gradativamente sua importância. Os plantéis escravistas passaram, paulatinamente, por um processo de nacionalização, ou seja, mais escravos nascidos naquelas sociedades e menos estrangeiros africanos compondo a população cativa. Nessas regiões, a escravidão tornou-se mais estável, com menores índices de mortalidade, e, portanto, passou a ser controlada sob novas bases.

A segunda escravidão ocorreu num período de mudanças aceleradas, e seu alcance não chegou perto dos quase três séculos de escravidão colonial. Contudo, sua intensidade foi maior. Podemos acompanhar essa intensidade a partir da tabela a seguir, contendo algumas estimativas de desembarques de escravos africanos em algumas das principais regiões escravistas das Américas.

Tabela 1.1: Estimativas de desembarques de escravos, séculos XVI-XIX

	Brasil	Caribe Britânico	América do Norte	América Espanhola	Caribe Francês
1500-1600	29.275	–	–	169.370	–
1601-1700	784.457	310.477	15.147	225.504	38.685
1701-1800	1.989.017	1.813.323	295.482	145.533	995.133
1801-1866	2.061.625	194.452	78.117	752.505	86.397

Fonte: www.slavevoyages.com

Duas situações podem ser lidas a partir dessa tabela:

1) Nota-se que, enquanto em algumas tradicionais regiões do escravismo colonial diminuíram os números de escravos desembarcados, em outras, esses números subiram. Isso se dá por duas razões, de acordo com a região considerada: em primeiro lugar,

o Caribe Britânico e o Francês diminuíram seus desembarques por conta das sucessivas proibições ao comércio negreiro internacional em seus impérios. Naquelas regiões, tradicionais locais de produção escravista colonial, a organização da produção sofreu consideráveis mudanças a partir dessas proibições. Posteriormente, essas regiões foram suplantadas pelas outras ligadas à segunda escravidão. Em segundo lugar, os números, quando consideramos as regiões da segunda escravidão (em especial, Cuba, EUA e Brasil), devem ser lidos com cautela: nem sempre uma diminuição nos desembarques de escravos significa uma diminuição da escravidão. Isso fica bem claro na América do Norte, cujos números referem-se, em especial, ao sul dos EUA. Ali, em especial na região do baixo vale do Mississippi, grande região de produção algodoeira, após a proibição do tráfico negreiro, em 1807, aumentaram, ao invés de diminuir, os plantéis escravistas, conforme podemos observar na tabela seguinte:

Tabela 1.2: Estimativas de população escrava no baixo vale do Mississippi (EUA), séculos XVIII-XIX

Ano	1720	1750	1770	1790	1810	1820	1840	1860
População escrava	1.385	4.730	7.100	18.700	51.748	145.394	637.130	1.497.118

Fonte: Berlin (2006, p. 322-323).

Tais números demonstram que, naquela região, os plantéis escravistas estabilizaram-se ao longo do século XIX e reproduziram-se internamente até às portas da Guerra de Secessão, durante a qual a escravidão teve fim nos EUA.

2) A segunda situação, que pode ser lida a partir da **Tabela 1.1**, é a seguinte: duas regiões, no universo do escravismo colonial, tiveram os desembarques de escravos aumentados em seu território ao longo do século XIX. Tais são Cuba (que concentrou a maior parte dos desembarques da América Espanhola) e Brasil. Ambas as regiões conviveram de modo diferente com esse aumento de desembarques: em Cuba, o tráfico manteve-se legal por mais tempo do que no Brasil, onde foi proibido por lei já em 1831. Contudo, apesar de diferentes formas de convivência em ambos os casos, o aumento nos desembarques levou a uma situação similar: o aumento dos plantéis

escravistas em novas regiões de produção voltadas para o mercado internacional (produção de açúcar, em Cuba, e café, no Brasil).

Podemos perceber como escravidão, tráfico e produção, para o mercado internacional, conviveram intimamente a partir da

Tabela 1.3.

Tabela 1.3: Volume de produção de açúcar e café em Cuba e no Brasil

	Cuba	Brasil
1821-25	63.2	12.5
1826-30	84.2	25.7
1831-35	101.3	52.9
1836-40	129.8	72.2
1841-45	170.3	91.2
1846-50	253.5	129.3
1851-55	389.5	155.3
1856-60	435.3	172.8
1861-65	501.4	139.7

Obs.: Valores em milhares de toneladas métricas.

Fonte: Eltis (1987, p. 284-286).

Com as três tabelas juntas, percebemos toda a movimentação das relações entre segunda escravidão, mercado internacional e reorganização das sociedades em Cuba, nos EUA e no Brasil. O aumento nos plantéis escravistas (por meio do tráfico, em Cuba e no Brasil, e reprodução interna, nos EUA) leva a um aumento nas respectivas produções internas. Deve-se ressaltar que esse aumento se dá numa conjuntura de queda nos preços dos produtos, o que reforça como a expansão dos volumes, feita num contexto desfavorável, teve de contar com o fácil acesso a vastas fontes de mão de obra.

Deve-se ressaltar, ainda, que essa expansão da escravidão e da produção contou com as amplas vantagens proporcionadas pela Revolução Industrial em andamento. Segundo nos diz Dale Tomich, em Cuba foram construídas ferrovias (grande símbolo da Revolução Industrial) com a missão específica de escoar a produção açucareira, o que otimizou o tempo e permitiu a penetração dos engenhos e dos canaviais mais para o interior da ilha. No Brasil, na segunda metade do século XIX, as primeiras ferrovias construídas também tinham por objetivo primordial escoar a produção açucareira, desde o Vale do Paraíba até os portos. Em ambos os casos, os capitais oriundos dos senhores de escravos e produtores das *plantations* foram fundamentais para a acumulação necessária à construção desses símbolos do nascente capitalismo industrial.

A segunda escravidão durou, em comparação com a amplitude do escravismo colonial, relativamente pouco tempo. Sua intensidade e seu alcance, contudo, fazem-se sentir, até hoje, nas tensões étnicas que perpassam as sociedades que conviveram com esse tempo de transformações. Mais de três séculos depois de seu ressurgimento nas sociedades do Novo Mundo, a escravidão encontrou seu fim, mas ainda deixa marcas que serão percebidas por longo tempo.



Atende ao Objetivo 1

1. Conforme vimos, a passagem do século XVIII para o século XIX, no Ocidente, caracterizou-se pelo declínio de uma forma específica de escravidão e o surgimento de outra. A escravidão colonial deu lugar à segunda escravidão.

Tendo isso em mente, explique as principais diferenças existentes entre os sistemas escravistas, destacando os locais onde ocorreram, suas intensidades e a relação que mantiveram com os circuitos mundiais de comércio e produção.

Comentário

O escravismo colonial caracterizou-se pela ampla utilização da mão de obra africana, que alimentava os locais de produção por meio do comércio negreiro. Esses locais de produção eram, via de regra, as colônias escravistas da França, da Inglaterra, da Espanha e de Portugal. A partir da produção de gêneros tropicais e do descobrimento de metais preciosos, o fruto do trabalho escravo alimentava os circuitos de acumulação mercantil da economia-mundo europeia. Tal forma de produção durou aproximadamente três séculos.

A segunda escravidão, por outro lado, caracterizou-se pela concentração em três áreas específicas, que ascenderam após o declínio de antigas áreas escravistas: Cuba, sul dos EUA e Império do Brasil. Nessas três regiões, cujas produções respectivas (açúcar, algodão e café) encontravam-se intimamente ligadas ao mercado capitalista em expansão, o intercâmbio da escravidão com a tecnologia proveniente da Revolução Industrial (marcadamente, as ferrovias) garantiu uma explosão na produção e uma otimização na utilização do braço escravo. Tal mão de obra era alimentada, por um lado, pela reprodução interna; por outro lado, via tráfico de escravos, em boa parte ilegal.



O Brasil rumo ao século XIX

Nas Américas, não obstante a ascensão da segunda escravidão, as ideias liberais favoreceram diversos movimentos de escravos e demais camadas subalternas das várias populações locais que interpretavam os princípios liberais (ou, em outras palavras, “liam” esses princípios) segundo intenções bem particulares. A ação dessas pessoas marcava a disputa em torno dos limites possíveis e “aceitáveis” do liberalismo, não raro contribuindo para a redefinição dos próprios preceitos liberais. A radicalização dos acontecimentos na Europa, em especial no que toca à Revolução Francesa, também possibilitou munição renovada para as ações tanto de escravos quanto de grupos subalternos, preocupando os grupos dominantes na vanguarda da segunda escravidão.

No Brasil, a leitura das ideias liberais, e especialmente dos acontecimentos por ela inspirados (como a já citada Revolução Francesa), pelas camadas mais pobres da população foi um perigo constante para as autoridades. Na Revolução Baiana de 1798, por exemplo, que contou com ampla participação popular, a inspiração na fase jacobina radical dos eventos franceses levou a uma elevação dos princípios igualitários e ao desafio do governo colonial. Dessa forma, desde o início, foi necessário aos grupos dominantes buscar a manutenção do monopólio da leitura do liberalismo e dos limites de circulação de notícias sobre os acontecimentos mais radicais que acometiam a Europa, ou seja, apenas certa leitura dos princípios liberais deveria ser admitida e permitida, afastando tendências consideradas perigosamente “democráticas”, “anárquicas”, “radicais” etc., e foi essa leitura específica que predominou na Constituição do Império do Brasil, de 1824, que mantinha a escravidão sem sequer citá-la, ao garantir o direito inalienável à propriedade (escravos são definidos, antes de tudo, pelo fato de pertencerem a alguém que não a eles próprios).

Dessa forma, podemos perceber que, se por um lado a ascensão do liberalismo permitiu a inauguração da crítica universalista à

escravidão, por definir os indivíduos como livres, por outro essa crítica não foi um desdobramento natural e inevitável da adoção das ideias liberais, foi, sim, resultado de muitas lutas, de conflitos entre classes e grupos sociais pela leitura que deveria predominar acerca da ideia de liberdade, que se afirmava como peça-chave no vocabulário político ocidental. Foi uma luta pautada pelos exemplos que inspiravam ações e modificavam o imaginário político. É importante salientar que, assim como o liberalismo poderia possibilitar a crítica ao sistema escravista, poderia, sem grandes malabarismos teóricos, possibilitar também sua defesa sobre novas bases, como ocorreu em certas regiões, como, por exemplo, no Brasil. Bastava perceber no liberalismo a defesa incondicional do direito de propriedade: não era o escravo uma propriedade legalmente adquirida por seu proprietário? Ou ainda, bastava priorizar a ideia de progresso econômico como resultado do espírito racional, utilitário e empreendedor: não era o escravo a mola propulsora da produção de algodão, que trazia a riqueza para os plantadores do sul dos EUA e fornecia a matéria-prima para as fábricas inglesas? Não era o café a sustentação da civilização do Império do Brasil e a bebida popular nas cidades europeias e norte-americanas?

Por outro lado, este também foi um período histórico em que povos e nações se levantaram contra as velhas estruturas sociais e políticas de dominação em ambas as margens do oceano Atlântico. Na América do Norte, os colonos ingleses revoltaram-se contra a metrópole em 1776 e, após quase uma década de lutas, fundaram a primeira república moderna, os Estados Unidos da América. Na França, entre 1789 e 1794, uma série de levantes e revoltas populares colocou abaixo o Antigo Regime, o que acarretou as primeiras experiências efetivamente democráticas de organização política da época contemporânea. A América ibérica (ou seja, as colônias portuguesas e espanholas), nas duas primeiras décadas do século XIX, tornou-se uma região independente. Tudo isso foi feito com alguma participação popular e, muitas vezes, com o concurso direto de escravos, ex-escravos e seus descendentes, o que não poderia deixar de questionar e abalar a escravidão, principalmente

depois que, na colônia francesa de São Domingos (Haiti), a maior produtora mundial de açúcar na época (entre 1791 e 1803), os próprios escravos revoltaram-se, tomaram o poder, proclamaram a independência e aboliram a escravidão!

Percebemos, então, que, no início do século XIX, as diversas ideias liberais eram percebidas e vivenciadas pelos agentes de formas díspares. Foi só com muita luta e violência que algumas formas de percepção dessas ideias foram instituídas, enquanto outras foram excluídas e negadas, mesmo como remotíssima possibilidade.

Em grande parte, a história do Brasil no século XIX, assim como a de outras regiões americanas, se dará entre essas polarizações, sendo a escravidão renascida, renovada e ampliada o seu elemento central.



Atende ao Objetivo 2

2. Analise, a partir das discussões presentes nesta aula, a inserção do Brasil nos quadros do liberalismo e da segunda escravidão. Considere, em sua resposta, os seguintes fatores: as diferentes interpretações para os eventos do liberalismo, segundo a camada social em questão, e as relações entre escravidão e liberalismo.

Comentário

O liberalismo, conjunto de ideias e práticas críticas ao Antigo Regime, não percorreu apenas um caminho, tampouco restringiu-se, em seus aspectos mais significativos, a apenas uma camada da população. As diversas camadas sociais “leram” tanto as ideias quanto as práticas do liberalismo de forma muito pessoal.

Os grupos subalternos, notadamente os escravos, à medida que, em sua prática, contestavam uma dominação que lhes impunha uma hierarquia, perceberam, em boa parte, os princípios liberais como potenciais para sua ação libertadora. Envolveram-se em revoltas que assustavam o sistema, pois subvertiam a velha ordem e ameaçavam os privilégios dos grupos dominantes.

Os grupos dominantes, por sua vez, impunham uma leitura do liberalismo que privilegiava a moderação, o respeito às leis (na figura do constitucionalismo) e a garantia da plena propriedade. Na disputa por leituras do liberalismo, esses grupos dominantes agiram no sentido de esvaziar qualquer apelo revolucionário e de forma a garantir, pelas próprias ideias liberais, a manutenção da escravidão como manutenção do direito de propriedade.

O Brasil que surgiria, como Estado-nação, no século XIX, nascia num mundo em que se renovava fortemente a escravidão. Mais do que isso: o Brasil tomava parte ativa nesse movimento de reformulação. Em História, devemos sempre tomar cuidado com as associações mecânicas que podem ser feitas entre certos movimentos e certos resultados. Se o Iluminismo gerou condições para a crítica da escravidão, esta não apareceu de forma automática. Foram as lutas, as disputas, as diferentes interpretações possíveis que deram a tonalidade do sentimento antiescravista, que minaria uma das instituições mais antigas das sociedades humanas.

Em 1888, o Brasil aboliria a escravidão. Contudo, o percurso que trataremos até chegar a esse ano, em uma aula futura, é marcado por idas e vindas, e, em certos momentos, não havia muita certeza se o destino final seria esse. Em 1822, ano da Independência do Brasil, ninguém afirmaria com segurança que o fim da escravidão

viria no espaço de algumas décadas. Mesmo em meados do século, mesmo após a abolição final do tráfico de escravos em 1850, nada disso estava certo e definido ainda.

O Brasil adentrava o século XIX mergulhando num novo tipo de escravismo. E ninguém afirmava ao certo qual seria seu destino.

RESUMO

Entre os séculos XVIII e XIX, o mundo ocidental passou por transformações profundas que mudaram o panorama que vigorava havia mais de três séculos. A escravidão colonial, baseada numa economia mundial em formação, de base mercantil e forjada a partir do tráfico negreiro africano, deu lugar a uma escravidão diferente, fundamentalmente ligada à ascensão do capitalismo industrial que, em boa parte, dispensava o tráfico negreiro para sua reprodução. Tal foi chamada por certos historiadores, como Dale Tomich, de *segunda escravidão*.

O Brasil, inserido nesse contexto, tornou-se independente nas décadas de agitação nas Américas, criando um Estado nacional profundamente ligado ao escravismo. Nas décadas seguintes, com a expansão da produção de café, esse escravismo atingiu o auge, já num momento de proibição do tráfico negreiro.

Podemos perceber, desse modo, como os dois movimentos, de ascensão da segunda escravidão e da Independência, estavam, no caso brasileiro, intimamente ligados. Os ideais liberais tiveram, no Brasil, uma leitura específica: a liberdade, no Brasil, foi entendida pelas classes dominantes como negação da opressão colonial, mas também, e principalmente, pela afirmação do direito de propriedade (em especial, no caso, da propriedade escrava). Todavia, isso não

significa que a população mais ampla ficasse de fora. Os grupos dominantes que fizeram a Independência tiveram de medir forças todo o tempo e de manterem-se alerta para impedir uma expansão maior das leituras sobre as ideias liberais, que poderiam significar uma subversão da ordem hierárquica e o risco de uma revolução em larga escala.

Aula 2

1808: A vinda da corte portuguesa para o Brasil

Mariana Muaze

Meta da aula

Apresentar as principais transformações ocorridas no Brasil com a vinda da corte.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. discutir o lugar das efemérides no processo de construção de memória nacional através do debate apresentado acerca das comemorações do 1808;
2. identificar de que formas a conjuntura europeia e a política diplomática portuguesa se relacionam com a vinda da família real para o Brasil;
3. reconhecer as principais mudanças políticas, econômicas e sociais desencadeadas pela instalação da corte no Rio de Janeiro.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você tenha acompanhado as aulas de História do Brasil Colônia e as aulas de História Moderna que discutiram Iluminismo e Revolução Francesa.

INTRODUÇÃO



Figura 2.1: Quadro de Dom João VI pintado por Jean-Baptiste Debret, século XIX. Óleo sobre tela, Museu Nacional de Belas Artes.

Fonte: <http://wikipedia.org>.

O centenário da chegada da família real no Brasil foi largamente comemorado na cidade do Rio de Janeiro durante todo o ano de 2008. Exposições, seminários, concursos de monografia, restaurações de prédios e monumentos importantes do período joanino, isto é, correspondente ao período em que Dom João VI esteve no Brasil, foram algumas das formas encontradas pelo poder público para marcar a efeméride. Nesta atmosfera, imagens que valorizassem positivamente a pessoa de Dom João, como a de Debret acima exposta, tiveram ampla circulação. No âmbito acadêmico, foram organizadas mesas-redondas, palestras, congressos e debates nas principais instituições fluminenses. O tom utilizado nos eventos e publicações foi, predominantemente, o de celebração não só da figura de Dom João, mas também da importância do período joanino para a História nacional.

Entre os historiadores, a data provocou algumas colocações interessantes. Laura de Mello e Sousa lembrou que durante muito tempo o 1808 foi interpretado de forma negativa. Em 1809, por exemplo, o *History of Brazil*, de Andrew Grant, chamava o evento de “a fuga desta corte imbecil”. Em 1900, em *História do Brasil*, João Ribeiro definia Dom João como aquele “que entre nós desmoralizou a instituição monárquica”. Mas, certamente foi o livro *História de Portugal no final do século XIX*, de Oliveira Martins, aquele que sedimentou uma imagem de Dom João VI como um “desengonçado comedor de frangos”, ainda hoje bastante presente no senso comum e reafirmada em filmes e séries de TV. Tais trabalhos têm em comum uma visão deletéria da corte e da vida nos trópicos que, segundo a historiadora, se explicaria por uma interpretação acrítica das narrativas de alguns viajantes estrangeiros que aqui estiveram. Ao contrário, os estudos de Oliveira Lima (*o Dom João VI no Brasil*) e Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil Contemporâneo*), mesmo pertencendo a matrizes historiográficas bastante diversas entre si, foram fundamentais para discutir tal visão. O primeiro, por reabilitar Dom João VI, ressaltando a importância que a vinda da corte teve para a formação da nação. O segundo, por considerar o evento um marco para a emancipação política do Brasil e uma chave preciosa para a compreensão não só desse processo histórico, mas também do Brasil contemporâneo.

Outro debate interessante se deu a partir das colocações de Evaldo Cabral de Mello. O historiador e diplomata, em entrevista ao *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, em 22 de janeiro de 2008, afirmou que a história do Brasil é construída a partir do Rio de Janeiro e que as celebrações se tratavam de uma “festa da espoliação”, porque só interessavam ao “narcisismo coletivo carioca”. Segundo ele, as províncias do norte não têm motivos para comemorar, pois a estada da corte só lhes significou uma maior espoliação fiscal. Ao contrário, no eixo político Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, o evento permitiu a formação de uma burocracia de portugueses e colonos enriquecidos que acabaram liderando a Independência

e se consolidando como elite política no Império. Evaldo Cabral completou seu argumento dizendo:

Quando alguém fica entusiasmado com a vinda de Dom João, está sempre achando que a unidade territorial do Brasil é um valor supremo. E que por isso deve subordinar outros valores, como liberdades públicas, desenvolvimento econômico. Talvez fosse melhor que o Brasil fosse menor e tivesse acabado a escravidão mais cedo e realizado reformas que até hoje adia (apud CARVALHO, 2008).

Segundo Evaldo Cabral, desde o Império, foi consolidada uma dada historiografia – à qual denominou de Saquarema – que priorizou uma história nacional fortemente marcada pelo projeto de unidade territorial e centralização política. Neste contexto, o episódio da chegada da corte no Brasil adquiriu importância, pois corroborou o projeto político de nação, que acabou vitorioso. Já os valores de autogoverno e liberdade defendidos por algumas províncias do norte, como os rebeldes pernambucanos de 1817-1824, por exemplo, foram violentamente reprimidos e não adquiriram espaço significativo na historiografia.

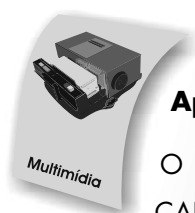
Dando continuidade ao debate iniciado por Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho ressaltou que os sentimentos de pertencimento à nação são construídos historicamente e que, até pelo menos a guerra do Paraguai, não se podia falar de Brasil conforme o entendemos hoje. Desta forma:

A narrativa do Brasil só poderia mesmo ser feita a partir do centro político do país, da capital do Império, do Rio de Janeiro. Era só desse ponto de observação e de ação que se podia ver o todo, tão fragmentado e isolado pela ausência de comunicação, de convivência, de conhecimento recíproco, de sentimento comum e mesmo de valores políticos compartilhados.(...) Sem dúvida, a perspectiva a partir do Rio de Janeiro, que Evaldo Cabral

de Mello chamou de saquarema, interessava à burocracia central e aos negócios baseados na capital. Mas era também a perspectiva de todos os que valorizavam a unidade da ex-colônia. Se tal unidade não existia na realidade, ela estava sem dúvida na cabeça de quase toda a elite treinada em Coimbra, e não apenas na de José Bonifácio (CARVALHO, p. 569).

Para José Murilo de Carvalho, a vinda da corte foi essencial para a consolidação do Brasil como o conhecemos hoje, pois, sem esse episódio, a colônia não manteria sua unidade territorial e política. Portanto, uma narrativa na qual o Brasil seja concebido de forma centralizada, só pode ser pensada a partir do centro político do país. Somente desse ponto de observação e de ação é que se pode idealizar o todo e procurar dotá-lo de sentimentos comuns e valores políticos compartilhados. “O Rio de Janeiro foi assim, durante o Império e a Primeira República, o ponto de onde se escreveu a história do Brasil.” Contudo, tal característica não era uma prerrogativa brasileira. Todos os países dominados por uma cidade que é centro político e cultural tendem a se pensarem da mesma forma.

A partir do que foi dito, cabe perguntar: deveríamos comemorar o bicentenário do 1808? A resposta vem a partir das advertências do historiador François Furet, para quem as efemérides são positivas para suscitar novas pesquisas acadêmicas, fomentar debates e despertar o interesse do grande público por sua própria história. Contudo, é preciso temer a paixão com que se celebra, a fim de evitar os festejos excessivos que relembram ao esquecimento de muitas questões importantes. A polêmica entre Evaldo Cabral e José Murilo de Carvalho é essencial neste sentido, pois traz uma colaboração interessante para pensarmos como a importância da vinda da corte para o Brasil é uma construção histórica. Duzentos anos depois, o debate continua em andamento e trazendo reflexões fundamentais sobre as formas pelas quais cada sociedade, nos diferentes tempos e lugares, recompõe o passado e constrói sua história.



Aprofundando o debate!

O debate aqui apresentado pode ser acompanhado nos artigos: CARVALHO, J.M. João e as histórias dos Brasis. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n.56, 2008. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000200014&script=sci_arttext.

HAAG, Carlos. Um corte na história do Brasil – bicentenário da vinda da família real exige reflexão historiográfica. *Revista da Fapesp*, n. 143, Jan. 2008. <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=3435&bd=1&pg=1>. Vale a consulta!



Atende ao Objetivo 1

1. A partir do que foi discutido, resuma o debate travado entre Evaldo Cabral de Mello e José Murilo de Carvalho sobre as comemorações do bicentenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil.

Resposta Comentada

Evaldo Cabral chama a atenção para a necessidade de se interpretar a História do Brasil para além de uma história do Rio de Janeiro e afirma que este tipo de interpretação foi, durante muito tempo, construída por uma historiografia saquarema centralizadora. Em *A Outra Independência*, mostra como este evento histórico foi visto e vivenciado pelos atores sociais de diferentes províncias do norte, principalmente Pernambuco e Bahia. José Murilo

de Carvalho, por outro lado, defende que, no caso da chegada da corte ao Brasil, o evento histórico suscitou mudanças importantíssimas para todas as províncias do que futuramente seria considerado Brasil e, por isso, merece um destaque na chamada História nacional.

A conjuntura europeia e a difícil neutralidade portuguesa

As primeiras décadas da chamada Era das Revoluções (1789-1848) foram palco de transformações profundas na economia, na sociedade e na política da maioria dos países europeus e suas colônias. Experiências como a Revolução Industrial, a independência das 13 colônias inglesas (1776) e o consequente surgimento dos Estados Unidos, além da Revolução Francesa (1789), abalaram as estruturas tradicionais do Antigo Regime e erigiram os alicerces do mundo contemporâneo, regido pela racionalização, secularização, ciência, progresso e crença no indivíduo. Contudo, as mudanças aqui descritas foram vivenciadas de forma diferenciada, de acordo com as especificidades de cada sociedade.



Eric Hobsbawm

Historiador de formação Marxista, Eric John Earnest Hobsbawm se dedica ao estudo da História Contemporânea. Dentre os muitos livros que publicou, podemos destacar: *A Era das Revoluções* (1789-1848); *A Era do Capital* (1848-1875); *A Era dos Impérios* (1875-1914) e *A Era dos Extremos: o breve século XX* (1914-1991). Nestas obras, Hobsbawm procurou interpretar momentos-chave da História Mundial que culminaram em profundas transformações políticas, econômicas

e sociais com o objetivo de entender o passado como um todo coerente, mas sem deixar de perceber o sentido histórico de cada uma destas “eras”. No livro *A Era das Revoluções*, analisou as transformações desencadeadas pela chamada “dupla revolução”: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial britânica.

Você, com certeza, ainda vai ouvir falar muito deste importante historiador. Para uma leitura rápida sobre a obra de Hobsbawm, vale consultar: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Eric Hobsbawm: a História como síntese interpretativa. <http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0017.htm>.

No contexto da Revolução Francesa, em 9 de novembro de 1799, o governo do Diretório (uma das fases em que foi dividida a história da Revolução Francesa) foi derrubado por Napoleão Bonaparte no chamado Golpe 18 de Brumário. Em maio de 1804, Napoleão restituiu o regime monárquico na França através de plebiscito e, em dezembro, foi coroado imperador em cerimônia realizada na catedral de Notre-Dame. Neste período, o exército napoleônico conquistou os atuais territórios da Espanha, Suíça, Itália, Alemanha, Polônia, e destronou algumas das monarquias absolutistas mais importantes da Europa. O único país que fazia frente à política expansionista francesa era a Inglaterra. Na tentativa de desbancar o poderio econômico de sua principal rival, Napoleão assinou o decreto de Berlim em 21 de novembro 1806.

Art 1º. As ilhas Britânicas estão em estado de bloqueio (...)
Qualquer comércio e qualquer correspondência com as Ilhas Britânicas são proibidos; qualquer indivíduo inglês, encontrado nos países ocupados pelas tropas francesas e aliadas, será feito prisioneiro de guerra; qualquer loja, qualquer mercadoria, qualquer propriedade de qualquer espécie, pertencente a alguém da Inglaterra, é declarada presa de guerra. O comércio de mercadorias inglesas está

proibido e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada presa de guerra (...) (DECRETO..., 2010).

O decreto, mais comumente conhecido como Bloqueio Continental, procurava forçar o rompimento dos laços econômicos ingleses com os países do continente e, assim, enfraquecer a potência inimiga. A reação da Inglaterra foi imediata: declarou ilegal o comércio e a navegação em todos os portos pertencentes aos inimigos e considerou legítima a captura das embarcações e mercadorias procedentes desses mesmos portos. Enquanto Inglaterra e França brigavam pela hegemonia política e econômica da Europa, Portugal ainda não tinha conseguido romper com as estruturas de Antigo Regime e buscava uma política de neutralidade no conflito.

O expansionismo francês e a nova política internacional levados a cabo por Napoleão deixavam Portugal numa situação bastante delicada. O príncipe regente, Dom João, optou por manter uma diplomacia que oscilava entre as duas potências. Para o lado inglês pesava a antiga aliança comercial estabelecida desde o **Tratado de Methuen** e a proteção da marinha mais poderosa da Europa. Já para os franceses contavam as promessas de não invasão e manutenção da paz. Dentre os políticos portugueses que ocupavam cargos de confiança, formaram-se dois partidos. Antônio Araújo de Azevedo defendia uma aproximação com a França, enquanto Rodrigo de Sousa Coutinho via na aliança com a Inglaterra uma forma de defender o espaço atlântico e a integridade do Império português. Se hoje já sabemos que o partido inglês foi o que saiu vitorioso, é bom que se enfatize que, no calor dos acontecimentos, isso não estava decidido e, até 1807, a conjuntura pesava em favor da França.

Em julho de 1807, Napoleão Bonaparte, que àquela altura já tinha derrotado as principais casas dinásticas da Europa, exigiu que Portugal cumprisse todas as prerrogativas do Bloqueio Continental até 1º de setembro, e alertava que a recusa de Dom João em acatar suas ordens seria interpretada como declaração de guerra. Desde

Tratado de Methuen

Também referido como *Tratado dos Panos e Vinhos*, foi assinado entre Portugal e Inglaterra em 1703. Pelos termos do acordo, os impostos alfandegários entre os países envolvidos seriam suspensos no caso da importação de têxteis britânicos pelos portugueses e de vinhos portugueses pelos comerciantes ingleses.

então, Portugal passou a correr sério perigo de invasão. A proposta intermediária apresentada por Portugal era: "Bloqueio sim, expulsão dos ingleses e apropriação de seus bens não." Os historiadores Lúcia Bastos e Humberto Machado explicam:

Sentindo-se permanentemente ameaçado, desde o fim da União Ibérica (1640), pelas pretensões expansionistas da Espanha, Portugal, nessa conjuntura das guerras napoleônicas, temia as consequências de uma aliança do vizinho ibérico com a França, e procurou inicialmente sustentar posição de neutralidade. Contrariando a tradicional aliança com a Inglaterra, procurou atender, em seguida, às exigências francesas do Bloqueio Continental (1806), fechando seus portos, mas sem muita convicção, às embarcações britânicas. Tal atitude dúbia, eficaz nos primeiros anos de guerra, ruiu quando a Coroa espanhola assinou com a França o tratado de Fontainebleu (outubro de 1807), que lhe atribuía a ocupação de parte do território português. Diante de um ultimato, que não foi acatado pelo regente de Portugal, o futuro d. João VI (1767-1826), as tropas napoleônicas cruzaram as fronteiras, comandadas pelo general Junot, como parte da estratégia napoleônica de conquista da península ibérica, em novembro de 1807, e, sem encontrar grande resistência, avançaram em direção a Lisboa (BASTOS; MACHADO, 1999).

Diante da impossibilidade de se opor ao exército napoleônico, a corte portuguesa passou a considerar a hipótese de emigrar para sua colônia na América. Portugal tentava um jogo duplo: fechava os portos aos navios britânicos para acalmar Napoleão, mas mantinha negócios com os ingleses. No entanto, o jogo duplo não era somente uma estratégia portuguesa. Enquanto Napoleão dizia aguardar, as tropas do general Junot avançavam em direção a Lisboa. A esta altura, França e Espanha haviam assinado secretamente o tratado de Fontainebleu (27 de outubro), no qual decidiam destronar a Casa de Bragança e dividir entre si o território português.

Ao saber das últimas pretensões francesas e espanholas, Dom João selou sua aliança final com a Inglaterra. No dia 16 de novembro de 1807, a esquadra inglesa, com 7 mil homens, chegou a Lisboa para cuidar da viagem da família real até o Brasil, onde estaria segura dos ataques iminentes. A decisão foi tomada em sessão do Conselho de Estado na madrugada do dia 25 de novembro. No dia 27, Dom João embarcou seguido de sua família e de cerca de 15.000 pessoas, dentre ministros, conselheiros de estado, oficiais e servidores, fidalgos, militares, nobres e seus familiares. A transmigração da corte não era tarefa simples; afinal, era a própria sede do Estado português que mudava de endereço e, com ela, todo o seu aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, secretarias, arquivos e tudo o mais que garantiria seu funcionamento em outras terras. Dois dias depois, a esquadra real composta de 8 naus, 3 fragatas, 2 brigues, uma escuna de guerra, uma charrua de mantimentos e mais 20 navios mercantes da marinha lusitana, zarpou com destino ao Novo Mundo. No mesmo dia, cerca de 6 mil soldados inimigos, arrasados pela fome, febre amarela e disenteria, alcançaram Lisboa. Sobre a partida, foi relatado:

A desgraça, a desordem e o espanto existiam por toda a parte em Lisboa, quer em terra quer no mar (...). Copiosas e tristes, algumas lágrimas derramaram-se por esta ocasião, uns choraram a separação de pais, maridos, filhos e mais pessoas queridas, outros a criticar a posição da pátria invadida por exército inimigo e ao recordarem-se dos males que iriam sofrer ficando sem protestos e no meio de terríveis franceses (apud SCHWARCZ, 2002, p. 214).

A diplomacia ambígua de Dom João VI, de uma forma ou de outra, assegurou o trono português para a Casa de Bragança, mesmo que para isso a corte tivesse que atravessar o Atlântico. Mas você deve estar se perguntando por que o plano de defesa arquitetado por Portugal, com participação da Inglaterra, previa a mudança da corte para a América. É bom ressaltar que a estratégia de transmigração da corte para o Brasil não era uma novidade.

Ela já havia sido cogitada em outras conjunturas históricas: na Restauração Portuguesa, quando o padre Antonio Vieira apontou o Brasil como refúgio natural e ideal para Dom João IV; em 1738, por sugestão de Dom Luis da Cunha, para melhorar o controle sobre a extração de ouro, e pelo marquês de Pombal, em 1762, no reinado de Dom José, temendo uma invasão franco-espanhola. Sua formulação está ligada à noção de império luso-brasileiro, que será mais bem explorada na Aula 3.

A travessia do Atlântico seria concluída depois de 54 dias. Enfim, a corte estava a salvo no Novo Mundo!



Atende ao Objetivo 2

2. A fonte seguinte é um trecho de um livro de Thomas O'Neil, tenente da Marinha inglesa, que foi publicado em 1810. Apesar de não ter participado da viagem, O'Neil tece sua narrativa como se tivesse participado da tropa, chefiada por Sir. Sidney Smith, que conduziu a corte para o Brasil .

Com base em sua leitura, analise como Thomas O'Neil interpretou as relações diplomáticas entre Portugal e França às vésperas da partida da família real para o Brasil.

No dia 27, toda a Família Real havia embarcado. Sua Alteza Real, o príncipe regente e seus filhos estavam a bordo do Príncipe Real; Sua majestade, a princesa do Brasil e as infantas estavam no Afonso; a princesa viúva, no Conde Henrique, e as senhoras mais distintas foram acomodadas em várias naus, como as circunstâncias permitiam. Havia uma tropa de mais ou menos quatro mil soldados a bordo da frota, a qual transportava ao todo 16 a 18 mil súditos de Portugal. (...) No mesmo dia em que a corte embarcou, o general Junot alcançou a capital e trouxe notícias da chegada das tropas francesas a Santarém, ao redor de 56 milhas de Lisboa. Ele estava tremendamente desapontado

e surpreso de saber que a Família Real tinha sido informado de sua chegada com as tropas francesas. É impossível descrever o quanto ele ficou mortificado ao descobrir que o príncipe embarcara. Seu aprisionamento era o principal objetivo da vinda de Junot. (...) Com a usual arrogância do republicanismo francês, Junot exigiu uma audiência com o regente. Ela foi concedida, com a condição de que alguns fidalgos estivessem presentes, um dos quais, seria injusto não mencionar, sendo ele uma honra para a sua pátria e um fiel amigo da nação britânica: d. Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro da Guerra e dos Negócios Exteriores nos Domínios de Além-Mar. (...) às 9 horas da manhã do dia 28 de novembro, o general francês veio a bordo do Príncipe Real e foi levado à presença de Sua Alteza Real. Com um tom de voz arrogante, perguntou por que sua Alteza havia embarcado e quais as razões para deixar o reino. (...) Sua Alteza Real continuou assim: Em resposta à sua pergunta sobre as razões de eu ter deixado meu reino, general, eu lhe pergunto: por que seu pérfido chefe o invade sem me dar conhecimento disso? É honrosa tal conduta? (...) Portanto, ordeno que se retire de minha presença e diga ao imperador francês que rejeito sua aliança, cuja ambição insaciável almeja a destruição do universo (O'NEIL, 2009, p 60-61).

Resposta Comentada

A narrativa do tenente da Marinha britânica O'Neil sobre as guerras na Europa e a invasão de Lisboa é uma crítica aos atos de Junot, em passagens como "usual arrogância do republicanismo francês" e "seu pérfido chefe" ao condenar Napoleão, acusando-o de possuir uma "ambição insaciável [que] almeja a destruição do universo". Em contrapartida, elogia a figura de Rodrigo de Sousa Coutinho, que foi o principal defensor da aliança de Portugal com a Inglaterra; portanto, defende a política diplomática portuguesa de aliança com a Inglaterra.

A corte no Brasil: surge uma nova configuração de forças

O primeiro local em que nossos excelentíssimos viajantes aportaram foi Salvador, cidade que havia sido sede do governo na América Lusitana até 1763. Em 23 de janeiro de 1808, dia seguinte de sua chegada, a família real, com exceção da rainha Dona Maria I, que já estava bastante adoentada, desembarcou na cidade, dando início a uma série de festejos em sua homenagem, emergencialmente organizados pelo governador João Saldanha da Gama, conde da Ponte.

No dia 28, menos de uma semana após sua chegada, Dom João assinou sua primeira medida régia no Brasil: a carta de abertura dos portos às nações amigas. A partir de então, todas as nações em paz com Portugal poderiam fazer comércio com o Brasil, mediante o pagamento de 24% dos direitos de entrada. Para a corte, tal determinação era fundamental para suprir suas necessidades de consumo, visto que a colônia era impedida de produzir manufaturas. Além da normalização do comércio externo, almejava-se arrecadar com os impostos alfandegários e cumprir o acordo de livre comércio feito com os britânicos, ainda na Europa. Para a Inglaterra, a medida garantia mercado para seus produtos no momento difícil do embargo imposto pela França. Para as casas comerciais portuguesas, tal ato significou uma perda financeira considerável, pois não conseguiram fazer frente à competição britânica, situação que pioraria ainda mais depois dos tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, assinados com os britânicos em 1810. Para os comerciantes estabelecidos na colônia, a *abertura dos portos às nações amigas* promovia uma liberalização econômica e abria possibilidades de crescimento. Na prática, o decreto significou o fim da política de monopólios portuguesa, do exclusivo comércio e do chamado pacto colonial que havia sido estruturado desde os primeiros anos de colonização, tendo, portanto, um impacto significativo sobre as economias do Brasil e de Portugal.



Olhares sobre a vinda da corte portuguesa para o Brasil

Muitos dos principais trabalhos que abordaram a vinda da corte para o Brasil tinham a intenção de explicar a formação do Brasil e o processo de independência. Dentre eles, podemos citar os clássicos *Evolução Política do Brasil* (1936), de Caio Prado Jr., e a coletânea *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda. Na década de 1970, a tônica se repete na esteira das comemorações dos 150 anos da Independência, quando duas coletâneas, organizadas por Carlos Guilherme Mota, trouxeram contribuições importantes para os estudos sobre o período sem, contudo, tê-lo como foco principal de análise.

Em *Brasil em Perspectiva*, alguns autores apresentaram um novo olhar sobre o evento e ressaltaram sua importância histórica. Emília Viotti da Costa, estudando as contradições da doutrina liberal e suas repercussões para a Independência no Brasil, caracteriza a abertura dos portos como um marco na adoção de uma política comercial francamente liberal. Para ela, essa política seria explicada pelas oscilações de Dom João entre atender os interesses de Portugal e cumprir as prerrogativas firmadas com a Inglaterra. Já Fernando Novais, no artigo "O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial", caracterizou a abertura dos portos como um dos sinais da crise do antigo sistema colonial, porque interromperia a política de monopólios e de exclusividade comercial imposta por Portugal desde o princípio da colonização.

No livro *1822: Dimensões*, merece destaque o artigo de Maria Odila da Silva Dias, que constrói o conceito de interiorização da metrópole. Para ela, a vinda da corte e de todo o seu aparelho de Estado permitiu um enraizamento de interesses de grupos de portugueses na colônia através da organização do comércio de abastecimento do Rio de Janeiro, da aproximação dos mesmos com interesses agrários, da construção de alianças e casamentos com famílias locais etc. Assim, ressaltava as complexas variáveis

que uniam o comerciante brasileiro, os comerciantes portugueses com negócios no Brasil e uma elite agrária aqui estabelecida. Seu trabalho constitui uma crítica direta às interpretações dicotômicas simplistas que opunham interesses agrários aos mercantis e interesses de negociantes reinóis aos de brasileiros.

As proposições de Maria Odila foram fundamentais para as reflexões que se seguiram sobre a atuação dos comerciantes com negócios no Brasil na virada do século XIX para o XX. As pesquisas de Manolo Florentino e João Luis Fragoso, por exemplo, vêm mostrando que os maiores traficantes e negociantes de escravos após 1808 já dominavam a praça do Rio de Janeiro desde o século anterior. O poder de suas fortunas movia toda a cadeia econômica, da produção ao tráfico e, frequentemente, esses negociantes de grosso trato faziam doações ao erário público em troca de terras, títulos e mercês. Tais trabalhos ressaltam a importância do mercado interno antes mesmo da vinda da corte e colocam em questão o próprio funcionamento do antigo sistema colonial, conforme foi descrito por Fernando Novais.

Antes de partir de Salvador em direção ao Rio de Janeiro, Dom João assinou o decreto de criação de uma escola médico-cirúrgica na cidade (a primeira do Brasil) e permitiu a instalação de manufaturas e indústrias de vidro, de pólvora e de moagem de trigo na Bahia. A chegada do monarca ao seu destino final foi descrita pelo padre Luiz Gonçalves dos Santos, conhecido como padre Perereca, de forma idealizada: “A Natureza parecia saudar os recém-chegados.”

Eram duas para as três da tarde, a qual estava muito fresca, bela, e aprazível neste para sempre memorável dia 7 de março, que desde a aurora o sol nos havia anunciado como o mais ditoso para o Brasil: uma só nuvem não ofuscava os seus resplendores, e cujos ardores eram mitigados pela frescura de uma forte e constante viração; parecia que este

astro brilhante, apartado a si todo o obstáculo; como se regozijava de presenciar a triunfante entrada do primeiro soberano da Europa na mais afortunada cidade no Novo Mundo (apud SCHWARCZ, 2002, p. 225).

Diferentemente de Salvador, a instalação da corte no Rio de Janeiro já era esperada desde 14 de janeiro de 1808 e foi cuidadosamente pensada pelo vice-rei, conde dos Arcos. A família real desembarcou no porto (atual praça XV de Novembro) no dia 8 de março de 1808 e foi recepcionada por membros do Senado, do clero e da nobreza da terra. Em seguida, seguiu em cortejo a pé até a Igreja do Rosário. Terminada a liturgia, o destino foi o Paço Real, onde se realizou a primeira cerimônia do beija-mão. Durante quinze dias, a população saiu às ruas para acompanhar os belos festejos planejados pela Câmara. A cidade toda se enfeitava; afinal, era a primeira vez que um monarca pisava na América.



A cerimônia do beija-mão

Durante o período joanino,

As representações públicas foram prestigiadas e, dentre elas, uma das mais antigas, o beija-mão, teve um papel fundamental. Era uma cerimônia que punha o monarca em contato direto com o vassalo, que lhe apresentava as devidas vênias e suplicava por alguma mercê. Reforçava-se nela a autoridade paternal do soberano protetor da

nação. E desde tempos antigos, no reino, estavam prescritas as regras para essa função. Quem se propusesse ir beijar a mão do rei deveria vestir-se com cerimônia, em trajes de corte e segundo sua qualidade; dirigir-se ao paço com carruagem, apeando-se à porta, adentrando a primeira sala dos arqueiros da Guarda Real; buscaria, em seguida, a segunda dos porteiros

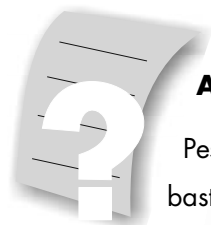


Figura 2.2: Dia de beija-mão no Rio de Janeiro. Daumier, Museu Histórico Nacional.

Fonte: bndigital.bn.br/redememoria/dedicat.html

da cana, a quem apresentaria a carta do foro de fidalgo, se a tivesse, seguindo então para a sala do dossel, onde deveriam encontrar-se os titulares, ministros e mais dignidades. Facultada a licença para a função, seguiriam em linha, fazendo uma rápida cortesia ao mestre-sala, esmoler-mor e camarista, postados junto ao rei (MALERBA, 2000, p 184).

Para preparar a simplória cidade para ser a nova sede da monarquia foram realizadas uma série de modificações. O Paço dos Vice-Reis, onde também funcionava o Tribunal da Relação, foi organizado para ser o Paço Real e a moradia do príncipe regente Dom João, da princesa Carlota e filhos. A Casa da Câmara e da Cadeia foi reformada para receber a criadagem, e um passadiço foi construído para facilitar a circulação entre os dois prédios. O convento das carmelitas ficou destinado à rainha Dona Maria I, e as religiosas se mudaram para o seminário na Lapa. Para sanar o problema de abastecimento, foi solicitado aos governadores de Minas Gerais e São Paulo o envio de mantimentos. Para abrigar os muitos fidalgos e funcionários do Estado que iam chegar, foi decretada a lei das aposentadorias. Os proprietários dos melhores prédios das redondezas foram intimados a deixarem suas casas temporariamente. Na fachada das residências escolhidas, pregava-se o PR (Príncipe Real), para indicar a solicitação da moradia. Rapidamente, a norma baixada virou piada popular e o PR ficou conhecido como “ponha-se na rua” ou “prédio roubado”.



A instalação da corte e a economia local

Pesquisas atuais mostram que a permanência da corte movimentou bastante a economia do centro-sul em termos de mercado interno de abastecimento. Além dos contatos com Minas e São Paulo, regiões circunvizinhas, como Niterói e São Gonçalo, cresceram de

importância, aproveitando a nova demanda por produtos agrícolas. No vale do Paraíba, em algumas poucas localidades, como em São João Marcos, houve investimento na criação de porcos e preparo de carnes para conserva. Em viagem pelo vale do Paraíba, no início do século XIX, Charles Ribeirrolles relatou que Dom João VI costumava ter sempre à mesa opulentos lombos de porco e magníficas salsichas provenientes de Sacra Família. Entretanto, o principal destino da produção local era o autoabastecimento e, em escala reduzida, o fornecimento para a corte, com exceção do açúcar, que era levado, em grandes quantidades, ao porto da Estrela, para ser encaixotado e transportado para os armazéns da capital. Ainda sobre o vale, o historiador Stanley Stein considerou Dom João VI, pela concessão de sesmarias, como um dos incentivadores de sua ocupação.

À época da vinda da corte, o Rio de Janeiro se constituía no maior porto do país e articulava o comércio metropolitano, o litoral nordestino e o sul até a região do Prata. A cidade compreendia quatro freguesias principais: São José, Candelária, Sé e Santa Rita. Possuía uma população formada por 2/3 de mestiços e negros. Além das ruas estreitas e com grande quantidade de dejetos no chão, ainda era possível encontrar-se, em diversos pontos, áreas de alagadiços e manguezais. Nas ruas, transitavam muares, carroças, vendedores, escravos, ciganos; enfim, o burburinho era geral. A água era trazida até as casas pelos escravos, que faziam a coleta numa das inúmeras fontes abastecidas pelo aqueduto da Carioca. Os excrementos e os restos de comida eram depositados em grandes tonéis e jogados ao mar no fim do dia. Certamente, para todos aqueles que estavam acostumados ao padrão europeu de cidade, incluindo nossos ilustres recém-chegados, a visão traria estranhamento. Não foi à toa que muitos viajantes registraram a cidade como caótica.



Johann Moritz Rugendas

Figura 2.3: Cotidiano do Rio Antigo. Rua Direita, litografia 1827-1831. RJ. Museu Castro Maia.

Fonte: museuvirtualpintoresdorio.arteblog.com.br/.../

Recebidas as devidas homenagens e cumpridas as prerrogativas da chegada, Dom João cuidou de não deixar barato os ataques napoleônicos e ordenou a invasão da Guiana Francesa (1809) e a intervenção militar na Cisplatina (1811). No Rio de Janeiro, era hora de implantar a máquina burocrática, o cérebro de todo o vasto Império português. As áreas fundamentais para o funcionamento do Estado foram sendo instituídas. Portugal começou a receber ordens vindas do Rio de Janeiro, e o governo passou a organizar o cotidiano da cidade. O controle das finanças ficou com o Erário e o Conselho de Fazenda que, transplantados de Portugal, passaram a administrar a Junta da Fazenda, Alfândega, Intendência de Marinha e Armazéns Reais. Para fomentar o comércio, foi criado o Banco do Brasil (1808) e a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Brasil. Em termos de estrutura judiciária, o Desembargo do Paço, a Casa de Suplicação e a Mesa de Consciência e Ordens, antigos tribunais portugueses, passaram a funcionar no Brasil, juntamente com o já existente Tribunal da Relação.

A Imprensa Régia foi outra medida importante desse período inicial e era encarregada de publicar não só a documentação oficial produzida, mas também obras que valorizassem a monarquia portuguesa. De seus prelos saiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico produzido no Brasil. Em termos hierárquicos, a Imprensa Régia estava subordinada à Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, dirigida por Rodrigo de Sousa Coutinho, o principal articulador da transmigração da corte e da aproximação de Portugal com os britânicos. Pelos serviços prestados, Rodrigo de Sousa Coutinho recebeu o título de conde de Linhares, tendo atuado como conselheiro e ministro até sua morte em 1811.

Os novos tempos foram de muitas mudanças para a cidade de Rio de Janeiro. Em termos de organização do espaço, desde o princípio, percebeu-se uma ação do poder real para tornar a simplória cidade sede do Império. Contudo, não eram mudanças aleatórias. Segundo a historiadora Marieta Pinheiro de Carvalho, havia uma ideia ilustrada de cidade – que valorizava os conceitos de beleza, higiene e circulação – embasando as transformações em curso. No caso de Portugal, as novas formas de organização e racionalização do espaço buscavam também o fortalecimento do poder real através da montagem de uma estrutura policial que detivesse maior controle sobre a urbe. Por isso, ao se instalar a nova capital do Império português nos trópicos, o príncipe regente logo criou a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, em 5 de abril de 1808, à semelhança da que existia em Portugal desde 1760. Entre as atribuições do primeiro intendente-geral da polícia, Paulo Fernandes Viana, além da prevenção de delitos, estavam: impedir o despejo de lixo e águas sujas na cidade, mandar dragar os pântanos, extirpar hábitos e costumes considerados não civilizados, determinar o plantio de árvores nas praças públicas e expandir a iluminação.

As novas medidas interferiam no comportamento e no cotidiano da população carioca. Mas o projeto civilizatório em questão também buscava ostentar a ilustração da própria corte portuguesa como forma

de reafirmar o poder real. São conhecidas as benfeitorias nas áreas de ciências e educação feitas neste período: criação das aulas de comércio (1811), da Escola Cirúrgica (1813), da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816) e do Jardim Botânico; abertura da Biblioteca Real ao público (1814); construção do teatro São João (1813); criação do Arquivo Militar e da Academia da Marinha; anexação do parque da Lagoa Rodrigo de Freitas ao Museu Nacional, para uso público, além da famosa missão artística (1816) que trouxe para o Brasil os franceses Debret, Grandjean de Montigny, Lebreton e Taunay.



Museu da Chácara do Céu

Para quem não conhece, vale uma visita ao Museu da Chácara do Céu. Nele, você vai encontrar imagens de Taunay e Debret, artistas que aqui estiveram com a Missão Francesa.

O acervo conta também com gravuras de viajantes do século XIX, como Rugendas e Chamberlain. O endereço do museu é Rua Murinho Nobre, 93, Santa Teresa. Para completar, que tal fazer um circuito pelo centro do Rio de Janeiro? O Paço Imperial, o Chafariz do Mestre Valentim, o Convento do Carmo (atual Cândido Mendes), a Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, os Arcos da Lapa e o Largo da Carioca são lugares que você pode visitar e imaginar a disposição do espaço da cidade à época de Dom João.



Franz Josef Fröhbeck

Figura 2.4: Vista do Largo do Carmo em 1818.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_do_Carmo_\(Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_do_Carmo_(Rio_de_Janeiro))

Durante o período em que residiu no Rio de Janeiro, a corte cuidou para que se reproduzissem aqui as mesmas práticas de sociabilidade cortesã da pátria-mãe. Se demais discreta durante os primeiros anos – devido à situação de guerra com a França e a Espanha –, após 1815, com a derrota napoleônica e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, as cerimônias públicas foram de grande pompa, a contar pela coroação e aclamação de Dom João como monarca após a morte da rainha Dona Maria I. Na lista dos grandes acontecimentos celebrados, estão ainda o casamento do príncipe herdeiro, duque de Bragança, com Dona Leopoldina, filha do rei Francisco I, da Áustria, e a chegada da nova princesa à cidade, este último evento festejado por 3 dias consecutivos.

A preocupação com a reprodução das práticas de sociabilidade cortesã não estava reduzida aos grandes eventos; ela era cotidiana e deflagrou uma transformação sem precedentes no comportamento dos diferentes estratos da sociedade carioca. Para se aproximar dos recém-chegados, a elite local ampliou sua demanda por bens culturais e de consumo. Os jornais que passaram a circular dispunham anúncios de educadores estrangeiros oferecendo seus serviços. O monarca jogava com a possibilidade de concessão de terras, graças e mercês como forma de exercer o seu capital simbólico e aumentar as contribuições ao Estado. Contudo, o historiador Jurandir Malerba, no livro *A corte no exílio*, chama a atenção de que este processo

de mudança nas formas de comportamento se dava dos dois lados. Assim, os estrangeiros europeizaram os hábitos nativos ao mesmo tempo em que diminuiam certos rigores do viver civilizado quando se adequavam ao novo ritmo social.

Expulsos e desalojados, que feliz causalidade para os cortesãos não lhes foi encontrar ali, em prontidão, mercadores ansiosos por expressar a mais filial generosidade ao rei. As despesas diárias da corte e dos cortesãos, junto com celebrações extraordinárias para casamentos, nascimentos e outros momentos na vida da família real, absorviam uma enorme quantia de dinheiro. Os potentados locais pagavam por quase tudo, geralmente por meio de subscrições públicas e doações particulares. Em contrapartida, como observei, eles recebiam honras e comendas, títulos e privilégios. Assim, eles trocavam sua riqueza acumulada capitalisticamente por status numa sociedade de ordens (MALERBA, 2000, p. 17).

Para bancar as necessidades da corte nos trópicos e manter financeiramente a burocracia que não parava de crescer, principalmente nos escalões mais baixos, a carga fiscal aumentou muito no período. Com o objetivo de captar recursos, Dom João distribuía títulos e mercês para os comerciantes que fizessem doações significativas ao Erário Público. As pesquisas de João Luis Fragoso apontaram que os comerciantes de grosso trato (grandes negociantes que se dedicaram, prioritariamente, ao tráfico de escravos africanos) funcionavam, em parte, baseados numa mentalidade econômica arcaica, quando faziam investimentos em títulos e terras. Suas intenções eram consolidar seu pertencimento ao grupo dirigente da sociedade e reproduzir uma dada ordem social e econômica vigente. Mas não era só isso. Buscavam também favores reais que lhes dessem retorno material, como aposentadorias, nomeações para postos da administração pública e arrematação de impostos, além de outros privilégios.



Comerciantes de grosso trato

Acompanhar a trajetória de algumas famílias de comerciantes de grosso trato é interessante para percebermos as fortes redes de conexão que se formaram entre elas e o Estado. Na família Velho da Silva (décima quarta colocada entre os maiores traficantes de escravos para o Brasil).

Manuel e Amaro Velho da Silva, foram agraciados por d. João com a comenda da Ordem de Cristo e os títulos de Conselheiros e Fidalgos da Casa Real após o oferecimento de 60 contos de réis, como empréstimo ao Estado, destinados ao atendimento de urgências. Em 1812, Manuel foi nomeado deputado da Real Junta do Comércio, Amaro recebeu a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, além de serem nomeados conselheiros de Estado. Os cargos e condecorações adquiridos por Amaro Velho da Silva são inúmeros, tendo obtido armas por carta-de-brasão, em 28 de janeiro de 1813, e os títulos de Barão e Visconde de Macaé. Em abril de 1817, Amaro Velho da Silva, juntamente com outros três importantes comerciantes do Rio de Janeiro, abriu uma subscrição com o intuito de arrecadar fundos para as tropas que lutariam contra os insurgentes de Pernambuco. (...) No mesmo ano, ainda se empenharia na subscrição para a construção de uma nova sede para o senado e a Câmara (MUAZE, 2008, p. 29).



Atende ao Objetivo 3

3. Caracterize as principais transformações políticas, econômicas, sociais e culturais desencadeadas com a instalação da corte no Rio de Janeiro.

Resposta Comentada

A vinda da corte transformou o cotidiano da cidade e de seus moradores. A abertura dos portos proporcionou um maior fluxo comercial com outros países, principalmente a Inglaterra, e inundou de produtos ingleses o mercado do Brasil. A instalação da corte no Rio de Janeiro fomentou o mercado interno e aumentou a relação entre as regiões. As reformas urbanas impeliram uma mudança nos padrões de comportamento dentro de uma ideia ilustrada de cidade, buscando fortalecer o poder real e transformar a cidade em sede da corte. Com a instalação da burocracia da corte, houve uma aproximação entre a corte, os comerciantes de grosso trato e a nobreza da terra, vinda através da troca de interesses entre todos. Essa nova rede de relações trouxe uma conformação social original: a chamada elite do centro-sul.

Como você deve ter percebido, na interpretação aqui defendida, o 1808 trouxe alterações significativas para a História do Brasil. Foi um momento importante de vivência de um modelo de estado monárquico que será reinventado, posteriormente, durante o Império. A abertura dos portos às nações amigas ampliou as possibilidades de negócio. A mudança de hábitos e a nova organização do espaço citadino procuraram fortalecer o poder real e sedimentar uma ideia de corte ilustrada. A nova demanda por produtos ampliou o mercado interno e fomentou as relações comerciais entre as diferentes regiões. A instalação da máquina burocrática no Rio de Janeiro e as redes de relações instituídas entre comerciantes de grosso trato, a nobreza da terra e o Estado desencadearam um rearranjo de forças políticas e sociais cujo resultado seria a formação de uma nova elite dominante no centro-sul, que se tornou bastante atuante politicamente. Tudo isso justifica a escolha realizada por nós, autores, de abordar o tema da transmigração da família real na disciplina de império.

Atividade Final

Leia o texto a seguir e resuma a visão dos autores sobre a elite formada no centro-sul após a vinda da família real para o Brasil.

Com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, famílias como as de Carneiro Leão, Gomes Barroso, Velho da Silva, Pereira de Almeida, Rocha e indivíduos, como o já citado Elias Antônio Lopes, consolidaram a sua posição com uma série de favores que obtiveram do soberano. Ao mesmo tempo, passaram a dispor de influência por meio das relações pessoais que desenvolveram ou dos casamentos que contraíram no círculo privado de poder, que continuava a reger os destinos do Império. Recorrendo às mesmas táticas, misturaram-se com as elites agrárias, cujos valores e trem de vida ambicionavam, pelo que representavam de nobreza, manifestando um curioso projeto de arcaísmo,

típico de antigo regime, que João Luis Fragoso e Manolo Florentino destacaram. Dessa maneira, diferenciavam-se dos comerciantes da Bahia, Maranhão e Pará, ainda muito dependentes das casas comerciais portuguesas, e acabaram por constituir um grupo bastante homogêneo e poderoso, solidamente enraizado no centro-sul, cuja atuação seria decisiva na independência (BASTOS; MACHADO, 1999, p. 58-59).

Resposta Comentada

Os autores corroboram a visão de João Luis Fragoso e Manolo Florentino: os comerciantes de grosso trato, estabelecidos no Rio de Janeiro, consolidaram sua posição social através da troca de favores com a corte e com as elites agrárias. Esse grupo que se enraizou como uma elite do centro-sul, teve atuação importante na independência e se diferenciava bastante dos comerciantes estabelecidos nas províncias do norte, que mantiveram-se presos às casas comerciais portuguesas.

RESUMO

Nesta aula, você aprendeu que as efemérides são datas históricas importantes que devem ser lembradas não no seu sentido puramente celebrativo e não reflexivo, mas como uma oportunidade para o debate crítico sobre os temas nelas envolvidos. Sendo assim, você acompanhou a polêmica entre alguns historiadores sobre a comemoração dos duzentos anos da chegada da família real ao Brasil.

Você estudou também a grave situação diplomática em que Portugal se colocava no princípio do século XIX: guerras napoleônicas, Bloqueio Continental, aumento da pressão inglesa. Portugal buscou manter a neutralidade entre ambas até o fim. Quando a situação ficou insustentável, devido ao tratado de Fontainebleu e à ameaça concreta de invasão, a corte colocou em prática a antiga ideia de mudar sua sede para o Brasil. Instalada no Rio de Janeiro, iniciou uma série de mudanças significativas que acabaram por gerar uma composição social original, a qual inter-relacionava os interesses da corte, dos negociantes de grosso trato e da nobreza da terra.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você estudará a Independência do Brasil e conhecerá quais as repercussões do 1808 nesse processo.

Aula 3

Independência do Brasil – história e historiografia

Mariana Muaze

Meta da aula

Apresentar a temática da Independência do Brasil e suas principais interpretações historiográficas desde o século XIX.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer os principais debates historiográficos acerca do processo de independência;
2. identificar a independência como um processo, ressaltando o debate historiográfico atual.

Pré-requisito

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você tenha em mente o que foi aprendido na Aula 2.

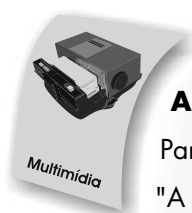
INTRODUÇÃO



Figura 3.1: *Independência ou morte!*, quadro do pintor Pedro Américo.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/ce/Independ%C3%Aancia_ou_Morte.jpg

Quando falamos em Independência do Brasil, qual é a primeira imagem que vem à sua cabeça? Certamente, o quadro de Pedro Américo Figueiredo e Melo, *Independência ou morte!*, ocupa um lugar privilegiado nas estatísticas de reposta. Isso se deve à sua ampla circulação e veiculação em livros didáticos, revistas, propagandas e cartazes até os dias de hoje. Mas façamos um rápido esforço de compreensão dessa imagem na época em que foi produzida. Afinal, toda imagem integra um conjunto de representações visuais que dizem muito sobre os valores, os gostos e, no caso aqui analisado, a visão de História da sociedade que a produziu. Podemos questionar, então, o porquê de se pintar um quadro sobre a Independência do Brasil na década de 1880? Que interpretações sobre a história do Brasil o quadro enseja? Qual visão sobre o 7 de Setembro se pretendia consolidar no presente e no futuro?



A invenção do grito

Para aprofundar esse debate, vale dar uma olhada no artigo "A invenção do grito", de Cecília Helena de Salles Oliveira, no site da *Revista de História da Biblioteca Nacional*.

Consultas: www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go

Museu Paulista

Foi inaugurado em 7 de setembro de 1895 como museu de História Natural e marco representativo da Independência, da História do Brasil e da história paulista. Atualmente, o Museu Paulista possui um vasto acervo com mais de 125.000 unidades, entre objetos, iconografia e documentação textual do século XVII até meados do século XX. Quer saber mais? Acesse: <http://www.mp.usp.br/historia.html>

Antes de começarmos a discussão, vamos pontuar algumas questões importantes. Em primeiro lugar, é preciso que se diga que a imensa tela foi uma encomenda feita para decorar o salão de honra do Monumento do Ipiranga, atual **Museu Paulista**. O edifício-monumento foi construído por iniciativa de alguns políticos de São Paulo e da Corte ligados ao partido conservador. Tratava-se de uma clara tentativa de exaltar a monarquia em um momento de fortes críticas ao regime e do avanço de "um bando de ideias novas" como o republicanismo, o abolicionismo, o positivismo e o cientificismo. Portanto, o *Monumento do Ipiranga* e o quadro *Independência ou morte!* dizem mais sobre a época em que foram produzidos, a crise do Império, do que sobre o evento que homenageiam, o 7 de setembro.

Em segundo lugar, devemos entender a imagem de Pedro Américo no contexto da cultura visual produzida no período. No que dizia respeito à pintura, os fatos e cenas históricos eram uma temática recorrente no século XIX. Os artistas que se dedicavam à chamada *pintura histórica* buscavam encantar os olhos e emocionar as almas, a fim de promover sentimentos de valorização da identidade nacional. O pintor Pedro Américo, que possuía grande experiência e reconhecimento na área, não fugiu à regra. Para criar a sensação de verossimilhança com o evento histórico do 7 de setembro, o artista realizou minuciosa pesquisa bibliográfica. Em uma rápida olhada, podemos dizer que a pintura exalta a figura de Dom Pedro, que assume a centralidade não só do quadro, mas de todo o evento, que culmina na emancipação política do Brasil.

A interpretação de Pedro Américo sobre a Independência do Brasil, respeitadas as liberdades artísticas tomadas pelo pintor, estava fundada em uma sólida tradição historiográfica de cunho nacionalista que perdurou como discurso majoritário até, pelo menos, a década de 1930 no Brasil. Nesta aula, vamos conhecer algumas das principais interpretações historiográficas sobre o tema da Independência desde o século XIX e como os historiadores preferem abordar o tema na atualidade.

Múltiplos olhares sobre a Independência do Brasil

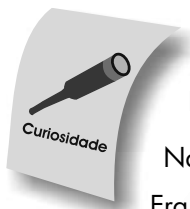
O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838 por um grupo de políticos e letrados que pretendiam “...coligir, metodizar, publicar e arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Brasil”. Através de uma escrita da História comprometida com a consolidação do Estado Nacional brasileiro e com o pensamento da elite imperial, seus membros realizaram diversas pesquisas, viagens e expedições que buscavam delinear os contornos – históricos, geográficos e políticos – da nação brasileira. Você estudará o IHGB mais profundamente na Aula 11, “Como se constrói a nação?”

Dentre os membros de maior destaque do IHGB, estava Francisco Adolfo Varnhagen, que chegou a ser agraciado pelo imperador Dom Pedro II com o título de visconde de Porto Seguro. Em 1857, Varnhagen publicou sua grande obra, *História geral da colonização portuguesa*, e ajudou a consolidar uma escrita particular sobre a história do Brasil. Apesar da intenção inicial de encerrar o livro com a “declaração de independência”, confessou em carta ao imperador Pedro II: “Tão espinhosa é a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a anos não o será.” O projeto de Varnhagen buscava uma narrativa imparcial dos fatos e o uso de documentos históricos, ao mesmo tempo em

que apresentava uma visão linear de história encarada como palco de experiências passadas. Seu desejo de escrever uma história da Independência do Brasil só foi concluído em 1875. Contudo, o livro veio a lume em 1916 em uma edição *post mortem*. Vejamos como ele descreveu a proclamação da Independência:

Não era mais possível contemporizar. E, inspirado pelo gênio da glória (...) não tardou nem mais um instante e passou a lançar, dessa mesma província que depois conceituava de agradável e encantadora, dali mesmo, do meio daquelas virgens campinas, vizinhas da primitiva Piratininga de João Ramalho, o brado resolutivo de "Independência ou Morte!".

Com esta resolução, acabava de salvar o Brasil, propondo-se a formar de todo ele unido uma só nação americana. Nem podia mais duvidar da união de todas as províncias, quando já haviam manifestado oficialmente os seus sentimentos as da Bahia, Pernambuco e outras, e era reconhecido que as demais o não faziam pela pressão exercida pelas tropas que as ocupavam; e para estas, pelo conhecimento pessoal que possuía, não só dos fluminenses, como dos mineiros, e agora dos paulistas, não tinha a menor dúvida de que encontraria entre eles milhares de peitos valentes e patrióticos para as vencer e debelar (VARNHAGEN, 1916, p. 196, grifos meus).



Francisco Adolfo de Varnhagen

Nasceu em 1816, em São João de Ipanema, São Paulo. Era filho da portuguesa Maria Flávia de Sá Magalhães e do alemão Ludwig Wilhelm Varnhagen, que veio para Sorocaba, Brasil, como engenheiro militar contratado pela Coroa portuguesa. Francisco Adolfo de Varnhagen estudou no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, e escreveu seu primeiro trabalho – *Notícia do Brasil* – entre 1835 e 1838. Suas pesquisas na área de História o levam a localizar o túmulo de Pedro Álvares Cabral na Igreja da Graça, em Santarém, e ser admitido como sócio-correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Em 1840, logo após se formar em engenheiro militar, retornou ao Brasil e, no ano seguinte, entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, exercendo o cargo de primeiro-secretário. Em 1844, obteve a nacionalidade brasileira, podendo ser admitido na carreira diplomática. Serviu em Lisboa e Madri, obtendo reconhecimento como historiador com a publicação da *História geral do Brasil* em dois volumes (1854-1857). Faleceu em 1878, aos 62 anos, como representante diplomático do Brasil em Viena, na Áustria. Suas obras são: *História geral do Brasil* (1854-1857), *História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871), *A questão da capital: marítima ou no interior?* (1877), *História da Independência do Brasil* (1916, póstuma).

Assim como na pintura de Pedro Américo, o texto de Varnhagen ressaltava o 7 de Setembro como um marco importante da história nacional e destacava a figura de Dom Pedro I. Para o historiador, a independência seria uma demonstração da unidade das províncias e do sentimento de amor à pátria de seus habitantes. A nação brasileira era resultado de um lento processo que se estendeu durante os três séculos de colonização portuguesa e que desembocou na emancipação. Como você pode ver, para Varnhagen, o sentimento nacional foi um fator determinante para a emancipação do Brasil em relação a Portugal, além de ser visto como um legado, uma herança deixada pela experiência positiva da ação colonizadora metropolitana que havia empreendido uma verdadeira batalha da civilização europeia contra a barbárie autóctone. O desafio do Império seria dar continuidade à marcha da civilização iniciada pelos portugueses e manter o regime monárquico como forma de impedir a fragmentação políticas tal qual havia ocorrido na América hispânica, dinamitada em diferentes repúblicas.

A ideia da anterioridade da nação descrita por Varnhagen marcou profundamente a historiografia brasileira. Capistrano de Abreu e Oliveira Lima também conceberam a nação brasileira como herança construída ao longo do processo de colonização portuguesa. Contudo, o primeiro procurou enfatizar a obra dos homens anônimos, o povoamento, as manifestações regionais, e percebia a nação como um processo que se fez à margem do aparelho do Estado e da ordem metropolitana. O segundo destacou a originalidade cultural da civilização forjada na América portuguesa, que teria sido fundamental para uma emancipação política sem rupturas radicais e o estabelecimento de uma ordem pública através da monarquia constitucional.

Os anos 1930 e 1940 foram épocas de intenso debate sobre o papel do Estado e da nação no Brasil. Pela primeira vez, essas discussões foram travadas no campo acadêmico mais institucionalizado, através da criação das primeiras universidades e seguindo os parâmetros teóricos dos grandes centros de ensino da

Europa e dos Estados Unidos. Nesse contexto, a tese da anterioridade da nação foi bastante questionada. Os principais nomes dessa vertente crítica foram Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, que realizaram rupturas profundas com os cânones historiográficos vigentes. Em relação à Independência, ambos reivindicavam que fosse entendida como um processo e acreditavam ser imperativo diferenciá-lo da formação da nação e da construção do Estado. Tal abordagem foi uma virada relevante nos debates acerca da Independência e, até hoje, é a tese mais bem aceita dentre os historiadores. Vamos agora conhecer melhor as especificidades desses autores.

Em sua obra, *Evolução política do Brasil*, Caio Prado Jr. atribuiu à luta de classes um papel decisivo na emancipação brasileira e construiu uma interpretação marcadamente marxista de nossa história. Para ele, a Independência teria sido desencadeada pelo conflito de interesses entre a burguesia mercantil metropolitana e os grandes proprietários de terra estabelecidos na colônia. Sua análise valoriza também a dinâmica da luta das classes populares, escravos e homens livres e pobres, que eram a maioria na sociedade oitocentista. Assim, a Independência era descrita como uma revolução conservadora que teria excluído os interesses populares do processo de consolidação da ordem política do Império.

Caio Prado Jr. argumentava enfaticamente que a nação não estava prefigurada na colônia, como queria Varnhagen e uma historiografia de cunho nacionalizante. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, explicava ele: “A independência política da colônia não está imanente no passado; ela será apenas resultante de um concurso ocasional de forças que estão longe, todas elas, de tenderem, cada qual por si, para aquele fim.” Portanto, era impossível que a sociedade colonial fornecesse as bases para uma nacionalidade orgânica entre os colonos, porque desde a sua fundação, o Brasil esteve destinado a atender as demandas externas da metrópole portuguesa dentro das bases impostas pela expansão do capitalismo comercial no mundo.

Em sua obra mais importante, *Formação do Brasil contemporâneo*, o historiador marxista apresenta a colônia como chave para entender o Brasil do presente. Segundo ele, a empresa colonial aqui estabelecida, marcada pelo latifúndio da terra, monocultura e exploração da mão de obra escrava negra, atuou como obstáculo para a criação de uma identidade nacional e para a geração de um pensamento transformador. Em sua interpretação, a Independência do Brasil em relação a Portugal se explicaria pelo esgotamento do próprio sistema de exploração aqui estabelecido desde os primeiros anos de colonização. A colonização seria um instrumento de acumulação primitiva de capital, enquanto a Independência do Brasil se explicaria pela crise do Antigo Regime e das formas de exploração colonial na passagem do feudalismo para o capitalismo.

O pensamento de Sérgio Buarque de Holanda converge com o de Caio Prado Jr., ao afirmar que a nação brasileira não estava semeada ou garantida no passado colonial. Para ele, tanto a unidade nacional quanto a consolidação do Estado foram conquistas trabalhosas para o Império independente. Em seu artigo, "A herança colonial – sua desagregação", da coleção *História Geral da civilização brasileira*, por ele organizada, defendia que emancipação política, formação da nação e manutenção da unidade territorial não são processos necessariamente interligados, e utilizava o caso brasileiro para comprovar seus argumentos.

"A visão de Sérgio Buarque, nesse particular, foi muito mais extremada do que a de Caio Prado, chegando mesmo a negar qualquer componente nacional na ruptura encabeçada por Dom Pedro." Para ele, o

(...) 7 de Setembro vai construir um episódio de guerra civil de portugueses, iniciada em 1820 com a revolução liberal portuguesa, e onde se vêem envolvidos os brasileiros apenas em sua condição de portugueses de aquém-mar.

Confrontando uma tese cara à historiografia tradicional, ele negava também à monarquia a condição de fiadora principal da unidade territorial. Para ele, a forma negociada pela qual se processou a emancipação política, com a garantia da continuidade dinástica, não poderia, por si só ser considerada como produtora da unidade brasileira. Esta, ao contrário, fora produto de intenso período de conflito e objeto de construção posterior (COSTA, 2005, p. 85).

As proposições de Sérgio Buarque e Caio Prado Jr. marcaram profundamente os debates historiográficos subsequentes e abriram caminho para diferentes reflexões. Em 1972, o tema da Independência foi retomado com grande força na coletânea *1822: dimensões*, organizada por Carlos Guilherme Mota. Lançado no contexto da ditadura civil-militar brasileira e em um momento de celebração pelos 150 anos da Independência do Brasil, o livro pretendia ir na contramão das comemorações enaltecedoras da pátria e marcar uma posição crítica. A maioria dos capítulos se voltou para discutir a emancipação a partir da crise do antigo sistema colonial. No prefácio do livro, Carlos Guilherme Mota justificava as diretrizes propostas:

(...) enquanto sociólogos, economistas e cientistas políticos se debatem no mundo de hoje com a problemática da dependência, muitos historiadores continuam numa linha estreitamente formalista, aceitando a independência como um fato que se esgota no dia de sua proclamação. Não deixa de provocar causar estranheza tal comportamento, que é bem indicativo do quão pouco caminhou a pesquisa histórica entre nós e de quão complexos são os entres para o seu desenvolvimento: sobre um tema crucial, sobre um dos momentos decisivos de nosso passado muito pouco se fez, em termos estritamente científicos.

(...) Parece certo que a lenta transição do feudalismo ao capitalismo na Europa teve como contrapartida, em certas áreas do mundo colonial, a *passagem* do Antigo Sistema Colonial para o sistema mundo das dependências. Para o caso do Brasil, por exemplo, uma leitura atenta do Tratado de 1810 com a Inglaterra permitirá por certo compreender os limites estreitos da independência de 1822 (MOTA, 1986, p. 10-11).

Nesta coletânea, Carlos Guilherme Mota e Fernando Novais seguiram as proposições de Caio Prado Jr. e situaram o processo de separação colônia-metrópole no contexto global de crise geral do colonialismo mercantilista, explicando o processo de emancipação brasileiro mais por fatores externos do que internos.

No livro *1822: dimensões*, o capítulo "A interiorização da metrópole", de autoria da historiadora Maria Odila Leite Dias, se destacava dos demais por sua ênfase aos fatores internos que teriam desencadeado a emancipação brasileira. Retomando as ideias de Sergio Buarque de Holanda, criticava a imagem nacionalista do colono em luta contra a metrópole pela libertação do Brasil. Segundo ela, desde a chegada da família real em 1808, diversos grupos portugueses passaram a enraizar seus interesses na colônia, constituindo família, montando negócios, adquirindo terras, fazendo fortuna etc. A exigência de recolonização do Brasil defendida na revolução liberal (1820) colocava em campos opostos os interesses dos "portugueses enraizados" e dos revolucionários constitucionalistas, líderes da Revolução do Porto.

Para Maria Odila, a emancipação do Brasil foi proveniente desse conflito de interesses resultantes de dissidências internas de Portugal e não de uma consciência nacional que, segundo ela, só seria atingida com a centralização do poder nas décadas de 1840/50. Em termos de marcos temporais, a interpretação de Maria Odila deslocava as grandes transformações de 1822 para o ano de 1808, quando a chegada da família real ao Brasil teria desencadeado o que denominou de processo de interiorização da

metrópole. Para concluir, podemos dizer que a virada interpretativa de Caio Prado Jr. e as contribuições de Sérgio Buarque e Maria Odila Leite Dias desencadearam múltiplas pesquisas e interpretações que dão frutos até hoje. Suas análises foram decisivas para que os historiadores passassem a perceber a emancipação política, a formação de um sentimento nacional e a construção do Estado Nacional como processos dissociados e complexos.

Estudos recentes, como o do professor István Jancsó, dão continuidade à argumentação de que os processos de construção da nação, consolidação da Independência e formação do Estado nacional são diferenciados e se dilatam até as chamadas revoltas regenciais. István trabalha com a América portuguesa como um “mosaico de formações sociais”, onde o escravismo foi o grande amálgama entre as classes dominantes, e a ideia de nacional não pertencia ao cotidiano da maioria dos homens e mulheres que aqui viveram.

Por tudo o que foi dito até agora, você deve ter percebido que a imagem perenizada na memória nacional pelo quadro de Pedro Américo espelha uma dentre muitas possibilidades de leitura do processo de independência do Brasil. A cena heroificante escolhida para ocupar o lugar central do quadro estava em consonância com uma historiografia de cunho nacionalista que foi majoritária por muitas décadas seguidas. Seu processo de desmonte foi lento e abarcou diversas interpretações.

Dito isso, novas diretrizes são dadas aos estudos da Independência desde os anos 1990. Os questionamentos recaem sobre: o papel da maçonaria e dos movimentos populares no processo da independência; a vivência da emancipação em outras províncias fora do centro-sul; as ações dos agentes históricos para a execução dos projetos em questão e os projetos políticos perdedores no processo de independência. O que faremos a seguir é, portanto, apresentar algumas das possibilidades recentes de interpretação da Independência. Os debates continuam e vão além do que será aqui explicitado.



Atende ao Objetivo 1

Hoje é assente que não se deve tomar a declaração da vontade de emancipação política como equivalente da constituição do Estado nacional brasileiro, assim como o é o reconhecimento de que o nexo entre a emergência desse Estado com a da nação em cujo nome foi instituído é uma das questões mais controversas da nossa historiografia (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 132).

1. Comente a afirmação de Jancsó e Pimenta, analisando a tradição interpretativa a que pertencem.

Resposta Comentada

Jancsó e Pimenta se filiam a uma tradição que corrobora as interpretações de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. ao diferenciarem os processos de independência, formação da nação e construção do estado nacional. Tal posição se defronta com uma abordagem de cunho nacionalizante, fundada com o IHGB em 1837; consideravam a unidade nacional como um dos legados positivos da colonização portuguesa.

A utopia do poderoso império

Que terra para um grande e vasto império! Seu assento central quase no meio do globo; de frente à porta da África, que deve senhoriar, com a Ásia à direita, e com a Europa à esquerda, qual outra nação se lhe pode igualar?...

(José Bonifácio de Andrada e Silva, 1819)

As palavras de José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como Patriarca da Independência, profetizavam para o Brasil a instalação de um poderoso império, sustentado por seu lugar de destaque na geografia central no globo. O “grande e vasto império” teria sede no Rio de Janeiro e uniria as forças de Portugal e do Brasil. O que, aos olhos de hoje, pode parecer uma utopia era um projeto respaldado por vários importantes políticos dos dois lados do Atlântico: Hipólito da Costa, Silvestre Pinheiro Ferreira, Rodrigo de Sousa Coutinho, Gonçalves Ledo, só para citar alguns. O que aproximava esses homens, até pelo menos o retorno da corte portuguesa para a Europa em 1821, era a identificação com o projeto reformista ilustrado de construção de um Império Atlântico que uniria o velho e o novo mundo em torno do monarca absoluto da Casa de Bragança. Segundo a historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra, esse novo império era pensado:

em perfeita sintonia com as Luzes do século e constituiu-se a imagem de uma união natural existente entre os interesses mútuos das partes do mundo português. Assim, o novo império português aparecia como um todo composto de partes indistintas, ligadas a um centro comum – inicialmente o reino lusitano na Europa e, após 1808, o Rio de Janeiro – ponto referencial da unidade nacional portuguesa e garantidor da prosperidade geral. Essa era a forma inovadora de pensar as novas bases imperiais que iriam prevalecer no século XIX. As relações deveriam pautar-se,

não mais no sistema usual de dominação de metrópole sobre colônia, mas numa relação de parceria de Estados iguais. Dessa maneira, a preservação da unidade do mundo português consistia o objetivo precípua do projeto político embutido no programa de reformas, cuja mira era a formação de um grande Estado atlântico – um novo e promissor luso-império. E esse novo-império aparecia como o elemento unificador das partes distintas do mundo português, enquanto o sentimento de pertencimento à nação lusa – então explícita e objetivamente evocado – aparecia como a função de fortalecer essa unidade e, sobretudo, assegurar a criação de um sentimento de identidade entre os habitantes do que até então “genericamente” chamado Brasil (LYRA, 1994, p. 20, grifos meus).

Para os defensores do projeto reformista ilustrado não caberia mais a relação desigual entre Brasil e Portugal, estabelecida pelo pacto colonial. Somente a igualdade de condições e a união entre as partes poderiam proporcionar a recuperação do poder da Casa de Bragança e do Império português. Mas como a utopia do poderoso Império se formou? Em que medida ela esteve presente nos bastidores políticos da independência? Será que ela teria influenciado na opção pela formação de um Império no Brasil? Essas são perguntas importantes para a compreensão do processo de independência da América portuguesa que buscaremos explicitar aqui.

Segundo a historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra, a ideia de grandeza imperial que embasou o projeto político da unidade luso-brasileira e do império atlântico não era uma novidade do século XIX. Desde os primeiros anos de colonização, a utopia de um poderoso império esteve presente na fala dos colonizadores e foi fundamental para a preservação da unidade da monarquia portuguesa. No século XVII, essa ideia foi retomada pelo padre Antonio Vieira em sua defesa do Quinto Império, que previa a união entre colonos e portugueses contra os holandeses na Guerra da Restauração (1553) como forma de reaver a grandeza portuguesa pré-União Ibérica (1580-1640).

No fim do século XVIII, no contexto do Reformismo Ilustrado português, o mito do poderoso império foi novamente discutido e interpretado. Pouco tempo se passou e, com as invasões napoleônicas, a ideia de construção de um império luso-brasileiro foi novamente retomada. Mas, desta vez, havia um dado diferente: o contexto de guerra na Europa desencadeou a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. A transplantação da corte para a América conferiu um novo sentido à noção de império português vigente até então. A série de reformas feitas por Dom João no Brasil – a abertura dos portos (1808), os tratados de 1810, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves (1815) – demonstrou que a própria corte e toda a sua burocracia já havia elegido o Rio de Janeiro como novo centro político do império português em detrimento de Lisboa. Assim, o antigo projeto reformista ilustrado de união dos dois reinos em condições políticas iguais em prol da reconstrução de um poderoso império parecia estar cada vez mais perto de se concretizar, o que favorecia não só os políticos portugueses e os funcionários da corte que para cá vieram em 1808, mas também os colonos enriquecidos e os comerciantes portugueses com negócios e família no Brasil.

O projeto reformista ilustrado de construção de um império luso-brasileiro, apesar de ser defendido por figuras importantes politicamente, como Rodrigo de Sousa Coutinho, enfrentou ventos contrários aquém e além-mar. Na América, a dinamização de investimentos no Sudeste – principalmente no Rio de Janeiro – recebeu muita resistência das províncias ao norte, principalmente de Pernambuco. As maiores reclamações recaíam sobre os pesados impostos cobrados para custear a permanência da corte. Os manifestantes afirmavam que os benefícios do fim do pacto colonial e da política do livre comércio ficaram restritos ao Rio de Janeiro e regiões circunvizinhas. Para eles, o novo centro de decisão (RJ) teria assumido a mesma postura antes exercida pela metrópole, mantendo a situação de exploração inalterada, apesar do estatuto de Reino Unido.

76

Mas não foi somente na América portuguesa que surgiram manifestações contrárias à unidade luso-brasileira. Do outro lado do Atlântico, não demorou muito para que importantes frações da burguesia, nobreza, clero, funcionalismo e profissionais liberais se unissem exigindo o retorno da exclusividade comercial e a recolonização do Brasil com o intuito de reerguer a economia lusa. O sentimento de frustração dos portugueses no Velho Mundo diante das reformas joaninas e da recusa de Dom João VI de regressar a Portugal após finalizada a guerra era enorme. O projeto reformista ilustrado de construção de um império luso-brasileiro com sede no Rio de Janeiro enfrentava muita resistência na antiga metrópole.

Em 24 de agosto de 1820, eclodiu o chamado *movimento vintista*, também conhecido como Revolução do Porto. Iniciado na cidade do Porto, o movimento logo se espalhou por todo país, ao defender o retorno de Portugal à sua antiga condição de centro do Império. Para tanto, os rebeldes exigiam a revogação do decreto de abertura dos portos, o estabelecimento de uma monarquia constitucional (com a convocação imediata das Cortes para a elaboração de Constituição Liberal), o retorno das tropas militares de Beresford para a Inglaterra e o retorno do rei Dom João VI a Portugal.

Como você pode ver, o movimento vintista colocava questões importantes em termos do equilíbrio de poder dos dois lados do Atlântico. Para os grupos que haviam sido privilegiados com a política joanina de concessão de títulos, sesmarias e cargos na burocracia do Estado, a volta do monarca para a metrópole colocava em risco as conquistas financeiras e o prestígio adquiridos no Brasil. Para os negociantes que haviam incrementado suas trocas e transações comerciais com o fim do pacto colonial, a política recolonizadora defendida pelos revolucionários do Porto significava a perda dos benefícios alcançados. Diante dos problemas que tanto sua permanência quanto seu regresso trariam, Dom João procurava ganhar tempo, buscando auxílio de outras monarquias europeias para conter os revolucionários e evitar a perda do trono. Contudo, em 27 de setembro, os revoltosos transformaram as Cortes consultivas

do Antigo Regime em Cortes deliberativas encarregadas de preparar uma constituição, a despeito da vontade do monarca, que se negava a retornar a Lisboa.

A situação ficou ainda mais difícil quando o movimento vintista conquistou adeptos além-mar. As províncias do Grão-Pará e da Bahia se declararam solidárias às Cortes de Lisboa e se desligaram do governo do Rio de Janeiro em 1º de janeiro e 10 de fevereiro de 1821, respectivamente. No Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro, manifestantes reunidos na praça do Rossio exigiram que o rei Dom João VI jurasse obedecer à futura Constituição. As pressões de ambos os lados fizeram com que Dom João publicasse um decreto em 7 de março de 1821, comunicando o seu breve retorno para Portugal e constituindo o príncipe regente Dom Pedro como encarregado do Governo Provisório do Brasil. O decreto real estabelecia que deputados brasileiros deveriam ser eleitos para atuarem nas Cortes Gerais em Portugal. O rei buscava assim, equilibrar as forças na constituinte a seu favor. Como se pode ver, a ideia de Dom João, assim como do grupo reformista ilustrado que o aconselhava, não era regressar para acatar os desmandos revolucionários, e sim estar mais perto para direcionar com moderação a elaboração do novo corpo de leis e garantir as instituições monárquicas. Em 26 de abril de 1821, o rei partiu com a Corte em direção a Lisboa.

No Brasil, a correria ficou por conta das províncias que deveriam escolher seus deputados constituintes para atuarem nas Cortes Gerais em Portugal. Foram eleitos 72 deputados, dos quais somente 49 embarcaram para a Europa. Em agosto de 1821, quando chegaram a Lisboa, os deputados do Brasil encontraram os trabalhos constituintes bastante adiantados, além de uma forte resistência à incorporação de suas opiniões. Dentre as propostas apresentadas, a Junta de São Paulo, em nome dos representantes do Brasil, defendia a “integridade e indivisibilidade do Reino Unido; igualdade de direitos políticos e civis entre portugueses e brasileiros”. Aí, sem dúvida nenhuma, está o nó que ocasionaria a separação entre Brasil e Portugal. Ao contrário do que queriam os

deputados vindos do Brasil, os revolucionários do Porto e a maioria dos congressistas portugueses acreditavam que a regeneração política e econômica de Portugal só seria possível com a volta do pacto colonial e o retorno da velha política de monopólios.

Diante da recusa das Cortes portuguesas em negociar, muitos deputados do Brasil, como Ribeiro de Andrada, Fernandes Pinheiro e Araújo Lima buscaram uma solução intermediária que se adaptava ao modelo do poderoso Império idealizado. A proposta era o funcionamento de dois congressos independentes, com uma delegação do poder executivo situada no Rio de Janeiro, e a manutenção da união luso-brasileira. Tal solução reforça a tese aqui trabalhada de que a separação entre Brasil e Portugal não estava posta nesse momento, nem para os portugueses vintistas, nem para a maioria dos deputados do Reino Unido. Em ambos os lados, a indivisibilidade do Império ainda era a proposta hegemônica. Contudo, as possibilidades de negociação ficavam cada vez mais escassas. Em número inferior e enfrentando aguerrida oposição, os deputados do Brasil raramente conseguiam expor suas propostas perante as Cortes. A atitude de intolerância da representação vintista foi se agravando diante do conflito de ideias quanto ao modelo de Estado a ser seguido e as concepções de unidade.



Os diferentes projetos políticos às vésperas da independência

De um lado, situava-se aquela que pode ser denominada de elite coimbrã. Formado por elementos que tinham freqüentado, em sua maioria, a Universidade de Coimbra, esse grupo estava imbuído do ideal reformador cosmopolita moldado pelas pragmáticas, ainda que mitigadas, Luzes portuguesas. Eram capazes de criticar as práticas do Antigo Regime e de simpatizar com o ideário de um liberalismo moderado, que conservava a figura do rei como representante da nação, mas também de manifestar a mais completa desconfiança em relação a qualquer procedimento que lembrasse os

horrores da Revolução Francesa. Criados no círculo reformista da chamada Geração de 1790, que se formara em torno de Rodrigo de Souza Coutinho, partilhavam ainda com este influente personagem (1796-1803 e 1807-1812) da regência de Dom João (1792-1816), a concepção de um grande império luso-brasileiro, tendo muitos de seus membros exercido funções públicas em Portugal e no Brasil, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Hipólito José da Costa, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (o famoso Intendente Câmara), José da Silva Lisboa, o bispo Azeredo Coutinho e outros.

Do outro lado, colocava-se o grupo a que se poderia chamar, aproveitando-se o adjetivo utilizado por Hipólito para seu jornal, de elite brasiliense. Majoritariamente formada por indivíduos que haviam nascido no Brasil – mas não exclusivamente, como indica o caso de José Clemente Pereira – comportava, além de leigos, como Joaquim Gonçalves Ledo e Cipriano Barata, um grande número de padres, como Januário da Cunha Barbosa, Diogo Feijó e José de Alencar. Em geral, desprovidos de contatos diretos com o exterior, mostravam-se menos doutrinados por vias formais e mais abertos às idéias do pensamento francês, a que tinham tido acesso por intermédio da leitura, nem sempre disciplinada, dos livros proibidos, introduzidos sob o capote, para ludibriar a censura. Sentiam-se, por isso, menos comprometidos com a concepção do Império luso-brasileiro de Dom Rodrigo e tendiam a adotar posturas políticas mais radicais, identificando suas maiores obrigações com a pequena pátria local em que tinham nascido ou com as aspirações mais democráticas de uma tênue camada média, que a longa permanência da Corte no Rio de Janeiro havia desenvolvido. Por conseguinte, embora menos articulados do que os coimbrãos, mais facilmente do que estes, transformaram-se nos ideólogos do separatismo brasileiro.

Apesar disso, a ideia separatista no Brasil, considerada uma medida extrema que se devia evitar, não se desvencilhou logo do poderoso ímã constituído pela concepção do império luso-brasileiro e pela proposta de união que ele pressupunha. Ainda nas vésperas do oficial dia 7 de setembro de 1822, depois da convocação de uma assembléia brasílica e dos manifestos de agosto, mesmo jornais mais radicais, como o *Revérbero Constitucional Fluminense*, relutavam em assumir o papel de arauto da independência (NEVES, 1999).

À medida que o tempo passava, o projeto recolonizador defendido pelas Cortes portuguesas ia se transformando numa política ofensiva. Estabeleceu-se que: os órgãos administrativos fundados por Dom João no Brasil deveriam ser fechados; as tropas ligadas a Dom Pedro tinham que retornar a Lisboa; outras, fiéis à regeneração, seriam enviadas ao Brasil. Diante do agravamento da situação, Dom Pedro buscava manter a união do Império, argumentando perante os vintistas que sua permanência no Brasil era imprescindível para manter as províncias unidas. Mas de nada adiantou. Logo foi exigida a volta do príncipe regente para Portugal, pois sabia-se que a manutenção de um membro da dinastia de Bragança no Brasil dificultava o projeto vintista de fortalecimento do Estado português através do restabelecimento da política de monopólios.

O dia 9 de janeiro de 1822 entrou para a História como o *Dia do Fico*. Após uma rápida articulação de políticos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, Dom Pedro recebeu cerca de nove mil assinaturas pedindo a sua permanência no Reino Unido. A recusa em obedecer às ordens de retorno vindas de Portugal agravou a situação. Em 15 de março de 1822, a comissão especial das Cortes deliberou que somente a navios portugueses seria permitido fazer comércio de porto a porto em todas as possessões portuguesas, incluindo o Brasil. Pouco a pouco, atitudes mais extremadas foram ganhando espaço dos dois lados do Atlântico. Defendendo o lado do Reino Unido, o deputado baiano Cipriano Barata discursou em plenária das Cortes Gerais em 1º de julho de 1822, dizendo: “E que faremos nós brasileiros, nada mais nos resta senão chamarmos a Deus, e a nação por testemunha; cobrir-nos de luto; pedirmos nossos passaportes, e irmos defender nossa pátria.” Mas não era só isso.

No Rio de Janeiro, crescia a oposição à política recolonizadora das Cortes Constituintes de Lisboa. Como solução, forças políticas contrárias à recolonização e grupos de dominação econômico-social de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (as três províncias-sede da Corte) se uniram em torno do príncipe regente com o intuito de preservar a unidade dos dois reinos e as conquistas políticas,

econômicas e sociais alcançadas desde a instalação da corte no Brasil. No discurso construído por esse grupo, a ruptura da unidade luso-brasileira aparecia como decorrência das atitudes inflexíveis e recolonizadoras das Cortes constituintes de Lisboa. Pouco a pouco, a proposta emancipacionista defendida por grupos hegemônicos dessas três províncias foi ganhando terreno e sendo construída com base em uma ideia de Estado-Nação que se queria unido – do Amazonas ao Prata – como forma de dar continuidade ao projeto de poderoso Império, agora repensado como um país que nasceria unificado territorialmente. A condição de Reino Unido e as pressões recolonizadoras deram à elite dirigente uma ideia de independência como forma de manter o *status quo*; para tanto, tentava unir províncias que, até então, tinham pouca vinculação entre si.

As viagens de Dom Pedro a Minas Gerais e São Paulo tinham o intuito de aparar as arestas internas e fortalecer laços políticos em prol da unidade das partes do reino favoráveis ao projeto emancipacionista do centro-sul, o qual defendia a centralização e a unidade territorial. Mas, como bem lembra Evaldo Cabral de Mello no livro *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, havia outros projetos gestados nas províncias do norte que tendiam para o federalismo e a criação de Estados regionais. Tais projetos foram sufocados, muitos deles, pela força bruta. O “silêncio dos vencidos” foi selado por uma historiografia nacionalista que se firmou com a direção Saquarema (partido conservador) e deixou no esquecimento as resistências ligadas ao federalismo.

A historiografia oficial do regime imperial, sob a chancela do IHGB, deu às províncias do centro-sul o mérito da emancipação e a obra de construção da nacionalidade brasileira, ambas entendidas como coincidentes. Em termos de datação, a historiadora Lúcia Bastos Pereira das Neves explica que o 7 de setembro de 1822, dia em que é comemorada a Independência do Brasil em todo o país, não se revestiu de significado especial para os seus contemporâneos. A escolha da data comemorativa deve ser entendida como resultado de uma disputa de poder entre os diferentes grupos do centro-sul

que estiveram à frente da Independência. Para concluir, vejamos o que diz a pesquisadora Lúcia Bastos sobre o assunto:

Somente em 20 do mesmo mês, *O Espelho* trouxe um artigo exaltando o “independência ou morte” como o “grito acorde de todos os brasileiros” e inventariando os motivos que justificavam o rompimento com Portugal. (...) Essa falta de ressonância do 7 de setembro se deve a que, em larga medida, para os atores do drama, a independência já estava consumada desde a convocação da Assembléia Constituinte, em 3 de junho, ou pelo menos, desde o decreto de 1º de agosto e os manifestos subsequentes dirigidos ao povo e às nações amigas. (...) Por outro lado, em 9 de setembro, numa sessão extraordinária do Grande Oriente do Brasil, Gonçalves Ledo apresentou moção para a organização de uma cerimônia que traduzisse o rompimento total e definitivo com a antiga metrópole e que levasse a todos o conhecimento da mudança que se operava no Novo Mundo. Essa proposta traduziu-se na Aclamação “pela graça dos povos e de Deus” de Dom Pedro enquanto imperador constitucional do Brasil, realizada no 24º aniversário do soberano, em 12 de outubro, sob a forma de festa cívica, com intensa participação do povo. Minuciosamente descrita nos jornais da corte, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Espelho* e o *Revérbero Constitucional Fluminense*, a aclamação no Rio de Janeiro ecoou em muitas localidades, que tinham aderido à causa basílica nos mais diversos pontos do país. No entanto, pouco depois, em 2 de novembro, José Bonifácio desarticulou os partidários de Gonçalves Ledo, levando-os à prisão e ao exílio, após devassa em que foram acusados de carbonários e anarquistas. Senhores da situação os partidários do ministro e do próprio imperador, descontentes com o ambiente democrático gerado pela Aclamação, organizaram então uma segunda

cerimônia fundadora, a solene *Coroação* de Dom Pedro na catedral em 1º de dezembro. Curiosamente, no ano seguinte, ao lado da *Aclamação* e da *Coroação*, surgiu o 7 de setembro como dia de gala na corte. Sem realçar nenhum dos grupos que haviam disputado a hegemonia do movimento, em 1822, a data valorizava o papel do imperador e foi incorporada ao imaginário da nação graças ao painel *Independência ou morte!*, pintado por Pedro Américo (NEVES, 2002, p. 172).



Atende ao Objetivo 2

Enquanto o jovem imperador e grupos políticos mais proeminentes – a maioria formada segundo os princípios do reformismo ilustrado e originárias das três províncias circunvizinhas da Corte, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – defendiam a adoção de uma liberdade justa e sensata regulada por uma constituição monárquica, “não demagógica, não anárquica”, e reivindicavam o princípio do poder de ingerência do executivo (imperador) no legislativo, além de uma união das províncias tuteladas pelo governo monárquico; – outros grupos minoritários e desvinculados dos interesses específicos da corte do Rio de Janeiro, defendiam o estabelecimento pleno do sistema constitucional, ou seja, a adoção de um sistema no qual o princípio da liberdade e o de representação fossem plenamente atendidos. Para esses, que argumentavam a favor da limitação da autoridade do governante pelo pacto social, tanto a grandeza futura do império, quanto a garantia do pleno exercício do sistema liberal dependeriam da adoção desse e do princípio administrativo de províncias autônomas (LYRA, 1994, p. 225).

2.a. De acordo com a autora, quais as principais disputas ideológicas no pós-independência?

2.b. De que forma os argumentos da autora se relacionam com as discussões de Evaldo Cabral de Mello para a Independência?

Respostas Comentadas

2. a. Segundo a autora, os grupos diversos que agregaram interesses em prol da emancipação irão se conflitar em termos de concepção de liberdade, representação e projeto político no pós-independência. Enquanto os mais ligados ao centro-sul irão defender uma monarquia constitucional com um executivo forte, os grupos de fora do eixo da corte serão mais favoráveis ao estabelecimento pleno do sistema constitucional com um legislativo forte.

2. b. Evaldo Cabral ressalta os projetos autonomistas, federalistas e minoritários, principalmente aqueles provenientes das províncias do norte, como sendo importantes para o debate sobre a Independência.

CONCLUSÃO

Como você pode perceber, a temática da Independência ainda traz uma infinidade de possibilidades a serem exploradas. As pesquisas dos historiadores Maria de Lourdes Viana Lyra e Evaldo Cabral de Mello destacam aspectos importantes para um novo olhar sobre a independência, que busquei analisar nesta aula. A primeira, por ressaltar a importância de se estudar a trajetória da noção de império no interior da política luso-brasileira, para se compreender o processo de independência e a vitória de um projeto imperial e centralizado para o Brasil. A segunda, por descentralizar o papel do Rio de Janeiro e do centro-sul nos estudos da Independência. O caminho encontrado por Evaldo Cabral valoriza as dissonâncias provenientes das províncias do norte, como Bahia e Pernambuco, as quais defendiam projetos federalistas que foram vencidos, mas que foram importantes para o debate intelectual da época. Em ambos os casos, encontramos uma concepção processual da Independência que não privilegia o ato em si enquanto episódio único, mas todos os debates e disputas que estiveram presentes para que a emancipação se desse e se efetivasse.

Atividade Final

“Ainda resta ao seu soberano, e aos seus povos, o irem criar um poderoso império do Brasil, donde se volte a reconquistar o que possa ter perdido na Europa” (Dom Rodrigo de Souza Coutinho, 1803).

“Acordemos pois, generosos habitantes deste vasto e poderoso império, está dado o grande passo da vossa independência e felicidade, há tanto tempo preconizado pelos grandes políticos da Europa” (Joaquim Gonçalves Ledo/Dom Pedro I, 1822).

Compare as perspectivas dos sujeitos históricos apresentados, no que diz respeito às suas concepções sobre o “poderoso Império”.

Resposta Comentada

Dom Rodrigo de Souza Coutinho contempla a tradição do reformismo ilustrado que pensou o poderoso Império, como a união dos reinos do Brasil e de Portugal em condições políticas iguais. Tal projeto fracassa com o movimento vintista português e as demandas recolonizadoras vindas de Portugal. Já o discurso de Gonçalves Ledo traz a desarticulação das possibilidades de conciliação entre os dois reinos e o fracasso do modelo de poderoso império nos moldes concebidos pela geração de Dom Rodrigo. O novo discurso entende o poderoso Império como um futuro grandioso para o Império do Brasil como monarquia independente.

RESUMO

Na aula de hoje, você pôde acompanhar como a Independência vem sendo discutida na historiografia brasileira desde o século XIX e aprendeu que, atualmente, os historiadores que estudam o tema ressaltam a necessidade de pensá-lo como um processo, ficando o debate de quais os eventos teriam destaque na nova temporalidade. A seguir, você aprendeu que muitos atores sociais envolvidos na Independência só a defenderam como último recurso depois que o sonho da formação de um “poderoso império” fracassou e que a Revolução do Porto desencadeou uma política recolonizadora para o Brasil.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você aprenderá sobre os principais acontecimentos políticos e sociais do Primeiro Reinado.

Aula 4

O Primeiro Reinado (1822-1831) – parte 1

*João Carlos E. Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar o Primeiro Reinado do império do Brasil como momento-chave para o início da construção do novo país nas Américas, que se tornou independente antes de tornar-se nação.

Objetivos

Esperamos que, após o conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os impasses na construção de um império constitucional nos anos após a independência;
2. diferenciar os diversos projetos políticos e sociais em disputa ao longo da década de 1820, que levaram, inclusive, ao conflito armado.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja bem aproveitada, é importante que você tenha compreendido bem as condições em que o Brasil tornou-se independente, em 1822 (Aulas 2 e 3). Também é fundamental que tenha em mente a forte presença da escravidão africana na composição social do novo país (Aula 1).

INTRODUÇÃO

“Já podeis, filhos da Pátria,
Ver contente a mãe gentil.
Já raiou a Liberdade
No horizonte do Brasil.”

A estrofe que abre esta aula pertence ao “Hino Constitucional Brasiliense”, escrito em 1822 pelo jovem jornalista Evaristo da Veiga no auge de uma agitação sem paralelos na história do país. Por todos os lados explodiam periódicos, cada qual tentando impor determinada opinião por meio de textos quase sempre extremamente virulentos. Contudo, toda essa agitação não correspondia a uma ampla identidade nacional que fosse plenamente difundida no seio da população. Pelo contrário: os anos que puseram fogo ao processo emancipatório criaram um Estado, mas não criaram de imediato uma nação. À época da independência, segundo as palavras do observador francês Horace Say, o Brasil era apenas “a designação genérica das possessões portuguesas na América do Sul”. Em outras palavras, não havia unidade predefinida, não havia algo profundamente brasileiro que integrasse todas as áreas da América Portuguesa ou mesmo que justificasse a adoção de um governo único sobre todas elas. A alternativa que se afigurava mais provável, seguindo o exemplo da América Espanhola, era a fragmentação, um risco bastante real que constituía um fantasma a rondar o Brasil até, pelo menos, as portas do século XX (e mesmo em 1932, em plena Era Vargas, com a Revolução Constitucionalista, não deixava de assustar). A nação brasileira, portanto, não surge de imediato ou naturalmente, mas se define a partir de lutas, disputas e conflitos, mais ou menos violentos, até chegar a um consenso. E, nesse processo de definição dos rumos dos embates ao longo do século XIX, o Primeiro Reinado (1822-1831) teve papel fundamental.



Figura 4.1: Evaristo da Veiga.

Fonte: <http://www.uff.br/caev/biogra1.gif>

Veremos, ao longo desta aula, que papel foi esse. Poderemos, ao final, perceber que algumas das grandes questões do século, no Brasil, foram desenhadas nesse Primeiro Reinado. Ali começaram a ser definidos os significados dos termos “nação” e “direitos do cidadão”. Ali explodiram as primeiras grandes crises, nos quadros do Império do Brasil, a respeito da disputa entre centralização e federalismo. Ali a escravidão africana começou a sofrer seu primeiro grande baque com a assinatura de um tratado visando à abolição do tráfico negreiro. Veremos, nesta aula, alguns desses momentos e completaremos essa etapa na aula seguinte.

Os impasses na criação de um Império constitucional



Figura 4.2: D. Pedro I.

Fonte: <http://memory.loc.gov/service/hisp/brfbnth/106609.gif>

Em 1º de dezembro de 1822, no momento de sua coroação, D. Pedro I exprimiu as seguintes palavras: “Juro defender o vasto Império do Brasil (...e...) a liberal constituição digna do Brasil e digna do seu imortal defensor como pedem os votos dos verdadeiros amigos da Pátria.”

A fala de Pedro I seria repetida depois, no momento de abertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1823. Tais palavras trazem consigo a ambiguidade política presente na figura de D. Pedro I. Por um lado, ele se tornou o primeiro imperador constitucional de um recém-fundado Império nas Américas, num momento de transformações no pensamento político ocidental, que passava a defender o constitucionalismo (ou melhor, a submissão à Constituição) como prática política a ser adotada em oposição ao pensamento político predominante no Absolutismo. Por outro lado, a fala do novo imperador deixava claro seu papel de revisor do documento constitucional a ser criado nos trabalhos da Assembleia. D. Pedro mostrava considerar-se fiel na balança na votação da Carta, a qual deveria mostrar-se tão “digna do seu imortal defensor” quanto “do Brasil”.

A ambiguidade política na atitude de D. Pedro refletia um momento de conflitos e impasses em torno de diversas questões caras aos fundadores do Império do Brasil. Desde a Revolução do Porto, o Constitucionalismo era uma bandeira defendida de forma quase unânime pelos grupos que lideraram o movimento emancipatório. O Absolutismo era um monstro a ser combatido e afastado. A soberania, palavra que cada vez ganhava mais força no vocabulário político europeu desde o Iluminismo, deveria não mais, como no Absolutismo, residir no corpo do rei, mas ser deslocada para a nação. Esta, elevada à categoria de soberana, deveria, a partir de seus representantes, instaurar um poder constituinte, de onde saíam os alicerces que ergueriam os novos Estados. Tais alicerces, reunidos na Constituição, enquanto conjunto máximo de leis e princípios, seriam o novo referencial a unir todos os povos sob

uma mesma bandeira nacional. Tal discussão, fervendo na Europa, não deixou de aportar no Brasil e influenciar decisivamente os rumos da independência política.

Porém, se a maioria dos grupos na liderança do processo de emancipação defendia a criação de um Estado sob o Império das leis constitucionais, essa atitude mais gerava questões do que as resolvia. Quem deveria fazer parte da “nação”? Num país escravista, essa era uma questão crucial. Quais os limites do liberalismo a ser adotado? De que forma o poder deveria ser compartilhado entre “rei” (representado na figura do imperador) e “povo” (representado na figura da Assembleia Constituinte), na tarefa de organizar a Constituição Imperial? Essas são perguntas que geravam conflitos entre todos aqueles grupos que buscavam afirmar sua resposta.

O clima tenso e agitado no Rio de Janeiro, no momento em que essas questões são colocadas com mais força, entre 1822 e 1823, possibilitou o surgimento de duas principais facções em disputa pelo poder, a partir da aproximação junto a D. Pedro e à população nas ruas. Cabe recordar que esse era um momento de efervescência política, com agitações constantes nas ruas desde a chegada das notícias da Revolução do Porto, no final de 1820, e impulsionadas pela convocação dos deputados à Assembleia Constituinte, em meados de 1822. Trata-se, portanto, de um momento de grande politização, do qual o 7 de setembro foi mais um episódio simbólico do que de efetiva mudança.

Essas duas facções, surgidas nesse momento, trazem consigo as defesas das duas principais bandeiras do período. De um lado, a facção dos *brasilienses*, cujo principal porta-voz era Joaquim Gonçalves Ledo. Era um grupo mais jovem, que chegou à idade adulta e à política a partir da presença da corte no Rio de Janeiro, dispondo, portanto, de uma perspectiva mais circunscrita à realidade brasileira. Aproximavam-se, dessa maneira, das ideias liberais mais radicais para o período, fundando a vontade nacional nos indivíduos e nos cidadãos e relegando ao governo soberano a tarefa de instrumento de execução dessa vontade nacional, expressa

numa assembleia de representantes. De outro lado, a facção dos coimbrãos, que tinham esse nome devido ao fato de, em sua maioria, serem formados na Universidade de Coimbra, em Portugal.



Figura 4.3: José Bonifácio de Andrada e Silva.

Fonte: <http://www.memorial.sp.gov.br/images/agenda/000433/2.jpg>

Os coimbrãos, mais maduros, à frente de cuja facção estava José Bonifácio de Andrada e Silva, tinham uma perspectiva mais cosmopolita, tendo sido formados nos quadros do despotismo ilustrado luso-brasileiro dos finais do século XVIII. Tinham uma leitura mais conservadora dos princípios liberais, recusando-se a subordinar o soberano completamente a uma vontade nacional, ainda, em sua ótica, por construir. Dessa forma, e segundo suas visões de mundo, os coimbrãos aproximavam-se mais das esferas cortesãs, dos círculos políticos mais restritos, próprios de um liberalismo ainda praticante de uma cultura política de Antigo Regime (despotismo ilustrado), enquanto os brasilienses aproximavam-se mais das camadas médias urbanas, formadas a partir de 1808, agindo a partir de práticas políticas mais explosivas, como jornais, clubes e associações.

Os coimbrãos, dessa forma, defendiam um governo central mais forte, com o poder político concentrado nas mãos do imperador soberano. Já os brasilienses eram adeptos do poder nas mãos da nação soberana, embora o caráter de tal nação não estivesse ainda

bem definido. Apesar de suas diferenças, não podemos nos esquecer daquilo que, acima de tudo, os unia: a defesa da manutenção da ordem senhorial-escravista contra os riscos possíveis, oriundos de sublevações sociais de caráter mais popular.

Nas palavras dos historiadores Humberto Fernandes Machado e Lúcia M. B. Pereira das Neves, “do confronto entre essas duas perspectivas nasceu o Império do Brasil, mas tendo a ilustração e o absolutismo de D. Pedro como o fiel da balança”. O imperador ora se aproximaria de um, ora de outro grupo, na tentativa de angariar o máximo de apoio possível em torno de seu projeto de liderança, mas esse rodízio de aproximações não esconderia sua maior identificação com o pensamento mais autoritário e conservador, politicamente, de José Bonifácio e do grupo coimbrão. Segundo o historiador Marcello Basile, “não lhe agradava a [D. Pedro I], por exemplo, ver seu poder limitado pelo Parlamento ou pelo referendo do povo, como queria o grupo de Ledo”. D. Pedro era herdeiro da tradição bragantina de governar, ligava-se mais profundamente ao grupo coimbrão e via-se cerceado por aqueles que apoiavam a elaboração de uma Constituição. Obrigado a ceder, em 1822, na convocação dos deputados à Constituinte, logo retomaria as rédeas do jogo político na organização de um governo que lhe fosse favorável.

Essa retomada se acentuaria a partir da iniciativa brasiliense de organizar uma cerimônia que simbolizasse a fundação do novo país, com a proposta de aclamação de D. Pedro I como imperador constitucional do Brasil. Tal aclamação tomou lugar em 12 de outubro de 1822, aniversário do soberano, sob a forma de uma grande atividade cívica, com grande participação popular, ocupação das ruas, gritos e discursos de “vivas” à independência, à dinastia de Bragança, ao imperador e à imperatriz, à religião, à Assembleia e ao povo constitucional do Brasil.

A extensão dos “vivas”, contudo, ao buscar ressaltar a origem popular do título do imperador, desagradaram D. Pedro.

Logo no dia seguinte, os coimbrãos reagiram, por meio de um decreto, definindo o título de D. Pedro como “pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”. Voltava-se D. Pedro aos usos antigos da liturgia do poder, em que o monarca retirava primeiro sua legitimidade de Deus e, em seguida, dos homens. Nos dias seguintes, os coimbrãos, fortalecidos pelo apoio que D. Pedro conferia a José Bonifácio, conferindo-lhe amplos poderes como ministro, passaram a perseguir o grupo de Ledo por meio de ameaças, atentados e fechamento de jornais, além de perseguições violentas pelas ruas. Não surpreende que tais perseguições tenham suscitado forte reação por parte dos partidários brasileiros, os quais criticavam a atuação do governo que, mal inaugurada a independência, já dava mostras consideradas antiliberais. Numa jogada política, D. Pedro recuou, libertando presos e reabrindo clubes fechados, enquanto José Bonifácio, sentindo-se contrariado, renunciou ao cargo de ministro. Novas pressões e enxurradas de protestos, contudo, dessa vez por parte dos partidários dos coimbrãos, conferiram nova força política a D. Pedro I para reintegrar o ministério, fortalecer Bonifácio e perseguir os líderes brasileiros que haviam escapado da primeira onda de prisões.

Afastados os mais radicais críticos dos coimbrãos, estes se sentiram fortes o bastante para promover uma segunda cerimônia de inauguração do Império. Em 1º de dezembro de 1822, uma solene cerimônia, mais restrita e sem grandes manifestações populares, coroou (e não apenas aclamou) D. Pedro I novamente inspirada nas antigas cerimônias do Antigo Regime. Os coimbrãos, fortalecidos em torno do imperador, davam as primeiras cartas rumo ao seu objetivo de fortalecer o papel do soberano e a centralização do poder em torno da corte, no Rio de Janeiro, com fins de unificar o Império que se construía. Não obstante, a reunião dos deputados eleitos nas províncias para a Assembleia Constituinte acenderia o pavio para novos conflitos em torno dos limites do poder.



Aclamação x coroação

Ao ser coroado imperador, em 1º de dezembro de 1822, D. Pedro I não estava apenas diferenciando-se das trajetórias políticas dos demais países independentes das Américas, mas também se diferenciava em relação aos seus antepassados da Casa de Bragança. Desde o desaparecimento de D. Sebastião, em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, nenhum rei de Portugal fora coroado. Mesmo D. João VI, no Brasil, fora apenas aclamado.

As imagens seguintes são representações dos dois momentos de sagração de Pedro I, na visão do artista francês Debret. Repare nas diferenças entre a forma de organização do cerimonial. A primeira imagem mostra um D. Pedro acompanhado por uma multidão (decerto, em número exagerado) que o apoia. Era a política das ruas, com participação popular, dentro da nova significação conferida ao poder político pelo liberalismo. A segunda lembra em muito os velhos cerimoniais de Antigo Regime, feitos de modo quase privado, quase sem apelo à população.



Jean-Baptiste Debret

Figura 4.4: Aclamação de D. Pedro I (em 12 de outubro de 1822) c.1822, litografia aquarelada. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, III, Paris, Firmin Didot Frères, 1839. Fonte: <http://www.arqnet.pt>



Jean-Baptiste Debret

Figura 4.5: Coroação de D. Pedro I (em 1º de dezembro de 1822). c.1822. Litografia aquarelada. Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, III, Paris, Firmin Didot Frères, 1839.
Fonte: <http://www.arqnet.pt>

Os deputados brasileiros chegaram à corte, reunindo-se para os trabalhos na Assembleia Constituinte, dispostos, em sua maioria, a limitar os poderes do imperador, em especial no que toca ao poder de vetar as leis e dissolver a legislatura. Eram perto de cem deputados, eleitos nas províncias por sistema indireto, isto é, não houve votação direta da população para sua escolha. As eleições, porém, se deram num ritmo muito lento, devido à imensa distância geográfica entre as províncias (no momento da eleição dos deputados da Constituinte, algumas delas, como o Maranhão, não haviam sequer concluído o processo eleitoral dos deputados brasileiros às cortes de Lisboa!). Dessa forma, os trabalhos na Assembleia Constituinte iniciaram-se com a presença de apenas 52 deputados – pouco mais da metade dos noventa que efetivamente tomariam assento. Esses indivíduos representavam, basicamente, os grupos políticos e intelectuais dominantes, desde o

início do século, do Império que se visava a construir na América. Boa parte deles era formada em Coimbra ou oriunda dos setores burocráticos, favorecida na reorganização estatal promovida por D. João VI (atenção! nem todos que se formavam em Coimbra eram, ideologicamente, “coimbrãos”). Além disso, dezenove dos noventa deputados já haviam sido eleitos anteriormente para as cortes de Lisboa, mostrando a continuidade que havia entre os grupos dominantes do período joanino e aqueles que levaram a cabo a construção do Império do Brasil.

Ao repetir, na abertura dos trabalhos, em 3 de maio de 1823, aquelas palavras que, como vimos, proferiu no momento de sua coroação – e ainda acrescentando a seguinte frase: “espero que a Constituição que façais mereça a minha imperial aceitação”, imitando a fórmula francesa da restauração pós-napoleônica –, D. Pedro animou ainda mais os deputados em seu objetivo de limitar os poderes do Executivo. A resposta dos deputados veio logo no Projeto de Constituição, apresentado para debates no dia 1º de setembro. Estava no projeto a intenção de fortalecer o Legislativo e restringir o alcance dos poderes do imperador.

Os debates sobre esse projeto mostraram, mais uma vez, a diferenciação ideológica que tinha por base as disputas entre brasilienses e coimbrãos. Os primeiros novamente preocuparam-se em defender ardorosamente a residência da soberania na nação, representada pelos deputados eleitos. Para os coimbrãos, contudo, a soberania deveria ser partilhada entre a Assembleia Nacional e o imperador, com o consequente fortalecimento do Poder Executivo, para evitar dissensões vistas como ameaçadoras da unidade nacional e do projeto de Império que buscavam instaurar.

O projeto, que chegou a ter apenas 23 dos seus 272 artigos discutidos e aprovados, tinha clara influência brasiliense em sua concepção. Adotava a divisão de três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), com a Assembleia Geral e o imperador, dividindo o Legislativo e o imperador, e seus ministros comandando o Executivo. A pessoa do imperador era considerada “inviolável

e sagrada” (artigo 139), caindo toda a responsabilidade pelos atos do Executivo sobre os ministros. Apesar das aparências, a atuação do imperador em muito se afastava de qualquer concepção absolutista: o imperador não poderia dissolver ou impedir a reunião da Assembleia (no máximo, adiá-la ou prorrogá-la) e seu poder de veto sobre as decisões da Assembleia seria apenas suspensivo, isto é, se um mesmo projeto fosse apresentado em três legislaturas seguidas, ele teria aprovação automática, independentemente do posicionamento do imperador. Além disso, garantia aos deputados e senadores a inviolabilidade quanto às opiniões proferidas na Assembleia. Instituiu ainda um sistema de eleição para as Câmaras, a igualdade de todos perante a lei (trataremos dessas questões adiante), as liberdades pessoais, religiosas, de trabalho e de imprensa e, ainda, a inviolabilidade da propriedade. Todas essas questões foram objeto de disputas entre as diferentes facções em jogo. Foi ainda objeto de discussão a questão da escravidão (sobre isso o projeto economizava palavras, embora levantasse a possibilidade de uma futura e não muito clara “emancipação lenta dos negros”) e, em especial, a questão da autonomia provincial (trataremos desse ponto melhor no capítulo seguinte).

O fervor dos debates, aliado à preponderância dos brasileiros na condução do projeto de Constituição, levou o grupo dos coimbrãos, que cercava D. Pedro I, a buscar alternativas de ação. Os periódicos eram os principais veículos de condução de ideias a favor e contra as decisões da Constituinte, não raro levando os partidários de cada jornal ao confronto físico. Nesse clima de instabilidade, José Bonifácio, principal liderança dos coimbrãos e aliado de D. Pedro, participava, junto aos irmãos, das críticas àqueles considerados “corcundas” e “pés de chumbo”, isto é, tanto aos portugueses, considerados inimigos da pátria, quanto aos autoritários e déspotas, ao estilo do Antigo Regime. Embora fossem partidários da centralização, os Andradas a concebiam apenas sob o domínio da monarquia constitucional. Ainda em 1823, José Bonifácio escreveu uma representação (espécie de carta) que

tencionava enviar à Assembleia, na qual criticava a escravidão como perigosa ao projeto de nação que se vislumbrava construir e associava o futuro do Império à extinção gradual da mesma. Tal posicionamento acirrou ainda mais os conflitos, por tocar em questão delicada, e causou a saída de Bonifácio do ministério, devido às insatisfações que provocara junto aos senhores de escravos e aos poderosos negociantes negreiros, dois dos grupos de mais fortes interesses na Assembleia.

A saída de Bonifácio do ministério aumentou ainda mais as disputas ideológicas e ajudou a afastar ainda mais o governo de D. Pedro da Assembleia. A situação ficava cada vez mais insustentável. A gota d'água foram as crescentes críticas dirigidas a D. Pedro pelos deputados, acusando-o de partidário dos portugueses, devido a um episódio não incomum naqueles anos de conturbada movimentação social: confundido com o autor de artigos antilusitanos, publicados no jornal *Sentinel da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*, o farmacêutico David Pamplona foi surrado por dois portugueses no dia 5 de novembro de 1823. O episódio levou a discussões tão acirradas que a Assembleia teve sessões suspensas. Não podemos esquecer que, nesse momento delicado de começo de construção de uma identidade nacional brasileira, qualquer conflito entre “portugueses” e “brasileiros” podia ganhar ares de questão nacional. A troca de acusações que se seguiu, somada ao posicionamento de D. Pedro junto aos algozes de Pamplona, levou o imperador a manobrar a situação a seu favor. No dia 12 de novembro, após decretar, no dia anterior, a dissolução da Assembleia, marchou com a tropa para a cidade e cercou o prédio da Constituinte, que estava havia dois dias em sessão permanente, prendendo quem resistisse à dissolução. Imediatamente após, nomeou um Conselho de Estado, que deveria encarregar-se da elaboração de uma nova Carta Constitucional. Desse conselho participaram deputados constituintes leais ao imperador.

Segundo os historiadores Lúcia M. B. Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado,

Embora a Carta que viria a ser outorgada em 25 de março de 1824 não diferisse em muito da proposta discutida pelos constituintes na Assembleia, antes de sua dissolução, ela continha uma diferença fundamental: não emanava da representação da nação, mas era concedida pela magnanimidade do soberano.

Pode-se notar, dessa forma, que o projeto de Império que se delineava na Assembleia Constituinte, uma primeira experiência, apesar de suas limitações, de participação cidadã no Brasil, não foi considerada “digna do Brasil e digna do seu imortal defensor”, como bem faziam antever as palavras do próprio D. Pedro I.



Atende ao Objetivo 1

1. A fundação de um novo país na região da antiga América Portuguesa não foi tarefa fácil. Misturavam-se intenções e dificuldades, devido, em especial, à disputa entre antigas estruturas da época colonial e novas ideias que surgiam na cultura política da época. Identifique duas dessas disputas, relacionando as ideias em conflito com seus respectivos grupos defensores.

Comentário

Diversas disputas marcaram os primeiros anos do novo Império do Brasil. No campo político, os conflitos davam-se fundamentalmente entre coimbrãos e brasilienses. Os primeiros eram defensores da centralização imperial nas mãos do Executivo, enquanto os segundos defendiam a soberania da nação nas mãos da Representação Nacional, simbolizada pelo Legislativo. No campo ideológico, as disputas davam-se entre partidários do Antigo Regime, simbolizados na figura de D. Pedro e de seu círculo mais próximo de influência (que ostentava, a exemplo das antigas monarquias europeias, títulos de nobreza) e os partidários das Luzes do século, identificadas com as ideias de nação e de soberania nacional, presentes não no rei, mas na sociedade (no “povo”). Esses conflitos eram simbolizados pelas ambiguidades presentes na construção do novo Império, numa disputa de forças que ora pendia para um lado, ora para outro.

Projetos de nação em disputa

Outorgar

Segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (www.priberam.pt), tem aqui o significado de “conceder”.

A Constituição de 1824, tendo sido *concedida* pelo imperador, perdeu seu caráter de manifestação da nação, dos cidadãos, para tornar-se uma espécie de *favor*.

Antes de tratar especificamente dos principais aspectos da Carta de 1824, na próxima aula, vamos nos deter por um momento sobre um de seus efeitos: as relações entre a Constituição e a unidade nacional. Para tanto, precisamos entender o significado que o fechamento da Assembleia Constituinte e a formulação da Constituição **outorgada** exerceram sobre aquelas províncias fora do Centro-Sul do país, especialmente sobre as províncias do Norte (e, nesse grupo, principalmente a província de Pernambuco, de tradição revolucionária). Fundamental, para isso, é compreendermos o momento político vivido naqueles conturbados anos.



O Império do Brasil não seguia a divisão geográfica consagrada hoje em nosso território (divisão em cinco regiões). Em vez disso, o território brasileiro era dividido em duas regiões: o Norte, envolvendo as províncias localizadas nas regiões hoje consideradas norte e nordeste, e o Sul, que envolvia as demais regiões abaixo da Bahia.

O historiador José Murilo de Carvalho abre sua indispensável obra sobre o período imperial, *A construção da ordem*, apontando para uma questão não apenas levantada hoje pelos historiadores, mas principalmente debatida, à época, pelos contemporâneos: o que levou o Brasil a ter uma trajetória distinta daquela pela qual seguiram as ex-colônias espanholas? Em outras palavras, por que, num mar de repúblicas fragmentadas, o Brasil foi capaz de manter sua unidade territorial mais ou menos intacta, coordenada por uma monarquia?

Tal pergunta enseja, até hoje, um amplo debate entre os historiadores, sem qualquer previsão de data para alcançar-se um consenso. Não nos deteremos profundamente nessa questão. Iremos ressaltar, por outro lado, um ponto que não pode escapar ao historiador do período: a unidade territorial brasileira não surge como desdobramento natural da colonização portuguesa, nem o Império do Brasil pode ser considerado como destino político natural do país, já que, com a vinda da corte em 1808, o Rio de Janeiro tornou-se centro do Império português. É preciso deixar de lado alguns mitos. Embora, como destaca a historiadora Maria de Lourdes Vianna Lyra, a ideia utópica de formação de um vasto e poderoso Império, que integrasse Portugal, Brasil e demais possessões lusas, fosse recorrente nos escritos de intelectuais portugueses desde, pelo menos, o padre Antônio Vieira, passando pelos reformistas ilustrados (de quem os coimbrãos são herdeiros intelectuais), não podemos associar o destino brasileiro à simples implantação dessas ideias. Tanto a unidade do Império do Brasil quanto a forma de governo

monárquico-constitucional são resultado de lutas e conflitos diversos entre variados grupos, espalhando-se por boa parte das províncias e remontando ao final do século XVIII. O período joanino possibilitou maior integração daquelas províncias do Sul, em especial Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, sendo boa parte dessa integração devida aos laços comerciais que os uniam. Mas, ao norte, a integração ao governo joanino, sediado no Rio de Janeiro, encontrava resistências. Não surpreende que, uma vez chegadas ao Brasil as notícias da Revolução do Porto, as províncias ao norte fossem as primeiras a jurar fidelidade às cortes, desde cedo pressionando o monarca D. João VI pelo juramento da Constituição a ser ainda elaborada.

Feita a independência, em 1822, não havia ainda unidade clara entre as províncias de Norte e Sul. Embora algumas províncias historicamente mais resistentes à centralização, como Pernambuco e outras em regiões de fronteira, como Mato Grosso, tenham manifestado adesão à independência, outras províncias, como Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, juntamente com a Cisplatina e parte da Bahia, permaneciam fiéis a Portugal. O risco de guerra civil era grande e multiplicavam-se acusações às cortes, por suposto fomento aos conflitos. As lutas mais importantes aconteceram no Maranhão, Bahia e Cisplatina, locais onde havia mais resistência dita “portuguesa”. Do Rio de Janeiro, José Bonifácio instruía a contratação do almirante inglês Thomas Cochrane, mercenário expulso da armada britânica devido a questões de ordem moral, que se havia destacado nas lutas de independência na América Espanhola, alguns anos antes, em especial no comando das forças navais do Chile contra os espanhóis.

Na Bahia, o domínio das forças portuguesas, sob comando do brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, que era forte desde 1821, sofreu uma cisão no ano seguinte, com a adesão, por parte de algumas povoações de áreas agrícolas, ao príncipe regente. Logo nos meses seguintes, tiveram início os conflitos entre as tropas portuguesas (reforçadas por um contingente de 1.200 homens

enviados de Portugal) e as forças de Cachoeira, uma das áreas agrícolas mais ricas. A chegada dos navios comandados por Cochrane bloqueou o porto de Salvador, enquanto tropas de terra avançavam para conter os resistentes. Diversos batalhões de locais foram arregimentados na luta, incluindo, não sem muita relutância por parte dos grupos dominantes, muitos mulatos e pretos, escravos livres e libertos (que viam nas lutas de independência uma chance de melhorar sua própria condição social). A guerra de independência durou até 2 de julho de 1823, com a retirada das tropas portuguesas, data até hoje celebrada como a de independência na Bahia. Mal acabada a batalha, Cochrane, em 26 de julho, aproximou-se de São Luís e conseguiu a capitulação da Junta portuguesa. Em 11 de agosto, um oficial subordinado a Cochrane conseguiu submeter o Pará. Na Cisplatina, região ao sul do Rio Grande do Sul, de intenso conflito desde a época de colonização, o impasse durou até novembro de 1823 e só foi rompido porque o *cabildo* (Câmara Municipal) de Montevideu, sem perspectivas de chegada de reforços, capitulou.

Assim, 1823 chegava ao fim com a submissão quase completa das províncias resistentes à independência, sob direção do Centro-Sul, com o Rio de Janeiro à testa do processo. Começava a delinear-se melhor o mapa territorial do Império do Brasil, todavia os conflitos estavam longe de terminar: embora as guerras, sob o custo de muito sangue, tenham dado um primeiro passo rumo à afirmação da independência, ainda não estava acabado o desenho de Estado e de nação a ser traçado. Muito pelo contrário: o fechamento, como vimos, da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, representou outro baque no projeto que o Centro-Sul visava a implementar. Muitas províncias que haviam aderido de imediato à causa da independência, em 1822, o haviam feito sob a condição de participação ativa no pacto político que se acordava. Pernambuco, em especial, não via com bons olhos a busca do Rio de Janeiro pela centralização. Fechada a Constituinte (que era um símbolo não apenas da possibilidade de participação cidadã, mas também garantia de busca por maior distribuição do poder

pelas províncias), não demorou para que surgissem novas críticas, divulgadas principalmente pelos periódicos. Logo em dezembro de 1823, surgia o *Thyphis Pernambucano*, editado por Joaquim do Amor Divino Caneca, o frei Caneca. Também se destacou, na mesma província, o *Sentinela da Liberdade*, de Cipriano Barata. Na corte, o jornal dos Andradas, *O Tamoio*, continuava a combater a política do antigo aliado, Pedro I.

O clima de insatisfação gerado não afastou os partidários de D. Pedro de seu objetivo. Remetendo a uma forma de angariar apoio, típica de Portugal no Antigo Regime, o imperador, em 1824, aprovada a nova Constituição outorgada, voltou-se não para as províncias ou para seus representantes, para buscar legitimidade a ela; buscou, pelo contrário, apoio nas municipalidades, principalmente naquelas onde as discussões políticas não haviam ainda ganhado predominantemente as ruas. Não tardaram a chegar à corte manifestações de apoio ao imperador e à nova Constituição, em especial de cidades de São Paulo e de Minas Gerais, o que contribuía ainda mais para agravar as relações com as províncias do Norte. De acordo com a historiadora Silvana Mota Barbosa, o imperador, ao buscar a aprovação da Constituição nas municipalidades, estava “ciente de que tal procedimento teria ressonância num país no qual o poder local era considerado tradicionalmente como instância decisória”. Esvaziavam-se as esferas de participação provinciais, tidas por de maior resistência, e apelava-se aos mandonismos locais.

Os protestos, contudo, não arrefeceram. Embora manifestações fossem presentes em diversas províncias, foi em Pernambuco que elas alcançaram maior ressonância. As relações entre o governo central da corte, envolvendo participação das demais províncias do Sul, em especial São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e os governos locais das províncias do Norte, em especial Pernambuco, eram tensas desde o período joanino. Desde o momento em que a Revolução do Porto trouxe novas perspectivas para se pensar e redefinir o Império luso-brasileiro, essas províncias do Norte

viram uma oportunidade para participar do jogo político e impor seu projeto de nação, que passava, necessariamente, pela maior extensão da autonomia provincial e pela discussão do conceito de federalismo. Fracassada a experiência das cortes, voltaram-se para o governo do Rio de Janeiro, na independência, na busca pela instauração de um novo pacto político que lhe permitisse maior poder decisório em suas áreas de atuação.

O fechamento da Constituinte foi considerado ato imperdoável. Frei Caneca divulgava seus ferozes escritos e conseguia ampla aceitação popular. Devido a questões de colonização, Recife mantinha uma relação muito próxima junto às demais províncias do Norte, em especial Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Não foi difícil obter a adesão dessas províncias em torno de um projeto alternativo de Estado e de nação em contraposição àquele que se desenhava no Rio de Janeiro. Ainda em 1824, essas províncias, contando com ampla participação dos elementos urbanos, declararam-se um novo Estado, recusando o projeto do Sul. Intitularam-se Confederação do Equador, nome que explicitava suas intenções federalistas contra o “despotismo centralizador” do Rio de Janeiro, tido como nova metrópole exploradora, tal qual Portugal fora um dia. A Confederação buscava um caminho alternativo, ao flertar, inclusive, com a forma republicana de governo, inspirada pelos Estados Unidos.

A Confederação do Equador sofreu dura repressão das forças do Sul, sendo seus principais líderes, incluindo frei Caneca, executados. “A construção do novo Império continuava a exigir o sangue de seus cidadãos”, segundo as palavras de Lúcia M. Bastos Pereira das Neves. As disputas entre projetos políticos diferentes para o novo Estado continuariam a se digladiar nos anos seguintes, mas, por ora, o Império começava seu processo de construção, regido por uma Constituição que excluía da possibilidade de participação cidadã a maior parte de seus habitantes. Veremos esse ponto na aula seguinte.



Atende ao Objetivo 2

2. O historiador Evaldo Cabral de Mello, em seu livro sobre o federalismo pernambucano, faz a seguinte crítica a toda uma vertente historiográfica sobre a independência:

Escusado assinalar que a historiografia da independência tendeu a escamotear a existência do projeto federalista, encarando-o apenas como produto de impulsos anárquicos e de ambições personalistas e antipatrióticas semelhantes aos que tumultuavam pela mesma época a América espanhola (MELLO, 2004, p. 14).

A partir da crítica presente no texto e do que estudamos sobre o Primeiro Reinado até aqui, identifique os dois grandes projetos de nação e de Estado presentes nas disputas políticas na primeira metade da década de 1820.

Comentário

Havia dois grandes projetos de Estado e de nação presentes no debate político da primeira metade da década de 1820, no Brasil. Na crítica de Evaldo Cabral de Mello, estão presentes alguns elementos sobre o primeiro desses projetos, a partir da visão que a Confederação do

Equador guardou para os contemporâneos que residiam no Sul do Brasil. Esse é o projeto de unidade nacional a partir do governo do Rio de Janeiro, o qual centralizaria as decisões e organizaria a política imperial, agindo como promotor de uma civilização por sobre todo o território. O segundo projeto, que o autor da crítica procura reabilitar, é o projeto federalista, que objetivava maior autonomia para as províncias, para que estas pudessem tomar certas decisões cruciais sem depender de aprovação do governo da corte. Nessa disputa, não raro, nos escritos de cada um de seus críticos, o projeto federalista foi identificado à barbárie e o unitário, ao despotismo.

Cabe ressaltar que não podemos adotar uma visão teleológica e considerar a unidade do Brasil como um destino inevitável, no qual a Confederação do Equador teria sido apenas um desvio. O projeto unitário, que acabou se saindo vitorioso, esmagou pela força os projetos distintos, incorporando-os de forma subordinada ao Império centralizado que se visava a construir.

RESUMO

O Império do Brasil, ao contrário de uma visão tradicional que enxerga um acordo pacífico entre elites, foi feito com base em lutas e disputas que, não raro, descambaram para a violência.

Uma razão para o arrefecimento desses conflitos foi o fato de o Brasil ter nascido Estado antes de ser nação. Em outras palavras, o Estado monárquico organizou-se sem um sentimento nacional que unisse todo o território brasileiro sob uma única bandeira. No momento de independência, várias províncias ligavam-se mais a Portugal do que à corte no Rio de Janeiro; juravam fidelidade ao governo português, e não ao imperador D. Pedro I. A incorporação dessas províncias foi feita à custa de muito sangue.

Vencidos os conflitos, todas as províncias foram chamadas a participar da elaboração da Constituição. A Constituinte de 1823, porém, por conta da tendência em limitar os poderes do imperador e

conferir ampla autonomia aos governos provinciais, foi fechada por D. Pedro I, que assumiu perante a população a tarefa de outorgar uma Constituição, subvertendo seu sentido original, de instrumento feito pela representação do povo, para conferir-lhe um significado semelhante às leis emanadas no Antigo Regime: uma dádiva do soberano para seus súditos.

Tal subversão do sentido da Constituição não passou despercebida. Em resposta, Pernambuco, local que até então havia sido palco de diversos conflitos armados, iniciou mais um, que se espalhou pelas províncias do Norte. Era a Confederação do Equador, que recusava o pacto político estabelecido com a corte e tencionava criar uma República independente.

O movimento foi duramente reprimido, e a Constituição de 1824 foi imposta. Iniciava-se, ali, a definição da “cidadania brasileira”. Iniciava-se ali, também, a crise do governo de D. Pedro, que levaria a seu afastamento em 1831.

Aula 5

O Primeiro Reinado (1822-1831) – parte 2

*João Carlos E. Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar as dificuldades presentes, ao longo do Primeiro Reinado, para a definição dos direitos dos cidadãos, ligando tais dificuldades a um momento de crise do governo de D. Pedro I.

Objetivos

Esperamos que, após o conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar as dificuldades e os limites presentes na sociedade brasileira do início do século XIX na elaboração de um conteúdo para uma definição mais ampla de cidadania;
2. reconhecer os conflitos que tornaram insustentável a manutenção da posição de D. Pedro I com o imperador do Brasil, levando-o à abdicação em 1831.

Pré-requisito

Para que esta aula seja bem aproveitada, é importante que você tenha compreendido bem os impasses no início do Primeiro Reinado (Aula 4).

INTRODUÇÃO

Na última aula, vimos os impasses presentes nos primeiros anos de governo de D. Pedro I, que são também os primeiros anos do Brasil independente. Percebemos como o Brasil formou-se Estado antes de se constituir Nação, o que levou a diversos conflitos em torno de diferentes projetos que se pretendiam nacionais, e que, inclusive pelo uso da força, entraram em choque visando a impor-se sobre os demais.

Nesta aula, analisaremos os limites da cidadania brasileira segundo o proposto pela Constituição de 1824, outorgada pelo imperador, e não fruto de decisão de uma Assembleia dos cidadãos. Articularemos esses limites, bem como as novas disputas por eles iniciadas, com os eventos que levaram à crise do Primeiro Reinado e à abdicação de D. Pedro I do trono.

Cidadania brasileira: definição e limites

A Constituição de 1824, elaborada por um Conselho de Estado nomeado pelo imperador, vigorou, em essência, até o final do Império (a despeito de reformas em alguns de seus artigos, conforme veremos a partir da próxima aula). Definia o Império do Brasil como uma “associação política de todos os cidadãos brasileiros”, formando uma “Nação livre e independente” (art. 1º). O governo era instituído como “Monarchico Hereditario, Constitucional e Representativo” (art. 3º). A soberania residia na “Nação”, que era, seguindo a referência máxima para o poder político no liberalismo, a fonte dos poderes políticos (“art. 12. Todos estes Poderes no Império do Brazil são delegações da Nação”). Contudo, a Constituição dividia a representação dessa entidade chamada “Nação” entre a Assembleia Geral (Câmara dos

Deputados e Senado) e o próprio imperador (art. 11), o que deixava aparente o conflito que se vinha desenrolando e continuaria a se desenrolar entre os poderes centrais e locais.

A Constituição, também seguindo os preceitos liberais, consagrava a divisão dos poderes políticos (art. 10). Eram esses poderes o Legislativo, o Judiciário, o Executivo e o Moderador.

O Legislativo era prerrogativa da Assembleia Geral, que, como já adiantamos, se dividia em Câmara dos Deputados e Senado. A Câmara era temporária, com seus membros eleitos, a partir das províncias, para uma legislatura de quatro anos. O Senado era vitalício, e seus membros eram escolhidos de forma distinta: a partir de uma lista tríplice, com os mais votados por província, o imperador escolhia aquele que deveria ocupar o cargo. No caso do Senado, somente havia eleições quando algum membro morria ou, por alguma outra razão, ficava impossibilitado de continuar no cargo.

O Judiciário estava organizado apenas em suas linhas mais gerais, deixando-se para legislação posterior as definições específicas das atribuições dos vários órgãos. Eram mantidas, até criação de leis diversas, as antigas legislações portuguesas, inclusive as Ordenações.

O Poder Executivo estava, em teoria, nas mãos dos ministros, os quais eram responsabilizados por quaisquer conflitos ou consequências funestas decorrentes da atuação desse poder; porém, como os ministros eram nomeados pelo imperador, podiam ser demitidos ou readmitidos a qualquer momento. Na prática, o imperador tinha um papel decisivo em sua execução.

Contribuiu para essa atuação do Imperador, ainda, a criação do Poder Moderador, com base nos escritos do pensador suíço Henri-Benjamin Constant (1767-1830). Esse poder era concebido como “a chave de toda a organização política” (art. 98), sendo privativo do imperador e tendo por missão coordenar a atuação, o equilíbrio e a harmonia entre os demais poderes. Com o Poder Moderador, nos termos do artigo 101, o imperador poderia:

- nomear os senadores, segundo explicitado anteriormente;
- dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições, ou convocar a Assembleia Geral extraordinariamente;
- aprovar ou vetar as decisões dos deputados e senadores;
- nomear um Conselho de Estado, órgão consultivo e vitalício;
- nomear ou demitir ministros;
- conceder anistia e perdoar sentenças dos réus;
- suspender magistrados.

Em outras palavras, o Poder Moderador conferia ao imperador um papel-chave na organização política do país. Contrariando a forma política inglesa, de inspiração para muitos constituintes, em que “o rei reina, mas não governa”, passou-se a dizer que, no Brasil, pelo contrário, “o rei reina, governa e administra”.

Apesar das aparências, a Constituição de 1824 continha muitos dos elementos liberais em discussão na Europa. Naquele momento, embora tenha mantido inalteradas certas instituições do período colonial, a mais importante (a escravidão) foi mantida sem que se tocasse uma só vez sequer em seu nome. Ao garantir o direito de propriedade, porém, alicerce do mundo liberal, mantinha os escravos em nome da prevalência desse direito.

Foi nesse mundo liberal, constitucional e representativo, mas também escravista, senhorial, e sob comando do Poder Moderador que se começou a construir a noção de “direitos do cidadão” no Brasil. “Cidadania” é uma palavra capaz de apresentar múltiplos sentidos, pois se trata de prática histórica, variando enormemente, em sua essência, de lugar para lugar e de período para período. No Império do Brasil, a cidadania não apenas era restrita a uma parcela da população, como também estabelecia fissuras no próprio seio dos cidadãos.

O artigo 6º da Constituição já começa a deixar clara essa divisão. Define como cidadãos brasileiros:

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época em que se proclamou a Independencia nas Provincias onde habitavam, adheriram á esta expressa ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas para se obter Carta de naturalisação.

Isso quer dizer que, logo de cara, excluía da participação cidadã a enorme massa da população cativa; contudo, abria-se a possibilidade de obtenção da cidadania por parte de libertos ou ingênuos, desde que nascidos no Brasil. Da enorme parcela de africanos brutalmente trazidos para o Brasil na vigência do comércio negreiro, apenas casos excepcionais poderiam aspirar à cidadania. Seus descendentes, contudo, tinham maiores possibilidades, desde que obtivessem a alforria.

Mesmo no seio do corpo de cidadãos havia diferenças. Seguindo as regras da primeira constituição francesa, que estabeleceu em seu corpo a diferença entre “cidadãos ativos” e “cidadãos passivos” – com os primeiros dotados de plenos direitos civis e políticos, enquanto os últimos gozariam apenas dos direitos civis –, o Império do Brasil também estabeleceu seus critérios, em especial no que tocam às eleições.

A escolha dos representantes, no Brasil imperial, não se dava de modo direto, mas indiretamente. As eleições eram divididas em dois níveis: as eleições primárias, ou de paróquia, para a composição de um corpo eleitoral que, por sua vez, num segundo nível, elegia os deputados, senadores e demais cargos eletivos. De um nível para outro, estabeleciam-se critérios de distinção, em especial o critério censitário (isto é, baseado na renda). Não poderiam, assim, votar nas eleições primárias os menores de 25 anos, os criados de servir, os religiosos e todos aqueles que não tivessem renda anual de cem mil réis “por bens de raiz, industria, commercio, ou empregos”, além de outros tipos de exclusão. Para as eleições secundárias, além dos excluídos das primárias, não poderiam se tornar eleitores, segundo o artigo 94: os libertos, os criminosos, pronunciados em querela, e todos aqueles que não tivessem, no mínimo, duzentos mil réis de renda líquida anual. As mulheres, embora não se mencionasse, estavam automaticamente excluídas pelas convenções sociais da época. Admitia-se, porém, o voto do analfabeto, desde que cumpridas as exigências anteriores.

As restrições não paravam aí. Para poderem eleger-se deputados, os candidatos deveriam cumprir os pré-requisitos anteriores e, ainda, professar a religião do Estado (isto é, a católica), ser brasileiro nato e ter renda anual de quatrocentos mil réis. Para senador, as exigências aumentavam ainda mais: tudo já cobrado e, ainda, ter no mínimo quarenta anos de idade, ser “pessoa de saber, capacidade e virtudes” e, por fim, ter renda anual de oitocentos mil réis.

A cidadania no Brasil, assim, mostrava suas limitações. Os libertos, sempre vistos com desconfiança pelas autoridades, chegavam, ao máximo, a eleitores de segundo nível. As exigências crescentes limitavam a participação de amplas camadas da população; porém, mesmo com todas as restrições, o Brasil chegou a ter um dos contingentes votantes mais expressivos do mundo, beirando, em certos momentos, a 10% da população (para uma análise comparativa, podemos lembrar que na República, quando instaurada, esse contingente chegava a 2%). Devemos também

atentar para o fato de que, em meados do século, no mundo ocidental, apenas a Suíça conhecia eleições diretas e universais.

O número expressivo, no entanto, não nos deve iludir. As eleições eram feitas de modo fraudulento, com grande violência e participação decisiva dos poderosos mandatários locais, sempre dispostos a fazer valer sua posição e sua rede de influências para definir os resultados. A figura republicana do “coronel” e do “voto de cabresto” começa a desenhar-se já no período imperial. Segundo José Murilo de Carvalho, “quem gritava mais formava as mesas e as mesas faziam as eleições de acordo com os interesses de uma facção”. Os “cabalistas” e os “fósforos” eram denominações conferidas a indivíduos especializados em fraudar os resultados, elaborando falsas listas eleitorais e votando várias vezes, passando-se por vários eleitores diferentes. Havia ainda os capangas, sempre prontos para agir com truculência, caso as urnas apontassem uma tendência diferente daquela pré-traçada pelos organizadores do pleito.

Embora nas eleições predominassem essas conturbadas relações, não podemos, a partir daí, simplesmente descartar a cidadania como algo viável no Brasil Imperial. Pelo contrário, se a participação eleitoral é um indicador de participação cidadã, a cidadania não se restringe a ela. Especialmente ao longo do Primeiro Reinado, segundo os historiadores Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira, “o povo foi um ator político fundamental (...), fosse através de revoltas ou burburinhos, ou usando mecanismos formais, tais como petições, queixas e representações”. A participação cidadã dava-se também nas ruas, como vimos, por meio de manifestações, protestos etc., e também por canais oficiais. A Constituição garantia, em seu artigo 179, a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos, e também garantia, em seu inciso XXX, que “Todo o Cidadão poderá apresentar por escripto ao Poder Legislativo e ao Executivo reclamações, queixas ou petições, e até expôr qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente Auctoridade a effectiva responsabilidade dos infractores.”

Não foram poucos os que, valendo-se desse direito, promoveram uma enxurrada de petições, representações e reclamações à Assembleia ao longo do Primeiro Reinado. Além disso, a difusão da imprensa possibilitou a ampliação da esfera de debate público, trazendo para a ordem do dia questões de fundamental importância para a definição de uma prática de cidadania.

Assim, se, por um lado, a cidadania brasileira, no Primeiro Reinado, definia-se sobre a exclusão de uma ampla parcela da população e, também, era distorcida por práticas limitadoras de suas amplas possibilidades, por outro lado, não podemos ignorar a incipiente, mas ativa, sociedade civil que se formava numa trajetória que talvez não tenha sido completa mesmo nos dias de hoje.



Atende ao Objetivo 1

1. A discussão sobre as origens e a qualidade da cidadania é um tema muito pertinente nos dias atuais. O historiador José Murilo de Carvalho (2002), em trabalho sobre o tema, analisa o percurso da cidadania no Brasil. Baseando-se no estudioso T. H. Marshall, estabelece três campos de abordagem para o estudo da cidadania: os direitos políticos (votar e ser votado; participar do governo), os direitos sociais (à educação, saúde, trabalho etc.) e os direitos civis (liberdade de expressão e de imprensa, de ir e de vir etc.). Além disso, ainda estabelece duas tipologias para análise do fenômeno: os países onde a cidadania é fruto de uma movimentação popular e os países onde a cidadania é fruto de concessões vindas de cima.

Em história, é sempre complicado tentar aplicar um modelo a uma realidade sem atentar para as particularidades envolvidas, porém um exercício do tipo pode ser muito enriquecedor. Assim, analise a Constituição de 1824, aplicando a divisão estabelecida por

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta Comentada

Apesar disso, a Constituição de 1824, frente às suas congêneres europeias, não difere essencialmente do que poderíamos chamar “cultura político-liberal”. Contudo, uma questão se fazia fundamental e marcaria os debates em torno do tema por toda a década; ainda seguindo a tipologia de José Murilo de Carvalho, a Constituição de 1824 foi fruto de uma concessão vinda de cima, do imperador, fruto da dissolução da primeira grande experiência

minimamente cidadã que o país presenciara. Da dissolução da Assembleia Constituinte, recolheu o imperador os cacos e redefiniu o sentido da Constituição, apresentando-a como digna do país e de sua própria pessoa, restaurando um sentimento que pouco tinha a ver com essa cultura política liberal mencionada, cujo discurso identificava soberania, nação e povo na mesma moeda.

Do reconhecimento da Independência à crise do Primeiro Reinado

Apesar dos solavancos, em 1826, a Assembleia reuniu-se pela primeira vez para dar início aos seus trabalhos. Eram 102 deputados e cinquenta senadores, representando as províncias do Império. Na fala de abertura dos trabalhos, D. Pedro I inaugura a tradição de apontar alguns temas a serem tratados pela Assembleia na legislatura em início. Apesar de concentrar um amplo espectro de poderes em suas mãos, conforme vimos, D. Pedro não mandava sozinho: a Constituição garantia à Assembleia meios de exercer uma considerável e decisiva influência no governo. A Assembleia possuía, dentre outros, o direito de fazer, interpretar, suspender e revogar as leis, fixar as despesas públicas e repartir a contribuição, estabelecer os meios de pagamento da dívida pública, autorizar o governo a contrair empréstimos, criar ou suprimir empregos públicos e fixar, anualmente, as forças de terra e mar. Ainda estava nas suas prerrogativas o dever de “velar pela guarda da Constituição”, promovendo o “bem geral da Nação”. Dessa forma, delimitavam nos seus debates as fronteiras constitucionais da ação do governo, impondo limites e levando à discussão praticamente todos os assuntos relativos aos negócios internos do governo. Em relação à política externa, cabia à Assembleia supervisionar e, em alguns casos, aprovar os atos do imperador – que deveria, por lei, levar ao conhecimento dos legisladores todos os tratados formulados em

relação à guerra, quando a segurança do Estado o permitisse, e deveria obter aprovação dos mesmos para ratificar todos os tratados assinados em tempos de paz.

A Constituição ainda garantia o direito de opinião aos membros da Câmara, impedindo a prisão de deputados e senadores durante seus mandatos, “salvo por ordem de sua respectiva câmara”. Com isso e, somando-se o fato de as sessões serem públicas (e, depois de um tempo, tendo suas atas amplamente divulgadas em periódicos), a Assembleia Geral tornava-se um espaço privilegiado de discussão do jogo político, onde vozes oposicionistas se podiam fazer ouvir e onde a opinião pública encontrava um canal para difusão de interesses próprios.

Mas, claro, não podemos nos esquecer de que o equilíbrio de poderes entre Assembleia e imperador era delicado. Este último, pela Constituição, tinha o direito de sancionar os decretos da Assembleia, além de adiar ou prorrogar suas reuniões e, até, como vimos, dissolvê-la. Acirravam-se os conflitos entre os Poderes, principalmente em torno da ideia de soberania. Nos debates que se travaram na Assembleia, as duas principais concepções de soberania emergiam: de um lado, a soberania era baseada na visão tradicional da autoridade, derivada da continuidade dinástica, prevalecendo sobre o “povo”; de outro lado, “nação” e “povo” eram postos em igualdade, derivando a soberania de sua autoridade, simbolizada nos seus representantes eleitos. Como nas disputas que haviam acometido o país nos anos anteriores, também nessa disputa estavam presentes as facções ligadas aos coimbrãos e aos brasilienses.

Os coimbrãos, herdeiros da primeira concepção de soberania, dominavam o Senado e os círculos em torno do Imperador. Na escolha do Senado, em especial, de 112 indivíduos apresentados em listas tríplexes, de todas as províncias, o Imperador escolheu dois terços de coimbrãos. Muitos membros do Senado também faziam parte das nomeações para o Conselho de Estado e para o ministério. Segundo o historiador Vantuil Pereira, o Senado funcionava, no Primeiro Reinado, como verdadeira muralha onde eram barrados

projetos, oriundos da Câmara, que contrariassem D. Pedro. Quase a metade das nomeações para o Senado também era composta por indivíduos dotados de títulos de nobreza, conferidos pessoalmente pelo Imperador, o que demonstra a estratégia de D. Pedro I em formar um círculo privado e restrito de poder.

Os brasilienses, por outro lado, dominavam a Câmara dos Deputados. Muitos deles eram estreantes na política, tendo se formado nos anos de Independência. Buscavam a construção de uma nova ordem política que conferisse ao pacto uma imagem de consenso entre Imperador e Assembleia. Julgando-se os guardiões da Constituição, os deputados assumiam por missão a luta contra o que consideravam absolutismo e opressão, seja no Executivo, seja no Judiciário. Quanto ao primeiro dos Poderes, conseguiram aprovar uma lei, formalizando a responsabilidade dos ministros e secretários de Estado, definindo a natureza de seus delitos e as penas correspondentes. Quanto ao Judiciário, definiram, por lei, os poderes e as obrigações do juiz de paz, cargo criado pela Constituição, escolhido, por votação, para mandato de três anos, recebendo amplos poderes e esvaziando um pouco a atuação dos juizes de Direito, escolhidos pelo Imperador. Essas medidas foram consideradas por D. Pedro tentativas da Câmara em sobrepor-se a suas prerrogativas. Os deputados também mantinham um discurso visando agir como responsáveis por conscientizar a nação de seus direitos e deveres, enfocando, por exemplo, a questão da educação. Não à toa, algumas de suas primeiras medidas foram feitas no sentido de possibilitar ao Império as condições adequadas para a formação de seus quadros administrativos, com a aprovação de criação de dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um em São Paulo e outro em Olinda, em 11 de agosto de 1827 (devemos lembrar que, até então, os intelectuais do Estado formavam-se, basicamente, em Coimbra). Também estimularam um programa de criação de escolas de primeiras letras nas principais cidades e vilas do Império.

Assim, sob o signo dessas discussões, o Império do Brasil buscou começar a afirmar-se enquanto nação independente. Alguns

temas delicados dominaram a segunda metade da década, levando inclusive ao aumento do desgaste da imagem do Imperador e ao recrudescimento da oposição a ele, fatores que levarão à sua abdicação em 1831. Esses temas eram os seguintes: o problema do reconhecimento da Independência, a questão do tráfico de escravos, os conflitos armados na região da Cisplatina e a questão sucessória em Portugal. Vejamos esses temas.

O problema do reconhecimento da Independência era crucial para um país novo, que pretendia manter-se íntegro no mundo pós-Congresso de Viena (1815). Em 1822, no Congresso de Verona, a Santa Aliança mostrava seu descontentamento com o surgimento de regimes constitucionais que vinham surgindo. Nesse sentido, os Estados Unidos, embora desconfiados daquele que viria a ser a única monarquia duradoura do Novo Mundo, foram o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil, em 1824, por razões claras: era fundamental para a própria consolidação dos EUA, num contexto após a Segunda Guerra de Independência, reconhecer a existência de outros países nas Américas, o que equivalia, também, a reconhecer o direito das ex-colônias em libertar-se do jugo de suas metrópoles, mas, para além do reconhecimento por qualquer país, havia dois cujo reconhecimento era indispensável: Portugal, na condição de ex-metrópole, e Inglaterra, a maior potência mundial à época.

A dependência histórica de Portugal frente à Inglaterra, aparentemente, tornava o problema mais simples de resolver. As pressões e os interesses ingleses na independência do Brasil contavam a favor do novo Império, que teve a mediação britânica junta aos portugueses, contudo Portugal aceitou a independência apenas em 1825, com um tratado que estipulava, como condições, algumas disposições: D. João VI manteria o título honorário de imperador do Brasil, o Império garantia que não iria anexar aos seus domínios nenhuma outra possessão portuguesa (à época da Independência, algumas colônias, como Angola, manifestavam certa vontade de juntar-se ao Império do Brasil em construção) e, por fim, o Brasil se comprometeria a indenizar a ex-metrópole em dois milhões

de libras esterlinas, conseguidas, via empréstimo, junto aos bancos ingleses. Após o reconhecimento português, seguiram-se diversos outros pela Europa: Inglaterra, França, Áustria, Santa Sé etc.

A mediação inglesa, porém, significou a manutenção de seu poder sobre o Brasil. Por ocasião da renovação dos tratados de 1810, em 1826-1827, a Inglaterra manteve as vantagens que havia conquistado, como a taxa exclusiva de 15% sobre importações (o que complicava as finanças brasileiras, dependentes das tarifas de importação) e ainda conseguia arrancar mais uma etapa em sua cruzada contra o tráfico de escravos: conseguia o comprometimento do governo imperial em, no prazo máximo de três anos, tornar o tráfico de escravos ilegal.

Teremos oportunidade, nas próximas aulas, de perceber a importância que o tráfico de escravos tinha para a sociedade brasileira naquele momento. Ao assinar tal acordo sem consultar a Assembleia, D. Pedro atizou um conflito com os deputados que marcaria o início de seu fim. Muitos dos deputados estavam ligados ao tráfico, fossem como comerciantes negreiros, fossem como senhores de escravos. A questão do comércio de almas tornou-se uma questão de extrapolação dos limites do Poder Executivo, conforme explicitavam os deputados: não poderia D. Pedro assinar tratados sem o aval da Assembleia. Para complicar ainda mais essa questão, era um momento de instalação da lavoura cafeeira em torno da corte, tarefa para a qual o trabalho escravo era tido como essencial. Nesse contexto, não demorou para D. Pedro começar a ser acusado de querer sabotar o Brasil.

A imagem de D. Pedro, como sabotador do Brasil, crescia na medida em que seu interesse pela questão sucessória em Portugal aumentava. Com a morte de D. João, em 1826, abriu-se uma disputa pela sucessão do trono, em que se envolveram Carlota Joaquina, D. Miguel (irmão de D. Pedro I) e o próprio imperador do Brasil. Sendo sucessor natural da Coroa, D. Pedro abriu mão dela em favor de sua filha, Dona Maria da Glória. Ao longo de 1828, porém, D. Miguel, com apoio da mãe e de setores mais tradicionais de

Portugal, deu um golpe e instalou um governo nos antigos moldes absolutistas. D. Pedro começou a envolver-se nos conflitos dali decorrentes, cogitando, inclusive, viajar a Portugal em 1829, a fim de buscar uma solução. A identificação de D. Pedro com os portugueses arranhava decisivamente sua imagem junto aos órgãos de opinião no Brasil, contribuindo para aumentar os embates com a Câmara. Tal imagem arranhava-se ainda mais frente a uma situação precária do tesouro público, causado pela indenização devida a Portugal, pelos custos das guerras de Independência, pela desvalorização da moeda – o mil-réis –, pelos termos do tratado inglês de 1827, inclusive no que tange aos futuros prejuízos decorrentes do fim do comércio negreiro, pela falência do Banco do Brasil, em 1829, e, por fim, pelo agravamento da situação com as consequências da desastrosa guerra na Cisplatina.

Embora integrada ao Império nos anos da independência, a Cisplatina continuou a provocar uma situação delicada em relação à política brasileira, sendo, inclusive, apontada por D. Pedro, na fala do trono de 1826, como uma causa de intranquilidade no Império. Em 1825, uma rebelião na região havia proclamado a separação da província do Império do Brasil, com a consequente adoção da República e a incorporação do território às Províncias Unidas do Reino do Prata (Argentina). A partir de dezembro de 1825, Brasil e Argentina entram em guerra pelo controle da Cisplatina, considerado crucial para a navegação e comércio em toda a região do Prata. Afirmava o imperador que “a honra nacional exige que se sustente a província Cisplatina, pois está jurada a integridade do Império”. Era uma disputa que visava, também, ao reforço do Executivo, como promotor da tranquilidade pública, e também ao afastamento do republicanismo do Brasil, que comprometeria o governo monárquico.

Apesar de sua maior força, o Império foi incapaz de obter vitória, arrastando-se a guerra até 1828, à custa de pesados encargos financeiros. Naquele ano, a paz foi obtida a partir de intervenção inglesa, interessada também no comércio com a

região. A convenção de paz não foi boa para nenhuma das partes envolvidas, mas, cansadas do conflito, não viram outra saída. Foi decretada a criação do Estado do Uruguai, surgido como um “Estado-tampão”, isto é, um Estado que serviria, a partir de então, como mediador dos conflitos entre Brasil e Argentina.

CONCLUSÃO

O Sete de Abril

A derrota na Cisplatina foi o golpe de morte na imagem do imperador, seja como administrador, seja como soldado. O Brasil havia perdido homens, recursos e a integridade territorial. Além disso, como vimos, o crescente interesse de D. Pedro pelas questões da sucessão em Portugal abria mais um espaço de desconfiança frente às suas intenções com o Brasil.

Não demorou para iniciar-se uma feroz oposição a D. Pedro, partindo, especialmente, da Câmara dos Deputados e da Imprensa. Críticas ao círculo de amizades de D. Pedro e às suas aventuras amorosas – a mais famosa delas com Domitila de Castro, a marquesa de Santos – arranhavam mais ainda a imagem do imperador frente à população. Além disso, a identificação de D. Pedro junto aos portugueses acirrou os conflitos, que se multiplicaram com violência pelas ruas das principais cidades do país. Cercado pelas pressões, D. Pedro substituiu o ministério – acusado de trabalhar para restaurar o absolutismo no Brasil –, no final do ano de 1829, por outro de grande prestígio, que conseguiu afastar o círculo de amizades de D. Pedro e arranjar um segundo casamento para o imperador (a primeira esposa, Dona Leopoldina, havia morrido em 1826), com a princesa Amélia, depois de muitas dificuldades devido à má fama de que o imperador gozava na Europa. O clima de tranquilidade vindo dessas mudanças, contudo, foi somente aparente.

As novas eleições para a legislatura seguinte trouxeram para a corte um número ainda maior de deputados de oposição, muitos deles radicais favoráveis ao federalismo e, inclusive, à república. Eram chamados de liberais exaltados, constituindo um bloco coeso que tinha um objetivo em comum: combater D. Pedro. Difundiam suas opiniões na imprensa, em folhetos e panfletos, jornais, periódicos e cartazes, sempre com opiniões virulentas contra o imperador. Ganharam força ao longo do ano de 1830, quando fizeram valer sua vontade, contra a resistência do Senado e do Executivo, na votação de diversas leis. Dado o crescimento de sua força, começaram a surgir boatos que ressuscitavam os temores de 1823, prevendo nova dissolução da Assembleia e perseguição aos deputados.

Os acontecimentos que tiveram lugar na França, em 1830, quando o rei Carlos X, após uma frustrada tentativa de fechamento da Assembleia, foi substituído pelo rei Luís Filipe, que contava com o apoio das representações da sociedade burguesa, encontraram ecos no Brasil. Foram considerados inspirações e exemplos de ação da sociedade perante o rei. Após a demissão, por D. Pedro, do ministério de 1829, tais exemplos ganharam mais força ainda e juntaram-se aos já numerosos atos de oposição ao imperador.

Após regressar de uma viagem a Minas Gerais, quando se preparava uma festa de boas-vindas, organizada por seus partidários, D. Pedro encontrou uma cidade em conflito aberto. Os partidários do imperador, em maioria portugueses, foram atacados por brasileiros exaltados na série de conflitos violentos, conhecidos como Noite das Garrafadas. As tensões das ruas juntaram-se às tensões no interior das instituições representativas e tal união provocou um clima de total incerteza e apreensão quanto à situação do país. Era imperativo agir depressa. Quando os boatos de que D. Pedro preparava-se para mais um golpe multiplicaram-se, o Exército aliou-se à população e, juntos, ocuparam o Campo de Santana, exigindo a volta do ministério demitido e a renúncia de D. Pedro. Sem apoio militar, acuado, D. Pedro não vê saída a não ser abrir mão do trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara. O dia 7 de abril de 1831, assim, ficou conhecido como a data da abdicação.

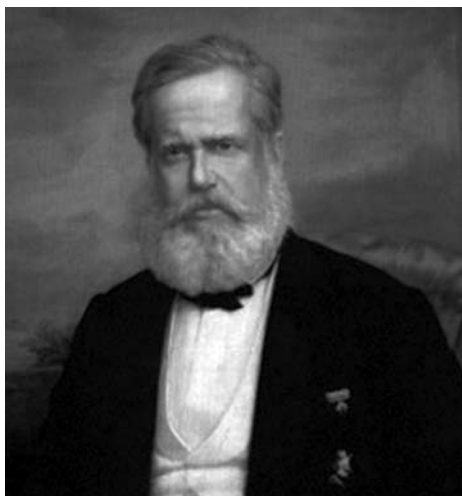


Figura 4.1: Pedro de Alcântara.

Fonte: <http://www.cmp.rj.gov.br/petro1/Celebridades.htm>

D. Pedro I regressou a Portugal com a fama de absolutista despótico. No Brasil, Pedro de Alcântara contava com apenas quatro anos de idade. Às incertezas sobre o futuro do país seguiu-se o fortalecimento da Câmara dos Deputados, que imediatamente nomeou uma regência para governar na ausência do imperador. Iniciava-se um novo momento na história política do país.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Você pôde perceber, ao longo desta aula, que foram diversos os fatores que levaram ao desgaste da imagem pública de D. Pedro I. Desde suas desventuras políticas até suas aventuras amorosas, praticamente todos os assuntos foram alvo das penas de jornalistas, publicistas, deputados e demais oposicionistas do imperador. Acuada, sem base de sustentação, D. Pedro viu-se obrigado a abdicar do trono, em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara.

D. Pedro, que saiu do Brasil como déspota, vilão, absolutista, tornou-se herói liberal em Portugal, ao participar ativamente das disputas pelo trono e vencê-las em favor de sua filha. Em outras palavras, o mesmo D. Pedro I do Brasil era o D. Pedro liberal de Portugal, duas figuras convivendo no mesmo indivíduo.

Tendo isso em vista, identifique e analise os fatores que levaram à queda de D. Pedro no Brasil.

Comentário

As disputas que desgastaram a imagem de D. Pedro tinham menos a ver com o imperador em si – embora sua atuação ajudasse a piorar a imagem que construía de si – do que com uma disputa mais intensa no que diz respeito aos limites e às divisões de poderes no Império do Brasil em construção.

De todos os fatores que levaram à crise do Primeiro Reinado, aqueles relacionados com essa disputa, simbolizada nos conflitos entre Assembleia Geral e Executivo, foram os mais importantes. A questão dos acordos com a Inglaterra, proibindo o tráfico de escravos e favorecendo a entrada de produtos ingleses, e a questão da dissolução da Constituinte arranharam definitivamente a imagem de D. Pedro. A partir de então, tornou-se complicado sustentar a situação por muito tempo.

D. Pedro jamais manifestou muito apreço, no Brasil, pelo sistema constitucional de governo. Tal como D. João VI, foi impelido ao juramento da Constituição pelas circunstâncias do tempo e pelas pressões da sociedade. Criado na tradição da monarquia portuguesa, não admitia as ideias de soberania popular que animavam boa parte da Europa em inícios do século XIX. No Brasil, tal comportamento não contribuiu para acalmar a crise que se desenhava e que o deixou sem saída. Em Portugal, contudo, novamente devido às circunstâncias, soube favorecer sua imagem, atrelando a causa da monarquia dinástica à questão constitucional.

RESUMO

A Constituição de 1824, no que pesem os aspectos liberais em que avançou, como a definição dos direitos políticos e civis dos cidadãos, a divisão de poderes, o compartilhamento da soberania nacional entre povo e imperador etc., nasceu sob um grave estigma: resultado de concessão de D. Pedro I, teve seu significado original, de lei do povo, subvertido. Ali começaram os problemas que D. Pedro viria a enfrentar nos anos seguintes e que acabariam por minar sua base de apoio e obrigá-lo a abrir mão do trono.

Os principais problemas enfrentados relacionam-se aos fracassos na ação militar na Cisplatina, que lhe tiraram o apoio do exército e pioraram a situação financeira do Império, e os acordos assinados com a Inglaterra, prevendo o fim do tráfico de escravos, que lhe tomaram o apoio de negociantes negreiros e de senhores de escravos. Pesaram contra D. Pedro I, também, acusações de ser partidário dos portugueses, num contexto de brigas generalizadas entre lusitanos e brasileiros. Sua origem e formação familiar, bem como suas demonstrações de interesse pela situação política de Portugal, apenas agravaram os riscos à sua imagem.

A sociedade civil incipiente, organizada em jornais e associações, iniciou ampla campanha contra D. Pedro em um movimento que encontrou também forte apoio na Câmara dos Deputados a partir da organização da “oposição liberal”, reunindo os principais deputados contrários ao imperador. Pressionado, sem aliados de peso, D. Pedro I viu-se obrigado a abdicar do trono, em 1831.

Iniciava-se a Regência.

Aula 6

Disputas políticas e movimentos sociais nos anos 1830

*João Carlos E. Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar as disputas e os conflitos, bem como os movimentos sociais que acometeram o Império do Brasil na década de 1830.

Objetivos

Esperamos que, após o conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as forças políticas que surgiram no cenário imperial após a abdicação de D. Pedro I;
2. identificar, nas diferentes rebeliões da década de 1830, o aspecto de participações populares, elitistas ou mesmo de escravos;
3. reconhecer como a disputa de forças políticas foi resolvida sob predomínio da política de Regresso.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você tenha em mente as relações de forças presentes no Primeiro Reinado, bem como os acontecimentos que levaram à abdicação de D. Pedro I, conforme visto na Aula 4 e 5.

INTRODUÇÃO

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista.

O discurso acima é atribuído a Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos mais importantes políticos do Império do Brasil na primeira metade do século XIX. Não existe uma comprovação, em termos documentais, se o discurso foi realmente proferido, em que data precisamente, se na Câmara dos deputados ou no Senado. Estima-se que tenha sido escrito na virada das décadas de 1830 para 1840. Não é para menos. Essa passagem de uma década para outra foi um momento de cruciais transformações e movimentações na sociedade imperial brasileira, num ritmo nunca antes experimentado pelo país. O discurso citado, seja de Vasconcelos – o mais provável é que tenha sido, dados seu conteúdo e estilo –, seja de outro espectador qualquer daqueles turbulentos anos, exprime bem essas transformações.

Analisando o discurso, percebemos que ele expõe uma passagem, uma mudança de posicionamento do autor. “Fui liberal; então a liberdade era nova no país”. Continua: “estava nas aspirações de todos, mas não nas leis”. Percebemos que o autor se refere a um momento passado, estabelecendo uma divisão na história do Império: antes, um tempo onde a liberdade restringia-se às aspirações, não encontrando correspondência nas ações; outro, contemporâneo ao discurso, em que não apenas a liberdade atingira as práticas, mas passara a espalhar-se de um jeito exagerado. “Os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram”,

diz ele. Se antes os perigos que rondavam a sociedade ligavam-se aos abusos no exercício do poder, hoje (isto é, na época do discurso) essa mesma sociedade, vitoriosa na derrubada do despotismo, “corre agora risco pela desorganização e pela anarquia”. A passagem de um estado social para outro, da busca pela *liberdade* aos riscos da *libertinagem*, justifica a mudança de postura do autor, que deve seguir o fluxo das marés políticas e sociais do Império: “Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista”.

Embora haja, como vimos, a possibilidade de a autoria do discurso não pertencer a Vasconcelos, as palavras pronunciadas casam-se perfeitamente com a trajetória do estadista. De oposição liberal a Dom Pedro I nos anos finais do Primeiro Reinado, Vasconcelos passaria a principal articulador do Regresso, movimento que ganhou corpo a partir da segunda metade da década de 1830 e que teve por objetivo principal a reafirmação de princípios conservadores que os anos iniciais da regência haviam combatido. De liberal, Vasconcelos passaria a principal intelectual daquele que seria o futuro Partido Conservador do Império. Essa trajetória, tal qual expresso nas palavras do discurso, é mais do que um caso isolado: é um símbolo das transformações por que passava o Império entre as décadas de 1830 e 1840.

O discurso será melhor compreendido ao final desta aula. Para começar, veremos a conjuntura política aberta logo após a abdicação de D. Pedro I, bem como as medidas tomadas em meio a um fervoroso clima liberal e a divisão em três grupos políticos distintos que deu a tônica da política até meados da década. Em seguida, analisaremos os principais movimentos sociais que estouram ao longo dos anos 1830, relacionando-os ao advento, logo em seguida, do Regresso Conservador, que buscava revogar as medidas liberais de início da década. Por fim, concluiremos apontando caminhos para a compreensão da década de 1840, quando se inicia o Segundo Reinado. Conforme veremos nas próximas aulas, a trajetória política dos grupos dominantes na década de 1840 foi a busca pela tentativa

de transferir os conflitos sociais dos anos anteriores para dentro da estrutura institucional da monarquia, visando a pacificar o potencial explosivo de tais conflitos em nome da consolidação da ordem conservadora imperial. Em outras palavras, era preciso que o jogo político e contestatório fosse restringido aos círculos dominantes e poderosos do Império. Era preciso excluir a arraia-miúda da política. Cumprir isso foi fundamental para a consolidação do Império. E tudo começa na década de 1830.

Regência: conflito aberto

A regência, aberta a partir da abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, foi considerada por João Manuel Pereira da Silva, em seu livro *História do Brasil durante a menoridade de D. Pedro II (1831 a 1840)*, como o período “mais interessante, dramático e instrutivo da História do Brasil”. A afirmação encontra alguma correspondência com a realidade. A regência, no Brasil, foi uma época em que práticas políticas, movimentos revoltosos e redes de sociabilidade – como jornais, sociedades e clubes – ganharam as ruas e visibilidade em escala incomparável com outros períodos da história do Brasil até então, salvo, talvez, os curtos anos que puseram fogo ao processo emancipatório, entre 1820 e 1822. Os anos da regência foram também de intensa agitação política, quando o vazio momentâneo de poder abriu espaço para que diversos grupos travassem variados combates em busca da hegemonia sobre os múltiplos segmentos sociais do país. Agrupados principalmente em três eixos, os grupos políticos de maior atuação na regência tencionavam não apenas chegar ao poder, mas impor seus projetos para os rumos que o país deveria tomar – ainda que tais projetos fossem fluídos e mudassem ao longo da década de 1830, conforme veremos.

Dessa forma, temos na abertura da regência a divisão das forças políticas do Império em três partidos. Inicialmente, a “oposição liberal”, que, embora unida em defesa da abdicação de D. Pedro

I, tão logo consegue alcançar seu intento, começa a deixar claro suas divisões internas. Unidos por um objetivo em comum, os liberais, uma vez realizado seu objetivo primário, percebem que suas diferenças ideológicas eram muito mais conflitantes do que passíveis de conciliação. Uma aliança ao longo da regência seria impensável. A “oposição liberal”, assim, já no movimento que levou à abdicação de Pedro I, em 7 de abril de 1831, mostrava-se dividida em dois grupos:

De um lado, os *liberais exaltados*, também chamados de *farroupilhas*. Era um grupo mais radical, formado, em boa parte, por indivíduos oriundos das camadas médias urbanas, embora apresentassem uma composição bem heterogênea. Esses exaltados foram, desde o início da regência, afastados do governo. Nunca chegaram a participar do poder enquanto mantiveram a identificação com tal tendência. Acenavam esses exaltados com a participação das camadas mais pobres na vida pública, julgando-se democratas e reformistas e valorizando o federalismo e a descentralização em oposição às tentativas centralizadoras oriundas da corte. Muitos pregavam, inclusive, o republicanismo, o fim gradual da escravidão, a reforma agrária e o sufrágio universal. Ainda que nem todos compartilhassem dessas opiniões, os exaltados acabavam, em sua atuação, por flertar com a democracia e por defender uma igualdade mais profunda, mais social, e não uma igualdade meramente jurídica.

De outro lado, estavam os *liberais moderados*, também conhecidos como *chimangos* (que é o nome dado no Rio Grande do Sul à caça com a qual não vale a pena gastar chumbo). Esse grupo conjugava as expressões mais centristas das duas antigas facções pré-abdicação (coimbrãos e brasilienses), defensores da integridade do Império, ligados aos ascendentes plantadores de café do Vale do Paraíba e, ao mesmo tempo, a algumas das antigas e poderosas famílias do recôncavo da Guanabara. Apresentavam-se como os únicos capazes de, pela moderação, posicionar-se com sabedoria e civilização acima dos interesses e paixões partidárias que, fragmentadas, eram acusadas de incapazes de uma posição

harmônica e racional perante as desordens sociais. Foram os moderados que deram, desde o início, a tônica da política ao longo da regência, num discurso que se manteria também após a maioria. Defendiam a monarquia e a manutenção da ordem social, bem como das estruturas socioeconômicas do Império. Apesar do discurso a favor da ordem que os unia, não puderam esconder por muito tempo diversas incompatibilidades entre seus integrantes, devido à sua heterogeneidade. O grupo dos moderados logo se dividiu em duas frações, cada uma ditando a política por um período de tempo ao longo da regência. Simplificando, podemos dizer que uma fração adepta das reformas constitucionais e da distribuição de poder pelas províncias, por meio do fortalecimento da autoridade provincial, deu as cartas nos primeiros anos da regência, entre 1831 e 1834. A segunda fração dos moderados, composta por adeptos da centralização política e do fortalecimento do Estado, sob o manto da constituição, herdeiros dos coimbrãos, se tornaria predominante a partir de 1837. Desse grupo surgiria, em meados da década, o movimento do Regresso. Essa breve explicação se tornará mais clara adiante.



Partidos Políticos

Existe toda uma discussão sobre a propriedade ou não do uso do termo “partido político” para referir-se às organizações surgidas na regência. Para o historiador José Murilo de Carvalho, até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil, visto que as organizações surgidas até então se destinavam simplesmente a responder a questões momentâneas provocadas pelo calor dos acontecimentos e, uma vez resolvidas, logo deixavam de existir. Outro historiador, Marco Morel, chama a atenção para as diferenças existentes entre as organizações partidárias que começam a surgir na Europa, normalmente ligadas ao incremento do movimento operário, e, algumas, inclusive, sob inspiração comunista, e aquelas organizações surgidas no Império do Brasil, não raro sem grande organicidade social. Apesar dessas diferenças, podemos utilizar o termo, desde que atentando para essas diferenças.

Além desses dois partidos, surge um terceiro, entrelaçado ao poder do Estado e partidário da restauração do Imperador Pedro I ao trono. Era o partido dos *restauradores*, também chamados *caramurus*, devido ao nome de um jornal por eles editado no Rio de Janeiro, *O Caramuru*. Pregavam, basicamente, a volta de D. Pedro I. Privilegiavam o fortalecimento do Estado centralizador e a soberania monárquica, ao invés de noções como soberania nacional ou popular. Identificavam-se aos “elementos portugueses” e aos antigos aliados de D. Pedro I, e eram vistos com desconfiança pelos “elementos brasileiros”. Eram acusados por estes, frequentemente, de quererem a volta do despotismo, da colonização portuguesa, da tirania.

Temos então, no início da regência, uma divisão político-ideológica em três partidos: exaltados, moderados e caramurus. Os primeiros estavam fora do jogo político mais restrito, isto é, da política do Parlamento, dos salões da corte e do Ministério. Por outro lado, os exaltados dominavam as ruas, provocando constantes medos nos moderados e nos caramurus. Medos de revoltas, principalmente se delas participassem escravos. Medo, em especial, de que a chamada “Revolução do 7 de abril” fugisse ao seu controle, transformando-se num novo jacobinismo, tal como na Revolução Francesa. Assim, apesar das profundas diferenças ideológicas – diferenças só acalmadas com a morte de Pedro I, em 1834, que esvaziou a bandeira caramuru –, os moderados viam-se mais próximos aos caramurus do que aos exaltados. Embora discordassem em quase tudo, concordavam que, acima das diferenças, estava a necessidade de manutenção da ordem senhorial-escravista. Esse jogo de aproximações e afastamentos entre os três partidos deu a tônica das disputas políticas da regência.

Os conflitos ao longo da regência, assim, eram encaminhados de duas maneiras:

1. *exaltados x moderados x caramurus*, em relação à batalha ideológica. As disputas, aqui, dão-se principalmente pela imprensa, que, após um arrefecimento graças à censura no Primeiro Reinado, voltou à tona. Jornais surgiam e

desapareciam do dia para a noite, folhetos eram escritos e distribuídos pela população, leituras públicas eram acompanhadas por multidões, livros eram divulgados e anunciados etc. A batalha ideológica opunha partidários das três tendências, não raro extravasando a esfera intelectual e descambando para guerras reais, físicas, nas ruas. Esse primeiro conflito é mais presente nos primeiros anos da regência.

2. *exaltados x moderados/caramurus*, em relação às questões de ordem social. Os exaltados não podiam participar da política e deviam ser contidos nas ruas. Os caramurus deviam ser contidos nas ideias, mas, sem eles no jogo político, a rua poderia invadir o Parlamento. Esse segundo conflito fica mais evidente após a morte de D. Pedro I, que tira dos caramurus sua principal razão de ser.

Nesse momento de conflitos, disputas e renovações, era preciso, dizia-se, fazer reformas sem deixar muita brecha para as camadas populares. Quem tomou as rédeas do jogo político, desde o início, foram os moderados. A abdicação de D. Pedro I foi tomada por esses moderados, a princípio, como ápice de uma revolução que precisava, agora, ser encerrada. “Frear o carro da revolução” era o comando, antes que a situação saísse do mundo do governo e adentrasse o mundo da desordem – ou, pior! –, o mundo do trabalho. Se o despotismo do antigo imperador servira de motivo para a vitória do liberalismo constitucional, era preciso, agora, que este não se confundisse com a “anarquia”. A salvaguarda do país, segundo os moderados, dependia do quanto suas forças seriam atuantes o bastante para guardar a integridade das leis, da constituição e do território perante os riscos que o vazio de poder poderia trazer, como trouxe, para as demandas de participação popular. Fundamental para isso era compactuar com sujeitos de diferentes tendências que tinham em comum essa preocupação com a ordem. Tornava-se necessária uma acomodação, pelo menos provisória, de todas as rivalidades, para evitar-se uma comoção que

saísse de controle e pudesse chegar aos cortiços ou às senzalas. A expressão dessas acomodações pode ser sentida desde o início, desde antes mesmo do delineamento mais claro das três tendências partidárias de que tratamos anteriormente.



Um Império e seus três mundos

O historiador Ilmar Rohloff de Mattos, ao analisar a sociedade imperial brasileira, chegou à conclusão de que esta era constituída por três mundos distintos, que se mantinham próximos uns dos outros, mas que nunca deveriam se tocar, se misturar, se confundir, ainda que fosse necessário usar a violência para impedir. Esses três mundos representavam uma sociedade fortemente hierarquizada: o primeiro, o mundo do governo, era aquele composto pela chamada “boa sociedade” – isto é, plantadores, senhores de escravos, ricos comerciantes, membros da burocracia etc. Era o mundo composto por aqueles que poderiam aspirar ao governo – lembrando todas as restrições que havia à ascensão política na Constituição imperial –, por aqueles que dominavam o governo, por aqueles que o dirigiam. Estavam no topo. Na base, temos o mundo do trabalho, composto por aqueles elementos que constituíam a principal força de trabalho desde os tempos coloniais: os escravos, basicamente africanos e seus descendentes. Este era o mundo que deveria permanentemente ficar à margem da sociedade, sendo a barreira entre liberdade e escravidão o grande muro que indicava a forma primeira de distinção social naqueles tempos. O mundo do trabalho era dominado pelo mundo do governo, a partir do domínio da Casa – isto é, não era o Estado, mas o senhor em seus domínios privados, o “governante primeiro” daquele mundo, devendo o Estado interferir apenas quando fugisse ao controle, como no caso de rebeliões escravas. Por fim, no meio do caminho, temos o mundo da desordem, composto pelas camadas livres e pobres, basicamente, que não tinham espaço nem no mundo do governo, pois não faziam parte da “boa sociedade”, nem no mundo do trabalho, pois não eram propriedade de ninguém. Deviam ser constantemente vigiados pelo Estado, ocupando as frestas abertas na malha do sistema escravista, sem jamais ameaçarem a ordem social.

Se pensarmos na divisão partidária que vimos tratando, percebemos que os exaltados identificavam-se constantemente com o mundo da desordem – e por isso eram impedidos de adentrar o mundo do governo. Porém, mesmo os exaltados tinham uma percepção no mínimo dúbia em relação à escravidão, não podendo, por isso, ser considerados de antemão abolicionistas.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Leia atentamente o texto a seguir:

O período regencial testemunhou amplo desenvolvimento dos espaços de sociabilidade política, como a imprensa, as manifestações cívicas, as revoltas e as associações. Especialmente estas últimas conheceram então uma inédita amplitude em termos de quantidade, diversidade e abrangência. Moreira de Azevedo afirma que mais de cem sociedades públicas foram criadas no Império somente em 1831. Outra novidade apresentava o movimento associativo regencial: a publicidade. Se persistiam sociedades secretas, como a Maçonaria, as públicas é que avultaram neste momento, denotando uma forma de fazer política mais imbuída do espírito público, caro à cultura política liberal. Os homens da época vinculavam o fenômeno ao novo tempo de liberdade advindo com a chamada Revolução do 7 de Abril (a Abdicação). (...) As associações políticas fluminenses representavam as três facções concorrentes no início da Regência: liberais moderados, liberais exaltados e caramurus. Situados ao centro do campo político, os moderados pretendiam seguir os postulados clássicos liberais, tendo em Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant suas principais referências doutrinárias; almejavam (e conseguiram) realizar reformas políticas que reduzissem os poderes do imperador, conferissem maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, e garantissem a observância dos direitos de cidadania previstos na

Constituição, sem que isso ameaçasse a ordem imperial. Adeptos de um liberalismo radical de feições jacobinistas, estavam, à esquerda, os exaltados, que, inspirados sobretudo em Rousseau, pleiteavam profundas reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão, uma relativa igualdade social e até uma espécie de reforma agrária. Já os caramurus ficavam à direita do campo, alinhando-se à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke; críticos ferrenhos da Abdicação e avessos a qualquer reforma na Constituição de 1824 – ações tidas como quebra arbitrária do pacto social –, defendiam uma monarquia constitucional fortemente centralizada, nos moldes do Primeiro Reinado, chegando, excepcionalmente, a nutrir anseios restauradores (BASILE, 2007, p. 96-97).

O texto que você acabou de ler, de autoria do historiador Marcello Basile, trata das mudanças desencadeadas nos anos iniciais da regência. É uma nova forma de encarar e fazer política, participando de movimentos e formulando projetos que buscavam tornar-se hegemônicos (isto é, consensuais) sobre toda a sociedade. Essa nova forma de fazer política esteve presente tanto no Parlamento, em especial na Câmara dos deputados, quanto nas ruas, em especial nas ruas da corte.

Tendo isso em vista, e tomando por base o que você estudou até aqui na aula e o texto que você acabou de ler, reflita sobre as relações entre política parlamentar e movimentação das ruas, nos anos iniciais da regência.

Resposta Comentada

Conforme vimos na aula, no Parlamento, em especial na Câmara dos deputados, os grupos (ou partidos) políticos dividiam-se em três facções, cada qual com sua própria visão de mundo e projeto para o Império: os liberais moderados, os liberais exaltados e os caramurus. Essa divisão parlamentar refletia, também, divisões presentes no seio da sociedade imperial, ao mesmo tempo em que era também influenciada por essas divisões sociais. A política, nos anos iniciais da regência, não ficou restrita aos círculos políticos, mas também envolvia as ruas, trazendo para o olho do furacão pessoas que, até então, não eram levadas em conta no cálculo político dos grupos dominantes.

As reformas liberais e a desagregação dos moderados (1831-1837)

Saindo de cena o primeiro imperador, logo foi nomeada uma regência trina provisória composta por José Joaquim Carneiro de Campos, visconde de Caravelas e colaborador do Primeiro Reinado, por Nicolau dos Santos Vergueiro, uma das grandes expressões do liberalismo paulista e forte opositor de D. Pedro, e, ainda, pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do futuro duque de Caxias, que gozava de prestígio nos meios militares (e devemos lembrar que a oposição da tropa foi importante no episódio da abdicação). A composição da regência provisória, que, aliás, não foi feita em conformidade com a Constituição, pois a Câmara estava em recesso, indicava a acomodação de forças e a intenção de não deixar que a abdicação significasse um racha social: um membro da antiga situação, de um lado, um da antiga oposição, de outro, e um militar no meio.

A regência provisória, contudo, durou pouco, e em junho, reunida a Assembleia Geral, foi nomeada uma regência trina permanente, que teve também seus poderes definidos. A nova regência foi composta buscando-se atender aos interesses provinciais: João Bráulio Muniz representando o Norte, José da Costa Carvalho representando o Sul e Lima e Silva mantendo seu lugar no meio, representando o exército. Os poderes da regência trina foram limitados, oficializando-se um sistema parlamentar: seus membros não poderiam declarar guerra, conceder títulos de nobreza, vetar leis nem dissolver a câmara. Como o poder moderador era título privativo do imperador, restaram os três poderes na balança política da regência, na qual o Parlamento, em especial a Câmara dos deputados, adquiriu uma força tremenda.

Foi nesse clima de fortalecimento do Poder Legislativo e de *frisson* liberal que se começou a apostar na votação de medidas que visassem a conter as revoltas e fossem, ao mesmo tempo, expressões descentralizadoras, como forma de acalmar os ânimos provinciais. Devemos lembrar que uma das razões da queda do primeiro imperador foram as acusações de despotismo exercidas a partir do centro, da corte, que buscava subjugar as demais províncias. Afastado o imperador, iniciou-se uma jornada parlamentar para a aprovação de leis que possibilitassem o exercício do poder por essas províncias, com clara inspiração liberal.

Temos, nesse sentido, a criação da Guarda Nacional em 1831, a votação do Código de Processo em 1832 e o Ato Adicional em 1834. O sentido dessas medidas era claro: a subordinação total dos regentes trinos à Assembleia, ou seja, às províncias representadas por seus deputados.

A criação da Guarda Nacional era inspirada na ideia da “nação em armas”, ou seja, cidadãos pegando em armas, sob a liderança de quadros eleitos entre os membros do efetivo, a fim de defender sua pátria (e “pátria”, no Império do Brasil, ora referia-se à “nação total”, ora à “nação local”, isto é, às províncias isoladas). Os próprios cidadãos arcariam com os custos de manutenção do

fardamento e das armas, recebendo em troca a possibilidade de usufruir das prerrogativas simbólicas do que ser membro da Guarda Nacional significava no âmbito da dominação local. Cabe lembrar que, segundo a Constituição do Império, nem todos os súditos eram cidadãos, e nem todos os cidadãos poderiam aspirar aos cargos de liderança. Por fim, a criação da Guarda Nacional acompanhava a redução e o remanejamento dos efetivos do Exército, esvaziando-o em seu papel de coerção, pois, diferentemente dos efetivos da Guarda, o Exército mantinha em seus quadros membros das classes mais baixas.

O Código de Processos, por outro lado, dentre outras prerrogativas, conferia amplas atribuições aos juízes de paz, cargo existente desde 1827, mas que, agora, aumentava em muito seus poderes. Estes, eleitos localmente, funcionavam como primeira instância em diversos processos, como, por exemplo, os de julgamento dos acusados de tráfico ilícito, a partir da lei antitráfico, promulgada em novembro de 1831. Desnecessário frisar que o fato de serem primeira instância e o fato de serem eleitos localmente pelos mesmos senhores que, muitas vezes, eram réus, tornavam a aplicação da lei praticamente inviável.

Podemos perceber, portanto, que o fato de terem sido aprovadas tais medidas, sem uma preocupação com o estabelecimento de um contrapeso adequado, apontava numa só direção: o fortalecimento das autoridades locais e regionais em detrimento do poder central, o que atendia a antigas reivindicações das diversas frações que chegaram ao poder a partir da abdicação. A cereja do bolo veio em seguida, ainda em 1832: após uma malsucedida tentativa de golpe, visando a transformar a Assembleia Geral Ordinária em Assembleia Constituinte (30 de julho), novos embates levaram à aprovação, em 12 de outubro do mesmo ano, de lei concedendo à legislatura seguinte (1834-37) poderes de Constituinte. Era o primeiro passo para o Ato Adicional.

O Ato Adicional significava uma reforma da Constituição, a qual deveria ser conduzida com todo o cuidado possível, pois

a situação ainda era delicada e os riscos de racha social eram enormes. As maiores resistências à votação do Ato vieram do Senado, o que não causa espanto, uma vez que o projeto original atacava a vitaliciedade de seus membros e que, além disso, seus membros, escolhidos a dedo pelo antigo imperador, eram alguns de seus maiores partidários. O projeto original foi vencido, e o final acabou sendo uma espécie de política de compromisso entre as facções: suprimiu-se o Conselho de Estado, como queriam os exaltados, mas conservaram-se o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado, agradando aos restauradores (apesar disso, sendo o Poder Moderador privativo do imperador, dever-se-ia esperar até a maioria de Pedro de Alcântara para que voltasse a ser usado). Os Conselhos Gerais das províncias tornaram-se Assembleias Provinciais com algumas atribuições, atendendo à concepção federalista ao desmontar algumas prerrogativas do Estado centralizado: as províncias poderiam promulgar algumas leis e taxar algumas trocas comerciais por sua conta, por exemplo. Imprimiu-se, dessa forma, um tom alternativo ao projeto que se delineava no primeiro reinado e via na centralização seu objetivo. Como forma de marcar distância do “absolutismo” do primeiro imperador, aqueles que a ele se opunham agiam no sentido de uma maior distribuição do poder pelo território imperial, no sentido de valorizar a Casa em contraposição à concentração de poder do Estado (entendido como “autoridade”). Nesse sentido, dominaram os moderados. Diferenciavam-se, dessa maneira, tanto dos exaltados (no que tange à extensão do “carro revolucionário”) quanto dos restauradores (que negavam a “revolução”), embora não lhes negassem algumas “concessões necessárias”.

Chegamos ao final dos primeiros anos de regência, assim, com o domínio moderado sobre as demais facções. Contudo, como vimos, os moderados eram muito heterogêneos, o que significa que constituíam um bloco delicado que perigava desabar a qualquer instante. Tão logo o Ato Adicional foi promulgado, em 1834, esse bloco começou a dar sinais de desagregação. Vários

fatores contribuíram para isso, em eventos que levaram uma fração moderada a destacar-se das demais e imprimir seu projeto político, que mudou sensivelmente o tom que se vinha adotando desde o início da regência.

Vimos algumas das prerrogativas estipuladas pelo Ato Adicional em 1834. Uma outra delas era a transformação da regência trina em una, com o regente a ser decidido nas eleições seguintes, da qual saiu vitorioso outro expoente do liberalismo paulista, o padre Diogo Antônio Feijó, em 1835.

Feijó, velho expoente do chamado “liberalismo paulista”, chegava ao poder pela via legal após uma malsucedida tentativa de golpe em 1832. Chegava defendendo um executivo forte, não obstante seu histórico liberal, contra outros políticos que tendiam à predominância do legislativo, caso de Holanda Cavalcanti, expoente de uma das mais poderosas oligarquias de Pernambuco, liberal, segundo colocado no pleito. Tão logo se viu na posição de regente, contudo, o bloco que o sustentava começou a se romper.

Já data desse período o início da formação da oposição a Feijó, tendo à frente Rodrigues Torres, Honório Hermeto Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vasconcelos, todos expoentes do que viria a ser conhecido nos anos seguintes como Partido Conservador. A morte de D. Pedro I, em 1834, fragmentara os caramurus, pois perdiam estes sua bandeira da restauração, e puxava-os para esse time de oposição, compondo um novo bloco moderado. Vasconcelos, por outro lado, cumpria a trajetória que assinalamos no início deste texto: de oposição liberal a D. Pedro I, no Primeiro Reinado, passa a aliado de Feijó no início da Regência e, a seguir, oposição a este, aliando-se aos conservadores que emergiam a partir da província do Rio de Janeiro, em estreita ligação com o tráfico de africanos, com a escravidão e com o café (basta lembrarmos que, à mesma época, o café expandia-se violentamente pelo Vale do Paraíba fluminense, assumindo o primeiro lugar na pauta de exportações do Império). A oposição a Feijó articula-se principalmente em torno das críticas às conquistas liberais, tidas como perigosas para o futuro

do Império. Tratava-se, de início, de uma disputa principalmente política e restrita à esfera pública, em especial a imprensa: de um lado, o “grupo de Vasconcelos” reunido em torno do jornal “*O Sete d’Abril*”, firme nas críticas a Feijó, firme na busca pelas revisões das leis recém-votadas; de outro lado, Feijó e seu principal aliado, Evaristo da Veiga, um dos mais influentes políticos e jornalistas da corte, reunidos em torno do jornal “*Aurora Fluminense*”. Os debates travados eram muitas vezes virulentos e praticamente obrigavam os estadistas a escolher uma posição.

Os anos vindouros presenciaram a expansão das disputas para além da esfera pública. Estouraram em diversos pontos do Império revoltas armadas, algumas perigosíssimas do ponto de vista da unidade nacional, outras perigosíssimas por envolverem escravos, todas preocupantes do ponto de vista da manutenção da ordem imperial. A oposição endurece, cada vez mais assumindo para si a alcunha de “regressistas”, isto é, articuladores do movimento que visava ao retorno à ordem estabelecida, incorporando as liberdades conquistadas sob um manto de autoridade necessária. Não demorou para que as revoltas e rebeliões fossem creditadas às mudanças institucionais levadas a cabo pelos liberais no início da década de 1830: afrouxando a autoridade central por meio do reforço do poder das províncias, argumentavam, deixavam o Estado de mãos atadas para garantir a manutenção da ordem e da unidade nacional, além de estimular os mandonismos locais, a selvageria, o domínio das paixões etc.

O afastamento de Evaristo da Veiga, com o fim da “*Aurora Fluminense*”, em 1835, complicaram ainda mais a situação de Feijó. Vendo o crescimento da oposição parlamentar e as críticas da imprensa, doente, assistindo à própria incapacidade de articular qualquer organização ministerial viável, foi obrigado a deixar o posto de regente, passando o cargo a Araújo Lima, ligado aos regressistas, em 19 de setembro de 1837. O novo regente nomeava sua nova composição ministerial, o chamado “ministério das capacidades”, tendo Bernardo Pereira de Vasconcelos a pasta da Justiça e como

cabeça do movimento. Os regressistas chegavam ao poder e, desde cedo, aumentariam suas articulações no Senado e na Câmara dos deputados para promover as mudanças que julgavam necessárias na legislação imperial.



Atende aos Objetivos 1 e 3

2. Vimos como, na regência, nada estava plenamente definido ou determinado. Os grupos organizados, as ideias debatidas, os projetos desenhados, tudo era alvo de disputas e conflitos. O futuro estava, como não poderia deixar de ser, em aberto. Desse turbilhão emerge um grupo que dá as cartas no processo de reformas: os liberais moderados. Como vimos, era um grupo heterogêneo, mas com um pensamento que os unia. Em outro sentido estavam os liberais exaltados, excluídos da participação política parlamentar, e os restauradores. Tendo isso em mente, reflita sobre os projetos de Estado e nação desses três grupos, relacionando-os às reformas liberais de início da década de 1830.

Resposta Comentada

As reformas liberais de início da década de 1830, conforme vimos, foram votadas em meio ao predomínio dos liberais moderados na política. Seu projeto de Estado e nação prevaleceu, embora tivessem que ceder a alguns anseios dos demais grupos. As reformas direcionaram-se a uma maior distribuição do poder pelo território imperial, privilegiando o governo provincial em contraposição ao poder central. Tal era o caráter da “revolução” de 1831, segundo os moderados, contrapondo-se aos projetos *exaltado* (que tencionava uma reforma mais ampla, que excluísse a vitaliciedade do senado, dentre outras coisas) e *restaurador* (que via apenas na centralização do Estado o caminho para a construção de sua ideia de ordem social).

Revoltas e rebeliões

No momento em que o Regresso iniciava sua direção política, o Brasil havia sido sacudido, desde 1831, por 10 revoltas; outras três estavam em curso e uma ainda estouraria antes da Maioridade (1840). Essa contagem vale apenas se nos detivermos naquelas revoltas indicadas pelo historiador José Murilo de Carvalho como as principais do período. Dessas, ao menos quatro – Cabanos, Cabanagem, Balaiada e, em especial, Malês – contaram com a participação de escravos; além dessas (excluindo a dos Malês), mais duas contaram com a participação do povo – o ciclo de seis rebeliões que estouraram na corte entre 1831 e 1832 e a Sabinada.

Não era uma situação tranquila, e os regressistas, como vimos, souberam explorar essas revoltas para, por meio da crítica à atuação dos liberais, angariar apoio ao seu projeto político. Para entendermos melhor esse quadro, vamos observar as principais revoltas do período, em termos de repercussão na corte, traçando algumas breves palavras sobre elas. Falaremos sobre a Cabanagem, a Balaiada, a Farroupilha e a revolta dos Malês. Antes, e seguindo ainda o definido por José Murilo de Carvalho, podemos dividir

as revoltas regenciais em dois grandes grupos: um primeiro, cuja duração vai da abdicação de D. Pedro (1831) a cerca de 1835, e um segundo, que vai de meados da década e só termina no Segundo Reinado.

O caráter de cada um desses grupos é distinto. O primeiro representou, basicamente, os anseios das populações urbanas, cujas inquietações se vinham acumulando desde o fim do Primeiro Reinado. Eram revoltas de que participavam, basicamente, tropa e povo – isto é, as primeiras fileiras do exército, essencialmente soldados, e população pobre. Era o mundo da desordem em ação, seguindo a classificação que estabelecemos anteriormente. Esse primeiro grupo constitui-se a partir de não uma, mas diversas revoltas urbanas que tomaram praticamente todas as capitais provinciais do Império (somente escaparam as capitais de Piauí e Santa Catarina). Na corte, a situação, em 1832, era tão séria que o Conselho de Estado foi consultado a respeito das medidas a serem tomadas para que se pudesse salvar o futuro Imperador D. Pedro II, ainda garoto, caso a desordem ficasse incontrolável na cidade e o Norte, também experimentando revoltas, se separasse do Sul do Império. As lutas nas cidades eram duras e sangrentas, com os mortos chegando às centenas. Sem poder contar com boa parte do Exército na repressão dessas revoltas, apelou-se à recém-criada Guarda Nacional. Os levantes urbanos desse primeiro grupo tinham um caráter, em sua maior parte, nativista. Isto é, revoltavam-se as populações por razões locais, protestando contra o alto custo de vida, contra a desvalorização e a falsificação de moedas, contra o domínio português do comércio etc.

Em 1835, a rebelião dos Malês ultrapassou, em perigo, extensão e consequências, aquilo atingido pelo primeiro grupo de revoltas. Desde os acontecimentos do Haiti (os quais exploraremos melhor na próxima aula), onde uma grande massa de escravos e libertos africanos levantou-se contra os senhores e promoveu a maior revolução escrava já presenciada, os senhores de escravos do Brasil e do restante das Américas temiam por seus destinos.

Apesar da distância e da repressão policial, as notícias chegavam ao país e poderiam alcançar as senzalas. Da mesma maneira, os acontecimentos da fase radical da Revolução Francesa, no fim do século XVIII, inspiravam homens e mulheres pobres, muitas vezes libertos ou cativos, a mudarem sua situação no Brasil. A Revolução dos Alfaiates, em 1798, em Salvador, da qual participaram esses grupos, deu o primeiro sinal de alerta. Entre 1807 e 1835, da mesma forma, diversas revoltas, menores em escala, ameaçavam os senhores baianos por chamarem os escravos à participação. Em 1835, na revolta dos Malês, o pânico senhorial atingiria o ápice.

“Malês” era como eram conhecidos os africanos islamizados (isto é, seguidores do Islamismo, de Maomé e do Alcorão) de Salvador, que tomara a frente na liderança da revolta. Na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, durante aproximadamente quatro horas, os Malês marcharam pelas ruas de Salvador, proclamando a morte dos brancos e a liberdade para seus companheiros de cativeiro. Não pregavam a abolição da escravatura, mas apenas a libertação de seus pares – tinham conflitos com outros grupos africanos e com crioulos. Apesar disso, foram usados ao longo de todo o Império como exemplo de abolicionismo radical a ser evitado. Enfrentaram a tropa e civis armados pelas ruas de Salvador, sendo derrotados após o conflito. Mais de setenta rebeldes morreram na batalha, e mais de quinhentos outros sofreram pena de morte, açoite ou degredo (isto é, expulsão do Império para sempre), devido à participação nos eventos.

A rebelião dos Malês não causou pânico apenas pela participação majoritária de escravos no conflito. Tampouco pelo número de envolvidos ou pela brutalidade dos confrontos. A revolta dos Malês assustou profundamente as autoridades imperiais devido à dimensão de organização do movimento. Os Malês trocaram mensagens em códigos, organizaram uma vasta rede de planejamento e montaram um esquema detalhado para encaminhar os eventos. Além disso, tinham, segundo o promotor do processo contra os envolvidos, uma meta a alcançar após a vitória, da qual

faziam parte planos de destruir a Constituição e o Governo, tomar as propriedades e extinguir os brancos e pardos. Tudo feito à sombra da fiscalização policial, que era, especialmente em Salvador – uma das maiores cidades escravistas das Américas –, extremamente rígida. Se o governo pôde organizar-se e combater o movimento tão rapidamente, saindo vitorioso, foi apenas porque contou com uma denúncia, feita por uma liberta, dos planos dos rebeldes. Mas o fato de ter precisado contar com a ajuda de uma liberta só pôs ainda mais em evidência que a segurança da ordem escravista era mais aparente do que real. O impacto causado pela revolta foi tão grande que levou o Parlamento Imperial, no mesmo ano, a aprovar uma lei determinando que os escravos que atentassem contra a vida dos seus senhores fossem condenados imediatamente à morte, não sendo sequer necessária a unanimidade do júri, como era preciso em casos “normais”.

A força do segundo grupo de rebeliões, após 1835, somou-se a esse impacto causado pelos Malês. O segundo grupo de revoltas foi muito além do primeiro. Desse segundo grupo fazem parte, dentre outras, a Cabanagem, a Balaiada e a Farroupilha. Foram revoltas profundamente influenciadas pela votação das medidas descentralizadoras dos anos iniciais da regência, em especial o Ato Adicional, de 1834. Com o poder descentralizado, o conflito também se descentralizou e deslocou-se para o interior das províncias, para as áreas rurais, abalando os alicerces que sustentavam a ordem social imperial: a agricultura, os senhores de escravos e os próprios cativos. Diferentemente do primeiro grupo de revoltas, agora estava contestada não apenas a ordem, mas também a unidade e os fundamentos da monarquia brasileira.

No Norte do país, no Pará, nos arredores de Belém, moradores dos casebres à margem dos rios – denominados cabanos – começaram a agitar-se, instigados pelas disputas entre os grupos dominantes locais, mas também em função de suas dificuldades de vida. Era a Cabanagem (1835-1840). O que começou como conflito entre facções das classes dominantes, logo saiu ao controle

e se tornou uma rebelião popular, da qual participaram índios, negros escravizados e caboclos. Em 1835, os revoltosos populares tomaram Belém. Cerca de nove mil brancos refugiaram-se em navios de guerra portugueses e ingleses, após lutas que deixaram um saldo de cerca de 180 mortos. Tomada a capital, foi decidida uma ação que feria profundamente as intenções dos dirigentes imperiais sediados na corte: foi decretada a independência do Pará. O medo de fragmentação do Império voltava a assombrar a classe política. Sob o comando de Eduardo Angelin, cearense de 21 anos, os revoltosos continuaram a expandir-se pela província, subindo o rio Amazonas e alcançando Manaus. Apertados por um bloqueio naval sobre Belém, cerca de cinco mil revoltosos deixaram a cidade e espalharam-se pelo interior, transformando o movimento em guerra de guerrilha. Um novo presidente foi nomeado para a província pelo governo central: general Andreia. Foi iniciada a reação: prisões em massa, fuzilamento sumário dos que resistissem, militarização da província, alistamento em massa dos não proprietários etc. Embora o governo aumentasse a pressão sobre os revoltosos, a Cabanagem só teve fim em 1840, quando uma anistia estimulou os últimos revoltosos a renderem-se. O saldo final de mortes foi de cerca de trinta mil, divididos entre revoltosos e governistas. Esse número representava cerca de 20% da população da província. Foi uma revolta de proporções raras no Brasil. Não apenas contou com ampla participação popular, como foi também tomada por uma brutalidade pouco usual: o número de mortos não seria igualado por nenhuma outra revolta na história do país.

Semelhante em termos de composição, embora não tenha alcançado a potência devastadora da Cabanagem, foi a Balaiada, no Maranhão (1838-1841). Seu desenrolar acompanhou a trajetória da Cabanagem, bem como de outras revoltas do período: uma disputa entre setores das classes dominantes que extravasa e se torna uma guerra com participação popular. A liderança da Balaiada mostra essa participação: os dois líderes eram um vaqueiro cafuzo, Raimundo Gomes, fazedor de balaies (espécie de cesta, daí o nome da revolta), e um negro que liderava escravos fugidos, Dom Cosme.

As origens da revolta estão nas disputas entre facções políticas locais: os cabanos (não confundir com os participantes da Cabanagem, no Pará) e os bem-te-vis. A gota d'água para o estouro da revolta foi, como geralmente se dá nesses casos, um incidente menor: em 13 de dezembro de 1838, um vaqueiro que transportava uma boiada de um padre bem-te-vi foi interceptado pelo subprefeito cabano da vila do Manga, que pretendia prender o irmão do padre. O vaqueiro fugiu e, reunindo alguns companheiros, tomou a cadeia local, dando início a uma série de acontecimentos que formaram a revolta. Os balaios chegaram a mobilizar 11 mil homens (a província tinha um total de duzentos mil habitantes) e a tomar Caxias, que era a segunda maior cidade da província do Maranhão, em 1839. Ali organizaram um governo independente, incorporando os bem-te-vis locais. Novamente o fantasma da fragmentação territorial assustava as elites políticas da corte, que enviaram tropas para conter a rebelião. Divergências entre os rebeldes facilitaram a ação do governo no sentido de reprimir o movimento. A reação governista foi liderada por Luís Alves de Lima, que, desde a vitória e a recuperação de Caxias, tornou-se barão de Caxias (futuramente se tornaria Duque de Caxias).

No Sul do país, temos um caso de revolta que não extrapola os limites fixados pelas classes dominantes em disputa. Trata-se da Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul. Foi uma das poucas revoltas do período que, desde suas origens, não corria muito risco de tornar-se revolta social. Era “briga de brancos”. Suas origens estão nas disputas, na região, entre estancieiros e charqueadores (produtores de charque, isto é, carne-seca). A província de São Pedro, futura Rio Grande do Sul, teve sua formação territorial e social constituída de modo conflitivo. Situada em região de fronteira, na região do Rio da Prata, não raro via-se às voltas com disputas entre portugueses e espanhóis, e, após as independências, entre Brasil e Argentina, pelo controle do território. Diversas guerras já haviam ocorrido na região, a última das quais havia resultado na criação do Estado do Uruguai, como um “estado-tampão” para balancear os conflitos entre os países. Nas primeiras décadas do século XIX,

houve expansão econômica na região, que tinha a criação de gado e exportação de muares e charque, para o restante do Império, como as principais atividades econômicas. A partir de 1828, porém, com a independência do Uruguai, o governo do Império, para favorecer os proprietários do Rio de Janeiro e Nordeste, donos em massa de escravos, que consumiam em massa esses gêneros sulistas, manteve baixas as tarifas alfandegárias dos mesmos produtos provenientes do Uruguai, concorrente dos produtores do Rio Grande. A regência não alterou esse balanço, que muito prejudicava as exportações gaúchas. Esse fator, somado à proximidade com o republicanismo das ex-colônias espanholas, e somado, ainda, a uma sequência de conflitos entre grupos dominantes locais e presidentes de província (estes, nomeados pela Corte), incapazes de conter os crescentes atritos, levaram à eclosão do movimento revoltoso em 1835. A liderança do movimento ficou a cargo de Bento Gonçalves, rico proprietário da região, que depôs o presidente da província e ocupou a capital com tropas farroupilhas. Mas não foi fácil a manutenção dos avanços, pois a província guardava ainda muitos grupos fiéis ao governo central. Após idas e vindas, avanços e recuos, os farroupilhas terminaram a década de 1830 ocupando a maior parte da província e ameaçando avançar sobre Desterro (capital de Santa Catarina). Apesar de não ameaçar seriamente a ordem social, pois mantiveram os grupos populares afastados dos acontecimentos, os farroupilhas ameaçaram seriamente a política imperial para a conturbada região da Prata: não apenas foi decretada a independência da província, à semelhança das outras revoltas que já estudamos, mas também foi proclamada uma República. Ameaçavam não apenas a integridade do país, mas também a forma monárquica de governo. Não aceitaram a anistia de 1840 e mantiveram a luta até 1845, quando o imperador fez algumas concessões aos revoltosos.

As revoltas vistas constituem apenas as maiores, em termos de repercussão política, do período. Mas inúmeras outras estouraram, muitas também alcançando a corte e demandando ação direta da

regência em sua contenção. Revoltas tais como a dos Cabanos, em Pernambuco (1832-1835; não confundir com a Cabanagem, que estudamos), a Sabinada, na Bahia (1837-1838) e muitas outras forneceram munição suficiente aos opositores da política liberal de Feijó na corte. Não apenas Feijó encontrava-se isolado politicamente, em especial após o afastamento de Evaristo da Veiga, como também não tinha resposta pronta ao modo como resolver as revoltas. Em 1837, Feijó renunciava à regência e Araújo Lima assumia com outra direção política em mente.



Atende aos Objetivos 2 e 3

3. Leia o texto seguinte, com atenção:

As reformas liberais produziram resultados diversos. A autonomia provincial, por exemplo, funcionou basicamente como o previsto. Os grupos provinciais passaram a contar com um real poder decisório no que se referia à sua própria província, além de um significativo poder de influência no governo central, através do parlamento. Com isso foi possível atrelá-los ao Estado nacional, através do governo da província, logo, desatrelá-los dos movimentos separatistas. É bem verdade que, justamente após a entrada em vigor do Ato Adicional, eclodiram as várias revoltas que sacudiram o país durante a Regência. É preciso, porém, atentar para o fato de que apenas a Farroupilha teria como protagonista uma elite provincial, enquanto as demais teriam, como atores principais, os trabalhadores livres pobres e os escravos – que, se eram contemplados por outros projetos derrotados, (...) não o eram pelas reformas liberais (DOLHNIKOFF, 2005, p. 126).

A autora do texto relaciona as reformas liberais de início da regência às rebeliões que ameaçaram a ordem e a unidade imperiais nos anos seguintes. Relaciona-as sob o seguinte prisma: ao conferir maior autonomia aos grupos provinciais (satisfazendo, portanto, uma reivindicação presente desde a independência brasileira, em 1822), as reformas liberais, em especial o Ato Adicional de 1834, acabam por garantir a unidade territorial do país, trazendo os grupos dominantes provinciais para o jogo político nacional a partir de sua participação local. Conforme vimos, essa garantia de unidade era frágil, pois logo estouraram diversas revoltas que puseram sob ameaça o dogma da “indivisibilidade do Império”. A autora ressalta, porém, que essas revoltas tinham diferenças entre si, no que diz respeito, em especial, aos grupos participantes e aos objetivos em relação ao Estado Imperial. Tendo isso em mente e, de acordo com o visto nesta aula e com o expresso no texto, reflita sobre as relações entre os riscos de abalos à ordem social imperial e as principais revoltas regenciais.

Resposta Comentada

Embora nem todas as revoltas tenham contado com a participação dos grupos dominantes locais, todas elas, em maior ou menor escala, punham em questão a fragilidade da ideia de unidade do Império do Brasil. Manter íntegro o Império, escapando, assim, à “maldição” que, naquele momento, considerava-se assolando a América Hispânica, era um objetivo central nos discursos dos principais estadistas imperiais presentes na Assembleia Geral. As revoltas não apenas iam contra a imagem de tranquilidade e unidade que se queria passar, mas também iam contra outros dois pilares de sustentação do Império nas Américas: a monarquia e a escravidão. Iam contra a monarquia ao pregar a República ou negar a dinastia dos Bragança, que, segundo se considerava na corte, deveria garantir a continuidade perpétua do Império do Brasil. Iam contra a escravidão não porque fossem abolicionistas em massa,

mas porque, ao abrir espaços no meio das brigas e conflitos, ao abrir rachas na unidade presente no seio da “boa sociedade” imperial, abriam também frestas por onde podiam os escravos, libertos e homens livres pobres reivindicar seus próprios projetos e impor suas próprias condições. Nesse sentido, nenhuma revolta foi tão rapidamente reprimida e temida quanto a dos Malês, em 1835 – durou apenas algumas horas. Da mesma forma, nenhuma revolta poderia durar mais do que a Farroupilha – exatamente a apontada no texto desta atividade como exceção –, a única que não deixou o conflito extravasar abertamente para as camadas mais “perigosas” da sociedade imperial.

CONCLUSÃO

Redefinindo a direção política do Império

Existe, em História, como, de resto, em qualquer análise social, uma íntima conexão entre eventos políticos e sociais. Modificações em um ou outro interferem, influem, facilitam e fortalecem mudanças no outro.

Vimos nesta aula dois caminhos distintos, porém ligados, na trajetória da história do Brasil a partir de 1831, com a abdicação de D. Pedro I e o início da regência. De um lado, uma trajetória política, ligada aos círculos da corte e profundamente influenciada por ideias e práticas liberais, importadas da Europa e redefinidas segundo a realidade local brasileira. De outro lado, muitas vezes influenciadas por essa primeira trajetória, mas também expressando anseios e conflitos latentes que se vinham acumulando desde os tempos coloniais, temos uma trajetória de revoltas e rebeliões que ameaçaram a ordem que as classes dirigentes buscavam impor ao país desde que ascenderam ao poder.

Não havia alianças muito duradouras. Na corte, os grupos políticos uniam-se em torno de objetivos específicos, porém frágeis,

e, uma vez resolvidos, perdiam logo suas razões de aproximação. Nas províncias, os grupos envolvidos nas revoltas também tinham dificuldades para manter suas alianças: revoltosos se desentendiam, revoltas começavam com disputas entre facções locais, classes sociais digladiavam-se na arena dos acontecimentos etc.

A regência foi, dessa forma, um tempo de experimentação política e social. Relembrando a divisão que fizemos anteriormente entre Governo, Casa e Rua, podemos perceber que a Casa era constantemente ameaçada de invasão pela Rua, que tornava-se palco das manifestações e principais disputas da década. Isso assustava enormemente não apenas a Casa, mas em especial o Governo, que tinha por pretensão absorver os conflitos e encaminhar sua resolução pelos canais de participação política, limitados e restritos a poucos grupos privilegiados.

A onda liberal que assumiu as rédeas do governo a partir de 1831 foi incapaz de praticar essa absorção. Sua política de descentralização, visando ao atendimento de demandas locais, não teve o êxito esperado e serviu de bode expiatório dos grupos em oposição para pavimentar sua campanha de alcance do poder. Esse grupo de oposição surge consolidando suas propostas e posições em duas bandeiras: em maior escala, a crítica à política liberal que provocava revoltas, ameaçava a ordem social e atentava contra a integridade do Império; em menor escala, a crítica à política liberal anti-tráfico, que, a partir da votação da lei de 1831, ameaçava os interesses dos grupos ascendentes na província do Rio de Janeiro, na região do Vale do Paraíba, ligada ao cultivo de café (trataremos dessa questão na aula seguinte). O grupo de oposição, portanto, angariava apoio ao seu projeto tanto junto às poderosas famílias que orbitavam a corte, quanto junto aos grupos poderosos locais, nas demais províncias, que viam-se ameaçados pela extensão das revoltas junto às camadas populares. Esse grupo tomou para si a bandeira da volta à ordem social e à paz, embora pregassem também o afastamento do despotismo (identificado ao modo de governar do primeiro imperador). Em outras palavras, o grupo de oposição

pregava a bandeira do Regresso, retorno a um estado de ordem e paz social, embora incorporando as conquistas da liberdade.

O Regresso assume as rédeas do jogo político a partir de 1837, com a ascensão de Araújo Lima ao poder. Com ele inicia-se um processo de contestação da política liberal, de revisão e “reforma da reforma”. Era preciso redefinir a direção que o Império tomava, e para isso fundamental seria privilegiar um tripé que deveria ter por missão sustentar todo o edifício imperial: monarquia centralizada – cafeicultura escravista – classe senhorial. Apenas com a sustentação sobre esse tripé poder-se-ia almejar a civilização.

Os regressistas ascendem ao poder, é certo, mas nem por isso os liberais da ala Feijó deixam de atuar. Ainda tentariam uma última cartada. Aliando-se a um grupo mais restrito, dos áulicos – pessoas da boa sociedade que atuavam diretamente e cumpriam funções junto à Casa Imperial –, tramaram a antecipação da maioria de Pedro de Alcântara. Era uma forma de, aproximando-se do novo imperador, garantir a quebra da política regressista e a volta ao predomínio da atuação liberal. A maioria seria conseguida em 1840, mas a vitória liberal seria apenas momentânea. Discutiremos essa questão na Aula 8. Antes, precisamos melhor expor as íntimas relações entre a política regressista e o tripé de sustentação imperial de que falamos. Trataremos disso primeiramente, na Aula 7.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

A última atividade desta aula é aberta. Significa que não há um gabarito conclusivo. Para começar, leia o texto seguinte:

Para uma parcela considerável dos homens que habitavam o Império do Brasil, e também para umas poucas mulheres, os anos que se seguiram à abdicação do

primeiro imperador foram anos vividos intensamente. No Parlamento, nas casas, nos pasquins e até mesmo nas ruas e praças públicas, os que pretendiam dirigir os destinos de uma sociedade que julgava ter completado sua emancipação da tutela metropolitana, expunham suas idéias e programas, procuravam viver seus sonhos e utopias, expressavam seus temores e angústias. (...) Ao lado dos que pretendiam dirigir, e até mesmo por vezes dos demais que suportavam o peso de uma dominação, não se envergonhavam de recorrer à força que insistiam em monopolizar como recurso para restaurar uma ordem que entendiam como justa, mas que insistia em lhes escapar. (...) Para quase todos, aqueles foram tempos de inquietação e temor. (...). Foram também anos de levantes, revoltas, rebeliões e insurreições. De sonhos frustrados e de intenções transformadas em ações vitoriosas (MATTOS, 2004, p. 13-14).

Ilmar Mattos resalta a novidade e a intensidade presentes nos anos que sucederam à abdicação de D. Pedro I. Foram, nas palavras do autor, “anos vividos intensamente”. Porém, Ilmar Mattos destaca que essa “intensidade” não era homogênea a toda a sociedade imperial brasileira: cada grupo social agia e participava de seu próprio jeito, cada qual vivia a situação de um modo próprio.

Nos últimos anos, aumentou o interesse dos historiadores por esses aspectos da história do império brasileiro. Muitos estudos têm prestado contribuição inestimável ao conhecimento sobre o período, ao ressaltarem aspectos um tanto negligenciados daquela história. Temas como as redes de sociabilidade, os jornais e panfletos, as movimentações da “sociedade civil”, a cultura política liberal etc. vieram à tona. Não podemos esquecer, contudo, que aqueles também foram anos de “sonhos frustrados”, como destacou Ilmar Mattos. O Império, cujo discurso elogiava o liberalismo e a “liberdade”, mantinha a escravidão e reprimia com ferocidade qualquer iniciativa que pudesse, ainda que indiretamente, ameaçar essa instituição. Os mesmos deputados e senadores que criticavam a “escravidão” a que a nação era submetida em seu passado colonial mantinham seus próprios cativos, sem qualquer contradição aparente que lhes fizesse denunciar esta manutenção em nome daquela crítica. Os mesmos que pediam maior participação provincial, contrapondo-se ao “despotismo” que, acusavam, caía da corte sobre as províncias, agiam como verdadeiros déspotas em seus domínios privados, mantendo uma legião de homens e mulheres sob sua influência direta. Eram tempos da liberdade, participação política e cidadania, é certo, mas também eram tempos de escravidão, repressão armada e coronelismo. E não havia contradição aparente entre essas características.

Tendo isso em vista, procure refletir sobre o papel da regência na formação do Brasil Império. Destaque, em sua reflexão, as relações entre centralização e federalismo, entre escravidão e liberdade e entre participação política e repressão. Procure comparar sua reflexão com a sociedade colonial que você já estudou. O que mudou? O que permaneceu?

Resposta Comentada

Conforme proposto, essa atividade não tem uma resposta pronta e acabada. Mas, apesar disso, não deixe de fazer e de discutir suas opiniões com os colegas e com os tutores. Debata no fórum virtual e procure ouvir opiniões divergentes. Lembre-se: em História, é fundamental manter sempre atento o pensamento crítico.

RESUMO

A abdicação de D. Pedro I, em 1831, deixou o caminho da política imperial livre para o bloco liberal que lhe fazia oposição desde meados da década de 1820. A “onda liberal” que se seguiu à abdicação definiu um projeto para o Império do Brasil, que se caracterizava pela descentralização do aparelho de Estado, tal qual

ficou expresso na Lei de Guarda Nacional (que garantia eleições locais para os cargos mais elevados), no Código de Processo (que aumentou o poder da figura do juiz de paz, também eleito localmente) e no Ato Adicional (que criou as Assembleias Provinciais, que poderiam legislar sobre uma gama de assuntos).

A distribuição do poder de Estado, dessa forma, descentralizou-se e organizou-se a partir da ótica das províncias, e não mais do centro político localizado no Rio de Janeiro. Porém, essa onda liberal caminhou junto a um aumento no número de rebeliões pelo Império, num turbilhão que as províncias não conseguiam controlar. Pouco tempo após a “onda liberal”, começou a organizar-se um movimento que pregava a volta da concentração de poder no centro do Império, ainda que de forma a integrar os poderes locais nessa política, evitando identificar-se com o despotismo. Tal movimento ficou conhecido como “Regresso”.

O risco das potencialidades das rebeliões (muitas das quais com participação de escravos), o medo de fragmentação territorial, o pessimismo a respeito do futuro do Império, tudo isso levou a uma maior concentração de capital político por parte dos regressistas, que se valeram desse apoio para imprimir sua direção e estabelecer seu projeto de organização para o Império.

Aula 7

O café e a classe senhorial

João Carlos E. Filho
Ricardo Salles

Meta da aula

Apresentar a ascensão, consolidação e expansão da economia cafeeira, no Brasil do século XIX, e as vinculações entre esse movimento e a formação da classe senhorial, que se fortalece ligada intimamente à ascensão da cafeicultura e à formação do Estado Nacional brasileiro.

Objetivos

Ao término desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer a ascensão da cafeicultura escravista e suas ligações com a formação da classe senhorial no Brasil do século XIX;
2. identificar as relações íntimas entre a formação da classe senhorial e a consolidação do Estado imperial;
3. relacionar o tráfico de africanos e a escravidão aos movimentos de ascensão da classe senhorial, do café e do Estado imperial;
4. reconhecer como a formação da classe senhorial liga-se à formação de um "modo de vida" específico dessa classe, "modo de vida" que pretende tornar-se uma aspiração nacional.

Pré-requisito

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você tenha em mente o aprendido nas Aulas 1 e 6, sobre o Império do Brasil.



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1133812>
autor: nk1967

INTRODUÇÃO



Figura 7.1: Bandeira do Império do Brasil.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_the_First_Empire_of_Brazil.svg

Autor: Tonyjeff, based on work of Jean-Baptiste Debret

Observe a figura anterior. Trata-se da Bandeira do Império do Brasil, criada por ocasião da coroação de D. Pedro I, ocorrida em 1º de dezembro de 1822, que substituiu a provisória bandeira que tinha sido criada apenas 11 dias após o Sete de Setembro. A Bandeira do Império do Brasil simbolizava, antes de tudo, a independência

em relação a Portugal: bandeiras, como os hinos e as tradições, são marcos definidores dos sentimentos nacionais modernos. Fazem parte de todo um conjunto simbólico, visando a fixar a posição de um novo país no mundo (e o século XIX, como o XX, foi generoso em relação ao surgimento de novos países no mapa-múndi).

Simbolizava também os rumos que o novo Estado tomaria dali em diante. As cores verde e amarela, transformadas nas cores nacionais, representavam, respectivamente, as casas dinásticas dos Bragança (família a qual o Imperador D. Pedro I pertencia) e de Habsburgo-Lorena (família da imperatriz Leopoldina). Ao centro da bandeira, encontrava-se um brasão que guardava a cruz da Ordem de Cristo, indicando a herança portuguesa. O brasão ficava sob uma coroa, que tencionava espantar qualquer ameaça de republicanismo que pairava sobre as ex-colônias da América Espanhola. Abaixo do brasão, como suportes do gigantesco Império que nascia, estavam os ramos de tabaco e de café.

O tabaco, já há muito tempo, acompanhava a história da colonização portuguesa nas Américas, como uma das principais moedas de troca no tráfico negreiro que ligava o Brasil à costa africana, porém o que justificava a presença do café na Bandeira do Império do Brasil? Não seria melhor uma referência ao açúcar, produto-rei das exportações da antiga colônia, suplantado momentaneamente apenas pelo *boom* da mineração?

Nas palavras dos historiadores Rafael Marquese e Dale Tomich, a presença do ramo de café na bandeira imperial significava “uma aposta para o futuro”. Os tempos eram de mudanças. E o Império do Brasil seria fundado em meio a essas mudanças. Na Europa, ciclos revolucionários ameaçavam a integridade do Antigo Regime, enquanto a Revolução Industrial caminhava a largos passos. Nas Américas, a maior parte das antigas colônias inglesas, espanholas, francesas e portuguesas garantia sua independência após muita luta, uma das quais a do Haiti, que foi integralmente levada a cabo por escravos e ex-escravos e provocaria pânico nas mentalidades senhoriais ao longo das décadas seguintes. Tudo isso influenciaria

o desenrolar da história do Império do Brasil. O ramo de café na bandeira é mais do que indicativo desses novos tempos, nos quais a escravidão e a modernidade casaram-se sob mediação do café. O café proporcionou mais do que enriquecimento a uns poucos e sofrimento a milhares, em sua maioria, africanos: foi responsável pela elaboração e difusão de um *ethos*, isto é, de um modo de vida, de um conjunto de costumes, hábitos, comportamentos, valores, crenças e ideias articulados, característico de um grupo social em um tempo e espaço determinados. Esse *ethos*, ainda hoje, faz-se notar pelos vestígios deixados nas luxuosas residências de outrora das cidades e fazendas do Vale do Paraíba. Residências onde os barões do café empertigavam-se, com olhar fixo na paisagem, a qual a erosão, devido ao plantio devastador, ia corroendo rapidamente. Tal *ethos* significou a elaboração de toda uma cultura própria da classe senhorial, a qual era responsável pela difusão desse *ethos* por outros grupos sociais, e era também beneficiária dessa difusão, que lhe garantia posição superior na sociedade. Essa classe senhorial definia-se, antes de tudo, por sua principal propriedade e sustentação de sua riqueza: o braço escravo.

Nessa aula, veremos como o café passou de produto de praticamente nenhum plantio ao primeiro lugar na pauta de exportações brasileiras em pouco mais de um século. Veremos como essa ascensão relaciona-se intimamente à formação do Estado imperial brasileiro e da classe senhorial. Veremos, por fim, como essas relações não podem ser plenamente compreendidas sem levarmos em conta a escravidão africana.

Da semente ao casarão

Não se sabe ao certo quando foram introduzidas as primeiras mudas de café no Brasil. Atribuem-se a Francisco de Melo Palheta as primeiras plantações no Pará, com sementes trazidas da Guiana Francesa, em 1727. O que se tem certeza é de que Belém já exportava o produto para Portugal no século XVIII. O café era, nessa época, considerado produto de luxo e bem recebido na Europa.

Por volta de 1760, surgem os primeiros indícios de seu cultivo nos arredores da cidade do Rio de Janeiro. Era, de início, uma cultura de quintais e chácaras, nas localidades onde hoje se situam o perímetro urbano e suburbano da cidade. Dali a lavoura expandiu-se para as serras da Tijuca e da Gávea, depois em direção a Jacarepaguá e a Campo Grande. No início do século XIX, a Tijuca liderava a lista de regiões onde mais se plantava café – em parte devido ao clima propício, em parte por afastar-se um pouco das regiões de brejos e pântanos, locais de proliferação de doenças e mosquitos, comuns no centro da cidade. Rapidamente, estendeu-se o cultivo, subindo a serra em direção ao Vale do rio Paraíba do Sul, ou simplesmente **Vale do Paraíba**, a partir de Campo Alegre (atual Resende).

O Vale do Paraíba foi o grande centro produtor de café no Império. O dito “o Brasil é o Vale” serve para nos dar uma dimensão da importância que a região adquire para o Império nas primeiras décadas do século XIX. Voltaremos a esse ponto no capítulo seguinte. Antes disso, para entendermos como a pequena semente transformou-se nos amplos casarões que adornaram e abrigaram a mentalidade senhorial no Brasil do século XIX, precisamos voltar os olhos para outra direção e entendermos como as mudanças nas condições internacionais, que mencionamos na introdução pavimentaram o caminho para essa transformação.



Vale do Paraíba

Situado no vale do rio Paraíba do Sul, na divisa dos atuais estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Vale do Paraíba foi, em especial na sua parte fluminense, o grande nome da produção de café no Império. No Rio de Janeiro, corresponde em especial aos municípios de Resende, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Piraí, São João Marcos e Paraíba do Sul. Símbolos da riqueza proveniente do café, alguns desses municípios chegaram a ter mais de 60% da população composta por escravos.

Para compreendermos essas mudanças, vejamos como o café se inseria no mercado consumidor mundial, mais especificamente, para os objetivos aqui traçados, no *mercado europeu*. Até o século XVII, a produção do café que entrava no mercado europeu era monopolizada pelos árabes. Os primeiros europeus a entrarem no negócio foram os holandeses, implantando, na década de 1690, o cultivo do produto em Java, uma ilha da Indonésia, seguidos pelos franceses. Nas primeiras décadas do século seguinte, o café foi aclimatado nas colônias do Novo Mundo, em especial na região do Caribe. Por volta de 1750, contudo, os volumes produzidos não eram dignos de grande nota, girando em torno de 3.000 toneladas anuais, tanto para holandeses quanto para franceses.

Nos cem anos seguintes, dois fatores contribuíram para que esse volume desse um salto significativo. O primeiro foi a explosão da produção em São Domingos, colônia francesa do Caribe, que ocupava 1/3 da ilha de Hispaniola (outros 2/3 eram a colônia espanhola de Santo Domingo). Nessa colônia, as exportações de café passaram de 3.100 toneladas, em 1755, para aproximadamente 32.000 toneladas, em 1790, às vésperas da revolução haitiana. Nessa época, a ilha de São Domingos era, sozinha, responsável por quase metade da produção mundial de café, estimada em 69.000 toneladas.

O segundo fator que incidiu sobre o aumento de volume da produção cafeeira foi a mudança nos padrões de consumo do produto na Europa e na América do Norte. A ampla produção haitiana contribuiu para isso, ao forçar a queda nos preços devido à ampla oferta de café. Assim, houve uma relativa massificação do consumo do café nas décadas seguintes, impulsionada pela expansão da **Revolução Industrial** na Europa e pela crescente urbanização no continente, concentrando maiores contingentes de trabalhadores e espalhando o consumo do café como estimulante.



A Revolução Industrial

Por volta de 1750, a Inglaterra estava às portas de uma revolução sem precedentes na história humana desde a Revolução Agrícola da Antiguidade. A Revolução Industrial, fruto de uma combinação de acúmulos de capitais provenientes do comércio exterior, do desenvolvimento do mercado interno consumidor e das mudanças nas relações entre classes na Inglaterra, onde uma economia basicamente feudal começou a capitalizar-se. A Revolução Industrial não foi um movimento unificado ou estritamente planejado, mas resultado de uma série de inovações locais que possibilitou uma mudança qualitativa na produção. Assim, ela não foi apenas uma expansão quantitativa da produção, mas uma mudança no próprio modo de se produzir, passando-se à utilização de máquinas e ferramentas inéditas na história, como motores a vapor, ferrovias, máquinas de tear etc. Essas inovações tecnológicas só foram possíveis e tiveram dimensão e rapidez pela formação de um imenso contingente de trabalhadores. Trabalhadores desprovidos de meios próprios de prover sua subsistência e que, por isso, puderam ser levados, por meio de leis específicas e de mudanças mentais nas concepções de trabalho, para um mercado de trabalho assalariado à disposição de uma camada social de empresários que dispunha de capital necessário para sua utilização no sistema fabril.



Markus Boelling

Figura 7.2: A locomotiva foi um dos maiores símbolos da Revolução Industrial inglesa.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/670936>

Era, além disso, uma época de explosão demográfica, em especial nos países do norte do continente, e de aumento significativo do consumo de café por pessoa. Houve, ainda, a entrada dos Estados Unidos como compradores do produto, o que significou a possibilidade de um mercado aberto, pouco exigente quanto à qualidade do produto e livre de tarifas de importação, desde 1832. Além disso, a população dos EUA aumentou em 15 vezes, entre 1780 e 1880, multiplicando o consumo *per capita* de café de 25 gramas para quatro quilos. Estímulo, portanto, que não deve ser ignorado.

Assim, a explosão da produção de café entrelaçou-se à massificação do consumo, gerando um mercado que integrava as economias industriais em ascensão da Europa, reforçava e conferia novo significado à exploração escravista das Américas e intercambiava todos os produtos coloniais numa escala até então inédita na história da humanidade. Esse mercado do café sofreria algumas alterações na passagem do século XVIII para o XIX, devido à Revolução que acometeu a ilha de São Domingos. Como vimos, tal ilha, ou seja, tal colônia francesa, concentrava, no final do século XVIII, quase metade da produção mundial de café. E, quando mencionamos esse volume, devemos mencionar um outro: a produção haitiana ligava-se diretamente ao uso do trabalho escravo, arrancado da África a bordo de navios negreiros. São Domingos concentrava um dos maiores contingentes de escravos das Américas, que chegavam a 86,5% da população total da colônia. Entre 1791 e 1804, esses cativos levaram a cabo a primeira e única revolução de escravos bem-sucedida da história. A Revolução Haitiana, a grande sombra de terror a pairar sobre os perturbados sonos dos senhores de escravos do continente, teve também como consequência a redução drástica da oferta de açúcar e café para o mercado mundial.



Revolução no Haiti

Em 1791, São Domingos, futuro Haiti, era a colônia mais rica do mundo, responsável por quase metade da produção mundial de café e por 40% da produção açucareira. Toda essa riqueza era fruto do trabalho do africano escravizado, trazido a bordo de navios negreiros. O contingente cativo chegava a mais de 85% da população da colônia. Apesar de toda a repressão a qualquer movimento de insurreição, não foram raras as fugas de escravos para formarem quilombos. Esses quilombos, embora costumassem organizar incursões violentas contra as fazendas e outros estabelecimentos comerciais, não representavam, até então, uma ameaça articulada ao sistema escravista como um todo. Os acontecimentos na França, em 1789, – a famosa Revolução Francesa – repercutiram de modo intenso na ilha. Esses acontecimentos refletiram, primeiro, entre a população de negros e mestiços livres, espremidos numa complexa estratificação social entre a massa de cativos e os brancos ligados à metrópole. Esses negros e mestiços livres – que recentemente tinham visto suas liberdades restringidas por legislação específica, impulsionados pelas conquistas dos revolucionários na França – começaram a pressionar as autoridades coloniais por direitos iguais. Vincent Ogé, um rico homem de cor, comerciante e proprietário de escravos, passou a liderar aqueles que reivindicavam a extensão dos direitos às pessoas livres de cor, ao mesmo tempo em que asseguravam o apoio à escravidão colonial. Seu movimento, contudo, foi reprimido e ele foi morto, em 1791. No mesmo ano, na parte norte e mais rica da ilha, estourou um grande levante de escravos. Os rebeldes devastaram plantações e executaram cerca de 2.000 brancos, assumindo o controle da região e dando fim, na prática, ao regime de *plantations*. O movimento cresceu, apesar de divergências entre as lideranças dos movimentos, cada qual buscando atrair para si o maior número de seguidores. O fato é que surgiram generais negros que ocupavam os postos de liderança. Um desses generais, Toussaint Bréda, era um ex-escravo liberto, arrendatário de uma pequena plantação de café e, ele mesmo, proprietário de 13 escravos. Em fins de 1791, ainda não se falava em abolição da escravidão. Toussaint, como outros, estava pronto a negociar a liberdade para as principais lideranças da rebelião e melhores condições de vida e trabalho para os escravos, que voltariam ao

trabalho servil nas plantações. Diversos eventos, porém, impossibilitaram qualquer acordo entre os líderes de escravos rebelados e negros livres, de um lado, brancos e autoridades metropolitanas, de outro. A revolução radicalizou-se em 1793 e, com o apoio do governo jacobino, a escravidão foi extinta e a maior parte dos generais negros, principalmente Toussaint, comprometeu-se com essa conquista. Seguiu-se uma década de lutas em que os franceses, depois da derrubada dos jacobinos, tentaram sem sucesso restaurar seu controle e a escravidão em São Domingos. Em meados de 1801, Toussaint havia derrotado seus rivais, os ingleses e os espanhóis, estabeleceu seu controle sobre toda a ilha de Hispaniola, aboliu a escravidão e autoproclamou-se governador vitalício. Atraído à França sob falsos pretextos, foi encarcerado e morreu na prisão. Novas revoltas contra a França napoleônica estouraram na ilha. O imperador enviou, então, tropas a São Domingos para submeter os rebeldes. Essas tropas, no entanto, foram derrotadas pelo general negro Dessalines e a independência foi definitivamente proclamada em 1 de janeiro de 1804.

Assim, se por um lado, os senhores de escravos das Américas passaram a ter motivos para chorar, por outro tiveram também muitas razões para sorrir. O buraco na produção mundial de café, deixado pela saída momentânea do Haiti, abriu espaço para que outras áreas escravistas tentassem a sorte e disputassem a liderança. Os locais que já produziam café antes da Revolução levaram vantagem na disputa inicial pelo espaço aberto, como foi o caso das possessões britânicas no Caribe, em especial a Jamaica (embora não se comparasse a produção aos números do Haiti). Cuba, colônia espanhola fartamente abastecida pelos navios negreiros ingleses e norte-americanos, foi outra área que viu deslanchar a produção cafeeira na virada do século, porém nenhuma dessas áreas compara-se ao papel que o Vale do Paraíba viria a exercer a partir da década de 1820.

Dado o contexto mundial, é hora de voltarmos ao Império do Brasil para verificarmos de que forma uma situação mundial favorável à produção de café conjugou-se a razões e possibilidades internas



Tendo isso em vista, e de acordo com o exposto na aula até aqui, responda às perguntas abaixo:

-
- This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Respostas Comentadas

a) O cultivo de café nas Américas, em especial nas ilhas do Caribe, valeu-se imensamente do trabalho escravo, em especial do africano, para ser efetivado. O cativo era a principal mão de obra dos cafezais e o comércio negreiro constituía a principal fonte de abastecimento dos plantéis. O cultivo era feito em regime de *plantation*, com ritmo acelerado e altamente organizado. Sobre essa forma de trabalho foram escritos manuais e guias visando à otimização da produção, melhorias do gerenciamento, controle e governo dos plantéis de escravos. Em relação íntima com o largo uso do trabalho do africano escravizado, foi também utilizada moderna tecnologia que explorava as potencialidades da produção.

b) A Revolução Francesa, principalmente em sua fase mais radical, a partir de 1793, foi decisiva para a abolição da escravidão pela via revolucionária e protagonizada pelos próprios escravos em São Domingos. O tema da abolição da escravidão refletia as lutas internas à metrópole, mas também sua repercussão na colônia. A emergência de uma camada de mulatos e negros livres que, no ambiente da Revolução, queriam fazer valer seus direitos políticos sofreu forte oposição da minoria de proprietários e funcionários coloniais brancos. Essa radicalização e a intervenção militar espanhola e inglesa na ilha, já sacudida pela atividade endêmica de grandes grupos de quilombolas, polarizou as conturbadas relações entre a massa de escravizados e a minoria de seus senhores, brancos em sua maior parte. Em 1794, o governo revolucionário e seus representantes na ilha aboliram formalmente a escravidão. As tentativas de revogação da abolição e de recrudescimento do controle sobre São Domingos, com Napoleão, causaram diversas revoltas, com maciça participação de negros e mulatos, num turbilhão revolucionário que terminou na mais radical independência das Américas. Após tal revolução, que fez parte da crise do antigo sistema colonial, a produção haitiana nunca voltou aos patamares anteriores, o que abriu espaço para a entrada em cena do Brasil.

O Estado, o Vale e o café

A conjugação do contexto mundial favorável à produção de café e, as razões internas que levaram o Império à produção no Vale do Paraíba são eventos que só podem ser plenamente apreendidos quando considerarmos o papel do Estado imperial nessa relação.

Vamos tentar entender esse papel. A expansão da cultura cafeeira no Vale do Paraíba é o resultado de três momentos. No primeiro, a ocupação acompanha as estradas entre Rio e Minas, ao longo das quais apareceram os estabelecimentos agrícolas, voltados para a produção de abastecimento (isto é, produção de alimentos) e a intervalos regulares, tendas dedicadas à venda de alimentos, bebidas e outros bens, num comércio diretamente vinculado ao trânsito das tropas de mulas. Tal momento vinha ocorrendo desde a época da mineração, mas, apesar de seu “caráter acessório” (isto é, localizado e dependente das mudanças sazonais dos percursos de tropeiros e do volume de escoamento do ouro e dos diamantes), essas atividades não desapareceram após a decadência da mineração. Pelo contrário, ganharam novos impulsos, inclusive com a introdução e expansão de novas culturas. Aqui passamos ao segundo momento, do caráter acessório à “economia de passagem”, ou seja, à produção especificamente de gêneros de abastecimento, que passam, inclusive, a suprir as necessidades do Rio de Janeiro e de outras regiões, voltadas para exportação. O terceiro momento, ligado precisamente à expansão da cultura cafeeira, beneficiou-se, em grande parte, das realizações dos dois momentos anteriores, estando os “três momentos” profundamente inter-relacionados. Em outras palavras, desde a mineração, já se desenvolviam na região condições favoráveis à prática de uma cultura exportadora, que veio a ser o café, ainda que, no início do “primeiro momento”, tal implementação não fosse planejada.

Importante para essa expansão da produção cafeeira foi a conjugação entre conjuntura internacional favorável, como vimos, e o fomento à expansão agrícola, isto é, estímulo via poder central.

O Estado adquire papel fundamental na confecção desse sistema de produção, tanto na produção propriamente dita, quanto na expansão demográfica e distribuição de terras. Até 1822, data de sua extinção legal, o único título de propriedade legalmente reconhecido era o título de sesmarias, desde a colonização portuguesa. Após 1808, com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, D. João VI promoveu uma verdadeira enxurrada de sesmarias com o objetivo de ocupar as terras próximas à capital, o que deu impulso ao início da produção cafeeira (e deu retorno ao uso intensivo do argumento da “guerra justa” para expulsão dos indígenas que ocupavam a região, também). Apesar disso, conflitos entre proprietários de títulos de sesmaria (geralmente famílias próximas aos círculos burocráticos da Corte, nas quais era mais fácil conseguir favores) e posseiros – ocupantes sem títulos, mas plantadores efetivos do lugar – eram muito comuns. Em geral, os posseiros terminavam expulsos ou sujeitavam-se à influência do fazendeiro de título.

A ocupação continuou e as primeiras fazendas começaram a ser erguidas. Nesse momento, temos outros exemplos da ação do Estado Imperial no sentido de otimizar e promover a expansão da cafeicultura (devemos lembrar, sempre, da “aposta” mencionada na introdução, referente à bandeira imperial: o Estado apostava que o café faria sucesso). Tal ação fica evidente com a abertura de outras estradas que melhoraram o fluxo de tropas de mulas no Caminho Novo, o que facilitou a ligação entre o Vale do Paraíba e o porto do Rio de Janeiro. Exemplos dessas outras estradas eram a Estrada da Polícia e a Estrada do Comércio, ambas concluídas, em 1820. Nas palavras do historiador Marcos Sanches, “as boas condições das estradas são indispensáveis para se obter bons resultados no comércio, como aparece em representação (isto é, uma carta aberta direcionada ao governo) feita por ‘viajantes, tropeiros e condutores dos mantimentos, gados, criações e mais gêneros que abastecem esta cidade’”, ou seja, os próprios viajantes, tropeiros etc., e depois os próprios cafeicultores escrevem ao Estado com pedidos de alocação de recursos e investimentos, que eram, muitas vezes, realizados.

A presença do Estado na região não era à toa. Tal presença era resultado, também, da forma pela qual foi constituído o Estado imperial brasileiro. Como se deu sua constituição? Ou, em outras palavras, quais foram os grupos que passaram a fazer parte do Estado após a independência (ou, em alguns casos, mesmo desde antes dela)? Não podemos considerar o Estado como uma entidade que paira acima do bem e do mal, acima da sociedade e dos agentes históricos. O Estado é, na verdade, o resultado de conflitos, de disputas, um momento de consolidação de certa configuração de forças políticas, sociais, econômicas e culturais, sob o predomínio de uma classe específica, ou de uma fração de classe específica, que submete todas as demais classes e frações, via força ou via convencimento, a adotar seu projeto de Estado. No Império do Brasil não foi diferente. O Estado imperial foi resultado dessas disputas, nas quais uma classe acabou por se formar e consolidar no mesmo processo que a levou ao controle do aparelho estatal. Em outras palavras, o processo de formação do Estado imperial brasileiro é inseparável do processo de formação de uma classe específica, pois ambos os movimentos dão-se simultaneamente, com um processo alimentando o outro, sendo impossível identificar um dos lados sem referir-se ao outro. É hora, agora, de tratarmos dessa classe e de suas relações com o café. Assim, entenderemos melhor a presença do Estado como incentivador da expansão cafeeira. É hora, portanto, de tratarmos da *classe senhorial*.

A classe senhorial

Vimos que o Estado imperial teve um papel central na promoção da expansão do café. Fosse concedendo sesmarias, fosse promovendo melhorias, visando ao escoamento da produção, fosse ainda agindo no sentido de reprimir desordens de indígenas, negros ou da população livre mais pobre em geral, o braço do Estado fazia-se sentir nas áreas que iniciavam sua escalada rumo ao topo da produção de café mundial, contudo, como vimos, o

Estado não é uma entidade que vive destacada da sociedade: ele próprio é resultado de conflitos e relações sociais. É hora de vermos, então, de que modo algumas dessas relações sociais referem-se ao Estado imperial.

Tais relações remetem-nos novamente à vinda da Corte e à série de mudanças que tal transferência provoca. Por volta de 1808, a região centro-sul da colônia portuguesa já se destacava no conjunto das possessões americanas e mesmo no conjunto do Império Português. Destacava-se não apenas porque, desde o século XVIII, o Brasil era a “vaca leiteira” de Portugal, fonte maior de onde vinha a quase totalidade dos rendimentos que sustentavam a parasitária nobreza lusitana. Destacava-se, também, porque os maiores negociantes do centro-sul passaram a ser os principais responsáveis pela reprodução das relações sociais coloniais, ao dominar o tráfico negreiro da costa ocidental africana. Em outras palavras, os próprios agentes coloniais, não obstante o pacto colonial, passaram a dominar os principais circuitos de abastecimento de cativos para a colônia, fundamentais à reprodução das relações escravistas coloniais.

Após a transferência da Corte, o que significou a transferência do centro decisório do Império Português de Lisboa para o Rio de Janeiro, a diferenciação já existente no centro-sul do Brasil juntou-se ao aparelho burocrático, trazido pela Família Real. A *interiorização da metrópole*, na clássica definição da historiadora Maria Odila Silva, significou uma fusão, isto é, aproximações entre antigos colonos (isto é, agentes da colônia) e colonizadores (isto é, agentes da metrópole). Essas aproximações entre colonos e colonizadores deram-se por diversos caminhos, dos quais a promoção por titulação (caso de Elias Antônio Lopes, traficante de escravos e dono da Quinta da Boa Vista, que prontamente a ofereceu a D. João, recebendo em troca títulos nobiliárquicos), concessão de sesmarias (conforme visto anteriormente) ou política de casamentos foram as mais comuns. Eram aproximações entre: economia e política; comerciantes, plantadores e burocracia; traficantes, escravidão e civilização.

Eram aproximações sempre preocupadas com o necessário afastamento dos colonizados, isto é, agentes identificados com a desordem urbana e com a barbaridade.

Tais aproximações, concretizadas em alianças familiares, políticas de casamentos, negócios e a sempre valiosa moeda do enobrecimento, permitiram a constituição de uma nova situação social, na qual um evento externo – a eclosão do movimento do Porto, em 1820 – possibilitou a concentração identitária naquilo que se denominou “partido brasileiro”, ou seja, acarretou em mais uma diferenciação, desta vez entre brasileiros e portugueses. A Revolução do Porto era tida como recolonizadora, isto é, movimento com vistas a revogar toda a série de aproximações e alianças, tecidas entre os agentes da antiga colônia (colonos) e antigos agentes da metrópole (colonizadores). Aos olhos dos revolucionários do Porto, aquelas eram aproximações que deveriam ser desfeitas: o pacto colonial deveria ser restaurado; a Corte deveria voltar a Lisboa; os colonos deveriam ser novamente afastados da política, porém, aos olhos daqueles que se haviam beneficiado das aproximações, revogar aqueles avanços era indesejável e impossível.

Os grupos beneficiários das aproximações passaram, portanto, no curso dos eventos, a opor-se às consequências da revolução liberal portuguesa. Não aceitavam aquilo que acreditavam tratar-se de um projeto recolonizador, mas, tampouco, desejavam, em nome da manutenção das aproximações, o despotismo. Adotavam a Constituição Portuguesa e fizeram D. João jurá-la, desejosos de participação política, mas Lisboa os afastava: na política das Cortes, os “brasileiros” eram afastados. De tal modo, o curso dos eventos desenrolou-se que tais grupos ligados às aproximações não viram outra saída a não ser a separação total.

Mas esses grupos ligados às aproximações entre antigos colonos e colonizadores tinham, ainda, outros inimigos. Também se opunham a outros grupos cujos interesses eram diversos e, muitas vezes, antagônicos aos seus, fossem inimigos “externos” (os ingleses, em sua cruzada contra o tráfico de escravos; a malta

urbana, que deveria ser dispersada das agitações nem que fosse a bala; os escravos e o risco inerente ao sistema escravista, apenas agravado pela revolução haitiana etc.) ou “internos” (outros grupos de comerciantes e plantadores que não aproveitaram os benefícios oriundos das aproximações). Esse grupo resultante das aproximações e afastamentos, desde sua formação, desde o momento em que se coloca a separação política total de Portugal, já em 1822, liga-se à questão do Estado e da Nação. Esse é um movimento que amplia seu horizonte de perspectivas e permite-lhe transbordar da simples organização e direção da atividade econômica para a organização e direção de toda a sociedade, gerando o conjunto de elementos indispensáveis à sua ação de classe dirigente e dominante. Em outras palavras, o antigo grupo formado a partir das aproximações entre colonos e colonizadores, desde a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, unifica-se e leva a cabo a separação política entre Brasil e Portugal. Logo depois, começa a tentar impor seu projeto de Estado e de Nação sobre os outros grupos que formam a sociedade, mas que se mantinham, até então, afastados da política. Desse grupo, resultante das aproximações, surgirá o que Ilmar Mattos chamou de “classe senhorial”.

A classe senhorial, dessa forma, surge dos embates e dos conflitos (ideológicos, comerciais, políticos, culturais etc.) com outros grupos e outras classes. A classe senhorial é aquela resultante de uma fração específica, ligada a antigas famílias da terra, por sua vez ligadas, direta ou indiretamente, ao tráfico de escravos e à escravidão, e, mais tarde, diretamente ligadas às plantações escravistas. A classe senhorial distinguia-se do simples plantador, porque não eram apenas déspotas nos arredores da sua casa, isto é, não comandavam apenas sua família extensa, seus escravos e agregados. Pelo contrário: a classe senhorial distinguia-se, porque aspirava a uma posição maior, entrelaçada aos interesses do Estado, como estava desde o início. Ao construir e impor seu projeto de Estado sobre a sociedade, a classe senhorial afirmou-se a si própria: impôs sobre as demais classes e frações de classe uma direção,

isto é, impôs um projeto, conquistou o consenso dos demais grupos em apoio à sua dominação. Definiu as regras do jogo, associando seus interesses particulares – manutenção da escravidão, da monarquia, do espaço parlamentar, de uma leitura conservadora da Constituição etc. – aos interesses de toda a nação. A classe senhorial diferenciava-se das demais classes e do simples senhor de escravos porque conseguiu convencer majoritariamente os demais grupos de que os interesses da classe senhorial representavam os verdadeiros interesses de todo o país, de todo o Império, da nação.

Esse movimento de ascensão da classe senhorial não pode ser compreendido sem que se leve em conta a expansão do café, nem pode a expansão do café ser entendida sem que se considere a classe senhorial. Vimos que o investimento do Estado foi fundamental à expansão do café. E agora percebemos o porquê disso: ao ocupar o aparelho do Estado em construção, a classe senhorial – que já vinha, via concessão de sesmarias e política de casamentos, formando-se na região do Vale do Paraíba – associa seus interesses, que se ligam ao café e à escravidão, ao interesse nacional. O ditado que vimos anteriormente, “o Brasil é o Vale”, pode ser agora melhor compreendido: o Brasil não era o Vale, o Brasil *tornou-se* o Vale porque o Vale *tornou-se* o café. E poderíamos acrescentar: a escravidão *tornou-se* necessária. Tudo foi, em resumo, resultado da afirmação da classe senhorial.

A afirmação da classe senhorial, portanto, foi o resultado de um movimento amplo. Retomando a trajetória que fizemos anteriormente, talvez possamos identificar dois momentos nesse processo de formação da classe senhorial, momentos com duas configurações sociais distintas. O primeiro momento foi marcado pela presença da corte portuguesa e que, grosso modo, se prolonga até a abdicação de Pedro I. Esse foi um momento de presença da burocracia estatal, dos grandes comerciantes e, em menor escala de importância, do estabelecimento das primeiras fazendas cafeeiras. O episódio da proibição do tráfico de escravos, em 1831, mostraria a instabilidade, o pouco enraizamento desse bloco histórico de

forças sociais e políticas, bem como o predomínio, em seu interior, da burocracia e dos grandes comerciantes. O segundo momento, aberto com a ascensão dos fazendeiros e, do ponto de vista político, dos membros do Partido Conservador do Rio de Janeiro, passa pelo estabelecimento do Segundo Reinado (governo centralizado e representativo, predomínio do Rio de Janeiro etc.) e consolida-se com a proibição efetiva do tráfico, em 1850, e o “descarte” dos traficantes, ou mais precisamente, dos especuladores – que lucravam com a compra de africanos recém-chegados para sua posterior venda a um preço bem mais elevado aos fazendeiros – que, em tese, poderiam ameaçar a grande propriedade.

Esses dois momentos guardam, também, relações distintas com o processo de instalação e expansão do café pelo Vale do Paraíba. O primeiro momento ainda não estava completo, quando o café chegou a primeiro lugar na pauta de exportações, perto da década de 1830. Não estava consolidada a classe senhorial, enquanto uma formação histórica supraindividual e relativamente independente de núcleos familiares e regionais específicos, dotada de uma identidade cultural e de padrões de comportamento sociais, políticos e simbólicos próprios, alicerçada nas relações de produção escravistas. Tampouco estava consolidado o Estado imperial, enquanto configuração política e institucional específica que conferia a direção moral e intelectual a essa classe. Nesse momento, como resultado de pressões inglesas e da disputa de forças aberta na Regência, o tráfico de escravos foi proibido por lei de 1831. Esse golpe ameaçou a efetivação do processo social em curso. No entanto, nesse momento, políticos conservadores fluminenses ligados diretamente aos interesses escravistas em expansão com a cafeicultura, lideraram um processo de reação e reafirmação dos interesses e das demandas da classe senhorial, fazendo com que, mais do que nunca, esses interesses e essas demandas se expandissem e fossem reforçadas junto ao aparelho de Estado.



Atende aos Objetivos 2 e 3

2. O estudo do Estado e do político foi, no século XIX, considerado por muitos pesquisadores o estudo da História por excelência. Nesse momento de afirmação da disciplina “História”, o enfoque caía sobre a documentação de cunho oficial, produzida por e corroborada pelos canais oficiais dos Estados nacionais em momento de consolidação, considerados, segundo influência de Hegel, a realização absoluta do Espírito; o lugar onde o progresso poderia alcançar sua máxima realização. Tal modo de se estudar o Estado e o político caiu em desgraça, durante boa parte do século XX, sob influência, dentre outras, das questões abertas pelos historiadores dos Anales. O tema, contudo, buscou renovações e voltou a merecer atenção dos historiadores, que atentam, agora, para novas formas de abordagem sob o prisma político. Fundamental para essa nova abordagem do Estado é perceber que esse é produto de relações sociais, históricas, e não uma entidade que paira acima das sociedades e dos indivíduos. Uma nova e eficaz abordagem do Estado deve levar em consideração a correlação de forças que o envolve, dá-lhe sustentação e possibilita sua existência. Estudar o Estado é entender por que ele é de determinada forma, como se constituiu de determinada maneira e não de outra qualquer.

Levando-se em consideração o visto até aqui nessa aula, reflita sobre a formação do Estado imperial brasileiro a partir das relações fundamentais de classe que lhe conferiram sustentação. Procure apontar duas ou três características que indiquem a presença de relações entre o Estado em formação e a classe senhorial.

Resposta Comentada

O Estado imperial brasileiro consolidou-se no século XIX, a partir das disputas entre diferentes classes e frações de classe, cada qual buscando, no controle do aparelho de Estado, exercer uma hegemonia sobre as demais classes e frações. Em outras palavras, controlar o aparelho de Estado significava ter a possibilidade de transformar um objetivo específico de classe em objetivo geral de todo o país, agindo no sentido de expandir interesses particulares em nome de toda a nação.

A classe senhorial, que é formada a partir de embates entre grupos, classes e frações distintos, consegue, a partir de seus dirigentes (os estadistas imperiais), alcançar esse objetivo. Interesses particulares, ligados ao café, à escravidão, ao Estado centralizado etc., que eram interesses dessa classe, são apresentados como interesses a serem alcançados por toda a nação, em conjunto. O caminho para o desenvolvimento, para o progresso, para a civilização torna-se um só, sem admitir contestações. Naturalizam-se políticas que são, desde sua origem, artificiais.

Tráfico e escravidão

Terminamos o capítulo anterior, dizendo algo que pode parecer, à primeira vista, contraditório. Argumentamos que o processo de formação de uma classe senhorial sofreu um duro baque com a primeira proibição do tráfico negreiro, em 1831, mas dissemos também que, a partir desse episódio, lideranças políticas conservadoras, oriundas dessa classe senhorial, foram capazes de expandir seus interesses e reforçar sua influência junto ao Estado, também em formação.

O que à primeira vista soa contraditório, logo se torna claro quando analisamos com atenção os eventos, após 1831.

A lei de 7 de novembro daquele ano foi votada em meio ao clima de efervescência liberal que se seguiu à abdicação de Pedro I. Foi aprovada com fins de nacionalizar, isto é, fazer parecer iniciativa do Império o que era, na verdade, um desdobramento dos acordos firmados entre a Coroa e a Inglaterra, em 1826-1827. Esses acordos previam, dentre outras coisas, o fim efetivo do tráfico para o Brasil. Tal lei dizia, em seu artigo primeiro, que todos os escravos que entrassem no Brasil, vindos de fora, ficariam imediatamente livres. A lei, contudo, não foi cumprida e o tráfico continuou ilegalmente a plenos pulmões. A lei ganhou o apelido de “para inglês ver”.

Só o fato de a lei não ter sido cumprida já explicaria, em parte, como o baque inicial sobre os fazendeiros escravistas possibilitou, logo depois, a expansão de seus interesses e sua transformação em classe histórica: embora proibido, o tráfico continuou firme e forte e foram essas entradas ilegais de africanos, inclusive, as grandes responsáveis pela fase de expansão da cultura cafeeira na década de 1830, quando chegou a municípios como Vassouras, que passaria a ser um dos centros da produção cafeeira do Vale do Paraíba. Podemos dizer que os grandes plantéis escravistas que no Vale se instalaram nesse momento eram frutos, em sua maior parte, do contrabando negreiro. A classe senhorial consolidava-se a partir da ilegalidade.

Mas isso não era tudo. A lei de 1831 não apenas foi solenemente ignorada em suas disposições. Ela também foi utilizada, a partir de meados de 1830, como argumento que reforçou, junto ao Estado, o poder político dos grupos hegemônicos da classe senhorial do Sudeste, ou seja, os fazendeiros escravistas das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em especial os cafeicultores, articulados pela via do partido conservador com seus congêneres escravistas, ligados à produção de açúcar das províncias do Norte, principalmente da Bahia e de Pernambuco. A lei foi utilizada, em especial, pelo grupo político do chamado Regresso Conservador. Esse movimento, ligado à formação da classe senhorial nas regiões Norte e Sudeste, buscou revogar algumas

modificações institucionais, introduzidas a partir do clima liberal da Regência. Alguns dos principais regressistas, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão, Rodrigues Torres e outros, desde o início de sua atuação parlamentar, buscaram, de uma forma ou de outra, garantir institucionalmente que as levas de escravos ilegalmente introduzidas no país após 1831 não seriam arrancadas de seus donos. Em outras palavras, buscaram, desde o início, ferramentas legais, seja tentando revogar a lei de 1831, seja tomando o controle do aparelho de Estado, a fim de bloquear qualquer tentativa mais incisiva de combater o contrabando, para garantir aos senhores do café e aos proprietários escravistas, de uma maneira geral – e aqui se encontra a chave para se entender o processo de transformação de senhores individuais e grupos de famílias de classe senhorial – um clima de tranquilidade que garantisse a propriedade escrava e o apoio ao seu projeto político. O Regresso ascende politicamente, assim, também se apoiando na defesa da escravidão africana e do tráfico negreiro.

A classe senhorial, que assim se consolida junto ao Estado e junto ao movimento do Regresso, encontra-se, dessa forma, desde o início associada intimamente a dois projetos bem definidos: o café e a manutenção da escravidão.



Atende aos Objetivos 3 e 4

3. A partir do discutido nas atividades 1 e 2, procure refletir sobre as relações entre escravidão, café e Império do Brasil, buscando responder à seguinte pergunta: haveria incompatibilidade entre a busca pela civilização e a manutenção da escravidão?

Resposta Comentada

Até as primeiras décadas do século XIX, escravidão, modernidade, civilização e progresso caminharam mais próximos do que podem aparentar. O café, no Brasil como em outras partes das Américas, conforme visto na atividade 1, foi cultivado por vastos plantéis, formados por escravos. A ascensão da classe senhorial reforçou a relação café-escravidão-civilização: sem escravos, não haveria café, sem o qual faltariam recursos para buscar implementar a civilização nos trópicos.

Foi por esse viés que vários regressistas buscaram, desde sua ascensão ao poder, conduzir uma política, visando à revogação da lei antitráfico, de 1831. Diziam que sem o escravo africano não poderia ser erigida uma civilização nos trópicos. Os defensores do tráfico apontavam os perigos e os males a que ficaria sujeita a agricultura, caso a lei de 1831 “pegasse”, e a entrada de africanos cessasse.

Dessa forma, percebemos que, assim como visto na atividade 1, civilização e escravidão andaram juntos no Brasil do século XIX, numa relação reforçada pela presença do Império no centro das discussões e aparecendo como promotor e difusor dessa mesma relação.



A abordagem da classe senhorial foi primeiramente feita a fundo por Ilmar Rohloff Matos, no livro *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, citado ao final desta aula, nas referências. O arcabouço teórico utilizado por este autor baseia-se na tradição marxista, em especial de dois intelectuais: o filósofo italiano Antônio Gramsci e o historiador inglês Edward Palmer Thompson. Amplie os conhecimentos que você já viu, lendo as seguintes obras. Com certeza, você terá maior clareza dos conteúdos tratados nesta aula.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

_____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (org. Antônio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. volume 1. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. volume 2. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa* volume 3. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CONCLUSÃO

O *ethos* senhorial-escravista

Traçamos aqui a trajetória de formação da classe senhorial como classe histórica que se liga à constituição e consolidação do Estado imperial. É a partir dessa posição junto ao Estado e sob a direção de uma camada de intelectuais, que se articula exatamente em torno dessa conexão entre classe e Estado, que a classe senhorial expande-se, por meio do consenso e da coerção, impondo um projeto de Estado, nação e sociedade intrinsecamente associado a seus interesses fundamentais, isto é, à escravidão e a um modo de vida senhorial. Podemos perceber que a formação da classe senhorial não pode ser reduzida a um processo de expansão de alianças familiares a partir de um núcleo de origem, formado por uma ou mais famílias radicadas em uma região central. Se tal aspecto fez parte da formação da classe e pode ser concretamente rastreado em termos de indivíduos, famílias e grupos com redes de interesse mais ou menos extensas, ele não foi seu aspecto dominante. O que caracterizou a classe senhorial, assim a distinguindo das demais classes e frações de classe da sociedade imperial, foi a capacidade de grupos oriundos, associados ou dependentes dela, de, numa conjuntura específica, imporem uma determinada concepção de mundo que subordina todas as demais camadas da sociedade; foi sua capacidade de organizar toda a sociedade em torno de um projeto específico que contemplava como necessidades da nação a escravidão, o café, a monarquia, a centralização política, o monopólio da leitura da Constituição e das leis etc. Foi, em suma, o fato de ela ser o esteio de um processo de “convencimento” da sociedade, a partir de uma determinada direção moral e intelectual, levada a cabo por seus intelectuais, que se estendeu a todo o Império, e não apenas à região fluminense. Processo de convencimento este que se impôs como forma de manutenção e reprodução da ordem senhorial-escravista. Ordem social escravista que, na época

histórica da formação do mundo contemporâneo, estava longe de ser tida como uma ordenação natural, e convivia com uma tensão antiescravista permanente nos quadros da segunda escravidão, ainda que guardando suas particularidades nacionais.

A classe senhorial foi uma realidade histórica, uma formação definida a partir de sua dimensão projetiva e memorial que tendeu a se expandir como força e direção moral por determinada época e por toda a sociedade, entendida como um *bloco histórico*. Isto é, uma totalidade de relações sociais entre classes e grupos sociais, estabelecidas a partir de modos de produção, acumulação, reprodução e apropriação material, configurações territoriais e demográficas, redes institucionais, práticas culturais e tradições. Nesse sentido, a classe senhorial implicou uma cultura e um *ethos*, isto é, comportamentos, modos de ser, valores, identidades, lugares sociais que delimitaram espaços de redes de poder ancorados nesse conjunto histórico. A classe senhorial foi um acontecimento histórico complexo, seus modos de ser e produzir específicos impuseram-se como modos de ser de todos, como estilo de vida, tanto interna quanto externamente, para outros grupos sociais subalternos. E, dessa forma, impuseram-se, enfim, como condição de sua reprodução social, física, espacial e temporal através de sua articulação com a construção do Estado imperial. Sua transformação em classe dominante deu-se na medida em que se transformou em classe nacional, isto é, subordinada à direção moral e intelectual que emanava desse mesmo Estado enquanto formação de poder ampliado.

Esse acontecer histórico da classe senhorial envolveu a formação de hierarquias internas marcadas no tempo, no espaço e, além disso, simbólicas. Em primeiro lugar, entre frações econômicas, especializadas diferentes ramos de produção, como o café e o açúcar, acarretando em divisões espaciais, isto é, ligadas ao controle de áreas e regiões específicas. Em segundo lugar, implicou, na medida em que abarcava a mediação das instituições governamentais e do espaço público, a constituição de camadas de intelectuais e, mais

particularmente, de dirigentes políticos. Finalmente, o acontecer histórico da classe senhorial, ao se desenrolar em um tempo histórico, resultou em hierarquias geracionais. Configurou-se, assim, um território social e simbólico, com lugares específicos, como a Corte, a civilização, a província, a fazenda, a boa sociedade e malgrado ela, a escravidão, que tudo sustentava e tudo media. Nesse território, a Corte e a província do Rio de Janeiro ocuparam o centro da boa sociedade e do Império. O dito “o Império é o café e o café é o Vale” e o ramo simbólico que emoldurava o brasão do Império, como visto na introdução, são elementos que expressam, com perfeição, o acontecer histórico da classe senhorial em sua conexão umbilical com o latifúndio escravista, cafeeiro da região fluminense, a Corte e o Estado imperial. Foram esses condicionamentos, pertencimentos e identidades mais gerais e amplos – o Império do Brasil, a nobreza, o Estado, a escravidão enquanto modo de produção – que passaram a balizar e conferir estabilidade e solidez às identidades, aos pertencimentos e às práticas sociais mais imediatas e particulares, vivenciadas no âmbito do local, do grupo de interesses e relações, da família, do indivíduo.

O tecimento de redes familiares e de círculos de influência continuou sendo importante, mas agora mediado pelo processo social irradiador do Estado (em sentido amplo). A classe senhorial “aconteceu” – diferenciando-se dos seus grupos de origem, fossem estes a “elite” política, o grupo dos comerciantes de grosso trato, ou, finalmente, o grupo de proprietários de escravos e terras da região fluminense – no momento em que a facção do partido conservador fluminense conhecida como “saquaremas”, conforme veremos na Aula 8, tornou-se governo no Império e na província. Uma rápida mirada na importância real dessa província como “celeiro” de quadros imperiais, fossem eles somente dirigentes políticos, fossem, além disso, fazendeiros, comerciantes, capitalistas, ou a estes diretamente ligados por laços de parentesco e amizade, atesta este fato. Em contraste com o caso das demais províncias do Império, governadas, na maioria das vezes, por políticos de fora,

indicados pelo governo central, o Rio de Janeiro conheceu uma série de presidentes diretamente ligados aos interesses regionais, principalmente no período entre os últimos anos da Regência e as primeiras décadas do Segundo Reinado.

Assim, o “acontecer” da classe senhorial e a elaboração e difusão de seu *ethos* senhorial-escravista dão a tônica da sociedade imperial ao longo do século XIX, mantendo, com modificações, seus fundamentos hierárquicos e sua matriz excludente e hierárquica, mesmo após a abolição da escravidão e a proclamação da República. Ao analisar o modo de constituição da classe senhorial, não podemos deixar de refletir sobre o modo de constituição de nossa própria sociedade e no quanto somos tributários daquelas relações sociais.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 4

A última atividade dessa aula é aberta. Significa que não há uma única resposta, pois dependerá da sua opinião, de como você entendeu o conteúdo dessa aula.

Não raro, podemos perceber, em alguns setores da sociedade, um certo clima nostálgico em relação à monarquia brasileira. Memória e História confundem-se e mesclam-se, produzindo um discurso que pretende resgatar valores e símbolos que se teriam perdido na passagem da monarquia à república. Exemplos nesse sentido não faltam: na cidade de Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, chamada de “cidade imperial”, espetáculos são promovidos, revivendo saudosamente a monarquia brasileira. Recentes biografias ressaltam a figura de D. Pedro II, apontando um homem de ciências e letras que, embora não desejasse, assumiu a missão que lhe foi confiada pelo destino – governar o Brasil – por amor à pátria. Uma certa “história não acadêmica” ainda vê na princesa Isabel um símbolo de redenção dos escravos. E por aí vai.

Podemos perceber que essas exaltações da monarquia raras vezes recuam até o primeiro reinado. Geralmente, identificam a monarquia a uma época de ética política e grandes estadistas, estabilidade, riqueza e poder. Identificam a monarquia a uma certa fase do Segundo Reinado – não à toa, uma fase de opulência dominada pelo café, pela escravidão e pela classe senhorial.

Procure refletir sobre essa questão a partir do que você entendeu por “*ethos* senhorial-escravista”. Procure iniciar sua reflexão a partir da seguinte pergunta: o quanto dessa memória é uma construção ideológica e o quanto encontra correspondência nos acontecimentos?

Comentário

Conforme proposto, essa atividade não tem uma resposta pronta e acabada. Mas, apesar disso, não deixe de fazer e de discutir suas opiniões com os colegas e com os tutores. Debata no fórum virtual e procure ouvir opiniões divergentes. Lembre-se: em história, é fundamental manter sempre atento o pensamento crítico.

Aula 8

A construção da ordem (1838- 1850)

*João Carlos E. Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar a política contrarreformista do Regresso e suas relações com a ideia de “construção da ordem”, tão importante para a consolidação do Império, e com a formação dos partidos Conservador e Liberal, que dariam a tônica do jogo político no Segundo Reinado.

Objetivos

Ao término desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as contrarreformas levadas a cabo pelos regressistas, visando à mudança das reformas feitas pelos liberais no início da Regência;
2. identificar a organização política após a divisão nos partidos Liberal e Conservador, e o papel que o imperador passou a deter na balança de poderes;
3. reconhecer a importância das reformas levadas a cabo pelos conservadores, em especial no ano de 1850, para o futuro do Império.

Pré-requisitos

Para que a aula seja bem aproveitada, é importante que você tenha em mente o que foi discutido nas Aulas 6 e 7, sobre as disputas políticas na Regência e a ascensão da classe senhorial e do café.

INTRODUÇÃO

Nesta aula estudaremos o período compreendido entre 1838 e 1850. Esse foi um período crucial para a construção da ordem no Império, quando as disputas e as revoltas regenciais, que ameaçavam a integridade do país, começaram a arrefecer, sob a condução de um grupo específico – os regressistas, que depois formaram o partido Conservador. Esse grupo foi capaz, pela implementação de uma série de modificações na estrutura do Império, de dirigir o processo de construção da ordem e de integrar nesse processo seus principais aliados e, ainda que de forma subordinada, seus principais adversários.

Dedicaremos a próxima aula à discussão dos significados dessa direção e à análise da atuação dos principais dirigentes do partido Conservador, bem como buscaremos reconhecer os resultados das mudanças por que passou o Império do Brasil entre 1838 e 1850. Antes, cabe identificar essas mudanças. É esse o principal objetivo desta aula.

O Regresso e a revisão conservadora

A eleição de Araújo Lima para a Regência (cargo que já ocupava, interinamente, desde a renúncia de Feijó), em 1838, consolidou a posição política dos líderes do Regresso, cujo principal articulador, Bernardo Pereira de Vasconcelos, já ocupava as pastas da Justiça e do Império no chamado “ministério das capacidades”, de setembro de 1837. Os regressistas fortaleciam-se no cenário político a partir de dois movimentos simultâneos que expressavam bem toda a potência de sua ideologia.

Por um lado, aproveitavam o momento de incertezas e perigos, devido às várias rebeliões que acometiam o Império; apontavam as causas desses perigos, associando os movimentos rebeldes à ação liberal de início da Regência; pregavam que as revoltas regenciais

eram resultado direto das reformas liberais dos primeiros anos da década de 1830; utilizavam, dessa forma, o medo e os perigos dos grupos dominantes do Império, assustados com as possibilidades de radicalização das revoltas (não raro, como vimos na Aula 6, com participação de setores pobres e escravos), com o intuito de angariar apoio para o seu projeto político. Basta lembrar, para reforçar esse medo, que até 1838, o Brasil havia sido sacudido por dez revoltas, três delas ainda em curso – apenas para nos restringir àquelas que o historiador José Murilo de Carvalho considerou as mais importantes do período. Era um momento, conforme apontou Richard Graham, no qual os grupos dominantes locais passaram a temer mais a desordem do que o poder central.

Por outro lado, os regressistas associavam a sua ideologia à solução para tais problemas; apresentavam-se como os únicos capazes de retomar a ordem e construir a segurança no Império; mostravam-se como os portadores da verdadeira interpretação da Constituição, considerada a garantia das liberdades, e como defensores dos três alicerces que deveriam sustentar o Império: monarquia, escravidão e café. No primeiro caso, ainda que o herdeiro do trono fosse menor, defendiam abertamente, sempre que podiam, a importância do papel do Imperador, titular do Poder Moderador, para a manutenção da balança de poderes. Esse papel, conforme veremos na próxima aula, ficou mais evidente ao longo do Segundo Reinado. Em relação à escravidão e ao café, os regressistas mostravam seu papel de forma mais indireta. No primeiro caso, contribuíram para a discussão da revogação da lei de 1831, conforme vimos (e, nessa discussão, teve papel fundamental Bernardo Pereira de Vasconcelos). Já no segundo, estimularam a associação entre a riqueza do Império e a riqueza da agricultura, naquele momento simbolizada, especificamente, pela produção cafeeira. Também ligaram-se, desde o início e por diferentes meios, a algumas das mais poderosas famílias que lhe garantiam a base de apoio político: a classe senhorial.

Com esse duplo movimento, os regressistas iniciaram uma ampla campanha, na Assembleia e por meio de jornais, a fim de revisar algumas das principais prerrogativas das reformas liberais, visando conferir uma nova direção para o Império em construção.

A primeira dessas revisões se direcionava contra o Ato Adicional, considerado o grande culpado pelas revoltas por tirar do poder central algumas prerrogativas e transferi-las para as províncias – o que, na visão dos regressistas, havia contribuído para estimular disputas locais em busca da dominação provincial. Sem uma referência central a que recorrer, diziam, os cidadãos brasileiros, filhos de uma mesma mãe nacional, envolveram-se em disputas fratricidas, comprometeram a integridade do Império e puseram em risco a sua própria liberdade. Essas disputas, continuavam os regressistas, tinham como origem não exatamente o Ato em si – e por isso, ele não foi revogado –, mas a interpretação que as Assembleias Provinciais faziam dele. Era preciso uma nova interpretação, e, nesse sentido, foi apresentado por Paulino José Soares de Souza, principal aliado e discípulo político de Vasconcelos, o projeto da Lei de Interpretação do Ato Adicional. Não obstante o nome, que sugere, como desculpa, se tratar apenas de estabelecer uma correta leitura da legislação, a Lei de Interpretação resultou na modificação do sentido de certos artigos do Ato Adicional, de modo a reduzir, como apontou o historiador Marcello Basile, os efeitos da descentralização. A lei, aprovada em 12 de maio de 1840,

Retirava o poder das Assembléias provinciais de modificar a natureza e as atribuições dos empregos públicos provinciais e municipais, cujos postos foram criados por Leis Gerais (...); tais assembléias também não mais podiam suspender ou demitir sumariamente os magistrados, exceto em virtude de crime de responsabilidade; proibiam-se as províncias de legislar sobre assuntos de *polícia judiciária*; e abria-se margem para que leis provinciais consideradas opostas à Lei de Interpretação fossem revogadas pela Assembléia Geral (BASILE, 2000, p. 238).

Em outras palavras, como mostrou Miriam Dolhnikoff, as proibições referentes à polícia judiciária buscavam garantir a centralização do Judiciário, já que era essa polícia a encarregada de investigar crimes conforme o Código Penal. Na mesma direção, a proibição de modificar atribuições e natureza de empregos públicos, e a proibição, com apenas uma exceção, de demissão dos magistrados apontava para a transferência de prerrogativas das Assembleias Provinciais para a Assembleia Geral. A esfera de decisões saía das províncias e *regressava* ao poder central, expresso, naquele momento, na Regência e na Assembleia Geral. Por fim, a Lei, ao permitir que decisões provinciais consideradas contrárias à Constituição pudessem ser revistas, e até revogadas, pela Assembleia Geral, conferia ao poder central um papel de instância superior em relação às províncias, novamente reforçando o poder geral frente aos poderes locais.

A aprovação da Lei de Interpretação foi possível pela ampla campanha e pelo grande apoio de que gozavam os regressistas, mas não foi feita sem luta. Aqueles que não se juntaram aos regressistas, fragmentados após a renúncia de Feijó, reorganizaram-se num bloco denominado *progressistas*. Consideravam-se os continuadores das reformas liberais e, em oposição aos regressistas, não viam a centralização como a solução ideal. Ao contrário do princípio de autoridade dos regressistas, que objetivava concentrar novamente os poderes nas mãos do centro, os progressistas lutavam pela descentralização dos poderes, alguns chegando a flertar, para desespero das facções mais moderadas dos progressistas, com o radicalismo. Afinal, os progressistas, constituindo um bloco de oposição, juntavam desde liberais mais de centro, como Feijó e Holanda Cavalcanti, até posições mais extremas dos antigos liberais radicais, mais ligados a uma concepção democrática de poder.

Os progressistas mais moderados buscavam soluções para a manutenção da ordem, mas logo perceberam a força que os regressistas possuíam. Temendo a exclusão do jogo político, tentaram um caminho diferenciado logo nos primeiros meses de

1839. Incapazes de voltar ao poder, tentaram um golpe para mudar as regras vigentes. Se as referências, na Regência, estavam na figura do regente (no momento, um regressista) e na Assembleia Geral, os progressistas logo buscaram na figura real a retomada do antigo centro maior de referência desde os tempos coloniais. Iniciaram logo um movimento pela subida de Pedro de Alcântara, então com 14 anos, ao trono, chegando mesmo a fundar o Clube da Maioridade com esse propósito. O objetivo dessa medida era claro: a subida de Pedro de Alcântara ao trono encurtaria o período dos regressistas no poder – e poderia, de quebra, levar ao poder aqueles que apoiassem a campanha da maioridade; os progressistas, nesse sentido, tencionavam contar com o reconhecimento do futuro imperador. Além disso, temiam que, uma vez aprovada a Lei de Interpretação, seu forte caráter centralizador acabasse por conferir tanto poder ao ocupante do ministério ou da Regência, que ficasse impossível para alguém da oposição reverter esse quadro.

O movimento pela maioridade ganhou ampla simpatia entre aqueles deputados e senadores excluídos do jogo político dos regressistas, basicamente progressistas e grupos minoritários – dentre os quais se destacou aquele chamado de áulicos. Mas, como os regressistas dominavam as duas Câmaras, as tentativas pela via parlamentar fracassaram. Foi nas ruas, então, que os progressistas buscaram apoio e o movimento acabou ganhando mais força. Em 1840, já após a promulgação do Ato Adicional, quadrinhas eram vistas escritas nas paredes da cidade pedindo a maioridade do jovem Dom Pedro. Vivas e gritos começavam a perseguir o príncipe em seus passeios. A pressão aumentou e Araújo Lima viu-se na necessidade de tomar uma medida drástica: convocou Bernardo Pereira de Vasconcelos para o ministério (ainda era o estadista com maior força política) e buscou suspender as sessões da Câmara para evitar maiores adesões dos deputados. Era o dia 22 de julho. Os progressistas, no intuito de contornar a manobra, levaram um requerimento diretamente ao príncipe – assinado por um total de dezoito senadores e quarenta deputados, número que nem sequer chegava à metade de qualquer das casas –, pedindo-lhe para

assumir imediatamente suas funções. Em vista da força simbólica que tinha a figura do imperador, Araújo Lima não viu outra saída senão perguntar a Pedro de Alcântara se este gostaria de assumir em dezembro, quando faria 15 anos, ou se já. “Quero já”, foi a resposta do príncipe.

Começava ali o Segundo Reinado, com Pedro II à frente.



Figura 8.1: D. Pedro II aos 12 anos.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Retratodompedrollcrianca.JPG>



Aúlicos

Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, “aúlico” significa “da corte”; “cortesão”. No sentido aqui empregado caracterizam uma facção que, rodeava os altos círculos da corte, em especial a família imperial, mais especificamente o próprio imperador, exerciam grande influência sobre a condução da política real, além de usufruírem dos favores e das vantagens que sua aproximação com o poder lhes garantia. Os “aúlicos” não compunham

um grupo uniforme, tampouco existiram apenas no momento da maioridade. Os áulicos aparecem em diferentes momentos do Império, nunca se definindo como tais. Constituíam um grupo nomeado pelos seus adversários, que viam em sua atuação uma distorção da livre iniciativa do governante.

Não devemos pensar, contudo, que a figura do príncipe era objeto de oposição entre regressistas. O próprio Araújo Lima havia posto a figura do príncipe Pedro em destaque tão logo assumiu a Regência, retomando, simbolicamente, o ritual do beija-mão. Por outro lado, os progressistas mais antigos temiam a figura de um imperador que, à semelhança de Pedro I, surgisse como força em disputa com a Assembleia. O que estava em jogo era a interpretação que cada grupo fazia da maioridade: os regressistas consideravam o movimento inconstitucional e temiam que a manobra, se vitoriosa, os afastasse do poder e pusesse a perder seu projeto de reformas. Por outro lado, os progressistas viam a maioridade como solução, como uma chance de entrelaçarem-se ao imperador para fazerem valer seus próprios projetos de Império – e contavam que a esmerada educação do príncipe ao longo da Regência, focada em valores liberais, garantiria uma atuação “não absolutista” de Pedro II, diferentemente de seu pai.

Vitorioso o golpe, os progressistas, conforme esperado, voltaram ao poder, com os maiores adeptos da maioridade, como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Holanda Cavalcanti, Limpo de Abreu e Aureliano Coutinho, ocupando pastas no Ministério. Aureliano Coutinho, em especial, representava a facção dos áulicos, menos integrada ao grupo dos progressistas. Estes, tão logo ascenderam, viram-se frente a frente com uma câmara de maioria conservadora, e rapidamente trataram de armar seus mecanismos para garantir ampla maioria na câmara nas eleições seguintes, previstas para acontecer entre outubro e novembro de 1840. Graças à influência que exerciam sobre Pedro II, agora novamente em

posse do Poder Moderador, substituíram presidentes de províncias, distribuíram cargos e títulos, teceram redes de aliança. Apelaram para a violência e para irregularidades de forma explícita, e de tal forma ficaram evidentes as arbitrariedades no Rio de Janeiro que aquelas eleições, com vitória progressista, ficaram conhecidas como “eleições do cacete”. Não obstante violência e trapaçaz fizessem parte do cotidiano eleitoral de todos os grupos, no caso dos progressistas isso ficou em maior evidência graças à propaganda regressista. De qualquer forma, os progressistas garantiram ampla maioria na Câmara que iria se reunir em 1842. Era o suficiente para que pudessem futuramente barrar novos avanços contrarreformistas por parte dos regressistas.

Ficaram, porém, nas intenções. A forma como alcançaram maioria desgastou por demais a imagem dos progressistas, principalmente do gabinete ministerial. Cabe lembrar que os regressistas tinham maior coesão política e gozavam de maior apoio social entre os setores mais abastados e poderosos da sociedade, como os grandes proprietários escravistas, com quem tinham íntimas conexões, enquanto a oposição a eles agregava interesses mais heterogêneos. Os atritos entre os progressistas tornaram-se maiores do que os laços que os uniam e os aliados de outrora racharam. Sob um clima de intrigas e aproximações junto ao Imperador, os regressistas reverteram o quadro e, em março de 1841, derrubaram o ministério, mantendo Aureliano Coutinho, por seu papel junto à facção áulica, como importante influência no novo gabinete.

Ainda sob a legislatura da antiga Câmara (a nova, como vimos, só iria assumir em 1842), o novo gabinete retomou e completou o programa de contrarreformas do Regresso. Em novembro de 1841, foi recriado o Conselho de Estado – órgão com poder meramente consultivo, mas a que o imperador deveria ouvir antes de tomar decisões que envolvessem o Poder Moderador e outras, como declarar guerra, negociar tratados, nomear senadores, convocar ou dissolver a Câmara, aprovar ou suspender resoluções das Assembleias Provinciais etc. Os conselheiros compunham uma

espécie de “elite dentro da elite”, sendo nomeados pelo próprio Imperador para exercer tal função de forma vitalícia. O Imperador não estava obrigado a seguir as resoluções do Conselho, mas sua existência, em caráter vitalício, e sua composição, a partir de figuras que já haviam ganhado grande destaque na vida política, conferiam-lhe grande significado político e moral, como ficou evidente pela ampla influência e pelo papel de direção política que exerceu ao longo de toda a história do Segundo Reinado. Ali foram postos homens de confiança do imperador. O Conselho funcionou também como um “escudo” contra quaisquer críticas dirigidas à figura da Coroa – mantida acima das paixões e das críticas diretas, exercendo, assim, seu papel de balança entre os poderes e árbitro entre as facções em disputa. Naquele momento de imaturidade de Pedro II, que contava, então, com 15 anos, o papel do Conselho foi ainda maior.

Em dezembro, foi votada a lei de reforma do Código de Processos, que integrou a ação centralizadora do Regresso. A partir de então, toda a estrutura administrativa judiciária e policial ficou sob controle do ministro da Justiça, nomeado pelo Imperador. Somente os juízes de paz permaneciam de eleição local, fora da alçada do ministério. Suas atribuições, contudo, foram esvaziadas, sendo transferidas para os chefes de polícia e juízes de direito, na Corte e nas capitais das províncias, e para delegados, subdelegados e juízes municipais, no interior.

A obra do Regresso completava sua primeira fase, vitoriosa na revisão dos principais pontos das reformas regenciais. Ao estabelecer com maior firmeza uma “interpretação” sobre as atribuições destinadas às províncias e ao governo central, a legislação regressista subordinou aquelas a este. Para finalizar esse momento e garantir ampla atuação, os regressistas ainda trataram, graças à influência sobre o Imperador, de usar o Poder Moderador para dissolver a câmara que ascenderia em 1842 – aquela que, graças às eleições do cacete, seria composta por maioria progressista. Ligados ao poder, os regressistas convocaram novas eleições e poderiam usar sua influência para direcionar a vitória para o seu lado.

Os progressistas, vendo-se isolados e temerosos de não conseguirem voltar ao poder, e percebendo que suas discordâncias cresciam a tal ponto que não mais podiam se unir em bloco, passaram a ser chamados de *liberais*. O que os ligava era a defesa da descentralização como forma de resistir ao poder centralizado. Segundo Ivo Cozer, o modelo descentralizador era, para os liberais, a garantia de uma via mais segura para unir as províncias, a única, na verdade, que deixaria o Império integrado de forma livre e pelo caminho da união de interesses recíprocos entre as partes que o compunham. Sua bandeira era, assim, uma *leitura negativa* do liberalismo, como faziam antigos expoentes como Feijó, Vergueiro, Limpo de Abreu e Teófilo Ottoni. Quer dizer, uniam-se na crítica aos regressistas – seu liberalismo não era o deles. Tinham várias e severas discordâncias entre si em tudo mais. Por isso, definiam-se pela negação e não por proposições. Ligavam-se por intenções, mas não por ações.

Talvez por isso, tenham visto no atalho das armas a saída para conter o avanço da contrarreforma regressista. Revoltaram-se em São Paulo e Minas Gerais – seus redutos de influência – em 1842. Sem unidade política, sua vontade e organização militares foram frouxas. Apesar de estourarem com um mês de diferença entre si, as revoltas não constituíram uma ação coordenada de conjunto. Foram duas revoltas diferentes, com diferentes influências, e por isso foram incapazes de incorporar um espectro maior de participação liberal. Assim, os pernambucanos mantiveram-se alheios aos anseios do Sudeste, enquanto os farroupilhas continuavam, no Sul, sua revolta em outra direção.

Os liberais de São Paulo e Minas Gerais não tencionavam, diferentemente das revoltas regenciais, derrubar o Imperador, o governo, ou mesmo separação política. Embalava-os o desejo de frear o avanço regressista e voltar a atenção para as demandas locais. Foram facilmente derrotados pelas forças regressistas sob a bandeira da ordem e da manutenção – conservação – do Império. Eram agora os *conservadores* que venciam, e aproveitavam para

marcar os liberais em suas diferenças pelo símbolo da derrota. Na Assembleia e na imprensa, os liberais de São Paulo ficaram conhecidos como *Venda Grande*, enquanto os de Minas como *Santa Luzia*, que eram os nomes das batalhas que puseram fim a sua movimentação armada. Isso não é tudo: os liberais tencionavam a *revolução*, entendida como o avanço da *liberdade* – leia-se: liberdade das províncias, dos poderes locais – sobre a centralização do poder pelos regressistas. O Regresso ascendeu ao poder com o explícito objetivo de “parar o carro da revolução”, isto é, frear o avanço da “liberdade” que se fazia vitoriosa em 1831. Na derrota dos movimentos de 1842, os liberais tiveram que se contentar com a punição prevista na pena da lei – foram tratados como *revoltosos*, esvaziando, portanto, qualquer intenção “revolucionária” e ficando marcados, além de derrotados, como inimigos da ordem.

Era uma tripla vitória dos conservadores: no campo de batalha, na nomeação dos inimigos pela marca de suas derrotas e na definição do crime que haviam cometido.



Atende ao Objetivo 1

1. O programa de reformas dos regressistas tinha um objetivo claro: alterar os rumos que o Império vinha tomando desde o início da Regência, quando o avanço de certa concepção de liberalismo foi vitorioso em suas intenções de transformar a legislação.

Tendo isso em mente, relacione a bandeira defendida pelos regressistas com as reformas por eles levadas a cabo, do ponto de vista da estrutura administrativa imperial, comparando-as com as reformas que os liberais haviam feito a partir de 1831.

Resposta Comentada

As reformas levadas a cabo pelos liberais no início da Regência tinham uma clara intenção: descentralizar a máquina administrativa imperial. Isso porque o liberalismo que adotavam ligava-se diretamente à ideia de uma maior distribuição dos poderes pelo território do Império, privilegiando os poderes locais, sejam municipais ou provinciais, em detrimento do poder central.

Os regressistas, por outro lado, tinham em seu programa de contrarreformas um claro objetivo, indicado no nome que adotaram para seu movimento – o Regresso: voltar a reforçar os poderes do centro, da corte, em detrimento das autonomias locais. Isso porque apenas pela via do reforço do centro, argumentavam, seria possível conter as revoltas que assolavam o Império e construir a ordem necessária para a sociedade, tão almejada por todos os grupos dominantes naquele momento.



Conservadores, liberais e o papel do imperador

Incapazes de se unir, fragmentados por suas intenções heterogêneas, os liberais foram derrotados em 1842 e viram o triunfo de seus adversários políticos. Os conservadores, mais unidos, mais homogêneos, saboreavam a vitória, mas não deixavam que ela lhes

fosse associada integralmente. A vitória, diziam, era da ordem. Era uma vitória do Império. Era uma vitória da corte, da centralização e do imperador. Vamos entender esse movimento.

Se nos lembrarmos de como se deu o processo de formação da classe senhorial, como vimos na Aula 7, poderemos acrescentar agora que, no momento da derrota liberal, alguns dos principais membros do partido Conservador tinham por base de apoio eleitoral, territorial, econômica e social a província do Rio de Janeiro. Segundo levantamento feito pelo historiador Jeffrey Needell, essas lideranças estavam praticamente todas entrelaçadas por laços de casamento, parentesco ou relações comerciais. Alguns deles, como Honório Hermeto Carneiro Leão, José Clemente Pereira, Paulino José Soares de Souza, Joaquim José Rodrigues Torres, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara e Luiz Alves de Lima e Silva, jogariam um papel fundamental nos destinos políticos e sociais do Império.

Essa aproximação entre conservadores e a província do Rio de Janeiro leva a algumas considerações importantes.

Em primeiro lugar, diferentemente dos liberais, tinham um centro de apoio e sustentação social e territorial que, ao mesmo tempo em que os localizava e os unia, conferia-lhes uma identidade que, conforme veremos na próxima aula, logo foi usada como referência para todos os seus aliados espalhados pelo Império.

Em segundo lugar, esse centro de apoio e sustentação era nada mais nada menos do que a província onde estava localizada a Corte, que, desde o Ato Adicional, em artigo não alterado pela Lei de 1840, formava um município à parte do governo provincial. A aproximação entre conservadores e a corte significou uma aproximação entre seu partido e a Coroa, especialmente com a figura do imperador Pedro II.

Em terceiro lugar, a província do Rio de Janeiro era também, como vimos na Aula 7, o lugar onde deslanchava o café, que, na década de 1840, já era o principal produto de exportação do Império, responsável direto pela maior parte das rendas obtidas

pelo Estado. Dessa forma, essa proximidade significava uma relação íntima entre conservadores e os grandes proprietários escravistas da província.

Essas aproximações entre conservadores e os grandes proprietários escravistas da província do Rio de Janeiro, em especial, mas não exclusivamente, do Vale do Paraíba, foram fundamentais para garantir-lhes uma firme base de apoio para sua atuação política. Essa atuação, por sua vez, ao construir um governo forte e centralizado, conferiu unidade e solidez aos interesses mais fundamentais, de classe, desses proprietários: manutenção da escravidão, inclusive com a garantia do suprimento de novos braços escravos pelo tráfico internacional; legitimação e garantia do processo de apropriação de terras; sustentação da ordem privada escravista e preservação da ordem pública. A primeira era essencial para tocar os negócios na fazenda. A segunda, para garantir suas condições mais gerais: além do suprimento abundante de mão de obra, condições de escoamento e comercialização da produção, estabilidade da moeda e do crédito etc.

Finalmente, a ação dos conservadores fluminenses requereu, para seu sucesso, o apoio de políticos representantes de outras províncias. Esse apoio não foi difícil de ser obtido principalmente entre aqueles que se ligavam, por afinidade ou por convicção, a interesses semelhantes àqueles dos grandes proprietários escravistas do Rio de Janeiro. Esses políticos e interesses eram, em primeiro lugar, aqueles de Minas e São Paulo, direta ou indiretamente ligados à expansão do café e ao complexo socioeconômico da Bacia do Paraíba. Em segundo lugar, eram aqueles ligados a outras regiões exportadoras de conformação socioeconômica semelhante: o Recôncavo Baiano e a Zona da Mata Pernambucana.

Os regressistas, sob a direção de sua facção fluminense, conhecidos como *saquaremas*, amalgamaram objetivos políticos de curto prazo – a conquista do governo –, de médio prazo – a contenção e anulação das reformas liberais – e de longo prazo – a consolidação de uma nova institucionalidade e de uma nova cultura

políticas –, com a unificação de interesses econômicos, sociais e territoriais de grupos sociais em ascensão em diferentes partes do Império, formando uma classe nacional: a *classe senhorial*. O próprio Império ganhou sua feição a partir desse amálgama, que não se restringia ao mundo político. Hábitos, costumes, comportamentos, valores, crenças, ideias, antigos ou novos, importados ou próprios da cultura local, convergiam em um *habitus*, um modo de ser e de se comportar característico da corte, isto é, dos setores mais abastados, entre eles evidentemente os grandes proprietários rurais, que se espalhavam para os estratos intermediários e mesmo mais baixos da sociedade. A formação da classe senhorial, dessa maneira, era também a consolidação de sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade. Voltaremos a esse movimento, com mais vagar, na próxima aula.

As considerações acima nos permitem entender melhor a forma pela qual os conservadores encaminharam sua vitória na repressão às revoltas de 1842 e por que venceram. Permite também entender por que, diante dessa hegemonia consolidada, era possível e até desejável – para apaziguar a boa sociedade, da qual faziam parte os liberais – que, em 1844, os revoltosos fossem alvo de uma anistia concedida pelo imperador. Mais ainda, que pudessem ser chamados por Pedro II para compor um novo ministério, aproveitando-se de uma divergência entre o gabinete conservador da ocasião e uma facção dos áulicos conhecida como “Clube da Joana”, ligada a Aureliano Coutinho, que, por sua vez, exercia grande influência sobre Pedro II. O governo ficaria sob sua influência até 1848, no período conhecido como “quinquênio liberal”. Em 1845, foi a vez de os revoltosos do Rio Grande do Sul, os farroupilhas, serem alvo de uma anistia, que pôs um fim ao conflito. Após essa anistia, em visita de Pedro II à província, foi o Imperador recebido com entusiasmo.

A atitude dos liberais revoltosos perante o imperador mostra que, não obstante as diferenças entre farroupilhas, Santa Luzias ou os de Venda Grande, uma coisa os unia: a força que exercia o simbolismo monárquico. Ao elaborar o golpe da maioria, os

progressistas e a facção áulica já tinham percepção da força desse simbolismo. Apesar de ainda adolescente, Pedro II era considerado um “pai” para a nação. Era visto como a força que aglutinava as facções discordantes, como a balança da moderação capaz de sobrepor-se às disputas mesquinhas que ameaçavam a integridade do Império. O imperador, representante da dinastia monárquica, era símbolo de continuidade e ordenação. Pedro II, em especial, educado segundo os princípios da monarquia representativa, ligado às “luzes do século”, não era visto como ameaça absolutista, como fora seu pai, em certo momento. A figura monárquica era a garantia da manutenção da ordem, ordem essa desejada por liberais e por conservadores, mas que para cada um tinha um significado diferente.

Os liberais, em sua fragmentação, viam a “ordem” como um campo de possibilidades diversas. Havia os que acreditavam na força do chamado “princípio democrático”, que poderia ser associado aos grupos mais radicais e temidos. Havia os moderados, que acreditavam na força da descentralização, isto é, na ordem oriunda de uma maior distribuição do poder pelo território. Defendiam as províncias, e sentiam-se derrotados pelas reformas do Regresso.

Os conservadores, por outro lado, estavam firmes e unidos na defesa do “princípio monárquico”, que via a ordem como resultado da manutenção do governo representativo, expresso na Câmara dos Deputados e no Senado, mas, principalmente, do papel que o imperador deveria jogar no Império, em todo distinto do papel que a rainha da Inglaterra jogava no Império britânico. Ali, dizia-se, o “rei reina, mas não governa”. No Brasil, diziam os conservadores, o “rei reina, governa e administra”. Nessa atuação do imperador, fundamental era a presença do Poder Moderador, que lhe garantia as condições para distribuir as cartas do jogo político.

Apegando-se à figura do imperador, os conservadores viam sua atuação como fundamental para integrar no jogo político os grupos derrotados, ligados aos liberais, a fim de não comprometer com novas revoltas a integridade do Império (precisamos lembrar que cada nova revolta era uma porteira aberta para a possibilidade

de escravos, libertos e outros grupos excluídos do jogo político adentrarem a sociedade). Por outro lado, os liberais viam no imperador a figura que, por sua ação integradora, lhes possibilitaria participar do jogo político pela via parlamentar, e não pela revolta. Após a derrota de 1842 e a anistia em 1844-45, apenas mais uma revolta estouraria, em 1848, conforme veremos adiante. Os liberais começavam a perceber, tão logo chegaram ao governo, em 1844, que a via “legal” poderia ser a melhor solução.

Os conservadores, contudo, ao ligarem a sua trajetória e a defesa de sua noção de ordem ao imperador, acabavam traçando um movimento que marcava sua preponderância sobre os liberais. Veremos esse ponto na Aula 9. Por enquanto, vamos nos ater às reformas que a “pacificação” do jogo político permitira que fossem implementadas, e que foram de crucial significado para a definição do Segundo Reinado.



Atende ao Objetivo 2

2. A partir da década de 1840, o jogo político no Império do Brasil levou à organização dos antigos regressistas e progressistas em torno de dois partidos: o Liberal e o Conservador.

Analise os perfis desses partidos, do ponto de vista de suas bases territoriais, de sua ideologia política e do grau de sua integração.

Resposta Comentada

Os partidos Liberal e Conservador tinham alguns pontos cruciais de diferença entre si.

Em primeiro lugar, do ponto de vista territorial, os conservadores tinham uma sólida base de apoio no Rio de Janeiro, em especial nas regiões de produção agrária escravista (vale do Paraíba, recôncavo da Guanabara, baixada fluminense, litoral norte etc.). Essa sólida base de apoio também os aproximava dos círculos políticos da corte, em especial da família real. Enquanto isso, os liberais estavam mais espalhados pelo Império, não tendo uma base territorial que servisse para a expansão de seus interesses.

Em segundo lugar, do ponto de vista da ideologia política, os conservadores ressaltavam o papel do imperador como árbitro da balança de poderes, e defendiam o fortalecimento do centro político como forma de organizar e administrar o Império. Os liberais, por outro lado, mantinham a defesa da descentralização como princípio organizativo do Império.

Por fim, do ponto de vista da integração, os conservadores mantinham-se unidos em seus propósitos, sob a direção dos conservadores do Rio de Janeiro, enquanto os liberais mostraram-se incapazes de uma atuação mais ampla, mais integrada. Isso ficou claro em 1842, quando os liberais de São Paulo e Minas Gerais pegaram em armas, sem apoio dos gaúchos ou dos pernambucanos.



A década das reformas (1840-1850)

Como vimos, o início da década de 1840 ficou marcado pelas reformas conservadoras que modificaram as definições liberais de início da Regência. Tais reformas, muito criticadas pelos liberais quando estavam fora do governo – a ponto de pegarem em armas em 1842 –, não foram, porém, alvo do empenho deles por mudanças a partir de 1844, quando retornaram ao ministério. Parecia que os liberais haviam aceitado as regras do jogo político, aceitando a ocupação dos cargos que poderia permitir-lhes influenciar as eleições seguintes e garantir sua permanência no poder. Precisamos lembrar que a centralização possibilitada pela Lei de Interpretação e pela Reforma do Código de Processos garantia muitos instrumentos ao partido no poder para conduzir as eleições e a política.

Os conservadores, porém, atentos a isso, aproveitaram-se do chamado “quinquênio liberal”, quando, entre 1844 e 1848, seis diferentes gabinetes sob influência liberal sucederam-se no governo, para expandir suas redes de interesses e garantir sua volta triunfal em 1848. Isso não significa, porém, que os liberais no poder foram incapazes de implementar importantes medidas que mudaram a tônica do Império.

Em novembro de 1842 – ou, segundo a Inglaterra, em novembro de 1844 – estava prevista a expiração do tratado comercial de 1827, que renovava as vantagens de importação aos ingleses por quinze anos. Esse era um assunto delicado. Por um lado, era difícil opor-se à vontade da maior potência marítima e industrial do mundo. Por outro lado, o tema era objeto de muitas críticas, em especial, no momento de discussão do assunto sob gabinete liberal, por parte dos conservadores, sempre prontos, na oposição, a atropelar com críticas seus adversários políticos. Ambos os lados, porém, atribuíam ao tratado a ineficácia no desenvolvimento de manufaturas no Brasil, além de contribuir para uma menor arrecadação fiscal do governo (basta lembrar, em primeiro lugar, que, segundo o tratado, a Inglaterra pagava taxas

amigáveis para importação, e, em segundo lugar, que 80% das receitas do Império vinham das taxas alfandegárias). Ainda havia críticas a certos privilégios de que gozavam os ingleses, como o direito a serem julgados, no Brasil, segundo suas próprias leis britânicas e por juízes ingleses.

A Inglaterra pressionava fortemente o governo pela renovação do tratado, além de querer ir além e aumentar as pressões pelo efetivo fim do tráfico de escravos, já que a lei antitráfico de 1831 tornara-se letra morta. Havia mesmo pressão por medidas que incentivassem o próprio fim da escravidão (a Inglaterra aboliu a escravidão em suas próprias colônias em 1834). Contudo, se em 1827 a assinatura do tratado foi vista como maneira de garantir o reconhecimento da Independência, num momento de fragilidade política da nova nação, agora o Império caminhava para sua consolidação. Sentindo-se mais seguro, o governo não cedeu às pressões e deixou que o tratado expirasse.

Os liberais deram um passo além, aproveitando-se de uma proposta que era também interessante aos conservadores, e, em 1844, foram tomadas uma série de medidas protecionistas, das quais as mais importantes foram as Tarifas Alves Branco (não por acaso, essas medidas levavam o nome de um dos mais presentes liberais, ministro da Fazenda à época). Segundo Marcello Basile, as tarifas “estabeleciam uma taxa alfandegária de 60% sobre o tabaco e gêneros afins, e de 20% sobre os tecidos e fiações de algodão, oscilando outros produtos na faixa entre esses dois extremos”. O objetivo era não apenas proteger as manufaturas nacionais, mas, em especial, aumentar a receita fiscal do governo, cujo orçamento via-se prejudicado há tempos pelos constantes gastos, particularmente militares, desde a Regência. Outros decretos, em 1846 e 1848 (este já sob novo gabinete conservador), estimulavam ainda a importação de maquinaria e matérias-primas, isentando-as de taxas, e, seus empregados, do serviço militar. Autorizavam ainda o governo a conceder empréstimos a industriais, como Irineu Evangelista de Sousa, futuro visconde de Mauá, conhecido como o “empresário do Império”.

Outra ação dos liberais durante seu governo, que também desagradou a Inglaterra, foi a revogação, em 13 de março de 1845, da convenção de 1817 que concedia à marinha inglesa o direito de busca e apreensão de navios suspeitos de fazer tráfico negreiro ilegal. Tal atitude irritou profundamente os britânicos e levou o parlamento inglês a decretar, em 8 de agosto do mesmo ano, o *Bill Aberdeen*, lei que concedia, unilateralmente, o direito aos navios ingleses de busca e apreensão, além da faculdade de poder tratar o crime de contrabando como ato de pirataria, permitindo o confisco dos bens e o julgamento dos infratores pelos tribunais do almirantado. O *Bill* teve um profundo impacto nas discussões sobre a continuidade ou não do tráfico ilegal no Brasil, levando a várias capturas, por parte dos navios ingleses, de navios brasileiros suspeitos. O *Bill* também causou profundo descontentamento em relação aos ingleses, sendo considerado o ato como um atentado à soberania nacional brasileira. Os conservadores valeram-se do impacto do *Bill* para acusar os liberais de passividade frente aos ingleses, o que acabou por diminuir seu prestígio frente a traficantes, fazendeiros e outros interesses que ainda viam no tráfico a solução para o suprimento de mão de obra.

Duas outras medidas, ao longo do quinquênio liberal, buscaram ainda organizar melhor o sistema representativo. Em 1846, foi votada uma nova lei eleitoral que estabeleceu novas formas de controle sobre o eleitorado e eliminou os delegados das mesas eleitorais, sob a justificativa de reforçar o puro sistema representativo. Também determinou a lei que a renda mínima exigida fosse calculada em prata, o que, na prática, aumentou a quantia exigida e restringiu o número de eleitores. Em 1847, foi criado o cargo de presidente do conselho de ministros, de nomeação do imperador, que deveria assumir a responsabilidade pela escolha dos gabinetes (lembrando que o imperador, titular do Poder Moderador e organizador do Poder Executivo, não poderia ser responsabilizado).

Apesar das reformas empreendidas, os liberais não foram capazes de alterar significativamente os rumos do Império.

Muitas das medidas por eles votadas faziam parte do programa dos conservadores, e a bandeira histórica dos liberais (isto é, a descentralização) não foi sequer posta em pauta de modo mais incisivo. Os liberais estavam no governo, mas careciam da necessária força política e simbólica para imprimir uma direção mais efetiva. Nesse sentido, os desgastes com a Câmara de domínio conservador se avolumaram, levando o Imperador a trocar os gabinetes em setembro de 1848, chamando de volta os conservadores, liderados por Araújo Lima, regente regressista, no cargo de Presidente do Conselho.

Esse gabinete, ao lado do próprio gabinete do Regresso, foi o mais longo do Império, durando até 1852 e sendo sucedido por outro continuador seu, que ficaria até 1853, quando, conforme veremos na próxima aula, a política imperial tomou outro rumo.

Foi exatamente a troca de gabinetes e o avanço dos conservadores para desmontar as tentativas liberais de estruturação da máquina eleitoral, em especial na província de Pernambuco, reduto de grande influência liberal, que levaram à última grande revolta do Império: a Praieira, de 1848-1850.

Os praieiros, que tinham esse nome por conta da localização da tipografia em que imprimiam o principal veículo de suas ideias, o *Diário Novo*, na rua da Praia, haviam surgido como dissidência ao bloco que governava Pernambuco em 1842. Esse bloco, surgido após a Guerra dos Cabanos e como resultado da aproximação das duas principais famílias da região – os Rego-Barros, vinculados aos conservadores, e os Cavalcanti, vinculados aos liberais –, dominava a política local e sofria acusações de monopolizar cargos para seus protegidos. Ao longo do quinquênio liberal, os praieiros encontraram terreno para ampliar sua influência, elegendo deputados gerais e dominando a Assembleia Provincial. Formado por senhores de engenho e comerciantes de médio porte, além de pequenos lavradores, o fortalecido Partido da Praia, como era chamado, levou à nomeação, em 1845, de Chichorro da Gama como presidente da província. Logo começou uma onda de perseguições a adversários,

com o intuito de controlar o aparelho eleitoral e repressivo provincial. Acusações e denúncias de fraudes, porém, levaram o governo a boicotar candidatos praieiros, anulando as eleições por eles vencidas. Renunciando ao governo em abril de 1848, sob forte pressão, Chichorro foi substituído, em novembro, por um presidente ligado aos conservadores, Herculano Ferreira Pena. Foi o estopim para que os praieiros desistissem do jogo parlamentar e iniciassem o conflito armado.

A participação de setores populares, que aproveitaram a ocasião para manifestar seus descontentamentos devido à crise açucareira pela qual passava a província e para expor sua animosidade frente aos monopolistas do comércio a retalho nas cidades, radicalizou o movimento e desencorajou apoios de famílias mais poderosas na província. A repressão do governo central veio forte, e garantiu de vez, após a contenção da revolta, o predomínio do Sudeste sobre as demais regiões imperiais. A Praieira, última revolta liberal do período, foi também um poderoso argumento de afastamento temporário dos liberais dos rumos da política, influenciando decisivamente as eleições seguintes, quando os conservadores adquiriram uma maioria praticamente absoluta na Câmara (havia apenas um liberal). Essa esmagadora maioria serviu para aprovar algumas das mais importantes leis do período imperial, que deram a tônica dos rumos que os conservadores buscavam conferir ao Império.

As quatro leis principais foram aprovadas no mesmo ano, 1850, sendo esse considerado um ano-chave para a historiografia sobre o Império. Aproveitando-se da força do gabinete de Araújo Lima junto a uma Câmara de maioria conservadora, a um Senado no qual estavam presentes as principais lideranças do partido, e junto ao Conselho de Estado, onde era forte sua presença, e, por fim, de suas fortes ligações com a classe senhorial, num momento de alta dos preços do café no mercado internacional, os conservadores mostraram seu poderio e avançaram temas delicados, que acabaram por completar o programa do Regresso.

A primeira das reformas foi o Código Comercial, de 25 de junho de 1850. Segundo Basile, o “Código sistematizava e atualizava a confusa legislação comercial anterior, em boa parte precedente da época colonial” (BASILE, 2000, p. 249). O Código era aprovado num momento propício, visto que iria regulamentar a febre de negócios e investimentos que se expandiria a partir da liberação de capitais antes investidos no tráfico ilegal, bem como a partir do aumento dos investimentos estrangeiros, em especial ingleses e franceses, no Império. Para efeitos de comparação, o governo havia autorizado, nos últimos vinte anos, o funcionamento de apenas dezessete companhias. De 1850 a 1860, contudo, esse número subiu para 155. Daí o marco para a regulamentação das sociedades anônimas propiciado pelo Código. Além disso, na ausência de um Código Civil (que seria aprovado apenas na República, em 1916), o Código Comercial ainda envolveria uma série de regulamentações que hoje definimos como no âmbito cível.

A segunda reforma alterava significativa e definitivamente os rumos do escravismo no Brasil. Em 4 de setembro de 1850, foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós, levando o nome do, à época, ministro da Justiça e considerado o “papa” do Partido Conservador. As razões para o encaminhamento dessa proposta foram várias. Em primeiro lugar, as pressões inglesas, graças ao *Bill Aberdeen*, vinham crescendo consideravelmente, chegando ao ápice de, no início de 1850, navios ingleses adentrarem a baía de Guanabara em busca de navios negreiros para efetuar apreensões. A indignação causada pelas ações da Inglaterra, consideradas atentados à soberania nacional, levou o gabinete conservador a se manifestar. Cientes de que uma ação inglesa mais incisiva poderia levar a uma guerra, e ainda preocupados com as repercussões da Praieira, além de conscientes de que, em termos de tráfico atlântico, o comércio se restringia a Cuba e Brasil, os conservadores encaminharam uma solução de compromisso, que acabava em definitivo com o tráfico, mas não o fazia por meio de acordos com a Inglaterra.



Figura 8.2: Eusébio de Queirós.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eus%C3%A9bio_de_Queir%C3%B3s_Coutinho_Matoso_da_C%C3%A2mara_01.jpg

A lei vinha em um momento em que os senhores de café estavam com suas fazendas abastecidas de escravos. Além disso, a fase de implantação e expansão da cultura cafeeira, que requeria grandes aportes de mão de obra, estava encerrada. Cafezais maduros forneciam grandes colheitas, sem que fosse tão urgente o aumento no número de cativos empregados diretamente nas atividades agrícolas principais. Em muitos casos, por outro lado, diversos fazendeiros encontravam-se em dívida com os traficantes, pelos anos de tráfico ilegal. A cessação do tráfico teria como efeito imediato a valorização de seus escravos, que eram a principal garantia de suas dívidas. Nessa conjuntura, os conservadores passaram a lei sem muitos problemas.

Os senhores imediatamente viram suas propriedades valorizadas, ao mesmo tempo em que se sentiam seguros de que não seriam punidos pelos anos de ilegalidade. A nova lei separava os tribunais de julgamento, levando os traficantes a serem julgados pela Auditoria da Marinha e, em segunda instância, pelo Conselho de Estado, enquanto os compradores continuariam julgados por júri

local. Desnecessário dizer que os comparadores viam sua anistia informalmente concedida, já que os júris locais eram escolhidos sob sua influência, enquanto a pena recaiu sobre os traficantes.

Já em meados da década de 1850 cessaram as apreensões de desembarques, e o volume de escravos traficados internacionalmente tornou-se desprezível. A escravidão, a partir dali, ganharia novas configurações, conforme veremos em aula futura.

A terceira reforma ligou-se intimamente à questão do fim do tráfico. Foi a Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, que visava encaminhar o problema da mão de obra e regulamentar a posse da terra no Império, em situação jurídica caótica desde 1822, quando cessaram as concessões de sesmarias.

Com o vislumbre do fim definitivo do tráfico, a situação da mão de obra precisaria ser resolvida. A mão de obra nacional era pouco valorizada, e os escravos, devido à experiência senhorial com altas mortalidades, não eram considerados um bem durável. A política imperial, assim, voltou-se para a imigração, numa época de crises e guerras europeias que levavam populações inteiras a se deslocarem, em busca de melhores condições de vida. O problema era que, segundo os dirigentes imperiais, esses trabalhadores imigrantes, ao chegar no Brasil, recusariam-se a trabalhar para os cafeicultores, dada a imensa disponibilidade de terras pelo Império. Necessário se fazia, portanto, aos seus olhos, criar restrições para acesso à terra, e a Lei de Terras, ao permitir o acesso às terras devolutas apenas por meio da compra, em dinheiro, à vista e sob altos preços, resolveu esse problema. Além disso, regulamentou a posse da terra, ao validar as sesmarias concedidas antes de 1822, bem como as posses que pudessem ser provadas estarem em vigor um ano e um dia desde 1822.

A Lei de Terras significou não apenas a restrição à posse de novas terras pelas camadas mais populares, como também significou a garantia da concentração fundiária e o título legal para proprietários que, não raro, estabeleceram suas posses expulsando

antigos posseiros e famílias de suas terras. Ainda assim, os grandes fazendeiros não deixaram de ilegalmente ocupar novos terrenos, sempre pelo uso da força e da repressão, e contando com a informal proteção do Estado imperial.

Uma última reforma importante, a de 19 de setembro de 1850, modificou a Guarda Nacional, colocando-a sob ainda mais forte controle do governo central. O Ministro da Justiça, a partir de então, passou a nomear, com poucas exceções, todos os oficiais das corporações. Além disso, a Guarda passou a subordinar-se, no nível imediato, não mais ao juiz de paz ou juizes criminais, mas à autoridade policial mais graduada da localidade. Por fim, a renda mínima para ingresso aumentou para duzentos mil-réis, enquanto a idade mínima baixou para 18 anos.

Todas essas reformas ajudaram a desenhar o futuro do Império do Brasil ao longo do Segundo Reinado. E, em boa parte, ajudaram a formar nosso próprio país.



Atende ao Objetivo 3

3. Há um certo consenso na historiografia sobre o Império do Brasil em apontar o ano de 1850 como um “ano-chave” em sua história. Discuta essa questão, analisando os acontecimentos daquele ano em seu grau de importância para o Império do Brasil.

Resposta Comentada

O ano de 1850 pode ser considerado um momento-chave não apenas para o desenvolvimento do Império do Brasil, mas também para a história de nosso país como um todo. Foram aprovadas ao menos três reformas de importância crucial: o Código Comercial, a Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras.

Vistas em conjunto, essas leis deram um novo sentido às relações entre os membros da sociedade imperial. A escravidão, tal como a conheciam há mais de dois séculos, agora tomava novos rumos, com muitos já antecipando seu fim; a posse de terras, antes regulada por questões simbólicas (como o papel do Rei ao conceder as sesmarias), envolvendo a obrigatoriedade do cultivo, agora adentrava num mundo mais ligado ao capitalismo, a partir da compra e venda da propriedade. Por fim, o Código Comercial buscava regular novas relações desse tipo, tratando de questões cíveis e das relações que, embora seja um risco anteciparmos esse movimento, pelo perigo de parecermos teleológicos, davam mais um passo rumo ao capitalismo.

CONCLUSÃO

Os regressistas completaram seu programa de reformas num momento em que o Império adentrava sua fase de maior expansão. Um processo não está descolado do outro: a expansão do Império e a conclusão do programa regressista são acontecimentos intimamente relacionados.

De que forma se deu essa relação? Precisamos perceber que o programa regressista, que depois, com a formação do partido Conservador, tornou-se parte da ideologia conservadora, não se resumia a um conjunto de modificações na legislação ou a um avanço do “princípio monárquico” sobre o “princípio democrático”. Se tais ações são parte da ideologia, não a resumem.

A vitória conservadora está diretamente ligada à vitória de uma determinada direção que é, ao mesmo tempo, política, moral e intelectual. Está diretamente ligada a uma concepção de mundo de uma facção dos conservadores – conhecidos como saquaremas – que, por meio de sua ação, expandiram seus horizontes e incorporaram, em sua ideologia, as diferentes partes do Império.

Poderemos compreender melhor essa relação a partir do que estudaremos na próxima aula.

RESUMO

Os anos entre 1838 e 1850 são de suma importância para o movimento de construção da ordem no Império do Brasil.

A política regressista, ao rever as reformas liberais do início do período regencial, deu um novo rumo para o Império, reforçando as prerrogativas do centro e retirando atribuições das províncias.

Nesse movimento, e a partir da vitória sobre os movimentos revoltosos de 1842, com a anistia em seguida, os regressistas – agora conservadores – integraram de modo subordinado os progressistas – agora liberais – no jogo político imperial.

Os liberais, ainda que ocupassem o governo, não conseguiram ir muito além das propostas conservadoras. Nesse sentido, os conservadores acumularam capitais político e social necessários para aprovar as reformas que, em 1850, possibilitaram algumas das mais profundas mudanças que modificariam a face do Império.

Aula 9

Família e poder no Império

Mariana Muaze

Meta da aula

Discutir como as famílias da boa sociedade participavam cotidianamente da política imperial, fosse por intermédio da ocupação de cargos políticos, fosse por meio do apoio ao projeto de manutenção da ordem e expansão da civilização.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer os valores constituintes do *éthos* da classe senhorial;
2. reconhecer como as famílias da boa sociedade vivenciaram a política imperial;
3. reconhecer o conceito de família e as formas de viver em família compartilhadas pela boa sociedade do Império.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você tenha estudado e compreendido as Aulas 6 e 7.

INTRODUÇÃO

Não é obra do poder ou da revolução, mas procede da natureza das coisas, a influência que sempre teve e há de ter uma família numerosa, antiga e rica e cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas. Esses Cavalcantis antes da nossa emancipação política já figuraram como capitães-mores, tenentes-coronéis, coronéis e oficiais de ordenanças e milícias e em todos os cargos da governança. Os engenhos que a maior parte deles tem foram havidos por heranças transmitidas por seus maiores e não adquiridas depois da revolução [isto é, independência] (...). Nestas circunstâncias, com estes predicados e elementos e no estado normal da sociedade, é impossível que essa família não exerça influência. Uma família antiga, rica e numerosa, composta de membros que sempre ocupam as melhores posições sociais, só não terá influência quando a sociedade estiver transtornada, quando todos esses elementos de uma influência regular e legítima estiverem obliterados pelo predomínio da violência, pela confusão da anarquia, pelo revolvimento da sociedade (ARAÚJO JUNIOR, 1847, apud MELLO, 1997, p. 400-401).

Ao escrever o trecho citado, José Tomás Nabuco de Araújo Junior. (1813-1878) se referia ao conflito entre liberais e conservadores no contexto político do Movimento Praieiro (Pernambuco, 1848), mas nem por isso deixava de expressar sua crença na legitimidade do poder das famílias na política imperial. Mas não era de qualquer família, como podemos ver. Sua defesa se referia àquelas famílias “numerosas, antigas e ricas” que historicamente se colocaram nas “melhores posições sociais”. Para ele, a autoridade e o poder desses grupos eram garantias da estabilidade do Estado e da paz social. Ao contrário, o questionamento da supremacia dessas famílias era

visto como sinônimo de “desordem”, anarquia e tempos de violência. Para entendermos melhor as palavras do autor, vale apresentarmos uma breve trajetória desse homem, que foi um grande articulador político do Império.

Nabuco de Araújo Junior nasceu em Pernambuco e alcançou grande projeção na vida pública, tendo ocupado cargos de prestígio nacional: foi presidente de província, quatro vezes deputado geral, três vezes ministro da Justiça, além de senador e conselheiro de Estado por vinte e por doze anos, respectivamente. O sucesso político por ele alcançado se assemelhou ao de seu pai, o senador José Tomás Nabuco de Araújo (1785-1850), que também foi ministro da Justiça e presidente de diversas províncias. Como podemos ver, ao defender a importância das chamadas famílias “numerosas, antigas e ricas” na política imperial, Nabuco de Araújo se baseava não só no exemplo dos Cavalcantis, citado em seu texto, mas no exemplo de sua própria família e de outras que consolidaram seu prestígio ao longo de gerações, fosse atuando diretamente na política, fosse tecendo redes de solidariedade que garantissem seu poder e as conectassem com as decisões da corte.



A sociedade imperial

Como afirma o historiador Ilmar Mattos, a lógica vigente na sociedade brasileira do século XIX era fortemente marcada por sentimentos de exclusão e elementos de diferenciação social, pautados na negação da liberdade e da propriedade. No topo da hierarquia social estavam aqueles homens e mulheres livres, nascidos no Brasil, pertencentes à raça branca e proprietários de escravos, que compunham a chamada boa sociedade do Império. A combinação entre os critérios de liberdade e propriedade diferenciava a boa sociedade tanto do mundo do trabalho (constituído pelos escravos) quanto do mundo da desordem (constituído por homens livres e pobres). No último caso, apesar de bem distantes, tinham em comum o fato de serem proprietários de suas próprias pessoas, o que não ocorria

com os escravos, tratados como coisas e propriedades de outrem. À boa sociedade era dada a competência para governar (mundo do governo), compondo, assim, a classe dirigente do Império.

O conceito de classe dirigente, proposto por Ilmar Mattos e seguido neste módulo, não se restringe à burocracia do Estado em seus diferentes níveis.

Ao contrário, a classe dirigente incorporava todos aqueles que aderiram aos princípios de ordem e civilização do Império, envolvendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além de professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes não públicos, enfim a chamada boa sociedade. (MATTOS, 1990, p. 3-4).

Para a implementação do projeto político de centralização do Estado, iniciado no Regresso Conservador sob a batuta saquarema, foi preciso uma negociação constante entre a Coroa e essas antigas famílias que havia muito detinham os poderes locais. Se, por um lado, a Coroa necessitava quebrar o monopólio de poder das mesmas para dar prosseguimento à centralização desejada, por outro sabia que o enfrentamento direto não era a melhor tática a ser utilizada. A solução veio através de um projeto político hegemônico de *manutenção da ordem* que atuou como um importante amálgama entre as diferentes famílias e os grupos de interesse do período. Por intermédio da garantia do direito à propriedade escrava e à terra, o projeto saquarema atendia às antigas famílias, que se perpetuavam como classe dominante, ao mesmo tempo que alargava a composição dessa mesma classe a outros setores de homens livres e proprietários, principalmente profissionais liberais e camadas médias urbanas. Para esse grupo, o Estado centralizado era colocado como o único capaz de realizar tal feito e assegurar a ordem social escravista desejada.

Como face complementar à manutenção da ordem no projeto imperial em questão e inseparável dela, colocava-se a *expansão da civilização*, que era entendida como uma aproximação aos valores europeus, ditos civilizados. Assim, o Império procurava pertencer ao rol das nações mais desenvolvidas, mas também ia construindo cotidianamente valores comuns à boa sociedade que, em última instância, atuavam para a formação de uma identidade de classe para além dos interesses políticos e econômicos. Esses novos valores introduzidos, com o tempo, mudaram significativamente o *habitus*, os padrões de comportamento e as formas de viver em família da classe dominante.



O conceito de *habitus*

O conceito de *habitus* foi definido pelo sociólogo alemão Norbert Elias ainda na década de 1930, porém sua obra só teve maior circulação acadêmica a partir dos anos 1980, 1990. Segundo ele, o *habitus* é uma forma de sentir e agir não reflexiva, inconsciente e equivalente a uma segunda natureza, que, por meio do autocondicionamento psíquico, pouco a pouco vai fazendo parte da estrutura da personalidade do indivíduo. Por exemplo, alguns impulsos orgânicos pertencentes à natureza do indivíduo, como cuspir, escarrar e arrotar, foram regulados socialmente, fazendo surgir, assim, sentimentos como nojo, vergonha e embaraço, que autocerceiam os indivíduos.

Em sua teoria geral do “processo civilizador”, Elias explica que o *habitus* se constitui na interiorização das pulsões, quando os indivíduos deixam de ser controlados por alguma força externa, violenta, e passam a internalizar as proibições, transformando-as em uma segunda natureza.

Você pode conhecer melhor os conceitos e discussões enfrentadas por esse autor lendo alguma de suas obras: *A sociedade de corte*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995, e *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1/ v. 2. Boa leitura!

A análise do texto de Nabuco de Araújo Junior e dos dados até aqui apresentados nos mostra um aspecto fundador da identidade de classe e da dinâmica imperial: a crença na hierarquia como parâmetro organizador da sociedade. Como podemos perceber, as ideias defendidas por Nabuco de Araújo Junior, não estavam isoladas, elas constituíam um dos princípios do *éthos* senhorial. Eram, portanto, um valor de classe compartilhado por todos aqueles que formavam a chamada "boa sociedade", constituída por homens e mulheres livres e proprietários. Diferentemente das sociedades que têm a democracia como norte e almejam a igualdade entre seus cidadãos, a sociedade imperial era regida pela lógica da diferença, assegurada por lei pela Constituição de 1824, que diferenciava cidadãos ativos, cidadãos passivos e não cidadãos.

Nesta aula teremos uma dupla tarefa. Em primeiro lugar, vamos aprender como as famílias da boa sociedade se integraram à política e aderiram ao projeto político do Império. Quais os canais de participação utilizados por seus membros? Como mantiveram os seus poderes locais nas diferentes regiões? Como o poder central conviveu com os poderes familiares há muito estabelecidos? Em segundo lugar, estudaremos as mudanças ocorridas nas relações familiares e nas formas de viver em família da classe dominante do Império ao longo do XIX. Como as estruturas familiares reagiram ao processo de expansão da civilização e à introdução de hábitos familiares típicos da sociedade burguesa europeia? Essas são algumas das questões que buscaremos responder a seguir.



Atende ao Objetivo 1

1. De acordo com o texto da aula, que valores eram formadores do *éthos* senhorial?

Resposta Comentada

Atuavam como valores compartilhados pela classe senhorial a noção de que a sociedade é baseada na desigualdade (lógica da diferença); certo sentimento aristocrático, que valorizava somente um tipo de família como legítima (católica, monogâmica); a solidariedade familiar, que gerava uma proteção de patrimônio e riqueza entre os membros da parentela, já que a queda de um membro afetava socialmente todo o ramo familiar; o tratamento do casamento, como uma oportunidade de alinhar as chances de perpetuação da mesma para o futuro.

Redes familiares, redes de poder: o lugar da família na política imperial

Para discutirmos como as famílias da boa sociedade se integraram ao projeto saquarema e participaram da política imperial, vamos começar definindo como esse grupo social pensava o conceito de família, ou seja, o que era família para a classe dominante do Império? Para responder a essa pergunta, recorreremos aos dicionários do século XIX.

Na obra de Antônio de Moraes Silva, o termo "família" era definido como: "as pessoas de que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, pais de família, mas mais estritamente se diz do pai, da mãe e filhos, ou que vivam na mesma casa, ou em diversas casas. Os parentes e aliados". Portanto, além da variedade de sua composição, a família não necessariamente deveria habitar o mesmo domicílio. Outro aspecto bastante interessante, que nos dicionários se encontra relacionado à família, é o da privacidade. Por diversas vezes, a palavra "família" esteve ligada à "familiaridade, amizade, convivência sem cerimônia, privança", como na descrição de J. Roquete. Como se percebe, para além do sangue e das alianças políticas, também estavam em jogo vínculos constituídos por amizade e intimidade. Contudo, a palavra "família" podia adquirir ainda um sentido legitimador da hierarquia social constituída:

(...) um homem de boa família é um homem que pelos laços de sangue está unido a certo número de pessoas que na sociedade e pelas razões já ditas gozam de um lugar privilegiado. Isto se chama uma família distinta, honesta, estimável. Quando os títulos, as altas dignidades e os grandes empregos se hão multiplicados e conservado sem quebra durante largo tempo em uma mesma família, quando os membros que compõem estas famílias quiserem levar mais adiante a distinção ordinária de família, e daqui lhe veio o nome de casa (FARIA, 1859).

Aqui, mais uma vez, a lógica da diferença, descrita por Nabuco de Araújo Junior, era reiterada. Portanto, “ser de boa família” equivalia a poder participar dos mundos da política e do governo, gozar dos atributos de liberdade e propriedade, além de viver com opulência. Dessa realidade derivava um sentimento aristocrático que influía nas próprias formas de ver o mundo e de se ver no mundo. Em última instância, esse sentimento aristocrático se constituía enquanto um *habitus*, uma segunda natureza, compartilhada pelos indivíduos que compunham as “melhores famílias” e, por consequência, pelo próprio grupo dirigente, atuando, ao mesmo tempo, como padrão de comportamento e elemento de identidade de grupo. O sentimento aristocrático compartilhado por essas famílias estava de pleno acordo com o projeto imperial de expansão da civilização, que tinha como modelo ideal os gostos e padrões culturais das nações europeias.

Apesar de terem existido inúmeros modelos de família e de formas de viver em família, fosse entre os escravos, fosse entre forros, sitiantes, arrendatários, vendedores e toda sorte de homens livre e pobres, os dicionários preferiam desconsiderá-los em suas descrições. As referências de Antônio Moraes Silva estão centradas no que era idealmente concebido como o modo de viver da classe dominante. Assim, o discurso social acerca da família, produzido no interior desse grupo, corroborava um sentimento aristocrático que excluía as outras possibilidades de formações familiares e se autoelegia como a família socialmente aceita. Esta era, sem dúvida, mais uma forma de respaldar a lógica da diferença que regia a sociedade imperial: diferença entre livres e escravos, diferença entre proprietários e não proprietários, diferença entre as conformações familiares socialmente aceitas etc.

Agora que já vimos que o conceito de família, da forma como foi entendido e vivenciado pela classe dominante, era fundamental na perpetuação da lógica da diferença que regia a sociedade imperial, vamos estudar quais mecanismos de controle eram utilizados por esse grupo para manter o seu poder político.



Família patriarcal e patriarcalismo

Para o sociólogo Gilberto Freyre, a organização familiar patriarcal era central para a compreensão da sociedade brasileira e estava diretamente ligada à colonização portuguesa de base rural e escravista. Em suas palavras:

A família, não o indivíduo, e nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é, desde o século XVI, o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, (...) a força social que se desdobra em política, constituindo-se numa aristocracia colonial (FREIRE, 1998, p. 18).

Centrando seus estudos em Pernambuco e no Recôncavo Baiano, primeiras regiões de colonização efetiva, Freyre afirmava que a família patriarcal atuou praticamente sozinha na instalação das fazendas, na compra de escravos, na aquisição de ferramentas etc. Essa relativa independência abriu espaço para o fortalecimento da família enquanto força social que se desdobraria em política e comporia uma das aristocracias coloniais mais poderosas da América Latina, que constituíram uma liberdade política considerável em relação aos mandos da metrópole europeia. Como resultado, pouco a pouco, a família latifundiária acumulava uma massa de poder que, em breve, competiria com o próprio poder central da metrópole portuguesa. No interior das casas-grandes, o domínio masculino do *pater-famílias* era legitimado através da violência e do autoritarismo sobre os outros membros da parentela. Para Freyre, assim como para Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido e outros, a definição principal de família patriarcal se baseava na relação entre desiguais: pais e filhos, homem e mulher, branco e negro, senhor e escravo, senhor e agregado, e assim por diante.

Na década de 1980, com a consagração dos métodos da demografia histórica entre os historiadores e antropólogos brasileiros, o modelo patriarcal de família foi questionado. O principal foco de crítica foi o estereótipo da família numerosa, parentes, agregados, escravos, submetidos ao poder absoluto do chefe da casa – a um só tempo, marido, pai e patriarca, verdadeiro *dominus* da casa-grande. A antropóloga Mariza Corrêa foi pioneira ao afirmar:

A história das formas de organização familiar no Brasil tem-se contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica – a família patriarcal –, um tipo fixo em que personagens, uma vez definidos,

apenas se substituem do decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais. (CORRÊA, 1982, p.15).

A crítica de Mariza Corrêa, compartilhada por outros historiadores, era proveniente da comprovação de que, em outras regiões coloniais, o modelo de organização familiar patriarcal e extenso não foi seguido pela maioria da população. Segundo ela, Gilberto Freyre e Antônio Cândido, ao estudarem a família na classe dominante, acreditaram que seu ideal pudesse ser praticado por outros grupos, em diferentes épocas e lugares, generalizando a convivência familiar patriarcal para toda a sociedade brasileira.

Contudo, é bom lembrar que, para Freyre, não havia uma equivalência entre os conceitos de família patriarcal e família extensa. A preocupação com o número de pessoas que coabitavam o mesmo domicílio não era essencial para a formulação de sua noção de patriarcalismo, exceto como indício do poder do *pater-famílias*. Da mesma forma, o autor nunca havia negado a existência de outros tipos de organização familiar diferentes do patriarcalismo, apenas não os considerava predominantes na região de Pernambuco e do Recôncavo Baiano.

Portanto, proponho que se entenda patriarcalismo como uma representação de família enquanto grupo estruturado em uma hierarquia, em que “todo mundo conhece o seu lugar” e valorizava os componentes de um determinado grupo muito mais como parte de uma família do que como indivíduos.

Para quem se interessa em aprofundar a discussão sobre família patriarcal, uma boa sugestão de leitura é: FARIA, Sheila de Castro. *História da família e demografia histórica* In: VAINFAS, R.; CARDOSO, C. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Para exemplificar o que estamos falando, vejamos o caso da família Avellar na região do médio Vale do Paraíba. Proveniente de migrantes portugueses que se estabeleceram no Rio de Janeiro e fizeram fortuna com o comércio de grosso trato, seus membros se tornaram proprietários da sesmaria do Pau Grande ainda na segunda metade do século XVIII. Em 1794, entre os bens da companhia de

comércio Avellar & Santos, dos irmãos e sócios Antônio Ribeiro de Avellar e Antônio dos Santos, era listado juntamente com joias, moedas, prédios, navios e escravos, um patrimônio de 17 sesmarias – cinco no Pau Grande, cinco em Ubá e sete no Guaribu. Podemos depreender desse exemplo dois aspectos importantes do funcionamento da sociedade imperial. Primeiramente, o fato de que a ocupação precoce de terras na região do Vale do Paraíba, quando ainda era uma área de fronteira agrícola aberta, aliada a recursos financeiros não agrícolas, consolidou uma fortuna e fez dessa família uma das maiores proprietárias da região. Em segundo lugar, é interessante notar que, mesmo sendo uma família cuja principal fonte de renda era o comércio, houve investimentos em aquisição de terras. Tal preocupação comprova a tese de João Luís Fragoso, para quem a aquisição de terras era uma forma de adquirir prestígio social dentro da lógica econômica de Antigo Regime vigente até, pelo menos, a década de 30 do século XIX.

Na primeira década do século XIX, a família transformou a sesmaria do Pau Grande em sua principal moradia e fonte de renda, dedicando-se primeiramente à exportação de açúcar e, a partir de 1830, à de café. Para se ter uma ideia do poder político conquistado pelos Ribeiro de Avellar, na ocasião da transferência da Câmara Municipal da vila de Paty do Alferes para Vassouras, dos sete vereadores e quatro suplentes eleitos, três pertenciam à família: Joaquim Ribeiro de Avellar (proprietário da Fazenda Pau Grande), seu sobrinho Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar (dono das terras do Guaribu) e seu irmão Francisco Ribeiro de Avellar (dono da Fazenda Japão). Na eleição seguinte, Joaquim foi eleito para a presidência da Câmara e Francisco para juiz de paz, sem falar dos irmãos Paulo e Manoel Gomes Ribeiro, que venceram o pleito para vereador em 1841.

Ao ocuparem cargos políticos nas localidades em que viviam, os membros das famílias da classe dominante também adquiriam responsabilidades com o orçamento municipal e o levantamento de fundos para obras públicas, inclusive por intermédio de contribuições

privadas. Por exemplo, durante a visita do imperador a Vassouras, em 1848, a Câmara decidiu que as despesas seriam repartidas entre os principais fazendeiros da região, e D. Pedro II ficou hospedado na casa do vereador Pedro Correia e Castro, que arcou com todas as despesas referentes à estada do soberano. Como resultado da visita, D. Pedro doou dois contos de réis para a construção de um chafariz parietal e distribuiu uma série de concessões honoríficas e títulos aos grandes proprietários locais. Um dos condecorados foi o próprio Pedro Correia e Castro, que passou a barão com grandeza do Tinguá e retribuiu o título com a construção da Santa Casa da Misericórdia de Vassouras, no valor de dez contos de réis, importância cinco vezes maior do que a contribuição do imperador.

A política de distribuição de recursos levada a cabo pelo Estado imperial, como acabamos de explicar, favorecia os fazendeiros em um duplo aspecto. De um lado, buscava incentivar medidas que trouxessem desenvolvimento econômico, como a concessão de créditos agrícolas e a construção de ferrovias que auxiliassem no escoamento da produção. De outro, ao não ocupar esse espaço, em nível local, no tocante às províncias, a Coroa deixava um vazio que era preenchido pelos grandes senhores de terras e homens que em troca almejavam prestígio social, títulos e privilégios políticos. Ao ocuparem esses espaços, os grandes proprietários consolidavam seu poder triplamente: perante a Coroa, seus pares (outros membros da classe senhorial) e a população local.



Guarda Nacional e juízes de paz

Importantes cargos ocupados regionalmente pelas principais famílias eram os de coronel da Guarda Nacional e Juiz de paz. A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831 como uma corporação paramilitar municipal que seria subordinada aos juízes de paz.

De acordo com o primeiro regulamento, a milícia era composta por todos os brasileiros entre 21 e 60 anos – inclusive os filhos, que viviam sob pátrio poder –, desde que auferissem renda mínima para serem eleitores. Tratava-se, pois, de um corpo de cidadãos, definidos segundo os critérios censitários da Constituição de 1824. (...) Os contingentes da Guarda Nacional só eram acionados, porém, se constatada a ineficácia das forças policiais. (..) Segundo alguns autores, mais do que uma força repressiva, o papel primordial exercido pela Guarda Nacional foi o de expressar, no plano simbólico, a ordenação elitista da nação que se pretendia forjar (VAINFAS, 2002, p. 118-120).

No contexto das reformas no sistema judiciário imperial, em 1827, foi criado o posto de juiz de paz, “um magistrado sem formação específica, sem salário, eleito pela população para exercer nas paróquias a função de juiz em casos menores, visando, sobretudo, conciliar litigantes” (VAINFAS, 2002, p. 451-452).

É prudente lembrar que o peso dessas famílias na política não deve ser medido somente pelos cargos ocupados diretamente por seus membros ou por suas relações estreitas com outras famílias abastadas da região e/ou da corte. Para que se entenda melhor os mecanismos de poder dessas importantes famílias, é necessário que consideremos ainda outras relações – tais como laços de compadrio, vínculos pessoais, favores, interesses eleitorais, arrendamento de terras e/ou instrumentos de trabalho – estabelecidas com os chamados “homens livres e pobres”, seus agregados, que se revertiam em maiores poderes às grandes famílias locais.

Era de interesse dos patriarcas das importantes famílias locais legitimar cotidianamente seu poder por meio de políticas de domínio paternalista. Mas o que era isso?



Figura 9.1: Senhor e seus escravos, em foto de Militão Augusto de Azevedo, São Paulo, 1870.

Segundo Sidney Chalhoub, eram atitudes e práticas que se baseavam na ideia de que o lugar social que os sujeitos ocupavam dependia das relações pessoais que estes fossem capazes de assegurar com indivíduos e famílias de maior cabedal social do que o seu. Assim, mantinham-se os costumes de hierarquia, autoridade e dependência havia muito instituídos. Por meio das políticas de domínio paternalista, a influência desses grandes senhores se estendeu não só aos arrendatários e sitiantes, seus agregados, que se dedicavam à agricultura em suas terras e deles dependiam, mas também aos vendeiros, tropeiros e comerciantes de pequeno porte com negócios nas proximidades. Isso sem falar do comando exercido sobre seus plantéis de escravos, que era garantido por intermédio do “monopólio da violência” sobre aqueles que não tinham o controle sobre a própria vida e liberdade. Na foto apresentada, a política de domínio paternalista pode ser percebida na própria forma como os atores sociais se posicionaram diante do fotógrafo: o senhor no centro, à frente, e os escravos atrás, formando diferentes planos. A condição de cativo vinha claramente marcada pelos pés descalços, contudo roupas e acessórios nos permitem especular

uma certa hierarquia entre os escravos desenhada no seio de uma política cotidiana de distribuição de favores para melhor garantir a dominação e a dependência.

As famílias importantes consolidavam seu papel de classe dirigente por meio de uma supremacia na política e na economia local. Suas forças extrapolavam os limites da família extensa e teciam uma verdadeira capilarização de influências e distribuição de favores que não se limitavam simplesmente à região onde estavam estabelecidos e podia, em alguns casos, chegar até a corte. A historiadora Maria Sylvia de Carvalho Franco fez um estudo pioneiro sobre os homens livres e pobres na ordem escravocrata. Ela enfatizou a pluralidade de condições de vida e de relações que os homens livres e pobres podiam constituir com os grandes proprietários rurais ao nível de relações de compadrio, vínculos pessoais, favores prestados, interesses eleitorais etc. A autora, assim como os historiadores Stanley Stein e Warren Dean, destacou a pouca oferta de terras como favorecedora do pequeno grupo de ricos proprietários. Mas, para Maria Sylvia, os vínculos pessoais constituídos entre os chamados "agregados" e os grandes proprietários locais dificultavam a possibilidade de um existir politicamente autônomo, ao mesmo tempo que legitimava a imposição da vontade do mais forte sobre o mais fraco.

Indo por um caminho diferente para discutir o poder dos grandes patriarcas locais, José Murilo de Carvalho chamou a atenção para o voto como um importante instrumento de barganha dos homens livres. Segundo ele, apesar de o voto ter sido censitário durante todo o Império, o número de eleitores era considerado alto se comparado a outros países. A renda mínima anual exigida para os votantes, de acordo com a Constituição de 1824, era de 100\$000 réis, relativamente pequena para os padrões da época. Além disso, seu controle também obedecia a critérios pessoais e pouco definidos, pois, na prática, a Coroa não era eficaz na sua fiscalização. Desse modo, em tempos de eleições, muitos votantes negociavam favores com os chefes políticos porque sabiam que a derrota desses

grandes proprietários significaria desprestígio e perda do controle de cargos públicos. Sob esse mesmo ponto de vista, o historiador Warren Dean salientou que, na região de Rio Claro, os pequenos proprietários faziam parte do restrito eleitorado do Império e assim garantiam a proteção dos grandes senhores e o direito de servirem na milícia. Entretanto, ao efetivarem esses laços de solidariedade, também estavam obrigados a dar uma contrapartida que incluía, por exemplo, a perseguição de escravos fugidos e montar guarda em dia de eleição.

As hipóteses de José Murilo e Warren Dean podem ser confirmadas através de um pronunciamento dos grandes senhores feito no Congresso Agrícola de 1878. Segundo eles, o nível de participação política vigente era muito oneroso, pois obrigava a manter, sob sua proteção, um grande número de votantes por interesses eleitorais. Portanto, essa relação de favorecimentos mútuos que incluíam o voto na pauta de negociação o transformava em moeda de troca, ato de obediência ou de gratidão e lealdade. Como podemos perceber, se por um lado a pouca oferta de terras deixava uma grande parcela da população livre vulnerável às relações pessoalizadas impostas pelos grandes senhores, por outro, essas mesmas relações pessoalizadas abriam possibilidades de acesso à terra e outros benefícios para os dependentes que eram importantes canais de barganha. Contudo, o reconhecimento da possibilidade de negociação entre as partes envolvidas, obviamente, não exclui o caráter desigual e violento dessa relação.

Para finalizar a discussão sobre as redes de poder familiar e seu lugar na política imperial, gostaria de atentar para a noção de solidariedade familiar compartilhada pela boa sociedade. As famílias “numerosas, antigas e ricas” destacadas por Nabuco de Araújo Junior. na introdução desta aula eram, sobretudo, aquelas que conseguiam construir uma sólida teia de relações entre os membros da parentela entendida na sua composição extensa. A solidariedade entre parentes era vista como uma forma de manter o poder político, as influências pessoais e o patrimônio do grupo. Por isso, a morte de um patriarca e o tempo que se seguia até a

abertura de seu testamento, o inventário e a partilha dos bens eram momentos tensos, que podiam colocar em xeque a solidariedade e o patrimônio familiar. Já os casamentos eram encarados como oportunidades únicas de expandir a parentela e consolidar novos laços de solidariedade que, se bem escolhidos, se reverteriam em maior prestígio, cabedal político e econômico para toda a família. Em última instância, as estratégias matrimoniais tinham como finalidade a conservação do *status quo* familiar e de grupo.



Família e poder familiar: o exemplo de Pernambuco

Evaldo Cabral de Mello, analisando as responsabilidades dos patriarcas das famílias da açucarocracia pernambucana, afirmou que

sua primeira e absorvente prioridade é a proteção da parentela e o reforço de sua solidariedade. A família, a restrita como a larga, encontra-se permanentemente sob a ameaça de desagregação e das variações da fortuna. "A família que se desune é a força que por si mesma se destrói", assegura João Alfredo, é a repetição indefinida e imemorial do crime de Caim. (...) O primeiro dever do seu chefe é o de velar por essa união para refazê-la, caso se desfça.

No que se refere ao casamento, pontuou:

Pelo matrimônio a mulher deveria tornar-se antes filha dos sogros do que dos pais, a irmã dos cunhados mais do que dos irmãos. A entrada da recém-casada no grupo doméstico representava assim algo de potencialmente desagregador. Daí que sua estimação não se faça primordialmente em termos de cônjuge, isto é, em termos do seu relacionamento com o marido, mas como parenta, vale dizer, com base no seu relacionamento com a nova família, que doravante é propriamente sua. O casamento endogâmico permitia em princípio reduzir os riscos inerentes ao aparecimento da nora, embora tivesse o inconveniente de repercussões ainda mais negativas na eventualidade de conflito que, nesta hipótese, tenderia a envolver toda a parentela (MELLO, 1997).



[illegible]

<p>Joaquim Ribeiro de Avellar (Barão de Capivary em 1847, com grandeza em 11.10.1848, faleceu em 2.6.1863) – Fazenda Pau Grande</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1833-36, vereador • 1841-44, vereador suplente • 1844-45, coronel da Guarda Nacional e deputado na Assembleia Provincial na terceira legislatura • Grande do Império; comendador da Ordem da Rosa
<p>Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar (Barão de Guaribu em 31.7.1860, faleceu em 4.9.1863) – Fazenda Guaribu</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1833-36, vereador • Imperial Ordem de Cristo; Imperial Ordem da Rosa; guarda-roupa de S.M. D. Pedro II
<p>Francisco Ribeiro de Avellar – Fazenda Japão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1826, sargento-mor • coronel instrutor da Guarda Miliciana • 1833-36, vereador • 1841, juiz de paz
<p>Paulo Gomes Ribeiro de Avellar (Barão de São Luís em 23.10.1861, faleceu em 5. 7.1870) – Fazenda Boa Sorte</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1841-44, vereador • 1849-52, vereador • 1857-60, vereador • 1852, comando superior da Guarda Nacional • comendador da Imperial Ordem de Cristo; Imperial Ordem da Rosa; Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; fidalgo cavaleiro da Casa Real de Portugal (Portugal)
<p>Manoel Gomes Ribeiro de Avellar – Fazenda da Glória</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1841-44, vereador suplente • 1848, chefe da legião da Guarda Nacional • comendador da Imperial Ordem de Cristo e da Imperial Ordem da Rosa
<p>João Gomes Ribeiro de Avellar (Visconde da Paraíba em 1848, faleceu em 12.1.1879) – Fazenda Boa Vista</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1836-37, deputado na Assembleia Provincial na primeira legislatura. Foi ainda reeleito para a 15ª e 16ª legislaturas • chefe do Partido Liberal de Paraíba do Sul • 1838, tenente-coronel da Guarda Nacional • 1847, coronel chefe do Estado-Maior da 8ª Legião, municípios de Valença e Paraíba do Sul • 1848, presidente da Câmara Municipal de Paraíba do Sul • 1852, coronel-comandante superior da Guarda Nacional de Paraíba do Sul e Petrópolis • 1879, coronel da Guarda Nacional de Paraíba do Sul e Petrópolis • 3º vice-presidente da província do Rio de Janeiro • Grande do Império; dignitário da Ordem da Rosa; comendador da Ordem de Cristo
<p>Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar – Fazenda Boa Sorte</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1857-60, vereador suplente • capitão da Guarda Nacional

Joaquim Ribeiro de Avellar (Visconde de Ubá em 14.3.1887) – Fazenda Pau Grande	<ul style="list-style-type: none"> • 1849, tenente-coronel da Guarda Nacional • 1855, jurado eleitor e comandante do batalhão da Guarda Nacional • oficial da Imperial Ordem da Rosa; fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, sócio correspondente do IHGB
Antonio Gomes Ribeiro de Avellar	<ul style="list-style-type: none"> • 1877, tenente-coronel da Guarda Nacional

Fonte: Adaptado de Muaze, 2008, p. 64-65.

Comentário

O quadro demonstra, a exemplo do ramo familiar Ribeiro de Avellar, que importantes famílias da classe senhorial oitocentista conseguiam enraizar seus poderes por intermédio da conquista de cargos políticos no legislativo, participação na Guarda Nacional, obtenção de grandes propriedades rurais, aquisição de títulos de nobreza, aquisição de cargos junto à burocracia da corte, conquista de comendas etc. É interessante notar como esses atributos de poder e prestígio se superpunham e acabavam se concentrando nos mesmos ramos familiares. Todavia, é importante salientar que o peso destas famílias na política não deve ser medido somente pelos cargos ocupados mas, sobretudo, pelas relações estreitas que construíam tanto com outras famílias abastadas da região e/ou da corte – por meio de laços de compadrio, vínculos pessoais, políticas de casamentos e troca de favores – quanto com “homens livres e pobres”, seus agregados, e sua escravaria sobre a qual faziam valer políticas de domínio paternalista.

O triunfo da família oitocentista

A Rua do Ouvidor

Antigamente, do meio-dia às três horas da tarde, todo o Rio de Janeiro dormia a sesta, e reinava um silêncio sepulcral nas ruas e praças. (...) Hoje em dia, graças ao ponto das repartições, tudo mudou!

À noite, (...) a rua do Ouvidor se torna magnífica, esplendida, maravilhosa! Vende-se o duplo do que se vendeu durante o dia. (...). Ali passeiam famílias e famílias. São belos ranchos de moças, a maior parte com seus semblantes amorenados que é a tez do Rio de Janeiro. Esses ranchos que vão, esses ranchos que vêm, como num salão de baile, já não são, graças a Deus, como na antiga caricatura de J. B. Debret, uma procissão de formigas carretadeiras na qual o pai de família vinha à frente com o seu guarda-chuva ao ombro, depois a mãe com os braços sobre o peito, segurando o lenço, o leque e o livro da missa, depois a filha mais velha, depois a do meio, depois a última, depois o menino-homem encasacado, engravatado, encapelado por um chapéu de canudo e embengalado, depois a ama com a menina do peito, envolta em uma toalha imensa, rendada e bordada, depois a mucama da senhora moça, depois o pajem do senhor moço que, muitas vezes, ia em faldas de camisa e por fim também o tótó!

Hoje em dia lá uma ou outra família, apegada às tradições, ainda leva a escravatura após si, mas a moda passou e a caricatura de J. B. Debret apenas recorda o mau gosto dos nossos antepassados.

E como se mudam os tempos e costumes! Eu, que ainda há uns anos passados não podia entrar em um botequim, que não tinha licença para isso, vejo agora as senhoras tranqueando as confeitarias, arrastando cadeiras, sentando-se à roda das mesas, e pedindo sorvetes, nevados, doces, pastéis, vinhos, licores e cerveja aos caixeiros, como d'antes nossas mães pediam a nossa gente negra, mas de porta adentro. (...)

As estrangeiras deram o exemplo; as brasileiras seguiram-o;
e hoje é moda! Ice! Glace! Gelo! É o grito que desperta
a caravana familiar; as meninas apontam para as letras
(...), o pai faz um sinal consuetudinário e o salão acolhe
os novos bem-vindos (SILVA, 1862, p. 235).

A crônica escrita pelo historiador e crítico literário Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891) é uma fonte bastante interessante para pensarmos como os novos hábitos ditos civilizados, que tinham como modelo os costumes europeus, foram introduzidos e incorporados pela sociedade imperial. Nela, os novos costumes são descritos de forma positiva, tendo destaque a agitação do centro urbano do Rio de Janeiro, a influência dos horários das repartições públicas no cotidiano da cidade, a grande movimentação noturna na rua do Ouvidor, o aumento do comércio e da oferta de produtos variados, a maior frequência feminina nos cafés e confeitarias, o crescimento dos cuidados com a moda e as vestimentas, enfim, uma série de novidades nas formas de se portar no espaço público. Contudo, não é à toa que o foco principal escolhido por Joaquim Norberto para conduzir seu texto tenha sido o comportamento familiar. Todas estas novidades estariam efetuando uma série de transformações na família e nos costumes familiares da boa sociedade. (Digo boa sociedade porque é para esse grupo que o cronista escreve e é dele que fala no texto.) Por isso, segundo ele, a imagem de Debret, antes tão valorizada, não seria mais representativa desse grupo que agora se organizaria de outras maneiras.

A percepção de Joaquim Norberto será por nós interpretada à luz do projeto Imperial de *expansão da civilização*, em vigor desde a década de 1840. Portanto, como já explicamos na introdução desta aula, era preciso criar uma identidade de grupo, valores de classe, modos de comportamento comuns que fizessem com que a boa sociedade do Império se sentisse em consonância com um universo mais amplo, não só no que dizia respeito ao Império do Brasil mas ao mundo europeu, com destaque para as culturas francesa e inglesa, encaradas como “locomotivas da civilização”. Cabe agora

questionar quais foram essas transformações desencadeadas no espaço privado. Até que ponto esses novos valores foram capazes de modificar as relações familiares e a concepção patriarcal de família vigente até então?

Partiremos do princípio de que há uma modificação significativa das formas de vivenciar os papéis familiares a partir da segunda metade do século XIX. Alguns valores associados ao modelo patriarcal de família sofreram desgaste e um novo *habitus* foi sendo incorporado. Tais transformações podem ser investigadas, dentre outras fontes, através da literatura, dos diários, das cartas e dos álbuns de fotografia do século XIX. No entanto, não se trata de mera substituição do “velho” pelo “novo” ou de um “modelo patriarcal” por um “modelo nuclear e burguês” de família. Nosso argumento é que, no Brasil, para atender aos interesses da classe dominante, os *habitus* europeizados passavam por um processo de ressignificação que buscava conciliar diferentes elementos como modernidade, ideal aristocrático e patriarcalismo. A partir dessa hipótese, analisemos a seguir os principais papéis familiares.

Haverá prazer maior do que sente uma mãe quando tem consciência de haver bem cumprido os deveres acerca de seus filhos? (...) Tudo sorri no futuro de uma tenra mãe que, educando seus filhos, não vive nesse mesmo futuro mais do que a realização de sua verdadeira felicidade e a consolidação de poder dizer a si própria: Eu compri, quanto me foi possível, os deveres que a natureza me impôs (O *Álbum Semanal*, 8 fev. 1852, p. 55-56).

O pensamento editado no periódico *O Álbum Semanal* foi escolhido por ser representativo da valorização da mulher, agora elevada ao papel social de mãe. A ela caberiam as funções de zelar pela vida doméstica, pelo governo da casa e pela criação dos filhos. Neste sentido, sua educação e instrução se tornaram condições básicas para que pudesse concretizar a tarefa para a qual teria vindo ao mundo, uma espécie de dom natural, na consideração dos

seguidores de Rousseau, ou dado por Deus, para os mais adeptos ao discurso religioso: a maternidade. Assim, o universo feminino, antes encerrado no ambiente doméstico sob eterna vigilância do patriarca, adquiriu importância privada – como educadora dos filhos – e pública – como formadora dos futuros cidadãos do Império.

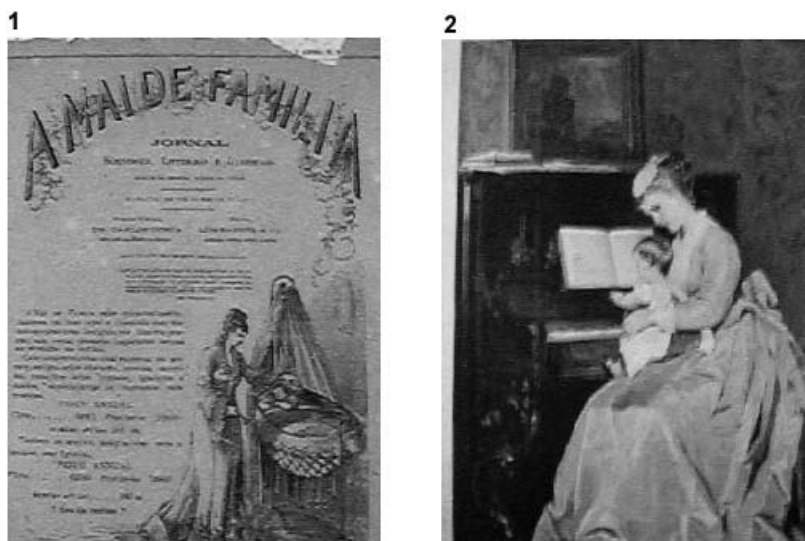


Figura 9.2: Periódico *A Mai de Família*, da década de 1880. (Casa de Rui Barbosa, Coleção Plínio Doyle.)

Os jornais voltados para o público feminino, que passaram a ter grande circulação entre as famílias da classe senhorial do Império a partir de 1850/60, divulgavam, através de pensamentos, máximas, textos literários e imagens, o novo perfil feminino esperado. Nele, a mulher era valorizada em seu papel de mãe e educadora, e as amas, mucamas e toda a infinidade de escravas que compunham o cotidiano doméstico simplesmente não silenciadas. O texto que acompanhava as imagens mostradas no periódico *A Mai de Família* dizia: “Instruir as mães de família, ensinar-lhes a nutrir, criar os seus filhos e demonstra-lhes que a educação da primeira idade compete à mãe.” Contudo, sabemos que as resistências foram grandes e que a figura da ama de leite, só para citar um exemplo, continuou fazendo parte do cotidiano das famílias da boa sociedade ainda por muito tempo.

No novo modelo de comportamento era requerido à mulher que mantivesse uma convivência social com aqueles convidados a frequentar a casa. Sua obrigação era a de “bem receber” e criar uma atmosfera agradável aos visitantes. Da mesma forma, no espaço público, valorizavam-se os espaços de convivência e multiplicavam-se as possibilidades de sociabilidade e consumo: confeitarias, lojas, teatros, clubes, óperas, bailes, *soirés* etc. Assim, muitas famílias de grandes fazendeiros tinham residências ou se hospedavam em Petrópolis e na corte para terem acesso a eventos sociais, cada vez mais frequentes:

Ontem foram ao Cassino só para que José aproveitasse o último. Esteve sofrível! (Carta de D. Leonarda Maria Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar. Rio, 29 de novembro de 1853).

Fomos ao teatro uma noite para ver as dançarinas francesas que são muito boas e tivemos bastante saudades de ti e do Joaquim (Carta de D. Leonarda Maria Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar. Rio, 4 de novembro de 1857).

Na vida doméstica, era de responsabilidade das mulheres da classe senhorial o governo da casa. Elas mantinham um dia a dia repleto de obrigações: o trato com os escravos, a direção dos estudos e da educação dos filhos, a organização dos gastos com representação, a contratação de professores, médicos, cozinheiros etc. Algumas mulheres, esposas de fazendeiros, também ficavam encarregadas de tarefas ligadas à fazenda, como as festas de batismo e a distribuição de roupas para os escravos. No ano de 1869, a Sra. Mariana Velho de Avellar, proprietária da Fazenda Pau Grande, contabilizou a distribuição de três lotes de mudas de roupas para escravos: o primeiro com duzentas, o segundo com sessenta e o terceiro com cem. E D. Maria Isabel de Lacerda Werneck, viscondessa do Arcozelo, proprietária das fazendas Monte Alegre,

Piedade e Freguesia, escreveu em seu diário em 20 de fevereiro e 24 de julho de 1887, respectivamente: "...todas as pretas e crianças das três Fazendas tomaram roupa", "todos os pretos de M. Alegre tomaram juponas e as pretas paletós de baeta."

No que concerne ao papel masculino, conforme o novo *habitus* em construção, cabia ao pai as funções de dar exemplo de boa conduta moral e educação aos filhos, além de supervisionar as orientações femininas. Máximas e reflexões que legitimavam a prática social desejada eram publicadas nos diferentes jornais da corte:

O chefe de família que procede de forma a não escandalizar a moral e a sociedade terá o prazer de ver crescer seus filhos na mais perfeita harmonia, amando-se mutuamente, e ligando-se nos seus divertimentos e trabalhos. Tais filhos serão sem a menor dúvida excelentes pais e perfeitos cidadãos (REVISTA POPULAR, 1862).

Ao longo do século XIX, o homem continuou como a figura de comando no círculo familiar e na sociedade. Seu poder estava, sobretudo, respaldado na tradição e no Código Civil, que o colocava como gerenciador dos bens femininos e seu principal responsável perante a sociedade. Contudo, a tarefa masculina mais importante se manteve atrelada à esfera da produção, pois eram os chefes de família os principais responsáveis pelo sustento material do grupo. Aos patriarcas da boa sociedade cabia a manutenção da riqueza e do patrimônio familiar. Para tanto, além de zelarem por tudo que dizia respeito à administração de bens e capital, também deveriam cuidar da perpetuação da família no círculo da elite por meio de uma eficiente política de casamentos e de laços de amizade que os respaldassem no presente e futuro. Assim, reafirmava-se o ditado popular: "Se não queres casar mal, casa com igual."

O que se percebe é que as estratégias matrimoniais vigentes tinham como finalidade a conservação do *status quo* na transição de uma geração para outra. A boa escolha dos casamentos para os herdeiros e herdeiras significava, na prática, a perpetuação do nome e da honra de uma determinada casa familiar no tempo. Esse prestígio e esse poder vigoravam como uma herança imaterial que era repassada aos herdeiros; mantê-la para as próximas gerações era um dos grandes desafios. As exigências minuciosas, feitas pelas famílias durante os arranjos matrimoniais, revelam o esforço de consolidação de novas alianças políticas, econômicas e sociais com o objetivo de estruturar uma rede familiar complementar que, em última instância, ia dar continuidade às casas familiares envolvidas. Desta forma, ao final, acabava-se reproduzindo uma dinâmica baseada na lógica da diferença.

O novo *habitus* civilizado compartilhado pela classe senhorial implementou algumas modificações importantes no padrão vigente até então, como, por exemplo, a aproximação das idades dos futuros cônjuges, certamente por influência do Romantismo e do discurso médico-científico. Outra modificação que podemos citar foi a ocorrida no próprio cerimonial do casamento, que se sofisticou como cerimônia pública e se tornou um evento privilegiado para as famílias da boa sociedade ostentarem seu prestígio. Mesmo assim, as estratégias matrimoniais foram um foco de resistência aos novos valores e parâmetros ligados ao modelo familiar nuclear e ao individualismo. Sem dúvida, as escolhas matrimoniais, assim como o compadrio e as alianças por amizade, continuaram vigorando como estratégias de manutenção de bens e prestígio daquelas consideradas “as melhores famílias do império”.



O dote na sociedade imperial

O dote era uma instituição europeia trazida pelos portugueses para o Brasil, no início da colonização, ainda no século XVI. De acordo com as antigas leis e costumes lusitanos, constavam entre os deveres de pai alimentar, cuidar e dotar uma filha, o que só não ocorria justificado pela grande limitação de recursos materiais. O dote foi uma das principais formas de transmissão da riqueza para mulheres durante o Brasil colônia e, do ponto de vista legal, gozava de proteção no caso de falência do marido e deveria ser devolvido integralmente pelo esposo no caso de divórcio. (...)

Durante muito tempo, o dote serviu para que as filhas adquirissem bons casamentos, pois fornecia um quinhão igual ou superior a sua parte na legítima, proporcionando um desfalque considerável na fortuna do casal progenitor e na herança dos filhos homens. No século XIX, a concessão do dote se transformara. Havia perdido o caráter de veículo privilegiado de transferência de riquezas para que um casal iniciasse sua vida produtiva. Seus valores raramente ultrapassavam a legítima e os pais não necessitavam utilizar a terça [direito do testador de deixar a terça parte da herança a quem julgar de direito] ou melhorar o dote da primeira filha, como ocorria anteriormente. No entanto, apesar de perder força, o dote não havia desaparecido por completo. Apresentou-se sob outras formas e roupagens até que os debates travados através da imprensa, literatura, academia de medicina e outros veículos, acrescidos de um ideal de amor romântico, acabassem, pouco a pouco, diluindo esta tradição por completo. (...)

Na sociedade oitocentista, interessava aos futuros maridos das famílias da elite, mulheres com outros atributos, tais como: instrução, educação, além de prestígio e influência nos círculos sociais da Corte. (...) No Brasil, como a grande maioria dos casamentos era efetuada em regime de comunhão de bens, qualquer ressalva que modificasse esse contrato selado por lei deveria ser efetuada através de pactos nupciais registrados em cartório (MUAZE, 2008, p. 45, 48).

Muito embora os papéis masculino e feminino tenham sofrido uma importante reconfiguração, talvez a maior alteração na dinâmica interna da família esteja na valorização sofrida pela criança. A partir da segunda metade do século XIX, o tema da criança e da infância se tornou cada vez mais constante e de interesse das famílias da classe senhorial. Sua educação e sua instrução passaram a ser de interesse de todos. Os jornais voltados para o público feminino de elite, por exemplo, são uma boa fonte para acompanharmos esse processo de transformação. Suas páginas estavam repletas de máximas, pensamentos e conselhos que legitimavam os novos parâmetros de educação e instrução infantil desejados. Muitas dessas publicações eram assinadas pelas mães de família que nelas buscavam sugestões, informações, jogos educativos e brincadeiras que pretendiam, de maneira lúdica, formar as crianças e os futuros cidadãos do Império.

Acompanhando esse movimento de valorização da infância, a moda ganhou maior sofisticação de detalhes, indicando que a criança não deveria somente ser bem-educada e instruída, mas também parecer e vestir-se como tal. O novo *habitus* social adotado pela classe senhorial valorizava os cuidados e gastos com representação que passaram a ser considerados fundamentais desde a mais tenra idade, como mostra a carta escrita por Mariana Velho de Avellar em 7 de março de 1863: “...quanto ao vestido de Mariquinhas, mamãe faça o que entender, somente entendendo que quanto mais criança parecer melhor, porém se a modista diz que lhe ficará bem o feitiço quadrado, mamãe dedica com a vontade dela”.

É impossível deixar de relacionar as mudanças ocorridas nos papéis familiares ao longo do Oitocentos com a valorização pública de alguns eventos, tais como casamento, batismo e primeira comunhão. Aos poucos, os cerimoniais aqui relacionados se sofisticam e delimitam privilégios no seio da classe senhorial. Portanto, estas celebrações adquiriram um valor hierárquico externo, pois separavam os membros da aristocracia, que poderiam efetivar tais festas com todo o requinte, daqueles que não tinham condições

socioeconômicas para tal. Contudo, ao mesmo tempo, esse movimento de cisão é também passível de ser verificado no interior das melhores famílias, onde alguns teriam eventos e comemorações mais pomposas do que outros, ou seja, aos poucos, o padrão de comportamento da classe dominante passou a atuar não só como uma marca de distinção entre os pares sociais, mas também como parâmetro para as demais camadas da sociedade.

A corte figurava como principal *locus* de consumo, representação, sociabilidade e vida cultural. Como mostrou a crônica de Joaquim Norberto, a rotina familiar em tais lugares era, com certeza, bem mais agitada. O Rio de Janeiro, capital política, econômica e cultural, era um espaço privilegiado de onde se irradiava um padrão de comportamento modelar que servia de exemplo para o resto do país. Assim, como bem observou Luís Felipe Alencastro, a corte tinha um duplo papel. Por um lado, recebia os fluxos externos, em constante crescimento desde a abertura dos portos, reformulando-os de forma a enquadrá-los no modelo de civilização desejado, por outro, atuava de modo a acomodar os regionalismos em um quadro mais amplo, pela primeira vez verdadeiramente nacional. Juntamente com a cidade de Petrópolis, residência de verão da Família Imperial, a cidade do Rio de Janeiro adquiriu uma função de “vitrine social” para as famílias da boa sociedade. Comprar residências e mantê-las nessas localidades, mesmo que financeiramente muito custosas, era entendido como um investimento porque abria múltiplas oportunidades de eventos e redes sociais que favoreciam as políticas de casamento e as redes de amizade bastante importantes para a sobrevivência desse grupo como classe dirigente.

A família oitocentista que emergiu desse intenso processo de mudanças aqui descrito resultou da negociação cotidiana entre as novas formas de vivência e organização, imbuídas de uma aura de modernidade e civilização inspiradas no modelo europeu, e a gramática patriarcal rezada através dos laços de dependência com a vasta parentela, as redes de dependentes e a presença maciça da escravidão no âmbito doméstico. Assim, a família oitocentista

sobreviveu enquanto cânone fundador que conjugava patrimônio, paternalismo, riqueza, parentela e valores patriarcais. Contudo, viu-se exposta às novas influências do individualismo, do romantismo e do discurso médico-científico.

O que se verificou foi a reinterpretação de costumes burgueses, tendo as práticas de consumo como organizadoras das representações sociais. Assim, o Império procurou compartilhar *habitus* aburguesados sem se despojar de um modelo escravista e agroexportador. A família oitocentista seria, portanto, aquela que, apesar de se organizar de uma forma mais reduzida, muitas vezes tendo, em essência, pai, mãe e filhos, ainda se mantinha atrelada às solidariedades da família extensa, que se estendiam ao poder e à política locais, aos empréstimos de dinheiro, à prestação de favores, às obrigações recíprocas, aos casamentos endogâmicos etc. Nesta dicotomia e reinvenção de antigos e novos valores é que se delineou o triunfo da família oitocentista.



A fotografia na sociedade oitocentista

A fotografia foi, sem dúvida, um instrumento importante de formação e consolidação de valores e códigos de representação da classe senhorial oitocentista. O circuito social de produção, circulação e consumo de imagens que se constituiu ao longo da segunda metade do século XIX permitiu que a fotografia contribuísse, com sucesso, para construir e reafirmar um senso de identidade, um *habitus* social de grupo, por intermédio do discurso visual. Se você quiser aprofundar mais seu conhecimento sobre este assunto, vale a pena ler: MAUAD, Ana Maria. Imagem e Auto-Imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, L. F. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. v. 2, e MUAZE, Mariana. Os guardados da viscondessa: fotografia e memória na coleção Ribeiro de Avellar. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*. São Paulo, v. 14, n° 2, jul./dez. 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142006000200004&script=sci_arttext&tlng=en

Se formos pensar na citação de José Tomás Nabuco de Araújo, que abriu esta aula, vemos que as famílias “antigas, ricas e poderosas” vão continuar a ser um importante esteio na política imperial; contudo, algo havia mudado. O nome familiar era, sem dúvida, um importante cabedal a ser herdado, porém não se sustentava sem ser somado a habilidades individuais tais como instrução, educação, etiqueta. A partir das décadas de 1870 e 1880, outros ventos também sopravam, ventos esses que fizeram de Joaquim Nabuco, filho do senador Nabuco de Araújo, aqui citado, um dos principais nomes do movimento abolicionista no Brasil. Mas, essa é outra história como você verá nas aulas 15 e 16.



Atende ao Objetivo 3



Figura 9.3: Um funcionário a passeio com sua família, aquarela de Jean-Baptiste Debret

Fonte: www.educacional.com.br/.../5410/Debret1.jpg



Figura 9.4: Família Ribeiro de Avellar, fotografia Manoel de Paula Ramos, 1871.

Fonte: MUAZE, 2008, op. cit.

3. Tendo como base o que foi discutido na seção "O triunfo da família oitocentista", explique quais as transformações sofridas pelas famílias da boa sociedade imperial ao longo do século XIX.

Comentário

A família e as formas de viver em família da classe dominante sofreram transformações importantes ao longo do século XIX. Nesse processo, os *habitus* e as formas de comportamento da classe senhorial do Brasil foram ressignificados, tendo a Europa como modelo de civilização. Contudo, esses novos valores, ao chegarem no Brasil, tiveram de dialogar com uma forma patriarcal de compreender as relações familiares aqui estabelecidas. No que concerne à dinâmica familiar, a figura masculina continuou unindo os papéis de pai e patriarca, a quem era atribuído o dever de manter o patrimônio e a riqueza. Esse aspecto envolvia não somente tudo que se relacionava às finanças, mas também à política de casamento, aos laços de compadrio e às solidariedades que influenciavam na perpetuação da família na classe dominante do Império. No caso das mulheres, a figura da mãe foi exaltada e elevada à educadora dos filhos. Sobre ela recaíam todas as responsabilidades pela educação e instrução dos filhos, além dos cuidados com o governo da casa. A criança também passou

a ser mais valorizada não só no seio da família mas de todo o Império, vista como cidadão do futuro. Contudo, a família oitocentista, apesar de ter se organizado de uma forma mais reduzida e de ter reinterpretado seus papéis – pai, mãe e filhos –, se manteve atrelada às redes de dependentes, à presença maciça da escravidão, às solidariedades da família extensa e à vasta parentela.

RESUMO

Nesta aula, você aprendeu que a família foi uma importante instituição de poder no Império que manteve relações estreitas com a política imperial, fosse por meio de uma atuação política direta, fosse por intermédio da incorporação do projeto político imperial de manutenção da ordem escravista e expansão da civilização, entendida como uma aproximação com os valores e *habitus* europeus.

Você foi levado a refletir sobre como as relações entre os agentes familiares se modificaram ao longo do século XIX tendo em vista um novo *habitus*. Nele, o antigo *pater-famílias* fora transformado em cidadão e pai extremoso, a quem cabiam a preservação do patrimônio, a supervisão do lar e a preocupação com a educação e instrução dos filhos. Já a mulher foi elevada ao papel social de mãe e nutriz. Suas atribuições sociais ficavam circunscritas à esfera doméstica, ao governo da casa e à criação dos filhos. Tais tarefas ligadas à educação e instrução da infância eram prioritárias no exercício de seu “dom natural”: a maternidade. Todavia, a criança foi a personagem social que sofreu maior valorização no que concerne aos papéis sociais no interior desse grupo. Sua boa educação e sua instrução eram garantia de perpetuação do nome, tradição e patrimônio familiares e, ao mesmo tempo, adequavam-

se perfeitamente ao projeto imperial de formar cidadãos atentos com suas diretrizes de ordem e civilização.

Nesse processo, fortalece-se a noção de família como reduto do amor, próxima de um padrão burguês, nuclear e monogâmico que nasceu na Europa dentro de um contexto de ascensão do modo de vida burguês. No Brasil, entretanto, esses valores iriam passar por uma pintura diversa. De um lado, porque seus ideais circulariam prioritariamente entre as famílias da classe senhorial, de outro, devido à proximidade entre a ordem escravocrata e a ordem familiar.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você estudará a família, as identidades e as resistências escravas no Brasil Império.

Aula 10

A direção saquarema e a consolidação do Império

*João Carlos E. Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar o período entre 1853 e 1868 como central para a consolidação do Império, bem como mostrar que esse período foi resultado da capacidade dos conservadores, em especial aqueles do Rio de Janeiro, em imprimir uma direção política, moral e intelectual que possibilitou os contornos da construção da ordem social e da consolidação do Estado imperial brasileiro.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as semelhanças e diferenças nos significados da ideia de “ordem” para os dois principais grupos políticos do Império: luzias e saquaremas;
2. reconhecer a importância que as denominações “luzias” e “saquaremas” adquiriram na construção e na consolidação de uma determinada direção para o Império que é, ao mesmo tempo, política, moral e intelectual;
3. reconhecer o chamado período da “Conciliação” como o momento de afirmação do “tempo saquarema”.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você tenha compreendido bem as Aulas 6, 7 e 8.

INTRODUÇÃO

“Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”, expressava um famoso dito no Império por volta de meados do século XIX. Luzias e saquaremas eram, respectivamente, os apelidos dos membros dos partidos Liberal e Conservador. A frase é atribuída a Holanda Cavalcanti, um dos principais representantes dos liberais, e já foi alvo de diversas interpretações. A mais corrente delas, na historiografia, é aquela que aponta para a indefinição de programas políticos e para a similaridade entre os membros de ambos os partidos como a tônica da vida política imperial. Se nada é tão parecido com um saquarema quanto um luzia no poder, isso significa, para essa corrente, que ambos têm os mesmos objetivos, as mesmas intenções, a mesma ação quando no governo, e que apenas conveniências de ordem pessoal e ocasional explicam a filiação dos atores políticos a uma das duas correntes. Por isso mesmo, no período imperial, eram comuns as mudanças de lado, com alguém que fora liberal no passado se tornando conservador, e vice-versa.

Uma outra leitura, contudo, pode ser feita a partir do ditado imperial. Se “não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”, isso pode significar que os luzias, quando no poder, não conseguem agir de modo diferente de como os saquaremas agiriam. Isso pode significar que, não obstante estivessem no poder, os liberais atuariam e marcariam sua ação a partir dos parâmetros que seus adversários – os conservadores – considerassem os corretos. Um luzia no governo, segundo essa interpretação, age como um saquarema não porque ambos sejam iguais, mas porque um luzia não consegue ser diferente. E isso só foi possível porque os saquaremas, mais do que um domínio da política, foram capazes de implementar uma direção, um consenso em torno de sua ideologia. O programa saquarema deu a tônica e delimitou as fronteiras do possível e do não discutível na maior parte do Segundo Reinado, entre pelo menos 1848 e 1868. A partir dessa

data, embora os saquaremas ainda estivessem ativos, mantendo sua força e influência, ao menos até 1871, sua preeminência é cada vez mais contestada. Por tudo isso, o historiador Ilmar Rohloff de Mattos deu a esse período o nome de “tempo saquarema”.

O objetivo desta aula é recuperar a trajetória da constituição do tempo saquarema. Perceber como os saquaremas conseguiram construir sua direção e identificar suas consequências. Analisar o tempo saquarema é, em parte, reconhecer a “matriz” social que construiu nosso próprio país.

Os mundos, as revoltas e os significados da “ordem”

Para começar nossa análise, precisamos entender de que forma conservadores e liberais organizaram-se em partidos distintos a partir da década de 1840, e de que forma construíram suas noções de “ordem”. Não poderemos entender as denominações “luzias” e “saquaremas” sem compreender essa organização e essa construção.

Para tanto, devemos voltar à distinção, que apontamos na Aula 6, entre os três mundos constitutivos da sociedade imperial. Precisamos lembrar que, segundo a análise de Ilmar Rohloff de Mattos, a sociedade imperial pode ser analisada a partir de sua formação envolvendo três mundos distintos:

1) O “mundo do governo”, formado por aqueles que se consideravam, e assim eram vistos pelos contemporâneos, como “boa sociedade” – isto é, aqueles aptos a participar, a governar e a dirigir a sociedade.

2) O “mundo do trabalho”, formado por aqueles que estavam no sentido oposto ao mundo do governo, constituído por escravos africanos e “crioulos”, que eram o alicerce da sociedade imperial, mas que dela deveriam ser mantidos afastados. Os escravos eram a força de trabalho

predominante, responsáveis pela produção de café que alçou o Brasil a exportador número um do mundo, conforme vimos na Aula 7.

3) O “mundo da desordem”, formado por aqueles que não se encontravam no mundo do trabalho, mas tampouco poderiam ser considerados como “boa sociedade”. Era um grupo heterogêneo, formado por libertos, pessoas livres pobres, agregados ao mundo dos grandes fazendeiros ou prestadores de pequenos serviços nas cidades, e que deveria ser constantemente vigiado, controlado, dominado, sob risco de pôr o edifício imperial em ruínas.

Essa divisão em três mundos é, por um lado, metodológica, no sentido que nos fornece ferramentas adequadas para interpretar a sociedade imperial. Mas, por outro lado, é uma divisão que corresponde à forma como os membros dos grupos dominantes da sociedade imperial se viam, e à forma como eles próprios interpretavam o mundo em que viviam.

Essa divisão em três mundos, que fazia parte da formação histórica da sociedade brasileira desde os tempos coloniais, ganhou novos significados a partir das revoltas regenciais da década de 1830 e das revoltas liberais da década de 1840. Tais revoltas ameaçavam diretamente o Império, *mas não da mesma forma*. Podemos dividir as revoltas em três grupos:

1º grupo: Algumas revoltas, como a Farroupilha, as revoltas liberais de 1842 ou a Praieira, nas quais a predominância era de elementos da chamada “boa sociedade”, sendo mantidos de fora, ou apenas chamados a participar como setores subalternos, aqueles que não faziam parte dela.

2º grupo: Revoltas escravas, como as de Carrancas, em Minas Gerais, em 1833; dos Malês, em Salvador, em 1835; ou de Manoel Congo, em Vassouras, em 1838.

3º grupo: Por fim, revoltas como a Balaiada e a Sabinada (nas quais havia corrente participação de camadas livres), pobres, mulatos, forros e, ainda que de forma mais marginal, até escravos.

Vamos agora analisar essas revoltas a partir da perspectiva dos “três mundos do Império”. Poderemos perceber que as revoltas do primeiro grupo contavam, predominantemente, com a participação dos elementos do *mundo do governo*. Eram brigas entre membros do mesmo “nível social”, e as divergências, nesses combates, se dão no campo da direção política a se tomar. Era uma revolta dos membros do *povo*, tal como era compreendida essa palavra pelos membros do mundo do governo, isto é, associando-se à ideia de “boa sociedade”. Tratava-se de todos aqueles aptos a participar da construção da *sociedade política*, segundo a definição presente na Constituição de 1824 (quer dizer, basicamente, os cidadãos ativos).

Avancemos para o segundo grupo de revoltas. Nele percebemos que o grande perigo adormecido na sociedade imperial estava desperto. As revoltas escravas constituíam esse grande perigo, visto que o escravo, no dizer de uma instrução escrita por fazendeiros de Vassouras em 1854, era seu “inimigo inconciliável”.

Vejamos o terceiro grupo. Nele não tomaram a frente os escravos, tampouco os membros do povo. Nele apareciam aqueles que, excluídos diretamente ou incluídos de forma subordinada nos processos produtivos que dão sentido ao Império, tomam as rédeas do processo de construção do país a fim de mostrarem seus próprios projetos de sociedade. Desejam o avanço do “princípio democrático”, entendido de forma radical. São, na visão dos governantes, os arautos da “anarquia”. São os “radicais”, aqueles que buscam associar seus projetos à ideia de *República* – entendida em seu sentido original, de coisa pública, e não necessariamente como forma de governo *strictu sensu*, embora alguns, de fato, desejassem um sistema republicano formal. São os elementos do mundo da desordem que levam as revoltas a cabo; aqueles que, na classificação da “boa sociedade”, não constituem o povo. Constituem a *plebe*.

Essas revoltas, de diferentes tipos, eram percebidas enquanto tais pelos grupos dirigentes da época. As revoltas do mundo do governo não eram equiparadas às do mundo do trabalho ou da

desordem, pois cada uma representava um tipo de perigo distinto para o Império. Não à toa, as punições também variavam: as do mundo do governo, normalmente punições mais brandas, eram seguidas por anistias concedidas, pouco depois, aos principais líderes, que, inclusive, voltavam a fazer parte do mundo do governo. No mundo do trabalho ou da desordem, a punição máxima era aplicada para os culpados, incluindo pena de morte. Após as revoltas escravas, inclusive, alterou-se a legislação penal, aumentando o rigor na punição de cativos insurgentes, conforme veremos em aula específica.

Poderemos, agora, chegar a uma conclusão: *as disputas entre liberais e conservadores, que vimos na Aula 8, dizem respeito somente àquelas do grupo 1, àquelas incluídas no mundo do governo.* É claro que, em determinados momentos, como na Revolução Praieira de Pernambuco, em 1848, a plebe, por conta própria ou porque era mobilizada por determinadas lideranças, era chamada a participar. Mas isso se dava de maneira secundária, ainda que a repressão e as punições sobre esses setores fossem mais pesadas e, muitas vezes, sumárias. Queremos dizer, com isso, que as brigas entre liberais e conservadores, via de regra, nunca extravasavam o mundo do governo. Era uma briga dentro do “povo”, dentro da “boa sociedade”. Entre irmãos. Assim, resolvidas as razões das pendências, poderiam voltar às vias legais de conflitos – civilizadas –, nas quais a *ordem social* era mantida.

Aqui chegamos a uma constatação: liberais e conservadores, em que pesem as diferenças entre suas ideologias, entre seus projetos, entre suas ações, compartilhavam de uma mesma visão de mundo, em que a manutenção da ordem social era elemento fundamental. Manter a ordem social, no Brasil do século XIX, significava manter ativa a divisão entre os três mundos e garantir as condições de reprodução da sociedade. A manutenção da ordem não era colocada em questão no início das disputas: sempre que as ações ameaçassem sair do mundo do governo, os revoltosos recuavam e a intervenção das forças da ordem fazia-se mais eficaz. Liberais e conservadores podiam divergir sobre tudo, mas não eram aceitáveis as divergências que pusessem em risco a sociedade na qual estavam inseridos.

Se concordavam sobre a necessidade de manter a ordem, liberais e conservadores, no entanto, discordavam a respeito da maneira de alcançá-la e do significado que a ela deveriam atribuir. A manutenção da divisão em três mundos, bem como a conservação da hierarquia e subordinação entre eles, eram objetivos em comum: o caminho a seguir, no entanto, dividia os partidos.

Para compreender essa divisão, precisamos avançar na análise dos três mundos da sociedade imperial. Precisamos lembrar, conforme vimos na Aula 7, que a essa divisão correspondia uma outra, entre o governo da *Casa*, o governo do *Estado* e a *Rua*. *Governar*, no sentido aqui tratado, significava um domínio amplo sobre territórios, “coisas” e homens.

Governar a Casa significava não apenas cuidar de sua residência, ou de seus domínios, mas também dominar e controlar toda a esfera de pessoas e locais sob alçada do senhor. Governar a casa significava, para o senhor de engenho, para o cafeicultor, para o fazendeiro em geral, governar a sua “família”. Entendida de forma ampla, esta incluía a massa de seus escravos; incluía os agregados livres, que eram um importante elemento no combate a revoltas e na garantia do cumprimento das eleições; incluía, finalmente, os membros mais restritos da família: esposa, filhos, parentes próximos. Governar a Casa significava resguardar o território e controlar o poder local. Significava ter o domínio do poder na esfera da fazenda, da vila, do município. Mais: governar a Casa significava, nas palavras de Ilmar Mattos, “criar as condições para que as relações de poder inscritas na ordem escravista fossem vivenciadas e interiorizadas por cada um dos agentes, dominadores ou dominados” (2004, p. 132). Significava, em suma, deter o monopólio da violência e do exercício da dominação no âmbito *privado*.

Governar o Estado significava, por outro lado, deter o exercício da dominação no âmbito *público*. Por isso, consistia não apenas em controlar as desordens presentes na Rua, ou em buscar coibir os exageros do governo da Casa, mas também em garantir que cada membro da Casa pudesse ser elevado a uma “concepção de vida

estatal” (MATTOS, 2004, p. 133), isto é, o governo do Estado era o elo entre o governo da Casa, privado, e a sua inclusão no Império, na esfera pública. Ao controlar a Rua, o governo do Estado agia quando o governo da Casa se mostrava incapaz de ação; ao agir sobre os governos da Casa, por outro lado, o governo do Estado os dirigia, os incluía numa perspectiva mais ampla – uma perspectiva imperial –, a que, de outra maneira, os governantes da Casa, restritos a sua dominação cotidiana, não conseguiriam aspirar.

Nesse momento, já podemos perceber que a *Rua* era o espaço que interligava os governos da *Casa* e do *Estado*. Era o espaço de atuação do *mundo da desordem*. Podemos perceber que a noção de desordem era crucial na sociedade imperial, uma vez que se contrapunha à ordem, que era o ideal buscado. Podemos perceber como os três mundos do Império, bem como os governos do Estado, da Casa e a Rua relacionam-se com o momento que tratamos. As rebeliões regenciais, as revoltas escravas, as insurreições liberais de 1842 arriscavam pôr a Rua em evidência (e algumas, de fato, puseram), ainda que, como vimos, de maneiras diferentes. Pôr a Rua em evidência significava pôr em xeque a estrutura social do Império. Pôr a Rua em evidência era comprometer o governo – fosse ele da Casa ou o do Estado.

Vamos adiante. Relacionando os três mundos com a divisão entre governo da Casa e governo do Estado, podemos perceber que *o mundo do governo compreendia aqueles que governavam a Casa e aqueles que governavam o Estado, bem como aqueles que controlavam a Rua*. O governo era um exercício destinado a poucos, que deveriam resguardar esse monopólio como condição para a manutenção da ordem na sociedade. A Rua era o elemento que vigiava essa atuação no governo, enquanto era por ela vigiado. Liberais e conservadores estavam no mundo do governo, mas nem todos estavam nos mesmos governos. E aqui deixamos as semelhanças entre liberais e conservadores e passamos às diferenças.

Liberais e conservadores concordavam a respeito da necessidade de manter a ordem, como vimos. Mas discordavam a respeito dos caminhos: para os liberais, a ordem na sociedade só poderia ser alcançada se o governo privilegiado fosse o governo da Casa. Os liberais defendiam o direito de o senhor agir com liberdade no interior da Casa; defendiam a distribuição do poder pelo território; defendiam a descentralização de atribuições. Os Liberais defendiam o predomínio da Casa, defendiam o Império como resultado da livre associação dos governantes da Casa, que se juntariam por interesses em comum. Muitos deles se diziam federalistas, e buscavam no exemplo dos Estados Unidos seu modelo. Defendiam a igualdade no interior do povo – não confundir com a “plebe” – e tinham um conceito mais quantitativo de liberdade – isto é, preocupavam-se com sua distribuição no interior do mundo do governo. Incluía nessa distribuição não apenas os setores restritos da Casa, ligados ao mundo escravista e ao mundo rural, mas também elementos da “boa sociedade” que não eram senhores de escravos ou possuíam poucos cativos (para uso doméstico): profissionais liberais, padres, militares, funcionários públicos, magistrados etc.

Os liberais, contudo, ao defender essa bandeira da liberdade e da igualdade, acabaram, na perspectiva dos conservadores, contribuindo para a explosão de revoltas regenciais. Ao defender a igualdade entre os membros do governo da Casa, atrapalhavam-se com aqueles elementos que buscavam, desde o Primeiro Reinado, se inserir no governo a partir de uma ação política em torno da difusão do “princípio democrático” – os *radicais*. Os liberais, ao defenderem a ordem pelo viés da distribuição do poder pelo território, criavam um novo problema: abriam espaço para os radicais que, aproveitando-se do discurso, procuravam participar dos rumos do governo e romper as fronteiras entre os três mundos.

Para os conservadores, o predomínio da Casa não só seria incapaz de resguardar a sociedade, como ameaçava a garantia da ordem. Contra isso, apresentavam sua requalificação do significado da palavra “liberdade”, associando-a às ideias de segurança

e autoridade. Para os conservadores, tratava-se de garantir um conceito qualitativo de liberdade, que pudesse resguardar não só a hierarquia entre os três mundos do Império (hierarquia que os Liberais também tencionavam manter), como também afirmar a hierarquia *no interior do próprio mundo do governo*. E os conservadores assim puderam agir, pois, em primeiro lugar, associavam sua perspectiva ao “princípio monárquico”, garantindo ao Imperador um papel preponderante frente ao qual todos os demais eram súditos. Em segundo lugar, reforçaram as distinções no interior do mundo do governo (lugar, como vimos, do povo, dos cidadãos ativos) que a Constituição – garantia da ordem política – indicava: hierarquização entre eleitores e votantes, hierarquização entre poder Executivo e Câmara dos Deputados etc. Para os conservadores, a autoridade presente na figura do Imperador era a garantia, seguindo o filósofo inglês Bentham, da maior soma possível de liberdade associada à mais firme garantia de segurança. A manutenção das demais hierarquias era a garantia de que os rumos da sociedade não saíam dos limites do desejável.

A noção de “ordem” dos conservadores, portanto, priorizava o Estado, opondo-se à noção de “ordem” dos liberais, que priorizava a Casa. Isso significa que, no duelo ideológico travado entre ambos os partidos, a oposição foi posta na seguinte proposição: de um lado, a liberdade (concebida na Casa, entendida como bandeira dos liberais); de outro lado, a autoridade (concebida no Estado, entendida como bandeira dos conservadores). Para os liberais, o enfoque no Estado significava o avanço da autoridade, a restrição da liberdade, que só poderia ser exercida em termos de uma melhor distribuição do poder pelo Império. Daí a defesa do fortalecimento das províncias como instâncias de poder e lugares de onde provinha a “identidade da pátria”. Já os conservadores entendiam de modo diferente: para eles, a concentração do poder no Estado, o avanço do princípio de autoridade não significava uma quebra da liberdade, mas era a condição necessária para seu exercício. Em outras palavras, os conservadores entendiam a autoridade não como a

ausência de liberdade, mas como sua requalificação: a autoridade era o princípio necessário para garantir a desejada segurança (física, institucional, social) que possibilitaria o exercício da liberdade – que não deveria ser confundida com *libertinagem*. Assim, embora para ambos a liberdade fosse associada a um regime de propriedade e a uma ordem político-institucional, a diferença estava em os conservadores associarem mais clara e solidamente esses princípios aos pilares da ordem social: hierarquia, escravidão e governo centralizado, este último como garantia dos dois primeiros.

No momento de construção do Estado nacional, no momento de construção da ordem e consolidação do Império, conservadores e liberais apresentavam suas propostas para os caminhos a seguir e digladiavam-se nos jornais, nas câmaras, nos demais espaços públicos. A vitória dos conservadores foi possível porque, ao contrário dos liberais, eles conseguiram associar sua concepção de Império particular aos desígnios dos demais grupos a eles aliados, subordinando de tal forma os liberais que, mesmo quando no governo, estes não conseguiriam mudar as políticas conservadoras traçadas. “Nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”.

Mas como esse movimento de subordinação foi possível? Veremos esse ponto a seguir.



Atende ao Objetivo 1

1. Em livro recente, intitulado *The Party of Order*, o historiador norte-americano Jeffrey Needell propõe um estudo das origens, da composição e da atuação do partido conservador no Império do Brasil (ou, como ele chama e o título do livro já sugere, o “partido da ordem”). Lançado em 2006, o livro já causou rebuliço entre muitos historiadores brasileiros, a

ponto de cinco resenhas já terem sido escritas sobre ele, a maioria apontando seus pontos positivos e criticando duramente as polêmicas que levanta.

Escreva um texto apontando por que o nome “partido da ordem” fazia referência às origens do partido conservador.

Resposta Comentada

Tanto liberais quanto conservadores surgiram no cenário brasileiro de meados do século XIX a partir de seus posicionamentos a respeito das noções de “liberdade” e “ordem”. Os conservadores, em especial, iniciaram a construção de sua trajetória a partir das rebeliões regenciais – identificadas com a desordem – e com um discurso que buscava vincular o exercício da liberdade a uma situação de pleno exercício de uma determinada ordem. A “ordem”, para os conservadores, era o oposto, assim, da desordem regencial, também tendo um significado distinto do da “ordem” para os liberais – que priorizava o governo da Casa. Para os conservadores, o papel do Estado deveria ser realçado, o que só contribuiu para vincular, assim, a trajetória do partido à própria trajetória do Império.



A direção saquarema

Foram os regressistas, depois chamados de conservadores, que, ao conferir um novo significado à noção de ordem, restaurando a divisão em mundos e governos distintos, afastaram da ação política os progressistas e depois os liberais, impedindo-os, também, de exercer uma direção.

Mas que noção de ordem era essa, própria dos conservadores e que os distinguiu dos liberais? Vimos como, para os primeiros, a maior preocupação era reforçar as atribuições e prerrogativas do centro – isto é, da corte –, enquanto os liberais tencionavam, por outro lado, fortalecer as atribuições das localidades – isto é, das províncias e/ou dos municípios. Agora que vimos a divisão entre governo da Casa e do Estado, podemos repetir a distinção entre conservadores e liberais: *os conservadores defendiam o predomínio do Estado; os liberais defendiam o predomínio da Casa*. E, nessa disputa, que era não só entre ideologias, mas também política, prática, os conservadores, melhor articulados, mostraram-se capazes de sair vitoriosos, passando a exercer uma direção.

Essa distinção e a vitória conservadora nos ajudam a entender melhor as disputas em voga no avanço do movimento do Regresso, bem como seu resultado. Mas isso não é tudo. Vamos avançar e, por tabela, complicar: *os conservadores, quando no poder, põem em ação seu projeto de Império, que prioriza o Estado; por outro lado, os liberais, no governo, não conseguem pôr seu projeto de predomínio da Casa em ação*. E não o conseguem porque, mesmo quando no governo, são incapazes de exercer uma direção.

Mas o que significa “exercer uma direção”? No sentido aqui tratado, significa conceber e implementar a construção do Estado não apenas como aparelho de coerção ou de dominação direta, mas também como um aparelho de *construção do consenso*. Quando dizemos que os liberais foram incapazes de exercer uma direção, queremos dizer que foram incapazes de construir um consenso em torno de seu projeto de Império. Foram incapazes de “convencer” os demais segmentos do país de que sua direção era a adequada. E não

os convenceram porque foram incapazes de construir uma filosofia – entendida enquanto “concepção de mundo” – capaz de “elevantar” a consciência dos grupos dominantes locais (restritos aos aspectos cotidianos de sua dominação) a uma concepção de vida pública. Foram incapazes de universalizar seu ponto de vista particular.

Os conservadores, por outro lado, conseguiram. E conseguiram porque, estando no poder, foram capazes de associar seus destinos aos destinos da nação por construir. Os liberais, adeptos da distribuição mais igualitária de poder pelo povo, fragmentaram-se. Sua defesa da Casa significava, no limite, uma defesa dos interesses locais. Presos às localidades, os diferentes liberais receberam diferentes nomes, organizando-se mais por oposição e crítica aos conservadores do que por um projeto que os integrasse.

Os conservadores, porém, ao priorizar a defesa do Estado, foram capazes de uma perspectiva mais ampla, que envolveu e integrou os diferentes elementos do Império no mesmo projeto. E, por se preocuparem com a manutenção das hierarquias mesmo no interior do governo, foram capazes de organizar seu projeto também com a manutenção da hierarquia no interior do próprio Partido Conservador.

A integração dos conservadores e a fragmentação dos liberais se tornaram evidentes até nos apelidos pelos quais ficaram conhecidos: saquaremas e luzias. Conforme veremos a seguir, o termo “saquaremas” indica a integração e subordinação dos conservadores de todo o Brasil ao projeto dos conservadores especificamente do Rio de Janeiro – ligados à classe senhorial, conforme vimos. Essa integração mostra a hierarquia existente no interior do próprio partido Conservador. Luzias”, por sua vez, é o termo pelo qual ficaram conhecidos os liberais, mas foi um termo cunhado pelos conservadores, com o intuito – bem-sucedido – de estigmatizar os liberais por uma eterna referência negativa.

Mas como surgiram os termos, e por que se popularizaram? Compreender isso é entender melhor a vitória da *direção saquarema*. Para entender a origem e a difusão dos termos, precisamos voltar aos resultados das revoltas de 1842.

Os conservadores, na ocasião, impuseram aos liberais uma derrota no campo de batalha e uma derrota em termos ideológicos – esta, apenas começando a se desenhar. Mas os conservadores foram além. Em 1844, os liberais revoltosos de 1842 foram agraciados com a anistia pelo Imperador. No ano seguinte, foi a vez dos farroupilhas receberem a mesma anistia e largarem as armas. Os liberais voltavam-se para a via parlamentar como forma de participar do governo. Iniciou-se, como vimos na Aula 8, um rodízio de gabinetes que marcaria a vida política do Império ao longo do Segundo Reinado, rodízio que tinha no centro o Imperador e seu Poder Moderador, ora dissolvendo a Câmara, ora demitindo o Ministério, a fim de balancear a presença de liberais e conservadores no governo. Como exemplo de que poderiam participar da vida política sem apelos à revolta, representantes dos liberais voltaram ao governo em 1844, numa sucessão de ministérios que durou até 1848 (foi o chamado “quinquênio liberal”).

A volta dos liberais ao governo, contudo, não ocultou os fatores que os desagregaram em 1842. Ali, as revoltas começaram por São Paulo, em que surgiram os primeiros liberais a empunhar armas. Logo buscaram os paulistas o apoio dos gaúchos, vendo-se, porém, malsucedidos, já que o Rio Grande do Sul ainda estava envolvido nos problemas da Farroupilha. Recorreram também aos liberais da Comarca de Curitiba, vendo-os retraírem-se sob a promessa, cumprida depois pelo governo, de criação de uma província própria, a do Paraná, onde poderiam melhor exercitar seu domínio da Casa. Também aos pernambucanos recorreram os paulistas, também recusada por aqueles, não vendo no movimento de 1842 razões políticas ou ideológicas que os estimulasse a participação (atitude que, em 1848, quando insurgiram-se isolados, seria vingada). Apenas Minas Gerais e o Rio de Janeiro atenderam aos apelos; os mineiros juntaram-se imediatamente, mas os cariocas foram rapidamente contidos pela ação enérgica de Honório Hermeto Carneiro Leão, chefe conservador e presidente da província à época. Com a ação do barão de Caxias na liderança das forças do governo,

os liberais foram logo derrotados, em especial na batalha de Santa Luzia, que pôs termo à revolta em Minas Gerais. Desde então, os liberais mineiros ficaram conhecidos como luzias, apelido logo estendido para todos os liberais do Império. Simultaneamente, pela ação contra a revolta e pelo discurso da ordem, os conservadores se autoproclamaram o “partido da ordem”, ou “partido ordeiro”, deixando no ar a impressão de que os adversários políticos constituíam o “partido da desordem”.

Com a anistia, em 1844, os liberais voltaram ao poder, sob a graça de Sua Majestade, mas não escaparam da manutenção do apelido que os integrava: luzias, que os mantinha sob o signo da derrota, sob a marca da ação frustrada. Sob a sombra do “partido da ordem”, carregariam sempre a marca da desordem, devendo o tempo todo batalhar na Câmara e no Senado para tentar desqualificar as acusações dos conservadores, os quais remeteriam constantemente à lembrança de 1842, ao mesmo tempo em que tratavam quaisquer princípios “ordeiros” dos liberais como fruto de sua subordinação aos conservadores. Em suma, os liberais – luzias – viam-se na defensiva, não obstante estivessem no governo.

Em um desses ataques, os luzias viram a chance para reverter o quadro. Nos idos de 1845, sob acusações de novas fraudes e violências eleitorais, particularmente na província do Rio de Janeiro, então sob administração liberal, os conservadores denunciaram as ações de um certo Padre José de Cêa e Almeida, que exercia a função de subdelegado de polícia na vila de Saquarema. Constava que nessa vila diversos abusos tinham sido cometidos, chegando-se a acusações de ordens para o assassinato de eleitores que recusassem as indicações de votos do governo. Relatos apontavam para o fato de que apenas José Joaquim Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, maiores chefes conservadores da província, donos de terras na região, conseguiram livrar seus protegidos dos desmandos daquela autoridade. Ansiosos por devolver o apelido e reverter a disputa simbólica, os liberais agiram e, desde então, o termo “saquaremas” passou a nomear os protegidos de seus opositores, logo estendendo-se, num sentido pejorativo, indicando “favorecidos”.

A veloz expansão do termo “saquaremas” parecia cumprir os objetivos dos luzias. Porém, o termo sempre guardou sua particularidade, associando-se aos conservadores do Rio de Janeiro, em especial à chamada “trindade saquarema”, composta pelos líderes máximos do partido: os já referidos Rodrigues Torres e Soares de Sousa, além de Eusébio de Queirós, conhecido como o “papa” saquarema. Ao expandir-se mantendo sua particularidade, o termo acabou contribuindo para a manutenção das hierarquias no interior do partido Conservador, bem como a manutenção das hierarquias no mundo do governo, que deveriam se manter assim: saquaremas – conservadores de todo o Império – e luzias.

A denominação luzia, contudo, sempre carregaria a marca da derrota e da incapacidade de formulação de uma direção política. “Nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”.

Os luzias ficariam conhecidos por, quando no governo, executarem a política de seus adversários. Não conseguiam tomar a iniciativa. Se agiam no sentido do fortalecimento da ordem, isso significava que aceitavam a subordinação ao “partido da ordem”. Se agissem pela manutenção da escravidão, se subordinariam aos defensores do tráfico. Se agissem pela defesa da monarquia, adquiririam os “princípios monárquicos”. Em suma, a vitória da direção saquarema foi, também, a vitória da associação entre os destinos do Império e os de seu próprio partido, com o consequente isolamento dos liberais.



Atende ao Objetivo 2

2. Os conservadores, como vimos, não impuseram apenas uma vitória militar sobre os liberais. A vitória conservadora, ou saquarema, teve uma amplitude e um significado que vão além da mera dominação, ou do simples controle do Estado ou da sociedade. A vitória saquarema diz respeito à construção e ao exercício de uma direção política, moral e intelectual.

Explique, a partir do que foi visto até aqui, o que significa construir uma “direção política, moral e intelectual”.

Comentário

“Construir uma direção política, moral e intelectual” significa construir um consenso em torno de um determinado projeto de partido. Significa, como visto na aula, definir os limites das possibilidades do pensamento dominante. Significa ultrapassar os limites da origem do partido, ou da atuação imediata de seus integrantes, e transformar o pensamento em uma ideologia, entendida como uma filosofia, uma inteira e nova concepção de mundo. Uma concepção de mundo que se difunde como senso comum por toda a sociedade, transformando um pensamento particular (de alguns, de um partido) em um pensamento presente em toda a

sociedade. Significa, em suma, universalizar um ponto de vista particular. Os saquaremas foram os grandes construtores dessa universalização no Império, transformando seus anseios em anseios de toda a sociedade.

O Ministério de 1853 e a Conciliação

A vitória da direção saquarema, imprimindo, através de sua proposta, sua política e sua ideologia sobre o conjunto da sociedade, mostrou-se com força a partir do gabinete de 6 de setembro de 1853, chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês de Paraná, que durou até 1856 e expressou a solidez do “tempo saquarema”, até porque, nele, não havia nenhum dos saquaremas históricos. Na verdade, a proposta de Paraná era mesmo divergente da orientação desses últimos, conhecidos como a “trindade saquarema”, como vimos, formada por Eusébio de Queirós, Paulino Soares de Sousa e Joaquim José Rodrigues Torres. O chamado “Ministério da Conciliação” propunha a ideia de que era possível, sob a autoridade do monarca e a preservação e o aperfeiçoamento das instituições, que conservadores e liberais se pusessem de acordo para que se exercesse o melhor governo. Era o momento em que as paixões e disputas políticas haveriam de arrefecer e a consolidação do Império estaria encaminhada. A Conciliação significou, no fundo, nas palavras de Nabuco de Araújo, ministro da Justiça à época, a manutenção do “princípio da autoridade”, tendo a “política conservadora como base” e “o progresso refletido e explicado pela experiência”. Não significava uma fusão entre os partidos, mas uma adesão dos principais elementos de ambos os partidos aos princípios do “partido da ordem” – como se apresentavam os saquaremas, conforme vimos – e aos princípios do governo – como

vimos, num momento em que Pedro II exercia um papel fundamental, via Poder Moderador, na balança de poderes, segundo apregoava a ideologia saquarema.



Figura 10.1: O marquês de Paraná.

Fonte: http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria_dos_Brasileiros_Ilustres/Marqu%C3%AAs_de_Paran%C3%A1

A Conciliação não era uma conciliação de homens, mas de princípios; não eliminou as disputas e os conflitos, mas os direcionou para o interior da hierarquia saquarema. Os princípios saquaremas eram agora os princípios da Assembleia, de ambos os partidos, de todas as classes que compunham a sociedade, mesmo que os homens saquaremas não estivessem no governo. Era o momento de expansão do Império, favorecido por uma conjuntura internacional favorável (sem a pressão inglesa pelo fim do tráfico e com os preços do café em ótimo estado) e por uma conjuntura interna mais tranquila (sem

mais riscos de rebelião após a contenção da Praieira). Foi o momento de expansão do *ethos* senhorial-escravista, conforme vimos na Aula 7. Foi o momento de expansão econômica do Império. É a época da difusão da civilização, entendida como necessária promoção do Estado, na figura de Pedro II – representante das antigas dinastias europeias – e pela entrada de referências francesas e inglesas que construiriam um ideal de país. Foi o momento de expansão da literatura e da vida nos salões, cafés e confeitarias. Foi o momento de expansão de jornais. Foi o momento de integração imperial com o mundo capitalista, com a construção de ferrovias que auxiliariam a escoar o café e a inauguração de bondes que trariam o mundo do progresso. Foi também um momento de definição do papel do Império frente ao mundo, como ficou exposto na intervenção armada no Prata, coisa que não acontecia com firmeza desde 1826 (veremos esse ponto em uma aula futura).

A consolidação do Império, época áurea que até hoje, em uma “nostalgia imperial”, se vê como referência de país em algumas pessoas, é também o momento da consolidação do tempo saquarema, apontando uma direção e os marcos que definiriam o Império. A monarquia, a escravidão, a centralização, o café, o *ethos* senhorial, a matriz escravista, todas essas questões estavam já colocadas e naturalizadas. Não havia mais o que discutir. O consenso estava construído.

Algumas reformas continuaram nos primeiros anos da Conciliação. Em 1853, uma reforma bancária criou o novo Banco do Brasil, atribuindo-lhe o monopólio da emissão de papel-moeda, como forma de pôr os negócios em ordem. Em 1854, iniciou-se a longa batalha pela reforma judiciária, a partir de projeto de Nabuco de Araújo, que visava a separar as funções judiciais e policiais, que a lei de revisão do Código de Processos, de 1841, havia confundido. Tal projeto pretendia separar as ações da justiça das da polícia, ameaçando, com isso, os poderes de alguns potentados locais, que se valiam da integração das funções para proteção de criminosos

notáveis locais, porém aliados, e para perseguição de adversários políticos. Devido às resistências, somente foi aprovado em 1871, no gabinete liderado pelo barão do Rio Branco.

Por fim, a última grande questão foi a nova lei eleitoral, conhecida como “lei dos Círculos”, que tinha por objetivo criar distritos eleitorais nas províncias para eleição dos deputados. Antes, com as eleições num nível provincial, para se eleger os candidatos deveriam contar com apoios amplos na província como um todo. A lei dos Círculos pretendia que os deputados viessem dos distritos, mais localizados, sendo mais conhecidos pelos eleitores e, nas palavras dos defensores da lei, podendo representar o país real. Apesar de protestos, dizendo que a mudança facilitaria a eleição de desconhecidos ou de homens de pouca capacidade, uma vez que bastaria ser bem cotado no distrito para ser representante da província inteira, ainda que fora do distrito fosse desconhecido, a lei acabou aprovada em 1855.

Em 1856, a morte súbita de Carneiro Leão, em um momento em que detinha o máximo de poder e era um dos principais dirigentes imperiais, alterou os rumos da política, mas não modificou o sentido do novo tempo que se desenhava.

Café, escravos e política: significado e alcance da Conciliação

De todos, talvez Carneiro Leão fosse a melhor figura para assumir a liderança da Conciliação. “O Paraná não se curvava”, teria dito Pedro II, ainda jovem, a respeito do teimoso estadista, segundo a biografia do Imperador escrita por José Murilo de Carvalho. Condecorado com o título de visconde de Paraná, em 1853, depois do sucesso de sua missão no Prata, e com toda sua calejada carreira política nas hostes conservadoras, Carneiro Leão estava no ápice de sua carreira política, quando foi chamado pelo imperador para formar o novo Conselho de ministros, também em 1853. Estava também absoluta e exitosamente entrosado nas redes

sociais que compunham a classe senhorial. Assim, tanto sua posição política quanto sua posição social lhe conferiam plenas condições de disputar a liderança do partido conservador fluminense com a trindade saquarema, o que de fato veio a acontecer em relação à política de Conciliação por ele praticada. Esta disputa, no entanto, durante todo o tempo de duração do gabinete, permaneceu adstrita ao âmbito interno do partido. É certo que Paraná não contou com o concurso ativo de nenhum dos nomes da trindade (Rodrigues Torres, Paulino ou Eusébio) para a sua política. Eles até mesmo a ela se opuseram, ainda que sem chegar à ruptura com o governo. Divergiam das propostas deste sobre como conduzir as relações com a oposição liberal. Pode-se imaginar que a disputa de liderança entre eles pela liderança dos conservadores em geral e dos fluminenses em particular viesse a se aprofundar, não fosse a morte prematura de Paraná. Mas não há base para se imaginar que as consequências da disputa levariam a uma mudança de rumo radical, ou mesmo acentuada, na direção moral e intelectual que vinha sendo imprimida pelos saquaremas na condução política do Império.

Além da questão da sólida ancoragem social da Conciliação de Paraná na classe senhorial, há um segundo aspecto a considerar: a Conciliação foi realizada a partir do governo e não para chegar ao governo. Neste sentido, ela não comprometeu a unidade relativa do partido conservador. A Conciliação foi uma expansão do movimento de direção política saquarema, cujas origens remontam, como vimos, ao regresso conservador de 1837 e, mais especificamente, à vitória militar e política sobre os movimentos liberais em 1842. A oposição do núcleo saquarema, tradicional à política da Conciliação, não resultou em qualquer dissidência formal do partido. Caxias e Rio Branco, ambos ligados aos conservadores fluminenses e ministros de Paraná, pontuaram nos ministérios conservadores que se seguiram até a volta dos liberais em 1862. Estiveram também presentes no gabinete de 1868, comandado pelo velho visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, sobrevivente da trindade saquarema, que marcou a volta dos conservadores ao poder.

Por outro lado, muitos liberais atraídos pelo movimento da Conciliação, que participaram do governo de Paraná, entre eles algumas de suas lideranças mais expressivas (como Limpo de Abreu, prestes a se tornar visconde de Abaeté, e Torres Homem, futuro visconde de Inhomirim) se bandearam de vez para o Partido Conservador. Lá, estavam destinados a cumprir ainda importante papel. Sendo, o primeiro deles, chefe do gabinete conservador de 12 de dezembro de 1858.

A Conciliação de Paraná tinha ainda o objetivo declarado de criar condições para que se promovesse o progresso da sociedade, e queria fazê-lo dentro da ordem. Queria fazê-lo para reafirmar a ordem, tal como ela tinha se estabelecido com a vitória dos conservadores. A reforma eleitoral de Paraná, sua maior reforma, não abalava, como não abalou, o quadro institucional conforme havia se estabelecido desde o Regresso. Nada se falava sobre o Poder Moderador, sobre o Senado vitalício etc. A Conciliação era uma proposta nitidamente de caráter conservador e visava à ampliação da direção moral e intelectual conservadora exercida pela Coroa enquanto partido.

A reforma mais radical de Paraná foi política: a reforma do sistema eleitoral. A proposta, que entrou em vigor em 1856, previa a eleição por distritos – círculos – eleitorais, e não mais pelo colégio eleitoral provincial como um todo, como vimos. Além disso, tornava incompatíveis para a eleição em seus distritos de atuação profissional uma série de funcionários públicos e representantes do governo. O objetivo era dar maior expressão política às forças políticas locais em detrimento da intervenção do governo central nas eleições. Isso significava abrir espaço político para forças econômicas e sociais menos dependentes do poder central e que estavam em ascensão. Os círculos tinham, ou deveriam ter, como resultado, a quebra das câmaras monolíticas afinadas com o governo. Este era seu alcance hegemônico. Apesar da oposição, principalmente dos saquaremas tradicionais, que temiam o rebaixamento do perfil da representação, ou seja, a perda de controle do processo eleitoral, a

lei foi implementada. A primeira eleição dos círculos foi realizada, logo após a morte de Paraná, sob o comando de Caxias, que o substituíra provisoriamente.

A eleição resultou em uma Câmara mais diversificada, fosse pela ascensão de lideranças locais, fosse, principalmente, pela presença de uma bancada liberal, minoritária, mas expressiva. Dom Pedro passou, então, a pensar na formação do novo gabinete. Sua primeira escolha, em mais uma inequívoca prova das proximidades entre saquaremas e conciliadores, apesar de suas divergências, recaiu sobre o visconde do Uruguai. Da trindade saquarema, ele fora o que menos críticas fizera à conciliação. O Uruguai, entretanto, recusou o convite. Com isso, apostava na falência da conciliação. O imperador convocou Olinda, que aceitou. Este trouxe para o gabinete o concurso de liberais, no caso Sousa Franco, seu ministro da Fazenda. O gabinete, no entanto, formado em maio de 1857, caiu em dezembro do mesmo ano, diante das divergências sobre política financeira, iniciadas exatamente pelas disputas entre Sousa Franco e o presidente do Banco do Brasil, ninguém mais que Itaboraí. O imperador convocou, então, outro integrante da trindade saquarema, Eusébio de Queirós, que, alegando razões de ordem pessoal, também não aceitou o convite. Depois de nova tentativa de convocar Uruguai, igualmente frustrada, a escolha de dom Pedro recaiu sobre Ferraz, que compôs um gabinete de feição conservadora, assim como seus sucessores, o visconde de Abaeté e o marquês de Caxias. Os saquaremas, mesmo que não através de suas lideranças mais expressivas, estavam de volta ao poder.

Neste meio tempo, processara-se uma modificação na lei dos círculos, que se tornaram maiores e passaram a eleger três deputados. A modificação visava contemplar as críticas de que a lei anterior acabava dando muito espaço para a escolha de representantes de expressão apenas local. Mesmo assim, nas eleições de 1860, apesar da vitória dos conservadores, elegeu-se uma expressiva minoria liberal no âmbito nacional, principalmente nos centros urbanos. No campo conservador, Zacarias de Góes e

Nabuco de Araújo passaram a liderar uma dissidência que buscava a aproximação com os liberais no sentido de isolar os conservadores mais intransigentes, agrupados em torno das lideranças saquaremas fluminenses. A articulação foi bem-sucedida e obteve a derrubada do gabinete Caxias, em 1862. Seguiu-se, então, um período de instabilidade em que se sucederam seis gabinetes liberais ou progressistas, até 1866, quando Zacarias de Góes, agora à frente do Partido Progressista, reassumiu a presidência do Conselho de ministros. Desta feita, manteve-se no poder até sua renúncia, induzida pelo imperador, em 1868. A queda de Zacarias, tramada em parte pelos conservadores, a partir da pressão que Caxias exercia sobre o gabinete como comandante das tropas no Paraguai, assinalou a volta destes últimos ao poder. O próprio visconde de Itaboraí foi chamado para compor o novo gabinete. Sua ascensão, no entanto, paradoxalmente, pode ser considerada o marco do fim do tempo saquarema.

O período entre a morte de Paraná, em 1856, e a ascensão definitiva de Zacarias de Góes, em 1868, foi de crise política. Essa crise, contudo, se restringiu e buscou sempre encaminhar sua resolução ao âmbito parlamentar. Foi mais um teste da estabilidade das instituições do Império, erigidas ao longo do “tempo saquarema”; foi uma demonstração da eficácia da direção moral e intelectual da Coroa enquanto partido, que formou sucessivos gabinetes sem que as disputas políticas transbordassem os limites parlamentares e que as regras do jogo fossem desrespeitadas. A estabilidade das instituições, em meio ao acirramento e à instabilidade das disputas parlamentares, foram uma evidência da solidez do “tempo saquarema”. A direção moral e intelectual saquarema prescindia, em certa medida, de sua direção política em sentido estrito. Isto é, sua direção moral e intelectual projetava-se para além de estarem ou não no governo.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

A última atividade desta aula é aberta. Significa que não há um gabarito conclusivo.

Um tema sempre presente nos discursos políticos é o da “Conciliação”. Não raro políticos e líderes partidários vão aos canais de comunicação conclamar seus pares à superação das diferenças partidárias em torno de um objetivo em comum. Constantemente assistimos a discursos que prezam a união e a solidariedade política como a única forma de construir um movimento capaz de realizar grandes reformas e avançar em áreas de que o país necessita.

Vimos nesta aula alguns dos principais significados do período da chamada “Conciliação” no Império. Vimos como ela foi, em grande parte, um momento de exercício da ideologia saquarema. Vimos como ela se associa intimamente à expansão do Estado imperial e à construção do “tempo saquarema”.

Segundo o que foi visto nesta aula, pesquise em jornais, revistas ou na internet alguma notícia, discurso ou programa partidário que trate do tema “Conciliação”. Redija um pequeno texto analisando o resultado de sua pesquisa a partir da perspectiva da Conciliação como construção de consenso em torno de uma determinada direção.

Comentário

Conforme proposto, essa atividade não tem uma resposta pronta e acabada. O fundamental é perceber o tema da Conciliação como resultado do exercício da direção por um projeto específico, como, por exemplo, em alianças partidárias, ou a respeito de discursos de partidos que enfatizem a união pelo trabalho em prol do país, e não em favorecimento de grupos políticos específicos e de seus projetos de poder. Procure destacar os pontos de sua pesquisa que tratem de temas historicamente construídos não como resultado do imprevisível, mas como elementos “naturais”, “a-históricos”. Procure perceber de que forma esses temas são abordados pelos autores do projeto em questão. Discuta os resultados com seus colegas.

CONCLUSÃO

O Império do Brasil faz parte de uma era que marca ainda profundamente nossa sociedade. As grandes discussões a respeito da nacionalidade brasileira começam ali: direitos civis, direitos políticos, liberdade de expressão, relações entre Estado e indivíduos e, claro, imagens do Brasil como país independente e nação singular. O Império deixou uma imagem de si ainda exposta nas cidades imperiais, com sua opulência e sua nobreza exultantes, das quais Petrópolis, Vassouras e outras cidades da região são exemplo. O Império deixou para muitos uma imagem de serenidade e probidade que a República, com seus cada vez mais divulgados (o que não significa que haja mais hoje do que ontem) escândalos de corrupção, não consegue suplantar. Sob a liderança de um monarca ilustrado, o Império deixou para o Brasil atual um quadro de confiança: a época de abolição da escravidão; a união nacional; da expansão econômica e da civilização; a sociedade de cafés e bailes; da verdadeira literatura nacional (capitaneada por Machado de Assis),

um período que criou gênios intelectuais – enquanto a República mantém-se congelada, inaugurada por um golpe de Estado, sem apoio popular, feito às escondidas e na calada da noite, dando início a uma época de dominação das oligarquias e dos coronéis, de fraudes eleitorais e de expulsão da participação popular.

Grande parte do conflito entre essas diversas visões de Império e República deve muito ao tempo construído em meados do século XIX, um tempo que contribuiu decisivamente para a construção de uma determinada imagem do Estado e da sociedade imperiais: o tempo saquarema.

Vimos nessa aula como esse tempo projetou para além de sua duração toda uma ideologia. O quanto nossa forma de ver o Império é, ainda hoje, “saquarema”?

RESUMO

A consolidação do Estado imperial brasileiro foi, em grande medida, resultado do chamado “tempo saquarema”. Na disputa de forças sociais e políticas surgidas entre a Independência e o final da Regência, dois partidos se organizaram na forma de projetos que visavam à construção de uma determinada ordem. Para os liberais, essencial era a distribuição do poder pela sociedade, em especial pelas províncias, de forma a manter a força dos grupos dominantes locais. Para os conservadores, essencial era o fortalecimento do poder central.

Como resultado das revoltas que sacudiram a Regência, os conservadores ganharam força e foram capazes de implementar seu projeto de Estado, por meio da construção de uma direção e de um consenso que vedou aos liberais o exercício de semelhante construção para seu projeto diferenciado.

Na Conciliação, os conservadores viram a expansão de sua ideologia e a universalização de sua concepção de mundo. Em larga medida, a construção do “tempo saquarema” possibilitou a forma como o Estado no Brasil se organizou.

História do Brasil II

Referências

Aula 1

COUTINHO, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Concordância das leis de Portugal e das bulas pontifícias, das quais umas permitem a escravidão dos pretos d'África e outras proíbem a escravidão dos índios do Brasil*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1808.

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Revolução Francesa e o Brasil: sociedade e cidadania. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.) *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1990. p. 299-309.

ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*. New York: Oxford USA Trade, 1987.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global, 1983.

HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

TOMICH, Dale. *Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy*. Boulder CO: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004.

Aula 2

CARVALHO, J. M. João e as histórias dos Brasis. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000200014&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 abr. 2010.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma idéia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI - (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

DECRETO de Berlim. 21 nov. 1806. In: WIKIPEdia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Decreto_de_Berlim>. Acesso em: 14 abr. 2010.

DIAS, Manuel Nunes et al. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São. Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

GRANT, Andrew. *History of Brazil*. London: [S.l.], 1809.

HAAG, Carlos. Uma corte na história do Brasil: bicentenário da vinda da família real exige reflexão historiográfica. *Revista da Fapesp*, n. 143, Jan. 2008. Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=3435&bd=1&pg=1>>. Vale a consulta!>. Acesso em: 14 abr. 2010.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

_____. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LIMA, Manoel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil, 1808-1821*. São Paulo: J. Olympio, 1945.

MALERBA, J. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal no final do século XIX*. 16. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1972.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As memórias da viscondessa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, [20-].

O'NEIL, Thomas. *A vinda da família real portuguesa para o Brasil*. 3. ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. Evolução política do Brasil. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 1933.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 390 p.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1935.

SANTO, Afonso Carlos Marques dos. *Eric Hobsbawm: a história como síntese interpretativa*. Humanas. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrrj.br/humanas/0017.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

SCHWARCZ, Lilia. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

Aula 3

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005. p. 53-118.

DUARTE, Pedro H.E; GRACIOLLI, Edson J. *A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf>.

JANCSÓ, István. Independência, independências. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MALERBA, Jurandir. Esboço crítico de recente historiografia sobre a independência do Brasil (1980-2002). In: _____. (Org.). *A Independência Brasileira, novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Affonso Seigneur de. *Independência ou morte*. 6. ed. São Paulo: Atual, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed 34, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 17.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

_____. *1822: dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Independência. In: VAINFAS, R (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

_____.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. *A guerra de penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*. Tempo, n. 8, 1999.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. A invenção do grito. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Nov. 2005. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Cartas de Varnhagen a D. Pedro II e outros escritos. In: ANUÁRIO do Museu Imperial de Petrópolis.

_____. História da independência do Brasil, *Revista do IHGB*, n. 31, p. 196, 1916.)

Aula 4

BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. 2001. Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas, 2001.

BASILE, Marcello. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p.188-301.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Aula 5

BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese de doutorado em História. Unicamp, 2001.

BASILE, Marcello. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 188-301.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CONSTITUIÇÃO política do império do Brasil, 1824. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br>>.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

PARRON, Tamis Peixoto. *A defesa da escravidão no Parlamento Imperial brasileiro, 1831-1850*. São Paulo: USP/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006. Relatório de Iniciação Científica.

Aula 6

BASILE, Marcello. Movimento associativo e política regencial: a sociedade federal fluminense. *Revista da Universidade Rural*, Seropédica, v. 29, n. 1, p. 96-109, jan./jun. 2007. (Ciências Humanas).

BASILE, Marcello. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p.188-301.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: teatro de sombras*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Paulo Pereira. A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Difel, 1985.

COZER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: Editora UFMG/; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. São Paulo: Globo, 2005.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (Org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 5. ed.. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NEEDELL, Jeffrey. *The party of order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PARRON, Tamis Peixoto. *A defesa da escravidão no parlamento imperial brasileiro, 1831-1850*. São Paulo: USP, 2006

Aula 7

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1978.

MARQUESE, Rafael de Bivar & PARRON, Tamis Peixoto. Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama e a memória sobre o comércio de escravos de 1838. São Paulo, *Revista de História da USP*, n. 152, p. 99-126, 2005.

MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PARRON, Tamis Peixoto. *A defesa da Escravidão no Parlamento Imperial Brasileiro, 1831-1850*. Relatório de Iniciação Científica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2006.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco Histórico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 (1977).

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras: século XIX: senhores e cativos no coração do império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANCHES, Marcos Guimarães. *Sertão e fazenda: a ocupação e transformação da serra fluminense entre 1750 e 1820*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGH/IFCS-UFRJ, 1989.

STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Aula 8

BASILE, Marcello. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 188-301.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: teatro de sombras*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COZER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. São Paulo: Globo, 2005.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

NEDELL, Jeffrey. *The party of order*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Aula 9

ARAUJO, José Tomás Nabuco de. *Justa apreciação do partido praieiro ou história da dominação da Praia*. Recife: Typographia União, 1847.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade: São João Del Rei; séculos XVIII e XIX*. 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campos, 1996.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo horizonte: UFMG, 1998.

CASTRO, Hebe; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. Rio Janeiro: Topbooks, 1995.

- CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In: _____. *História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CORRÊA, Mariza et al. *Colchas de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COSTA, Jurandir. Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ELIAS, N. *A sociedade de corte*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995.
- _____. *Processo civilizador*. São Paulo: Jorge Zahar, 1994.
- FARIA, Eduardo Augusto de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1859. 2 v.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. História da família e demografia histórica In: VAINFAS, R.; CARDOSO, C. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, I. R. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do segundo reinado. In: ALENCASTRO, L. F. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. v. 2.
- MAUAD; Ana Maria; MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. Os guardados da viscondessa: fotografia e memória na coleção Ribeiro de Avellar. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*. São Paulo, v.14, n.2, jul./dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142006000200004&script=sci_arttext&lng=en>. Acesso em: 18 maio 2010.

NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História: família e grupos de convívio*, São Paulo, n. 17, p. 88-114, 1988.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

VAINFAS, R.; CARDOSO, C. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Aula 10

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: teatro de sombras*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Cadernos do Cárcere: os intelectuais: o princípio educativo: Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

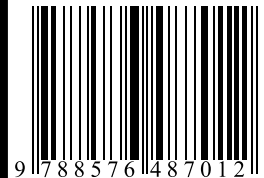
MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NEEDELL, Jeffrey. *The party of order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras – século XIX: senhores e cativos no coração do império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Nostalgia imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

ISBN 978-85-7648-701-2



9 788576 487012



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



**FUNDAÇÃO
SANTA CABRINI**
Provedora de acesso à Cidadania



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**